UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FERNANDO FIRMINO MESSIAS

Crise do Capital e Reestruturação Metropolitana:
Desdobramentos em Curso na Reprodução de São Paulo
(Versão Corrigida)

São Paulo
2018

FERNANDO FIRMINO MESSIAS

Crise do Capital e Reestruturação Metropolitana:
Desdobramentos em Curso na Reprodução de São Paulo
(Versão Corrigida)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Mc	<p>Messias, Fernando Firmino Crise do Capital e Reestruturação Metropolitana: Desdobramentos em Curso na Reprodução de São Paulo / Fernando Firmino Messias ; orientador Anselmo Alfredo. - São Paulo, 2018. 205 f.</p> <p>Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.</p> <p>1. Reprodução crítica. 2. Metrôpole de São Paulo. 3. Rodoanel Mário Covas. 4. Crise do capital. I. Alfredo, Anselmo, orient. II. Título.</p>
----	---

MESSIAS, F. F. **Crise do Capital e Reestruturação Metropolitana:**
Desdobramentos em Curso na Reprodução de São Paulo. Tese apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para a obtenção do título de
Doutor em Geografia.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

À minha mãe, pelo amor, cuidado e ensinamentos que estarão sempre presentes.

Agradecimentos

A presente pesquisa é resultado da reflexão e do engajamento críticos pertinentes a um contexto formativo coletivo no interior do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. Embora ela se apresente formalmente enquanto fruto individual, ela apenas pode ser conformada devido à contribuição de um coletivo relativo à minha trajetória de vida, dentro e fora da Universidade. A estas pessoas, segue o agradecimento por contribuírem, acreditarem e oferecem suporte à realização desta etapa formativa, sobretudo diante das dificuldades imensas que ela envolveu.

Aos meus pais, pelo cuidado que tiveram em oferecer, dentro de seus limites, incentivo ao meu estudo, ainda que de forma modesta, incentivo este que certamente é elemento de uma ruptura com suas histórias de pouco acesso à escola e de dificuldades na reprodução de suas vidas na metrópole de São Paulo.

Ao Vanderlei Maziero, pela dedicação e carinho que apresentou desde 2014 em nos auxiliar nos cuidados derivados dos problemas de saúde de minha mãe.

Ao professor Anselmo Alfredo, por me orientar em direção a uma leitura crítica da realidade. Certamente, seu rigor teórico serve-me como norte e incentivo, e esta pesquisa corresponde a um momento formativo nesta direção.

Às professoras Amélia Damiani e Glória Alves, por contribuírem imensamente em minha formação e no momento da banca de qualificação.

Aos componentes do grupo de estudo referentes ao Capital sob coordenação do Professor Anselmo, pelas reflexões e debates realizados até 2015.

Ao Lucas Couto, pela amizade construída desde 2003. O acompanhamento em trabalhos de campo e as discussões teóricas me foram fundamentais em toda trajetória.

À Ana Paula Martins, Daniele Rocha e Laura Walckiers, pela amizade e militância diária na educação compartilhada na Rede Pública Municipal de São Paulo.

À Livia Fioravanti e Luciana Cavalcanti, pela amizade construída no processo da Pós-Graduação

Ao amigo Fabio Lima, pela amizade e presença que me inspira a seguir com os projetos em frente.

Ao Adriano e Andreia, amigos importantes na trajetória construída a partir de 2016 em Mato Grosso do Sul.

Aos meus alunos, de ontem e de hoje, de SP e de MS, pelos ensinamentos permanentes que só a sala de aula permite.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro em parte do período de realização da pesquisa.

RESUMO

MESSIAS, F.F. **Crise do Capital e reestruturação metropolitana: desdobramentos em curso na reprodução de São Paulo.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Esta pesquisa buscou compreender as transformações da metrópole de São Paulo sob as determinações que exigem um aprofundamento das diretrizes econômicas na reprodução do espaço da metrópole paulistana, vislumbrado pela implantação do Rodoanel Mário Covas. Nessa direção, as transformações das quais a discussão tratou reportam necessariamente à atualização de um território urbano economizado, que apenas pode ser devidamente compreendida à luz das contradições que se desdobram desta forma social, a saber, a capitalista. Ademais, a exposição aqui privilegiou, em seu primeiro capítulo, um resgate teórico das contradições não superadas da sociedade moderna desveladas por Marx e, em seguida, as considerações de autores que trazem questões importantes dos desdobramentos inerentes à reprodução social do capitalismo no século XX, a exemplo daquelas trazidas por Ernest Mandel, Robert Kurz e Henry Lefebvre. Em síntese, tratou-se neste momento inicial de recuperar a crise do capital e a produção do espaço enquanto bases conceituais às reflexões pertinentes à pesquisa. O capítulo seguinte, munido das considerações a propósito da reprodução do espaço e da cidade como condição da reprodução das relações sociais de produção, procurou lançar os argumentos que apontam para São Paulo enquanto território privilegiado do capital, ressaltando a mobilidade da riqueza mobiliária e imobiliária como sendo o nexo fundamental à (re)produção de seu espaço. Nele, constituíram-se, assim, momentos de discussão dos termos da territorialização do capital a partir da reprodução de São Paulo, ressaltando, inclusive, formas de mobilizar riqueza frente a um contexto de acumulação problemático em seus termos substanciais. Por fim, o capítulo 3 procurou expor recortes que trouxessem à discussão a processualidade da atualização do território urbano economizado. Para tanto, expôs-se momentos em sua conexão com a produção do espaço metropolitano: a construção do Rodoanel, a eclosão de empreendimentos logísticos-industriais (condomínios logísticos), os impasses da transferência do CEAGESP e as pressões para expropriação que chegam aos moradores da Vila Nova Esperança, comunidade localizada nas mediações do Rodoanel. A síntese de tais momentos revela uma hipermobilidade da riqueza pressuposta na metrópole de São Paulo condicionada pelos limites internos que marcam a reprodução social capitalista contemporânea.

Palavras-Chave: Metrópole de São Paulo; território urbano economizado; contradições do capital; urbanização; reprodução do espaço

ABSTRACT

MESSIAS, F. F. Crisis of Capital and Metropolitan Restructuring: ongoing unfoldments in the reproduction of São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2018.

This research sought to understand the transformations in the metropolis of São Paulo under determinations that demand to delve on the economic guidelines in the reproduction of the space of the city, bearing in mind the construction of the Mário Covas beltway. In this regard, the transformations relate to the remodeling of an economized urban territory, which can only be properly understood in the light of the contradictions unfolding from this social form, namely, the capitalist. The first section of the discussion has focused on a theoretical recapitulation of the unsolved contradictions of modern society revealed by Marx and also on the reflections of authors who bring important questions about the ramifications inherent to the social reproduction of capitalism in the twentieth century, such as those brought by Ernest Mandel, Robert Kurz and Henry Lefebvre. In short, this first section aimed to review the crisis of capital and the production of space as conceptual bases for the inquiry proposed in this research. Knowing that the reproduction of space and the city is a condition for the reproduction of social relations of production, the following chapter sought to present the arguments indicating São Paulo as a privileged territory of capital, emphasizing the mobility of mobiliary and real estate wealth as the fundamental link to the (re) production of its space. Also, a discussion of the terms of the territorialization of capital from the reproduction of São Paulo were constituted, highlighting ways of mobilizing wealth within a context of problematic accumulation in its substantial terms. Finally, chapter 3 sought to expose cases in point that would add to the discussion the processuality of the remodeling of the economized urban territory. In order to do so, events in connection with the production of the metropolitan space were exposed: the construction of the beltway, the emergence of logistic-industrial enterprises (logistic condominiums), the impasses around the transfer of the CEAGESP and the pressures for expropriation imposed to the inhabitants of Vila Nova Esperança neighborhood, a community located in the middle of the beltway. The synthesis of such events reveals a hypermobility of the wealth presupposed in the metropolis of São Paulo, which is conditioned by the internal limits that characterize the contemporary capitalist social reproduction.

Keywords: Metropolis of São Paulo; economized urban territory; contradictions of capital; urbanization; space reproduction

Sumário

INTRODUÇÃO.....	2
1. Das questões teórico-metodológicas	14
1.1 Da mercadoria ao capital	17
1.2 Crítica da sociedade do trabalho	26
1.3 Crise do capital e considerações a propósito do Estado.....	32
1.4 Espaço, cidade e urbano: em busca da apreensão crítica de seus termos	40
1.5 A cidade como território privilegiado do capital.....	55
2. Território e economia: territorialização do capital a partir da metrópole de São Paulo.....	67
2.1 Das questões propriamente urbanas em torno do território metropolitano de São Paulo.	86
2.2 Renda da terra e propriedade imobiliária no cerne da reprodução do capitalismo a partir de São Paulo	96
2.3 A estruturação viária de São Paulo e aprofundamento do território urbano economizado	114
3. Momentos da atualização do território urbano economizado de São Paulo	131
3.1. Vila Nova Esperança e situação geográfica: do fragmento à totalidade do processo.....	141
3.2 O território urbano economizado de São Paulo e as escalas de novos negócios imobiliários	150
3.3 A reestruturação metropolitana de São Paulo: circulação crítica e logística territorial....	160
3.4 Territorialização dos termos da crise: reestruturação metropolitana diante da reprodução social contemporânea	171
3.5 Apreciações sobre o Estado Crítico a partir de São Paulo.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	198

INTRODUÇÃO

As transformações do território metropolitano de São Paulo na contemporaneidade exigem o reconhecimento das diretrizes de um movimento global de reestruturação urbana que o atualiza aos termos mais gerais da realização da reprodução das relações sociais capitalistas. Compreendê-las em sua amplitude envolve necessariamente um resgate teórico e metodológico engajado na apreensão da realidade social, o que inclui superar a prática de estudos de casos que não são capazes de reportar ao movimento mais geral, de identificar a manifestação particular das determinações mais universais em e a partir de fragmentos da metrópole. Também implica reconhecer a insuficiência de um caminho de reflexão atrelado a uma totalidade da qual a metrópole seria um elo ideal e que pouco ou nada elucidaria a respeito do movimento geral da reprodução social contemporânea. Assim, há que se considerar a importância da construção de um terreno analítico que permita uma leitura a respeito da metrópole de São Paulo e de suas transformações contemporâneas, em relação a determinações essenciais contidas na produção de seu espaço.

Como ponta de lança das transformações a metrópole de São Paulo, a implantação do Rodoanel Mário Covas se apresenta enquanto componente de uma reestruturação à escala metropolitana de imensa expressividade. Em que pese um caráter instrumental conferido a esta reestruturação que à economia política aparece como ampliação do tráfego e fluxos de veículos, entre tantas outras divulgadas e atreladas ao desenvolvimento urbano, ela se faz estabelecendo novos vínculos aos lugares da metrópole a processos que se fazem subjacentes em sua expansão urbana e incompreensíveis a uma compreensão imediata.

É necessário, assim, compreender formas abstratas potentes e atuantes em relação à reestruturação pretendida do espaço metropolitano. Assim, defende-se que este processo geral direcionado pela reprodução do espaço de São Paulo se estabelece nos marcos de exigências profundas da reprodução social através da metrópole, notadamente no plano da circulação social da riqueza, plano este que possui elos orgânicos com um movimento maior de produção e realização do capital em suas determinações

contemporâneas. Na realidade, este movimento corresponde à busca de circular capital para fazer frente às suas contradições exacerbadas desde o final o último quarto do século passado; ou seja, da reposição dos nexos do capital diante de sua crise. Neste sentido, a espinha dorsal deste trabalho passou a se estabelecer através do reconhecimento da permanente mobilização da riqueza social em níveis cada vez profundos e complexos, que tem a metrópole de São Paulo, através da reprodução de seu espaço, um território particular deste movimento em sua operacionalidade. Sob tal perspectiva, este trabalho insiste na necessidade de se compreender os termos da reatualização econômica da metrópole de São Paulo a partir da produção do espaço, processo no qual a constituição de um capital fixo da magnitude do Rodoanel se faz com vínculos e desdobramentos profundos. Em outras palavras, tratava-se o Rodoanel de um momento necessário à (re)mobilização da metrópole enquanto realização econômica. Portanto, a pesquisa aqui apresentada busca uma abordagem crítica a propósito deste território urbano mobilizado perante os termos contraditórios da reprodução capitalista, que se processa aparentemente em frações, fragmentos que se apresentam à consciência de forma desconexa, mas que correspondem, essencialmente, a uma simultaneidade de momentos inerentes à metrópole como totalidade em sua imprescindibilidade às relações capitalistas.

O sentido que adquire uma obra de grandes proporções como o Rodoanel Mário Covas, em se considerando sua construção às bordas da metrópole paulistana e a proximidade aos grandes eixos rodoviários, revela-se diante de contradições próprias à reprodução do espaço da metrópole de São Paulo e do capital que não são captadas pelo discurso econômico positivo e pela lógica formal. Toda a propulsão econômica sugerida por uma infraestrutura deste porte na metrópole de São Paulo, não deve ser devidamente compreendida se circunscrita a abordagens restritas ao fato de o anel viário ser condição ao aumento de vantagens locais e competitivas a empresas e por conferir maior fluidez nos deslocamentos pela metrópole e, logo, por promover o suposto desenvolvimento econômico associado ao jargão como qualidade de vida. Trata-se, na realidade, de que a construção de uma obra deste porte traz consigo um movimento de ampla envergadura de ampliação e redimensionamento exponenciais do poder de um território urbano

economizado (DAMIANI, 2008), cujos desdobramentos estão por se estender ininterruptamente, não sem problemas e contradições. É em relação a estes desdobramentos que devemos procurar oferecer o devido tratamento nesta pesquisa, no sentido de nos aproximar de suas relações mais imediatas para recompor, em suas determinações mais essenciais, a manifestação de seus nexos com as contradições em processo do capitalismo contemporâneo a partir da metrópole de São Paulo.

Nessa direção, a construção do Rodoanel, diante de seu momento histórico e sua situação geográfica na metrópole paulistana, está inculcada no discurso do desenvolvimento e progresso econômicos, intimamente ligados a uma concepção de eficiência necessária à premissa da logística empresarial dos dias atuais. Requer-se, no entanto, que se encontre o sentido da obra em um contexto da produção do espaço metropolitano, que traz de forma escusa os fundamentos do capitalismo contemporâneo e sua necessária relação com o espaço urbano. Santos (2012) admitia que em São Paulo, assim como em outras grandes cidades de países periféricos, inúmeras transformações são exigidas em razão de insuficiências infraestruturais ao grande capital. A dimensão deste problema, que em alguma medida está atrelada à produção de um capital fixo de grande monta na cidade, se estabelece, inextricavelmente, com a ampliação de um espaço posto à reprodução econômica em suas exigências constantemente renovadas em outros patamares. Em Santos (idem) isso aparece como um processo que amplia a superfície urbana, “estendendo a área urbana de forma específica, de maneira a permitir as condições exigidas pelas grandes firmas em matéria de espaço geográfico.” (2012: 46). Este movimento, no sentido de redefinição dos contornos da cidade, estabeleceria o suporte necessário à circulação em uma economia que se caracteriza cada vez mais como economia de fluxos (idem), cujos condicionantes produzem novas feições do espraiamento urbano. Será preciso, pois, apreender tais fluxos e seus elos, enquanto materialidade, com a produção do espaço da metrópole sob a perspectiva das abstrações essenciais que fundamentam as relações modernas. Como sinalizou Marx em sua obra, as relações modernas estão assentadas em abstrações reais sem as quais não se alcançam aos devidos termos da sociedade moderna. E será considerando-as, em seus desdobramentos fantasmagóricos, nas particularidades da produção do espaço

da metrópole paulistana, que se consolida um terreno crítico capaz de revelar as determinações das transformações por que passa o território metropolitano de São Paulo.

Defende-se, assim, que a perspectiva presa à materialidade, sem as devidas considerações a propósito das abstrações modernas, conforma um terreno inadequado para a compreensão da realidade social com a qual nos deparamos. Nessa direção, pode-se recair em uma narrativa de atores hegemônicos contra não hegemônicos, uma abordagem da luta de classes restritiva, que exporia de forma insatisfatória as determinações mais gerais e proeminentes desta forma social diante do acirramento de suas contradições. Aliás, uma análise que unilateralmente se baseia na materialidade, não raro incorpora a economia de fluxos sob o crivo de uma leitura positiva, portanto não crítica, impedindo-a de superar os termos circunscritos às proposições que buscam alavancar a metrópole de São Paulo a novos níveis da realização da economia contemporânea da qual a implantação do Rodoanel Mário Covas assume um papel decisivo. Estas prerrogativas abordam a modernização da metrópole diante da necessidade de novas dinâmicas urbanas frente à atualização de exigências produtivas sob um invólucro de desenvolvimento sem se ater às contradições agudas que se manifestam de forma profunda através da reprodução da metrópole. Aliás, elas não lhe são externas, mas componentes inextricáveis à realização das determinações mais gerais de reprodução. Será apenas considerando as abstrações inerentes às relações capitalistas que se torna possível superar os discursos em torno da (re)produção do espaço de São Paulo de modo a compreender as determinações que coordenam a ampliação das forças produtivas através da metrópole com as transformações deste território à luz da expansão crítica da economia capitalista.

Dentre tantas transformações em São Paulo, simultaneamente à implantação do Anel Viário, processos de expropriação de moradores avassalam este território em que se inclina inexoravelmente à afirmação dos pressupostos econômicos mais profundos, subjacentes a toda reestruturação planejada e engendrada na metrópole de São Paulo. De modo geral, historicamente a reprodução da metrópole conduz projetos que reestruturam este território urbano de modo a permitir a circulação em novos patamares da

riqueza socialmente produzida e da propriedade. A reprodução de São Paulo na contemporaneidade se realiza neste sentido, anunciando e reforçando fronteiras para novos negócios urbanos em um perímetro abrangente dada a relatividade oferecida pelo Rodoanel a este território metropolitano. Estamos, pois, realçando um movimento da metrópole de São Paulo se constituir enquanto condição da circulação do capital, nos mais profundos termos que esta circulação implica, enquanto expressão de uma valorização do capital que já não responde adequadamente ao ritmo e profundidade necessários a sua reprodução frente às suas contradições essenciais plenamente desenvolvidas. Ou seja, trata-se de posicionar as transformações da metrópole no interior da crise estrutural do capital. Assim, não se trata de uma circulação fisiocrática, no sentido de melhoria de tráfego, embora esta também lhe seja pertinente. Insistimos no decorrer deste texto que o território metropolitano de São Paulo se manifesta enquanto uma territorialização privilegiada que condiciona a circulação de mercadorias, dinheiro e propriedade a novos termos, processo que hoje envolve desdobramentos territoriais abrangentes na metrópole. Isto não significará a autonomização da circulação perante a produção de valor; pelo contrário, a amplificação do movimento da riqueza contemporânea através da reprodução da metrópole contemporânea corresponde necessariamente às exigências de reprodução social diante de uma crise da produção de valor tornada estrutural na expansão do capitalismo. Nessa direção, o intento aqui não será compor uma geografia da circulação de São Paulo, tampouco uma tentativa de estabelecer as bases de um planejamento urbano, mas será de alcançar essa universalidade do capital, territorializado na realização da metrópole, constituindo uma leitura crítica a partir de momentos desta urbanização.

Assim, a reestruturação metropolitana em voga em São Paulo, apresentada como desafogamento do trânsito, e desenvolvimento econômico e urbano, na qual o Rodoanel é elemento importante, embora não único, necessita ser apreendida criticamente. Trata-se de compreender um movimento complexo de reestruturação da metrópole, fundamentado pela afirmação desta economia abstrata, engendrando uma mobilidade em novos patamares de mercadorias e propriedade imobiliária que necessitam de uma apreensão crítica. Há uma imensa produção de lugares na metrópole de São

Paulo sob a condição de constituição de uma renovada plataforma logística que sinaliza novos níveis de realização econômica através da reprodução da metrópole. Expostas enquanto uma forma de desenvolvimento econômico, as oportunidades imobiliárias se estendem territorialmente e se intensificam e adquirem modalidades adaptadas às exigências da reprodução contemporânea, a exemplo daquelas relacionadas à logística empresarial. A produção de um novo nicho imobiliário posto ao portfólio de realização do capital financeiro via propriedade, a exemplo dos condomínios logísticos, não se faz sem uma reestruturação metropolitana capaz de redefinir o lugar de tantos outros empreendimentos sob as condições objetivas da concorrência contemporânea. Surgem impasses calcados na constituição de um novo perímetro urbano adequado às virtudes da circulação contemporânea coadunados com pressões de novos usos, notadamente vinculados à reatualização da propriedade imobiliária, no cerne de centralidades em expansão ou em constituição de São Paulo. Neste movimento de reprodução da metrópole, encontra-se a situação geográfica do CEAGESP, como um elemento relevante posto a revelar a processualidade deste espaço ancorado nas determinações abstratas que o atualiza às premissas da reprodução econômica mais gerais. Sob as prerrogativas da necessidade de uma localização privilegiada para lhe posicionar em condições eficazes no mercado, enfaticamente citada nas mediações do Rodoanel, atrelada ao movimento de varredura de usos inerente ao processo de urbanização com vias de estabelecer novas frentes de negócios urbanos, a Central de abastecimento encontra-se em um momento de indefinição quanto a sua permanência no bairro da Vila Leopoldina. Certamente, a produção do espaço da metrópole de São Paulo em curso contém o reposicionamento logístico de certos empreendimentos sob o discurso da necessária readequação urbana a diretrizes econômicas eficientes. Tais transformações devem ser lidas, conforme procuraremos expor no decurso deste texto, no extravasamento das contradições do capital nos interstícios da reprodução social, compondo a urbanização um terreno sob a qual elas se expressam de modo cada vez mais profundo. Por isso, insistiremos que a reestruturação metropolitana de São Paulo em voga sinaliza os limites sob quais se encontram esta urbanização expondo seu caráter crítico.

Sob o invólucro de desenvolvimento econômico, a produção do espaço da metrópole aparece em condições de resolver os problemas inerentes à reprodução do capitalismo, amplificando seus elos com a realização da economia abstrata moderna. E será no interior desta reestruturação metropolitana que outra mobilidade é acionada em novos patamares: aquela referente aos moradores, sobretudo os pobres. A expropriação de moradores, componente central da afirmação econômica da metrópole, é impulsionada em novas escalas frente ao novo redimensionamento metropolitano de São Paulo. Assim, o movimento geral da reprodução do espaço de São Paulo contemporâneo, admitindo-o ao plano da reprodução das relações sociais de produção, não deixa de apontar para faces da potência da violência econômica e extra-econômica na experiência cotidiana da (re)produção da metrópole contemporânea. O desvelamento da metrópole de São Paulo, portanto, deve admitir uma simultaneidade de momentos capazes de revelar os termos da reprodução desta totalidade social em suas contradições fundamentais, desde que devidamente apreendidos nos desdobramentos críticos da forma-valor, ainda em processo e manifestos nessa urbanização. Nessa direção, cabe a esta pesquisa compor um terreno analítico em que possa exprimir este território urbano, necessário e profundamente economizado, em permanente constituição, como elo fundamental a propósito de momentos necessários à reprodução das relações sociais capitalistas em curso.

Neste sentido, defende-se que discutir os termos do urbano, alcançando a particularidade de São Paulo, para recompor os momentos inerentes à territorialização do capitalismo a partir da (re)produção de seu espaço urbano sob as determinações contemporâneas, constitui-se em um momento profícuo para a crítica social necessária da forma-valor. Sob esta perspectiva, resguarda-se à reprodução do espaço uma dimensão essencial à compreensão da realidade social na reposição de suas relações fundamentais. Nessa direção, a perspectiva é do estabelecimento de um caminho metodológico em que se reconheça a atomização de fatos, fragmentos, como momento a ser superado, trazendo a totalidade em sua necessária relação com

o particular através da produção do espaço¹. Eis que disso resultou um esforço de trazer uma exposição a propósito do capital e suas categorias, para assim adentrar ao campo da reprodução do espaço e da metrópole trazendo o movimento geral ao qual reportam: a reprodução das relações sociais capitalistas. Por essa razão, o movimento de situar e compreender o sentido e os fundamentos da reprodução da metrópole, da economia implícita e explícita em sua expansão extensiva e intensiva, as formas de expropriação e, por conseguinte, de violência que seguem esta urbanização, a partir de sua reestruturação mais geral com a exigência de estruturas como o Rodoanel Mario Covas, consolida um dos pilares centrais desta pesquisa.

Iniciaremos a trajetória desta tese expondo alguns dos fundamentos teóricos e metodológicos que possibilitam a constituição do terreno de sua análise crítica. Lançamos mão inicialmente de pontos da contribuição de Marx a propósito da sociedade capitalista, chegando à necessária consideração de que a expansão de suas relações basilares apenas são devidamente apreendidas adequadamente quando compreendidas no interior de suas contradições fundamentais. Para tanto, os argumentos que enevoam as determinações gerais e abstratas da sociedade capitalista nas suas manifestações imediatas devem ser superados enquanto afirmação das categorias modernas no interior da economia política (MARX, 1985; LUKÁCS, 2012) e da política econômica atual. Devemos partir, para construir este caminho, das relações sociais em sua manifestação histórica, superando um suposto estado de natureza do capitalismo (MARX, 2007) para se chegar às contradições que não apenas lhe são basilares, mas que alcançaram novos

¹ Este indicativo metodológico se faz necessário para compor o terreno de análise capaz de oferecer o devido tratamento ao fragmento de modo a compreendê-lo em sua complexidade. Kosik (1969) e Lukacs (2013) chamam atenção para a potência desses retalhos da realidade, que designam de *fatós*, compõem as determinações mais gerais da realidade social. Para ambos, o reconhecimento do fato é momento essencial para se compreender a generalização contida na totalidade. Entre o fato e as generalizações, entre o particular e o universal, há uma relação dialética pela qual um compenetra o outro, de modo que essa relação revela uma conexão interna dos fatos à generalização. Por essa razão, insiste Kosik que cada fato na sua essencialidade reflete toda a realidade. Ademais, “realidade, em certo sentido, não existe a não ser como conjunto de fatos, como totalidade hierarquizada e articulada de fatos.” (idem, 45), alega o autor. Diante disso, compreender a realidade nas suas íntimas leis sob o a perspectiva de uma totalidade, envolve o cuidado de não compreender esta última unilateralmente, passando ao largo de uma concepção dialética. Não sem razão, Kosik (1969) adverte o risco da totalidade se reduzir a uma exigência metodológica vazia, resultado de se fazer dela uma dimensão em que o pensamento acerca da realidade se faz no plano ideal. Assim, é essencial considerar a realidade como totalidade concreta, um todo estruturado em movimento e de autocriação (idem).

desdobramentos frente seu desenvolvimento histórico. Desse modo, assumimos aqui uma crítica à economia política como percurso necessário para superar a apreensão positiva da realidade. A nossa chave interpretativa repousa, logo, sob a teoria marxiana, cuja investigação constituiu em alguma medida respostas à positivação das crises capitalistas da economia clássica. Como bem pontua Sweezy (1973: 118) a esse respeito, “ao passo que para os teóricos clássicos o problema não era tanto explicar as crises, mas afastá-las, para Marx o capitalismo sem crises seria, em última análise, inconcebível”. O capítulo 1 buscará compor as considerações que denotem estas premissas, trazendo a análise de autores importantes neste campo reflexivo, sobretudo de Robert Kurz, Moishe Postone e Ernest Mandel.

Ainda, no decorrer do capítulo 1, após a exposição dos fundamentos contraditórios do capital e do sentido de sua crise imanente, trazemos uma discussão em torno de sua continuidade histórica frente aos episódios críticos do capitalismo. Neste ponto, a crise do capital, inerente a suas relações mais elementares, se torna elemento social abrangente e onipresente diante das exigências amplas da reprodução do capitalismo. Se considerarmos que o estabelecimento do capitalismo e suas transformações exigiram o profundo domínio de diversos níveis da sociedade, tal qual nos alerta Henry Lefebvre em sua trajetória intelectual, também nos será necessário considerar novas entradas para uma compreensão satisfatória dos mecanismos que envolvem esta reprodução. Assim, o capítulo 1 também levará a exame o lugar do espaço e do urbano no interior da crítica social, não enquanto um apelo disciplinar no campo reflexivo, mas por se conformarem em peça-chave na reprodução das relações sociais capitalistas. Pretende-se, neste ponto, expor reflexões, sobretudo de Henry Lefebvre, que tragam em relevo a realização da economia abstrata que não se estabelece sem relações sociais reproduzidas constantemente, perspectiva que enfatiza amplos elos inextricáveis ao capitalismo enquanto uma forma social historicamente determinada. Será a produção do espaço o nível essencial para se alcançar a realização da formamercadoria extensiva e intensivamente na sociedade moderna, abrindo caminho, inclusive, para compreender a imprescindível apreensão da forma histórica cidade pelo movimento da economia moderna.

Em seguida, o capítulo 2 traz reflexões em torno da metrópole de São Paulo que a expõem na condição de processos de territorialização do capital. Para tanto, admite-se aqui a metrópole enquanto um território produzido por e pelo movimento abstrato da economia moderna, cuja atualização se fez incessante pela mobilização crescente da riqueza social em novos patamares. O capital, em sua trajetória de dominação social abstrata, não se estabelece em uma escala prévia que permita o seu desvendamento. Nesta pesquisa, procura-se constituir a metrópole de São Paulo enquanto escala privilegiada e particular de análise de territorialização do capital que permita acessar seus desdobramentos em processo, as formas de manifestação da forma-mercadoria através da produção da metrópole. Defende-se, assim, que a metrópole de São Paulo, de sua constituição a sua reprodução contemporânea, constitui-se como escala possível e relevante ao desvelamento das relações modernas através das transformações na metrópole.

Portanto, o capítulo 2 percorre uma trajetória que revela as transformações da metrópole de São Paulo enquanto uma territorialização particular das premissas da realização do capital. Por isso, ele procura traçar uma discussão das questões urbanas propriamente deste território, não enquanto estritos reflexos da economia capitalista, mas da incorporação orgânica da realidade metropolitana à reprodução geral do capitalismo. Não se trata de por à margem a questão econômica nesta urbanização, mas de revelar que seus nexos são profundos, complexos e necessários a esta forma social. A metrópole de São Paulo encontra-se desde sua gênese em processos que reforçam a economização de seu território, sinalizando níveis de mobilização de riqueza socialmente produzida. Este movimento estará contido no capítulo em questão.

O capítulo 3 procura trazer à análise momentos que revelam a atualização econômica deste território metropolitano, pondo em questão um complexo de situações amarrados com a mobilização da riqueza social contemporânea a partir de São Paulo. Assim, a produção do espaço de São, revelando-se via mobilização em patamares cada vez mais elevados de formas sociais da riqueza, notadamente propriedade da terra e mercadoria, são postos através da reestruturação metropolitana em curso, cujas prerrogativas estão

contidas nas diferenciações espaciais produzidas que alavancam novas frentes e negócios imobiliários alinhados com a construção de um novo capital fixo, notadamente o Rodoanel na metrópole paulistana. Será sob esta nova reconfiguração do território da metrópole em gestação que novos processos de varredura aparecem enquanto panaceia de problemas econômicos e urbanos, mas que na realidade são a expressão de uma crise de reprodução a qual a urbanização incorpora e generaliza à vida social e à produção deste espaço urbano.

Não sem razão, os desdobramentos desta atualização econômica, elemento central do capítulo 3, não poderiam deixar de apontar para a exigência de instrumentos que acionem a mobilidade dos moradores, sobretudo pobres, arrastando-os a novos perímetros da metrópole de São Paulo. Neste sentido, exporemos a Vila Nova Esperança sugerindo que as pressões para sua retirada evidenciam a atualização do movimento de varredura a nível da metrópole. Há um alargamento do tecido urbano suscetível à expropriação massiva de moradores e de usos diante da (re)produção do espaço de São Paulo que obscurece a razão de ser e os fundamentos críticos desta sociedade, qual seja, impulsionar a mobilidade de riqueza social de modo a compensar uma crise de valorização do valor que, levado ao limite o movimento do sujeito automático, se impõe de forma concreta na reprodução social. Seria este o movimento contido na urbanização e que já não responde de forma adequada ao movimento de valorização pretendido e buscado pelo capital contemporâneo. Nesses termos, a generalização do Estado Crítico se torna um componente central do movimento de urbanização.

O esforço aqui contido, portanto, representa uma agenda formativa e de pesquisa na direção de compreender a reprodução social capitalista através do movimento de urbanização em curso de São Paulo. Em que pesem os limites e insuficiências no texto a seguir, seu esforço residiu em reconhecer a vigência das contradições basilares do capitalismo, que não estariam apenas válidas, mas redobradas à dimensão do espaço e ao interior desta urbanização. Este caminho certamente não se encerra nos marcos deste texto aqui apresentado. E ele solicita o retorno às bases para um delineamento metodológico e teórico que subsidiam a análise desta realidade social. Iniciemos, assim, pela aproximação com a leitura fundamental de Marx.

Capítulo 1

(...) aquela “ciência” que reconhece como fundamento do valor científico a maneira como os fatos são imediatamente dados, e como ponto de partida da conceitualização científica sua forma de objetividade, coloca-se simples e dogmaticamente no terreno da sociedade capitalista, aceitando sem crítica sua essência, sua estrutura de objeto e suas leis como um fundamento imutável da “ciência”. Para passar desses “fatos” àqueles no verdadeiro sentido da palavra, é preciso descobrir seu condicionamento histórico como tal e abandonar o ponto de vista a partir do qual eles são dados como imediatos: é preciso submetê-los a um tratamento histórico-dialético (...)

Georg Lukács, 2012, p.64-65

1. Das questões teórico-metodológicas

Iniciamos este tópico procurando esboçar pontos metodológicos e teórico que nos permitem lidar com nosso problema de pesquisa, ancorados na busca de compreender a efetividade dos fundamentos específicos à sociedade moderna explicitados pela trajetória intelectual de Marx. No entanto, realizar um escrutínio extensivo e profundo da obra Marx seria por demais pretencioso no texto que se prossegue. O intuito aqui é refletir a respeito de alguns momentos essenciais no percurso de Marx no desvendamento da sociedade capitalista considerando-os um terreno fértil e necessário à apreensão da realidade com que nos debruçamos, recuperando em alguma medida a riqueza oferecida no tratamento crítico pelo autor à sociedade moderna em suas contradições mais essenciais. Como bem avalia Belluzzo (2013), não é tarefa trivial enfrentar o percurso conceitual de Marx para desvelar os desdobramentos da forma valor. Isto chama atenção para o percurso de desvelamento da realidade constituído por Marx ancorado em um arcabouço complexo e que requer uma aproximação cuidadosa dada sua profunda compreensão da realidade que procurava desvelar: a sociedade moderna produtora de mercadorias. Por conta das bases dessa forma social específica, a capitalista, desveladas por Marx ainda estarem não apenas vigentes, mas estendidas a planos dos mais diversos à vida social através de suas contradições identitárias, devemos apresentar inicialmente os caminhos necessários à exposição e crítica dos fundamentos dessa sociedade seguidos dos necessários encaminhamentos à pesquisa. E pelos resultados a que Marx chegou estarem condicionados ao seu método analítico no interior da *Crítica à economia política*, iniciemos por expor alguns de seus termos que são pertinentes à tese.

Iniciar pelo real e concreto, o que se reconhece como base concreta da produção, acabou por conformar os mais comuns caminhos da economia política. Todavia, este recurso se mostra insuficiente, pois se perdem níveis de análise que comprometem decisivamente a apreensão da realidade em suas relações fundamentais. Por isso, ao realizar a *Crítica à Economia Política*, Marx insiste em uma necessária “depuração” do pensamento a respeito desta realidade, que deveria alcançar suas abstrações mais tênues e simples, sendo esta a chave para se chegar a suas determinações mais elementares.

Alcançando esses termos, realizar o caminho inverso, das abstrações mais sutis para as dimensões mais proeminentes da realidade social, comporia a forma de exposição capaz de iluminar relações e determinações gerais de uma rica totalidade.

Seguindo o caminho contrário ao exposto por Marx, o mecanismo de reflexão comum à economia política clássica não conseguia lidar adequadamente com as relações que apareciam em seus sistemas de pensamento, a exemplo do trabalho, do dinheiro, do valor etc. O concreto, como síntese de múltiplas determinações, não devia constituir o ponto de partida sem as devidas mediações. Por isso, o método da economia redundava em uma representação plena que se dissipava diante da determinação abstrata (MARX, 2015), do que decorre a imprecisão da análise da economia política a propósito da sociedade moderna. A questão fundamental, portanto, consiste em por em relevo as determinações abstratas que “conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (idem, p.261).

Reconhecendo os limites da economia política em relação à apreensão adequada da realidade, as proposições críticas de Marx dirigem-se a uma exposição conceitual entorno da sociedade moderna, que significa explicitar a racionalidade imanente ao seu objeto de investigação, o que não se faria pela simples aproximação imediata de suas manifestações da sociedade moderna sem um devido método que lhe permitisse avançar em sua apreensão. Portanto, a dificuldade da economia política clássica em lidar com seu objeto de investigação, a saber, as relações basilares do capitalismo, pairavam, no limite, em questões metodológicas. Nessa direção, Marx insiste que seria a dialética o método de investigação e exposição crítica necessário às reflexões que rondavam a economia como campo da ciência social emergente a sua época, único capaz de alcançar um nível de elaboração adequado a propósito da sociedade moderna. Seria este método necessário para apreender o desenvolvimento do capital a partir de sua substancialidade, inculcado na mercadoria, categoria esta a mais elementar da produção capitalista, da qual se derivam suas categorias mais complexas (MÜLLER, 2014; GRESPAN, 2001).

O recurso à dialética para a produção do conhecimento reconhece a impossibilidade de acessar a realidade em suas relações fundamentais de

forma imediata. Faz-se necessário, sob o terreno dialético, a construção de um movimento do pensamento que capte as determinações mais simples e abstratas do conteúdo para expor aquelas mais ricas e desenvolvidas. Não se trata, todavia, do método como o recurso de apreensão do automovimento de um conteúdo a se explicitar sob um invólucro idealista. Na realidade, o método dialético na acepção marxiana se constitui pela construção categorial que se faz com e através de uma investigação empírica e do desenvolvimento histórico das relações do objeto, momento do qual se segue a exposição da sua lógica interna em conformidade com os nexos desvelados pela análise de suas determinações². Esta é nossa aproximação com o esforço metodológico de Marx, em relação à inversão da dialética hegeliana (MÜLLER, 1982) e à construção preliminar de nosso terreno metodológico de pesquisa.

Nessa direção, esse percurso metodológico não nos autoriza o distanciamento ou, no limite, a desconsideração de um conhecimento que há muito se debruça sobre nossos problemas de pesquisa. Pelo contrário, trata-se de se incorporar suas análises e seus resultados, realizando a devida crítica quando necessário para se alcançar os termos do desvendamento do real. Como enfatiza Müller (1982), foi necessário, no esforço analítico de Marx, “uma apropriação crítica prévia dos resultados da economia política como ciência social para que a sua reconstrução categorial” constituísse “efetivamente uma exposição do desenvolvimento conceitual do material pesquisado³”. Neste ponto, a forma pela qual esta pesquisa se constitui está em consonância com o

² A propósito dos escritos de Marx em Contribuição à crítica da economia política, Engels refuta a dimensão lógica como sendo meramente abstrata em uma primeira apreciação sobre o caminho da Crítica à economia política. Em suas palavras, no método utilizado por Marx “o desenvolvimento lógico não se vê obrigado a se movimentar no reino do puramente abstrato. Ao contrário, precisa apoiar-se em exemplos históricos, manter-se em constante contato com a realidade. Por isso, esses exemplos apresentam uma grande variedade de argumentos e consistem tanto em referências à trajetória histórica real nas diversas etapas do desenvolvimento da sociedade, quanto em referências à literatura econômica, àquelas que acompanham, desde o início, a elaboração de conceitos claros das relações econômicas. A crítica das diferentes definições, mais ou menos unilaterais ou confusas, está contida, no fundamental, no desenvolvimento lógico.” (ENGELS, 2015: 287)

³ Marx menciona no posfácio da segunda edição do volume 1 de *O capital* a Economia Política como uma “ciência estrangeira” na Alemanha até à data da publicação da obra por “faltarem as relações econômicas modernas à realidade alemã” – tendo como parâmetro a realidade inglesa. Ao se referir ao contexto inglês como o país onde a economia política mais se avançou em suas proposições, Marx atrela o desenvolvimento das relações capitalistas como o ponto crucial às formulações da economia política. Todavia, no cerne do próprio avanço das reflexões da economia política com Ricardo, surge sua variante vulgar, apologética, sobretudo diante do acirramento das contradições desdobradas a partir de 1830 na Inglaterra e na França, que possuía um caráter utilitarista e que se desvirtuava de uma compreensão efetiva da sociedade burguesa.

percurso de Marx, embora saibamos, francamente, que nosso percurso formativo nesta pesquisa não equivalha a um estudo profundo metodológico e teórico a propósito da obra de Marx e seu impacto para a ciência social. Todavia, o paralelo entre seus preceitos metodológicos diante de seu objeto de investigação e nossa pesquisa é de extrema importância para que se reforce não se tratar nosso direcionamento de um estudo de caso ou mesmo uma dedução abstrata da particularidade com que nos depararemos

Nas seções que se seguem, traremos considerações teóricas importantes das quais as investigações de Marx foram decisivas. Em que pesem todas as transformações e dinâmica importantes do século XX que foram cruciais à reprodução do capitalismo, suas contradições internas não se esvaíram, pelo contrário, se amplificaram. E, diante de tais transformações, o arcabouço teórico trazido pelas elaborações de Marx foi substancial a ponto de revelar o cerne da gênese do desenvolvimento do capitalismo, muito embora novas entradas foram necessárias para elevar o alcance de sua teoria, a exemplo do que realizou autores como David Harvey e Henri Lefebvre. O capital enquanto contradição em processo, tornado fundamento da sociabilidade moderna, com diversos desdobramentos sociais profundos, apenas pode ser compreendido enquanto relação social historicamente determinada através da teoria do valor e do trabalho abstrato de Marx. Por esta razão, seguimos expondo a validade desta reflexão crítica necessária à pesquisa.

1.1 Da mercadoria ao capital

Estabelecer uma compreensão dos termos reais da Crítica à economia política realizada por Marx impõe inúmeros desafios para uma leitura contemporânea a propósito do desvelamento do capitalismo em suas relações fundamentais. Realizar, pois, a apreensão de um trajeto teórico desta estatura não se faz isento de insuficiências e dificuldades. No entanto, é preciso recuperar momentos da crítica que nos referencia, do corpo teórico que revela o capital como relação social abrangente e definido por contradições internas como condição para os encaminhamentos da pesquisa aqui delineada.

Certamente, como tanto alertaram inúmeros autores, o capitalismo desde a época dos escritos de Marx sofreu profundas transformações dadas suas contradições essenciais. No entanto, não se tratou o desenvolvimento histórico do capitalismo de um esvaziamento dos termos desvelados pelo autor, pelo contrário, revelou a potência das contradições iluminadas pela sua trajetória intelectual a respeito da sociedade moderna, inclusive frente as transformações do capitalismo ao final do século XIX e o século XX. Por exemplo, o intento de autores como Lênin, Lefebvre, Harvey e tantos outros, não consistiu em abandonar o arcabouço teórico-metodológico de Marx, mas dirigiu-se na ampliação do alcance das descobertas marxianas em torno das relações capitalistas no cerne dos desdobramentos de suas contradições, não por uma defesa incontestada do corpo teórico em questão, mas pelo rigor das considerações a propósito das relações fundamentais modernas nele contida ainda não superadas. Por essa razão, resgatar inicialmente as premissas do capitalismo desveladas por Marx nas próximas páginas se torna crucial para se estabelecer os devidos termos da relação-capital em seus desdobramentos, atendo-se às contradições mais elementares até as mais desenvolvidas, constituindo assim a base para, posteriormente, expor o quão abrangente se tornam tais premissas em relação à reprodução das relações sociais nos dias atuais.

É necessário reconhecer que qualquer reflexão que se estabeleça como externa ao capital, não se efetiva enquanto uma crítica efetiva, mas sim uma forma fetichista de abordagem da sociedade moderna. Por isso, a totalidade social moderna não pode ser analisada sob uma perspectiva *a priori*, mas apenas em se considerando as formas estruturantes do capitalismo. Para realizar um escrutínio efetivo das relações modernas, é necessário adentrar na constituição das relações basilares do capital para compreender o seu desenvolvimento como momentos processuais de sua razão interna, cujos desdobramentos envolvem uma simultaneidade de momentos historicamente determinados pelas contradições inerentes a esta forma social específica.

Diante de sua investigação, Marx constrói uma crítica à sociedade moderna que não deveria ter como primeira aproximação o capital, mas sim a mercadoria, pois esta seria a forma elementar da riqueza capitalista. A partir da mercadoria se tornaria possível acessar os desdobramentos conceituais do

capital e apreender suas manifestações na sociedade por ele determinada. Por essa razão, a apresentação de Marx, em sua obra de maior maturidade, a mercadoria apresenta-se como o princípio necessário ao desvelamento da sociedade capitalista, sendo, inclusive, o momento do qual se deriva o dinheiro, do qual, por conseguinte, se deriva o capital. Esse recurso, conforme exposto anteriormente, refere-se a um método de apreensão da realidade concreta pela necessidade de partir de um plano abstrato que permita alcançar a riqueza das reais determinações do concreto. No entanto, o caminho elaborado por Marx não se traduz adequadamente em uma progressão do abstrato ao concreto, pois este abstrato já pressupõe um tratamento do nível do concreto, devendo necessariamente a este reportar desde as suas derivações mais simples às mais complexas⁴. Isto leva a questões cruciais, no sentido de que a análise de Marx a respeito do capital se estabelece a partir das condições objetivas da realidade concreta e de seu desenvolvimento histórico.

É por esta razão que a mercadoria é a forma mais elementar necessária à investigação de Marx, capaz de revelar os desdobramentos fundamentais à realidade historicamente fundamentada pelo capital enquanto relação social. Através da mercadoria, como forma mais elementar contida nas mais diversas relações da sociedade moderna, Marx pode esmiuçar as condições essenciais em que as relações sociais sob a égide do capital se desdobram, alcançando progressivamente a totalidade social abrangente por estas determinada. Compreendendo a mercadoria como uma unidade de contrários, o valor de uso e o valor⁵, torna-se possível penetrar nos fundamentos da realização da troca, situados na abstração de suas qualidades sensíveis e na dimensão comum a todas as mercadorias: a de serem produtos do trabalho. E essa equalização entre mercadorias nas relações de troca, ao ter como fundamento a abstração do caráter útil dos produtos do trabalho, permite Marx alcançar a condição necessária para essa relação de

⁴ Mandel expõe o percurso de Marx no intento de assimilar a realidade a partir da compreensão adequada de sua estrutura e leis de desenvolvimento que não prescindiram de uma dialética do abstrato e do concreto. Por isso, seus princípios reafirmam que “a dialética do abstrato e do concreto é também uma dialética entre a história real e a reprodução intelectual desse processo histórico, e que essa dialética não deve se limitar exclusivamente ao nível da ‘produção teórica’”. (MANDEL, 1982: 11).

⁵ “Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhe conferem utilidade, isto é, tornam-na valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias.” (MARX, 1988: 46-7)

equivalência típica da sociedade mercantil: o trabalho humano enquanto trabalho abstrato.

Em *O Capital*, Marx realiza um exame minucioso atento a suas descobertas mais elementares para avançar em suas considerações. Assim, ao alcançar as determinações das relações de troca assentadas no trabalho humano enquanto trabalho abstrato, Marx pode lançar luz às expressões necessárias à efetividade da troca, a forma dinheiro, da sua forma mais simples à mais acabada, o dinheiro propriamente⁶, mediação que não se apresenta à consciência imediata enquanto tal. Ainda, pode elucidar a relação de equivalência posta na troca sinalizando a condição de relação de tempos de trabalho, bem como o caráter fetichista da mercadoria.

Há que se considerar, logo, que os recursos analíticos de Marx permitem-no compreender que o dinheiro está contido na mercadoria e se desdobra do interior desta, da sua oposição interna entre valor de uso e valor. E é na progressão da investigação que o capital aparece derivado do dinheiro, o qual, posto sob a rubrica da circulação D-M-D', torna-se o ponto de partida e o ponto de chegada, sendo nesta acrescida um incremento derivado do processo intermediário, o processo produtivo, em uma mudança quantitativa de seus extremos. Tal incremento apenas pode se estabelecer, primeiramente, via aquisição da mercadoria (M) cujo valor de uso seja a capacidade de produzir um quantum de valor mediante o processo de trabalho – no caso, a força de trabalho. Em segundo, diante das condições objetivas e subjetivas que permitem a extração de um sobrevalor, de um excedente de valor mediante o processo de exploração do trabalho. Nessas condições, o exame alcança a circulação do dinheiro no âmbito do D-M-D' que faz do dinheiro capital, perfazendo assim as relações social e historicamente determinadas as quais ele reporta.

O dinheiro, assim, se desdobra em capital pela sua condição de mobilizar a potência criadora de valor através da aquisição dos meios para produzir e da própria força de trabalho que se tornaram, respectivamente, capital constante e capital variável sob seus auspícios.

⁶ “Aqui cabe, no entanto, comprovar a gênese [da] forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro.” (1985: 54)

A apreensão desses momentos concernentes à mercadoria e ao dinheiro tornam-se prerrogativas necessárias para Marx lançar luz ao conceito de Capital, à relação social que compõe o cerne e as engrenagens das estruturas sociais modernas. Através de um exame detido da realidade social sob um movimento rigoroso de reflexão e exposição baseado no concreto-abstrato-concreto, Marx chega ao Capital enquanto um sujeito automático, no interior da qual dinheiro e mercadoria lhe são momentos para assegurar um processo não apenas de produção de valor, mas de autovalorização. Por essa razão, na circulação de capital propriamente dito, o valor das mercadorias assumem-se enquanto “substância em processo e semovente, para qual mercadoria e dinheiros são meras formas.” (MARX, 1985: 126). O capital, assim, não representa relações mercantis, mas ele diz respeito, a “uma relação privada consigo mesmo” (idem, 127).

Os desdobramentos da forma-mercadoria contida na condição elementar do trabalho no capitalismo devem ocupar um lugar central no desvelamento das formas de pensamento e de síntese do processo social. Dessa forma, a apreensão da realidade com que lidamos requer o reconhecimento do trabalho abstrato como o fundamento essencial do capitalismo enquanto forma social abrangente.

Esta totalidade constituída pelo trabalho como mediação social autofundamentada e a forma universal com a qual ela se sistematiza atrelam-se, necessariamente, a uma espécie de generalidade, à forma-mercadoria. Seguindo as determinações mais essenciais, as qualidades materiais de uma mercadoria não importam para reportar-lhe a condição de elo social; na realidade, a mercadoria, admitida como mediação social no capitalismo, pressupõe a dimensão abstrata como condição inerente à sociabilidade capitalista.

No âmbito dessa apreensão do capital pelas suas relações essenciais, compreende-se o seu profundo caráter contraditório. Diante do domínio crescente do capital em relação às suas próprias condições de autovalorização, o seu desenvolvimento está determinado por contradições internas que dizem respeito à relação necessária entre o trabalho vivo e morto, da afirmação e negação daquele por este último. A apreensão positiva do trabalho constitui-o como fonte viva de valor, o que se estabelece

simultaneamente com a sua negação enquanto um todo substancial cujas virtudes últimas são elevar o desenvolvimento das forças produtivas ao ponto evanescer progressivamente a parcela responsável pela extração de mais-valor, a saber, o trabalho vivo (capital variável). Tornado o trabalho substância de um processo de acumulação de capital, cujo fundamento repousa na valorização do capital por ele mesmo, pela extração incessante de mais trabalho a repor o ciclo seguinte, a relação capital-trabalho, essencialmente contraditória e fundante desta forma social, compõe o cerne do movimento histórico e contraditório do capitalismo.

No impulso permanente de ampliar a extração de mais-valor frente à exploração da força de trabalho, o capitalismo engendra uma forma de domínio das relações de trabalho que Marx trata como a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho⁷. O estabelecimento de um domínio pleno das condições do trabalho, que se consolida com o surgimento da grande indústria, conforma uma alteração fundamental nas partes integrantes da jornada de trabalho, o trabalho necessário e o mais-trabalho, e influi na expansão da extração de mais-valia via mais-valia relativa. Disso resulta uma ampliação crescente da taxa de mais valia frente à redução do trabalho necessário. Ocorre, todavia, uma ampliação exponencial simultaneamente da parcela de capital fixo ao processo produtivo, nos termos do que Marx descreve como aumento da composição orgânica do capital, na qual repousa contradição inerente ao seu desenvolvimento, pois a expansão da mais-valia encontra um limite lógico à expansão da produtividade do trabalho⁸. Isto vem a expressar as contradições inerentes ao momento mais desenvolvido do capital, decorrente da proporção entre capital constante e capital variável, a partir da

⁷ Marx expõe uma passagem relevante nas formas de dominação do capital, pois ela se estabelece em seus primórdios em condições herdadas e pré-capitalistas, bases que consolidam a subsunção formal do trabalho. Após o desenvolvimento das forças produtivas constituírem a grande indústria, estabelecem-se outras condições de dominação, aquelas que perfazem a subsunção real do trabalho. A esse respeito, ler Marx (1985b).

⁸ (...) “a produção mecanizada, como quer que expanda, mediante o aumento da força produtiva do trabalho, o mais-trabalho à custa do trabalho necessário, só alcança esse resultado ao diminuir o número de operários ocupados por dado capital. Ela transforma parte do capital, que antes era variável, isto é, que se convertia em força de trabalho viva, em maquinaria, portanto em capital constante, que não produz mais valia (...). Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valia, uma contradição imanente, já que dos dois fatores da mais-valia que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais-valia, porque reduz o outro fator, o número de trabalhadores” (MARX, 1985, p.31, Vol. II).

qual se situaria a tendência à queda da taxa de lucro. Como bem assinala Grespan (1996), esta lei anunciada pelos estudos de Marx se baseia no “movimento em direção oposta das duas formas de medidas criadas no curso da valorização do valor”, a saber, a taxa de mais-valia e taxa de lucro. Isto remete a uma oposição entre a medida real de valorização – a taxa de mais-valia – e a medida fetichizada – a taxa de lucro. Em se considerando o desenvolvimento do capital em geral, de seu aumento da composição orgânica, o movimento seria, logo, o de expressar a “sua contradição essencial e que o conduz à desmedida” (idem, 134) e sua crise imanente.

Desvela-se, por conseguinte, que o capital, em seu desenvolvimento, apreendido enquanto contradição em processo, guarda em si mesmo a negação de seus pressupostos. Nos marcos de seu pleno domínio social, o desenvolvimento industrial, realidade engendrada pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais tornadas e conduzidas pelo capital, posiciona-se o valor de forma cada vez mais inadequada em sua condição de medida da riqueza efetivamente produzida. Longe de significar a superação das determinações do valor na sociabilidade moderna, tal inadequação em patamares cada vez mais amplos revela a negatividade inerente às relações sociais capitalistas e reproduz crises cada vez mais profundas e, conseqüentemente, reestruturações em suas dinâmicas próprias. Sendo seu sentido um fim em si mesmo, “o valor se torna anacrônico em termos do potencial do sistema de produção gerado por ele” (POSTONE, 2014:42), expressando de forma cada vez mais vigorosa sua crise inerente.

Observa-se, pois, que nossa linha argumentativa assume estas considerações a respeito do capital com todo vigor que ele implica, de modo a constituir-se uma forma de sociabilidade. Este adendo, que no decorrer do texto será explicitado com os devidos cuidados, se justifica para que não se compreenda a relação do capital e suas contradições como estrita relação no interior da planta da fábrica, mera relação capitalista-trabalhador, mas enquanto elo determinante, abrangente e contraditório da forma social moderna.

Não se pode, diante do exposto, se abster das contradições do capital e de suas formas de manifestação mais concretas, suas crises, que adquirem um sentido de revelar os termos da reprodução do capital inclinados

à permanente reestruturação da realidade social, desde que apreendidos criticamente sob a determinação das relações contraditórias capitalistas. Assim, sendo os limites do capital internos a ele próprio, a análise não pode compreender suas crises como perturbações externas em seu devir, mas os desdobramentos da realização de sua razão irracional. Por essa razão, a análise que pretendemos realizar também exigirá a investigação a respeito dos mecanismos que permitiram ao capital, entregue às suas crises internas não mais cíclicas, mas estruturais, permanecer como o elo social que fundamenta esta forma social, questão que permeou imensamente o debate marxista.

Não sem razão, este texto iniciou-se com uma exposição breve da formação social capitalista em geral, pois são às bases dela que devemos nos referir em direção a uma reflexão efetivamente crítica da realidade social contemporânea através da realização do delineamento desta pesquisa. No entanto, o direcionamento não corresponde ao entendimento dos pressupostos desta sociedade para afirmá-los; pelo contrário, o delineamento de nosso percurso está circunscrito ao que Kurz designa de crítica radical do valor. Tal perspectiva, ao recuperar o fôlego da teoria de Marx, sinaliza para

uma crítica e suplantação teóricas e em perspectiva práticas do contexto basilar formal e funcional deste modo de produção e de vida, tal como ele se apresenta nas categorias do trabalho abstracto, da forma do valor e da mercadoria, do dinheiro, do capital (valorização do valor como “sujeito automático”), do mercado e do Estado, contexto esse que foi definido por Marx como uma relação fetichista autonomizada face aos actores sociais. (KURZ, 2016a).

Sob esta perspectiva, a crise inerente a esta forma social deve compor um elemento não fortuito, mas central à compreensão às dinâmicas do capitalismo. E foi no cerne do último quartel do século XX que os termos desta crise estrutural puderam compor de forma mais adequada o campo de visão da crítica social dada a expressividade do limite interno desta forma social. Não raro, a superação histórica do capitalismo, por muito refletida no interior da afirmação de suas próprias categorias, como enfatiza o percurso intelectual de Robert Kurz, não alcançou os devidos termos da crítica a esta forma social. Assim, é preciso reconhecer os limites de uma crítica categorial positiva ao capital. Tal tarefa sinaliza para a necessária construção de uma crítica negativa

ao capital, que apenas poderia ser constituída se recuperada a essencialidade da substância desta forma social – o trabalho abstrato.

Neste sentido, como insiste Kurz (2016b), a crítica radical efetiva do valor não pode se prescindir de realizar uma exposição a respeito de sua substância, por isso o esforço aqui contido de referenciá-la nas páginas anteriores. Ademais, no desenvolvimento da sociedade capitalista, o processo de modernização implicou em níveis cada vez mais elevados de ocultamento e esvanecimento de seus termos substanciais, aqueles assentes na relação própria ao capital e valor, ou melhor, na valorização do valor. É necessário, pois, insistir na gênese da valorização do valor como um processo transcendente, pois seus elos com a sociedade moderna são invisíveis, mas que tal transcendência atua com extremo vigor como abstração potente, penetrando as relações sociais e tornando-as abstrações reais⁹. Trata-se de uma metafísica calcada efetivamente nas relações sociais, cuja substância constitui a força-material e o processo: o trabalho abstrato. A medição desta substância repousa na sanha inerente à acumulação de capital, que movimenta essa realidade diante de uma objetividade fantasmagórica, que obscurece os termos de sua realização crítica.

A crítica à economia política escrutinada por Marx se estabelece por meio de um método que permite apreender a essência da dinâmica do capitalismo. Não se trata, pois, o percurso investigativo de Marx do privilégio de uma esfera particular da realidade social, mas de considerar a totalidade em suas instâncias fundamentais. O trabalho constitui-se como fundamento da sociedade capitalista na análise de Marx, não estritamente pela sua coordenação primordial na produção material via seu caráter concreto, mas também e, sobretudo, pelo seu caráter particularmente abstrato, sob o qual se engendra o dinamismo das relações sociais capitalistas.

O desvendamento realizado por Marx põe em relevo a contradição em processo do capital, desvelando-a na permanente luta para fazer do tempo do trabalho a uma proporção mínima, ao passo que se mantém este mesmo

⁹ “O paradoxo da abstracção real consiste em que a abstracção, em si não física/material/corpórea, a coisa do pensamento, ou por outra, um produto da cabeça socialmente objectivado como projecção fetichista, se apresenta ainda assim como uma relação social real e uma objectividade física real, nomeadamente em objectos que em si não são abstractos, mas que são tornados objectos realmente abstractos pelo mecanismo de projecção social.” (KURZ, 2016b)

tempo de trabalho como fonte e medida da riqueza social. Embora esta tendência efetiva do capital lhe seja fundante, a sua inadequação como medida da riqueza social produzida, manifesta extensivamente no século XXI, não lhe é suficiente para deflagrar a implosão de seus fundamentos abstratos e, portanto, de estabelecer uma nova forma de estruturação social e de forma social de riqueza. Diante da reprodução crítica do capitalismo, uma parcela da crítica social marxiana, da qual se destaca o Grupo *Krisis*, notadamente Robert Kurs e Moshe Postone, apreende os complexos elos da modernização que trazem a crise do capital, que não corresponde a um fim definitivo, mas a um componente próprio ao capital, dimensão que não reverbera em sua superação histórica imediata, pois o trabalho abstrato ainda permanece enquanto o aporte e fundamento não superado desta forma social. Por essa razão, a negação do capitalismo, mesmo contida em sua própria estrutura basilar, não engendra uma superação de seus termos de forma automática. Pelo contrário, como lembra Moishe Postone, “o fato de o dispêndio de tempo de trabalho humano imediato continuar central e indispensável para o capitalismo, apesar de ter se tornado anacrônico pelo desenvolvimento do capitalismo, gera uma tensão interna” (2014: 51) que, como uma apreensão crítica da reprodução social contemporânea expõe, ainda não alcançou seus termos finais. Para não incorrer nos riscos de uma defesa de certo distributivismo, ou mesmo de uma superação através da luta de classes, tal questão nos leva à necessidade de posicionar a crítica *ao trabalho*, e não *sob o ponto de vista do trabalho*, perspectiva construída por Postone (2014). Prossigamos na direção da construção deste argumento.

1.2 Crítica da sociedade do trabalho

A distribuição da riqueza não consciente no capitalismo e sua apropriação privada sob a rubrica da dominação de classe compuseram o cerne de uma leitura que Postone(2014) convencionou como tradicional do marxismo. No interior desta perspectiva repousa o marxismo revolucionário, que se enveredava pela superação da abolição da propriedade privada via a realização plena do sentido da classe proletariada, o que traria aos trabalhadores o resultado de seu próprio trabalho. No limite, também há

indícios desta perspectiva tradicional do marxismo através de concepções que incorporam ideais socialdemocratas, concebendo o trabalho no interior da suposta libertação relativa de certas amarras do capitalismo, constituindo uma perspectiva que passa a defender uma parcela justa no campo da distribuição da riqueza, o que levaria a uma sociedade racional e dentro dos princípios de justiça, prerrogativa que delimitou um percurso interpretativo e de ação para a crítica social próprios ao século XX. Embora aparentemente distantes do campo teórico e da ação prática, constituem um mesmo campo no interior interpretativo do capitalismo. Nestas as vertentes, como sublinha Postone, sob o escopo do marxismo tradicional, “a categoria do trabalho (...) oferece um ponto de vista normativo para uma crítica social em nome da justiça, razão, universalidade e natureza” (2014: 85). Por isso, suas formulações correspondem a uma crítica positiva em que compreende a razão, a universalidade e a justiça como formas a se realizarem em uma suposta sociedade pós-capitalismo, estando este tripé no cerne da constituição social levada a cabo *pelo trabalho* na sociedade capitalista vigente. Assim, as formulações do marxismo tradicional insistem não na autoabolição do proletariado, mas na sua realização plena. Sob estas premissas, os termos de uma crítica social efetiva deixaram por se estabelecer. A superação histórica dos fundamentos do capitalismo não estava dada no interior da radicalidade da luta de classes presente no decorrer do século XX, tampouco nas lutas socialdemocratas em torno de conquistas políticas da classe trabalhadora, como a própria gênese do capitalismo denotou. A insuficiência desses campos para lidar com os termos da crítica à econômica política repousam no que Postone considera de *crítica do ponto de vista do trabalho*, perspectiva incapaz de levá-los a uma análise aprofundada e, logo, os tornam impossibilitados de dar respostas satisfatórias às dinâmicas concretas do capitalismo. Cabe-nos nesta seção expor brevemente os limites de tais abordagens e o direcionamento necessário para se alcançar os devidos termos da crítica através desta pesquisa.

No decorrer da modernização das estruturas econômicas e sociais inerentes ao capitalismo, surge uma aparente adequação crescente entre a propriedade privada e mercado com as condições da produção industrial, do que resulta uma interpretação da suposta superação do capitalismo pela

constituição do socialismo. A crítica que se baseia no trabalho como ponto de vista é positiva, pois se baseia nesta instância social tida como universal tal como seria a classe que o executa. Deve-se observar que muito do que se aclama por esse marxismo tradicional e suas influências não escapam dos limites do próprio capitalismo.

Os ideais de razão, universalidade e justiça incorporados no interior da crítica social do marxismo tradicional não sintetizam uma dimensão não capitalista da sociedade moderna. Pelo contrário, como afirma Postone, tal dimensão deve ser compreendida “em termos do tipo de constituição social efetuada pelo trabalho no capitalismo” (idem, 87). Situar o plano analítico no capitalismo como forma social ou como forma de dominação de classe torna-se um elemento decisivo no direcionamento da crítica, no sentido de não compreender adequadamente a especificidade do trabalho no capitalismo. Com isso, não se leva a termo uma crítica da economia política como fez Marx, mas realiza-se, no limite, uma economia política crítica centrada tão somente no modo de distribuição da riqueza.

As relações sociais no capitalismo apresentam uma forma específica de distribuição de riqueza, mas elas estão assentadas em relações que se fazem subjacentes às relações de exploração imediatas. O caráter social dessas relações se faz através de uma estrutura quase independente que se opõe aos indivíduos, estabelecida por uma necessidade impessoal e abstrata. Por isso, a forma central de dominação capitalista é, em essência, abstrata e impessoal. A independência com que se apresentam os sujeitos no capitalismo na realidade está ancorada em um sistema subjacente de dominação social que parece para além do social. É neste ponto que devemos sublinhar a potência de uma crítica que inclua o sentido amplo de dominação social por meio do trabalho, como chama atenção Postone:

No capitalismo, o trabalho social não é somente o objeto de dominação e exploração, mas é, ele próprio, o terreno de dominação. A forma não pessoal, abstrata, ‘objetiva’ de dominação característica do capitalismo está aparentemente relacionada à dominação dos indivíduos por seu trabalho social (POSTONE, 2014: 150).

Dado este caráter específico do trabalho como o âmago do capitalismo, a reflexão crítica não pode ficar presa aos condicionantes da luta e antagonismo de classes. Em que pesem as nuances das perspectivas que se centram na luta de classes, de uma forma geral nestas estabeleceram-se exames que não apenas se afastavam da crítica à economia política de Marx, mas repunham os termos da economia política afirmativamente, como alega Robert Kurz (KURZ, 2016b). Deriva-se, assim, um distanciamento da crítica à economia política e, portanto, afasta-se das prerrogativas que fizeram do exame de Marx uma apreensão rica do capitalismo em suas dinâmicas internas.

As relações sociais só existem em forma objetivada, o que significa dizer que a estrutura que cria a interdependência entre as pessoas não está dada abertamente no capitalismo; pelo contrário, há uma esfera objetiva e de aparência não social constituída pelo trabalho sob a qual se estruturam os elos sociais entre os indivíduos. É por essa razão que Postone salienta que, “como a esfera social que caracteriza a formação social capitalista é objetivada, ela não pode ser adequadamente compreendida em termos das relações sociais concretas” (POSTONE, 2014: 180).

Naturalizadas, exploração e dominação adquirem um caráter específico no capitalismo. Embora por muito se tenha centrado ambas na apropriação de mais-valia do trabalhador no processo produtivo por parte da classe capitalista, é necessário enfatizar que toda a potência de revê-las na base da forma social do capitalismo envolve considerar a forma do trabalho na sociedade moderna. Ademais, por assumir um caráter impessoal e objetivo, as relações de dominação capitalistas não aparecem como sociais e socialmente determinadas, mas naturais. É necessário, no entanto, um tratamento cuidadoso para se alcançar os termos adequados dessa dominação¹⁰, que se complexifica no decorrer do século XX e adquire novas dimensões com a reprodução das relações de produção exigida pelo capitalismo.

¹⁰ Não se pode excluir a contribuição de Lukács (2014) a respeito das formas de dominação no interior do capitalismo, mesmo com sua crítica do ponto de vista do trabalho. Tais formas de dominação se consolidam entrelaçadas a processos de reificação que apresenta de forma cada vez mais inadequada os fundamentos sociais do capitalismo. Nessa direção, na leitura de Lukács, com a forma mercantil tornada forma universal, condição histórica do capitalismo, “quanto mais avança o desenvolvimento [do capitalismo], mais complicadas e intermediadas surgiam as formas, cada vez mais raro e difícil tornava-se penetrar nesse invólucro reificado” (2014: 194).

Não se desvela o trabalho enquanto mediação social através de si mesmo, pois é preciso por o acento em suas objetivações. Como alegamos anteriormente, a mercadoria constitui a forma mais elementar da objetivação das relações sociais capitalistas constituídas por meio do trabalho. O equivalente universal – o dinheiro – aparece como a mediação social e, sendo assim, mercadoria aparece sendo um bem mediado pelo dinheiro. Perde-se o lastro geral do trabalho e da mercadoria no dinheiro, de modo que este aparece como mediação universal em si e de si.

Reportando a tais abordagens presas ao invólucro ontológico do trabalho, Postone afirma que “relações sociais constituídas pelo trabalho não podem nunca ser abertamente sociais, mas têm necessariamente de existir de forma objetivada.” (195). Portanto, o posicionamento geral das abordagens do marxismo tradicional hipostasiou a essência do capitalismo como essência da sociedade humana em geral, pois estas não eram “capazes de explicar a relação intrínseca entre essência e suas formas de aparência e, portanto, não podem admitir que uma característica distintiva do capitalismo pode ser o fato de que ele tem uma essência” (195). E a sua essência, desvelada através do percurso rigoroso de Marx, apenas pode ser devidamente criticada tendo-se como parâmetro suas categorias elementares, caminho que exige a crítica ao trabalho, tal qual aquele realizado pelo grupo *Krisis* e seus interlocutores.

A mercadoria não parece ser valor, mas um valor de uso que possui valor de troca. Obscurece-se, assim, o valor como forma específica de riqueza materializada na mercadoria. Por essa razão, não se atendo à substância processual às costas de todos (supostos) sujeitos, não se compreende devidamente a medição do dinheiro na troca de mercadoria e centra-se no valor como riqueza trans-histórica cuja distribuição no modo de produção capitalista é realizada pelo mercado. Desse modo, perdem-se os termos substanciais do capital, as suas determinações mais essenciais alicerçadas no processo de valorização do valor e na sua negatividade, e se põem em relevo os ditames de mercado (ou mesmo do capitalismo de mercado), da distribuição do excedente, que surgem em primeiro plano às análises.

Os processos de crescente centralização do capital, assentados na propriedade privada tornada relativamente disfuncional e anacrônica à reprodução social, marcas de sua fase monopolista, foram inadequadamente

apreendidos em suas determinações essenciais e não raro serviram para deslocar a teoria do valor a um campo negligenciável da crítica. Sob tais transformações do capitalismo, muito se distanciou da discussão em torno da substancialidade que ainda vigorava nesta forma social. No cerne destas transformações mal discernidas, chegou-se a sustentar a preponderância definitiva do político perante a economia, a exemplo da leitura de Pollock, enfatizada por Postone (2013), que salienta a regulação automática de mercado evidenciando um cenário cada vez mais conflituoso, incapaz de oferecer formas de equacionar as operações anárquicas mercantis. Esta abordagem insiste na necessidade de uma racionalidade em condições de lidar com as operações de mercado e suas perturbações, ajustando-as perante decisões técnicas e burocráticas no interior do Estado. No limite desta perspectiva, como sugere Postone, “segue-se dessa interpretação que quando o Estado suplanta o mercado como agente de distribuição, a esfera econômica é essencialmente suspensa¹¹” (2014: 120). O planejamento de Estado, ao inaugurar uma forma consciente de regulação, contraposta ao *laisse-faire* típico do capitalismo liberal, superaria os imperativos inconscientes da economia capitalista até então vigente. O *modus operandi* do planejamento se estabeleceria externamente à dinâmica econômica, estando, inclusive, como a articulação consciente dos condicionantes desta última.

No entanto, o último quartel do século XX denotou que não apenas as ações racionais seriam insuficientes à dinâmica do capitalismo, mas que a irracionalidade desta forma social admitiria um extravasamento de seus limites até então vigentes. Na realidade, no século XX, o entrelaçamento entre Estado e Mercado, longe de superar os termos que marcam o mundo moderno, se torna ainda mais profundo e não pode ser apreendido como uma forma racional para além das contradições internas do capitalismo. A crise do capital e o desenvolvimento de suas contradições estruturais exigem uma atuação do Estado cada vez mais incisiva e abrangente no interior da reprodução social, embora não seja a única dimensão a se considerar a este propósito, como se

¹¹ Leituras que compreendem a preponderância da esfera política frente à econômica encontram-se em Oliveira (1998) e em Pereira (1977). Em ambos, com elaborações distintas, chega-se a outros modos de produção (o social-democrata e o tecnoburocrática, respectivamente), a partir dos quais estariam em questão a luta pelo controle e/ou apropriação do excedente econômico via disputa política no interior do Estado.

verá mais adiante. A abrangência do Estado no âmbito da reprodução do capitalismo alcançada no decorrer do século XX no bojo do capitalismo monopolista traz um amplo escopo à análise que, se destituída de uma crítica ao trabalho, recai em uma discussão de um modo político de distribuição dos resultados da forma de riqueza capitalista. Além disso, a penetração estatal cada vez mais profunda no plano da reprodução capitalista pode elevar o obscurecimento de uma compreensão adequada dos termos das contradições internas ao capital. Ainda, a reposição dos termos do capital em níveis cada vez mais críticos, deve ser apreendida em uma reprodução das suas relações de produção que encontram no Estado um aporte necessário aos mais diversos contextos. As mudanças das configurações políticas no interior do Estado se fazem a par com as exigências da dinâmica do capitalismo e da reprodução de suas relações de produção em um contexto de crise que se aguçava. Eis o que desejamos expor nas páginas que se seguem.

1.3 Crise do capital e considerações a propósito do Estado

Os elos existentes entre o Estado e a gênese e dinâmica da sociedade capitalista apresentam ampla complexidade, pois o entrelaçamento entre ambos se torna cada vez mais redimensionado na medida em que se desenvolvem as premissas desta forma social. Desde sua constituição, o Estado burguês, constituindo-se a partir e através da dissolução das relações sociais feudais, deve ser compreendido diante das contradições que esta realidade específica se estabelece. Este momento, marcado pela separação da dimensão pública e privada da sociedade, desdobramento da generalização da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência, envolve uma dominação que se personifica em termos de classe e que se faria necessariamente também política. Sendo assim, servindo de suporte a um modo de produção cuja ação individual é uma das características principais, o Estado seria a expressão da contradição entre o interesse individual e interesse geral desta sociedade. Mandel explicita com grande acuidade os termos da relação entre as bases capitalistas e as bases do Estado que lhe corresponde:

A concorrência capitalista determina (...) uma tendência à autonomização do aparato estatal, de maneira que possa funcionar como um 'capitalista ideal, servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo, acima e ao contrário dos interesses conflitantes do 'capitalista total real' constituído pelos muitos capitais do mundo real (MANDEL, 1982:336).

Esta autonomização do Estado, que se desdobra a partir da contradição entre o interesse individual e o interesse geral, no cerne do processo de generalização da propriedade privada e da concorrência capitalista, é relativa, pois se faz na unidade dialética e na contradição “entre a ‘concorrência de muitos capitais’ e o ‘interesse e a natureza social do capital em sua totalidade’” (Ibidem, p. 337). Portanto, o Estado moderno comporta uma dimensão que não é acessória ou arbitrária ao desenvolvimento das relações capitalistas, mas a elas está imbricado e se torna um elo imprescindível a este campo histórico, como bem descreve Kurz (1998).

Diante das contradições que se tornam cada vez mais agudas, o capitalismo monopolista no decorrer do século exigiu um novo conjunto de funções do Estado, bem como as ações subjetivas da burguesia em relação ao Estado. A leitura de Mandel a esse respeito evidencia inúmeros pontos a serem destacados. Por exemplo, estendendo o grau integrador do Estado, ampliou-se a igualdade formal de trabalhadores à condição de cidadão ou eleitor, que corresponde à contrapartida de uma desigualdade fundamental ao núcleo do poder político e sua permanente assimetria quanto ao acesso das classes. Surgem, assim, partidos de massa que criam mecanismos de manutenção e ocultamento das crises com a entrada de interesses dos trabalhadores na esfera política. No entanto, se num primeiro momento a representatividade política ampliada sintetizavam a mediação de interesses conflitantes no plano das classes, a ascensão de escalões da administração estatal completava a dominação política do capital em um contexto de acirramento de suas contradições basilares. Tratava-se, assim, de uma tendência à redistribuição de certo patamar do valor socialmente criado para o orçamento público, operação que atendia às exigências de um Estado atrelado ao capital monopolista e às condições materiais a sua reprodução. Portanto, não se pode inferir a

supressão da lógica contida na reprodução do capital sob o rótulo de um “Estado Social”.

Todas as ilusões subsequentes relativas a um Estado social baseavam-se numa extrapolação arbitrária dessa tendência, na falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho. Na verdade, é claro que a queda da taxa média de lucros, resultante de qualquer redistribuição num modo de produção capitalista, arriscaria não apenas a reprodução ampliada, mas também a reprodução simples: detonaria uma greve dos investidores, a fuga do capital e o desemprego em massa. As ilusões quanto à possibilidade de “socialização através da redistribuição” não passam, tipicamente, de estágios preliminares de desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá habitualmente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucro e assim ‘estimular investimentos’ (MANDEL, 1982: 339).

Portanto, na medida em que o capitalismo se complexificou, o lugar do Estado na reprodução social adquiriu cada vez mais espessura, não raro ocultando as contradições a que se referia esta forma social. A perspectiva keynesiana, diante dos desdobramentos trazidos pela economia capitalista e suas crises cada vez mais violentas, discerniu a respeito do entrelaçamento entre capitalismo e Estado. Se, por um lado, tal perspectiva se constituiu diante do rigor da ciência econômica a ponto de alcançar irracionalidades e contradições nas quais se assentam a própria ordem capitalista, por outro, ela buscava assegurar ao Estado a condição de resguardar uma expansão econômica contínua e promover melhorias nos padrões sociais a partir de políticas macroeconômicas (KURZ, 2004). Mesmo estas duas últimas assertivas keynesianas tendo se constituído em uma grande premissa de políticas econômicas procedentes, as crises e os problemas do desenvolvimento econômico do século XX, sobretudo após a década de 1960, denotavam que as contradições fundamentais ao capitalismo não deixam de criar barreiras às respostas keynesianas¹². (KURZ, 2004).

¹² A respeito dos limites do Estado keynesiano, Corazza (1986: 100-1) pontua: “(...) a presente crise, que, apesar do grande avanço dos controles estatais, irrompeu o sistema capitalista a partir dos anos 70, com consequências nos níveis da produção e do emprego maiores que as vividas por Keynes em 1929, parece contradizer seu prognóstico. E o que é mais importante, nesses 40 anos de políticas keynesianas, não só não se conseguiu exercer um controle sobre o capital financeiro – principal alvo de Keynes –,

No decorrer do século XX, as demandas em relação à dinâmica do capitalismo frente a sua expansão monopolista exigiam novos marcos na atuação no Estado no plano geral da reprodução capitalista. De forma geral, o nível do desenvolvimento das forças produtivas perfila ao Estado uma atuação robusta diante de contradições inerentes ao capital e deflagradas, sobretudo, a partir de meados do século XX. Assim, como elenca Mandel, a redução do capital fixo, a aceleração tecnológica e o aumento enorme do custo dos projetos centrais de capital, amarrados à terceira revolução tecnológica, compreendem a riscos de grande monta à reprodução geral diante de volumes imensos de capitais exigidos para operar a valorização dos capitais individuais. Como bem observa Mandel, a respeito dessa fase do capitalismo monopolista chamada de capitalismo tardio,

O resultado dessas pressões é uma tendência [...] a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como também aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número constantemente crescente de processos produtivos. Portanto, há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às 'condições gerais de produção' que financia. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho (MANDEL, 1982: 339).

No fulcro desse momento da reprodução geral do capitalismo, além de ser acionado a atuar nas dificuldades crescentes de valorização do capital, o Estado também é chamado a exercer ações caracterizadas como administração das crises e amplificar o obscurecimento das contradições inerentes ao capitalismo¹³.

A hipertrofia e a autonomia crescentes do Estado capitalista tardio são um corolário histórico das dificuldades crescentes de valorizar o capital e realizar a mais-valia de maneira regular. Refletem a falta de confiança cada vez maior do capital em sua

como a sua internacionalização o colocou fora do alcance dos governos nacionais. Esse fato talvez dê a especificidade da presente crise capitalista e revele a principal debilidade do Estado keynesiano."

¹³ Esta formulação é potente em relação a inúmeros momentos com os quais lidaremos neste texto. A integração da força de trabalho passa, cada vez mais, pela manipulação ideológica via o aparelho estatal, vide as condições de usuários, consumidores, cidadão, defensores do meio ambiente, entre tantas outras, tributárias de estratégias para absorver os indivíduos em um contexto crescente de crise.

capacidade de ampliar e consolidar sua dominação por meio de processos econômicos automáticos (ibidem, p.341).

O capitalismo tardio caracteriza-se pela combinação simultânea da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade 'pluralista' (ibidem, p. 341).

A propósito da discussão que pretendemos nesta tese, devemos reconhecer a impossibilidade de desvincular a dimensão política com as contradições não superadas do capitalismo. Como bem enfatiza Mandel “quanto maior a intervenção do Estado no sistema econômico capitalista, tanto mais claro torna-se o fato de que esse sistema sofre de uma doença incurável” (ibid., p. 341).

A penetração do Estado nas mais basilares relações de reprodução do capitalismo está sujeita a contradições que pairam no âmago sistêmico do capitalismo. A tal redistribuição dos rendimentos sociais está condicionada à taxa de mais-valia e à valorização dos capitais, as quais tendem, diante de dificuldades crescentes à acumulação, engendrar uma crise financeira do Estado. Ainda, há que se considerar que a democracia representativa indica tão somente uma ilusão de superação dos termos do capitalismo e suas relações de classes. Aliás, como bem enfatiza Mandel, a despeito do profundo avanço e mudança do Estado no âmbito da reprodução social do século XX, sua condição é essencialmente conservadora.

Um aparelho de Estado que não preserva a ordem social e política seria tão impensável quanto um extintor de incêndio que espalha chamas ao invés de apagá-las. Uma instituição conservadora desse gênero é por natureza totalmente incapaz de conceber, para não dizer efetivar, qualquer alteração radical do sistema social vigente. No capitalismo tardio, os ministros podem ser especialistas e vice-versa. Mas a ideologia burguesa os confina rigorosamente a soluções 'racionais' de problemas parciais; é preciso que continuem aprisionados nessa ideologia a fim de exercer suas funções de maneira socialmente (não tecnicamente) competente. Uma das confirmações mais notáveis dessa regra é o destino de medidas antimonopolistas, muitas vezes introduzidas em vários setores de uma economia capitalista 'a fim de proteger o público' (ibid., p.348).

No limite, trata-se de compreender o Estado e suas intervenções crescentes na reprodução social, tanto no campo dito social quanto no econômico, como um desdobramento necessário no cerne da imanente crise do capital. Aliás, é necessário observar o Estado não como o outro da economia capitalista, uma antítese a esta, mas como componente a esta formação social abrangente, a sociedade capitalista. Neste sentido, Robert Kurz (1998, 2004) enfatiza o entrelaçamento entre Estado e a reprodução social do capital nas formulações a propósito do estatismo que, sempre em uma oposição necessária com o monetarismo, atuam como polos inerentes à sociedade moderna¹⁴. Assim, Estado e Mercado devem ser apreendidos como instâncias que reportam necessariamente à formação social moderna desde o seu princípio, ora destacando-se mais o primeiro em detrimento da segunda ou vice e versa. Além de certos momentos históricos tenderem ao monetarismo ou estatismo, no cerne da modernização há uma simultaneidade de formações com distintas configurações de forças entre ambas as instâncias¹⁵.

Portanto, esse imbricamento do Estado no cerne da reprodução do capitalismo vê-se amplificado em seus termos no decorrer da expansão da economia capitalista. Ocorre que diante das contradições basilares desta forma social, não se pode compreender adequadamente as funções do Estado na contemporaneidade sob o invólucro de uma redistribuição política da riqueza social¹⁶ sem se considerar o contexto de crise social que se generaliza na

¹⁴ “O mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são na verdade, alternativas, mas constituem os dois polos, eles não poderão por sua natureza, existir exclusivamente para si enquanto existir o ‘campo histórico’, que os constitui na sua oposição. Esse ‘campo’, considerado na sua totalidade, é o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a ‘valorização’ ou a economicização abstrata do mundo.” (KURZ, 1998: 93)

¹⁵ O transcorrer do século XX mostrou uma série de formações sociais que apresentavam distintas medidas de estatismo ou de monetarismo. Ao mesmo tempo que as economias estatais socialistas atrelavam-se ao Estado como ente modernizador de suas estruturas, as economias de mercado com maior inclinação ao liberalismo buscavam em alguma medida estabelecer o mercado como preponderância em suas diretrizes econômicas. Apesar disso, como alega Kurz (1998, 2004), no interior da maior polarização entre Estado e Mercado, o desenvolvimento estrutural real aponta para o elo que as primeiras não superaram: a forma mercadoria, a dinâmica abstrata da concorrência. Ao mesmo tempo, os segundos exemplos, as economias de premissas mais liberais, nunca puderam se estabelecer sem a instância do poder político-estatal. Por isso, salienta Kurz, “é certo que sempre houve o socialismo [de Estado] na economia de mercado e a economia de mercado no socialismo [de Estado]. (KURZ, 1998:94)

¹⁶ A questão, portanto, exige reconhecer limites objetivos de um modo de produção “social democrata” tal qual exposto por Oliveira em Direitos do anti-valor. Na análise de Oliveira, as contradições essenciais do capital teriam se deslocado para a esfera política, no âmbito de uma luta que se faria agora pelo uso

medida em que o capital revela-se criticamente enquanto relação social. Portanto, o Estado, com sua atuação diante de uma crise sistêmica cada vez mais extensiva e intensiva, não constitui a saída para as contradições desdobradas do capitalismo. Pelo contrário, ele se torna inclusive portador dessa crise e ente político atuante na racionalidade da forma-mercadoria sob as condições críticas de sua reprodução.

Não se deve, por fim, passar ao largo de um exame da realidade de estruturas sociais alienadas, pois desta forma se torna impossível um exame detido das tendências do capitalismo e uma crítica adequada relações capitalistas. O percurso crítico ancorado nas mais profundas reflexões da obra madura de Marx deve não apenas se desvencilhar dos elos existentes entre contradições postuladas no plano da circulação e distribuição da riqueza – portanto, contradições ilusórias¹⁷ –, mas localizá-la na realização plena das virtudes do capitalismo enquanto totalidade social concreta. Tal questão não escapa às considerações mais profundas deste texto. Na realidade, há um desafio que a continuidade histórica (e lógica) do capitalismo impõe à apreensão crítica desta realidade social diante de suas contradições cada vez mais desenvolvidas, na qual o espaço adquire um vulto expressivo à análise crítica. O enfrentamento teórico e prático de um capitalismo que dominou e reestruturou todos os domínios da vida social exigiu, pois, novas entradas para a construção de uma crítica social efetiva.

Objeto de discussão desta seção, o Estado, no cerne da modernização, se apresenta profundamente entrelaçado a inúmeras dimensões da realidade social capitalista. E serão nos marcos do capitalismo monopolista que os vínculos entre Estado e espaço se tornam mais visíveis à

do fundo público. Insistimos que a natureza do fundo público deve ser compreendida, necessariamente, no âmbito da crise de reprodução que se generaliza no decorrer do século XX.

¹⁷ Como ressalta Postone, “as relações de produção e de distribuição são relacionadas, mas não são idênticas. Marx indica que as relações de distribuição são categorias da experiência diária imediata, formas manifestas das relações de produção que ao mesmo tempo expressam e velam essas relações de uma forma que pode levar as primeiras a serem tomadas pelas últimas.” (POSTONE, 2014: 90). Por essa razão, perder de vista o plano substancial da reprodução impede de superar o plano da superfície e a consciência mistificadora do processo geral. A esse respeito, Postone (2014) alega que “um aspecto importante do método de apresentação de Marx é que ele desenvolve a partir do valor e capital – ou seja, das categorias das ‘condições reais de vida de cada momento’ – as formas superficiais de aparência (preço de custo, lucro, salário, juros, aluguéis e assim por diante) que foram ‘apoteotizadas’ pelos economistas políticas e atores sociais. Assim, ele tenta tornar plausíveis as suas categorias estruturais profundas, enquanto explica as formas superficiais.” (2014: 163).

análise da reprodução social capitalista e se mostram enquanto estratégia decisiva à dinâmica sistêmica para o capital. A relevância destes elos aparece para Lipietz enquanto uma organização do espaço no bojo da relação necessária entre a complexificação da divisão do trabalho e Estado, em que o conjunto de processos isolados pressuporiam um estágio gradualmente desenvolvido desta relação de acordo com a evolução histórica do capitalismo. Nela, instaura-se o incessante problema no qual “o trabalho social se apresenta como uma soma de trabalhos privados e onde se coloca a cada ‘produtor’ a questão de sua inserção na reprodução social” (LIPETZ, 1988:153). Para Lipietz, esta questão estaria circunscrita à organização do espaço, nível que se faria importante às dinâmicas de reprodução do capitalismo. Haveria, pois, um nível decisivo no espaço em relação ao ajuste das contradições do capital que não se faria sem a atuação do Estado. No entanto, muito embora as prerrogativas de Lipietz lancem luz à produção das condições gerais de produção através da articulação da materialidade do espaço necessária às dinâmicas capitalistas, estas estão inscritas sob as diretrizes de um movimento de regiões e países dominantes ou dominados. Tais considerações, assim, não penetram na razão de ser do próprio espaço no interior da dinâmica do capital em suas abstrações mais elementares. E tal abordagem apenas se torna possível expondo o espaço não em sua organização, mas em sua produção, conforme expos a trajetória intelectual de Henri Lefebvre. Tal como o Estado, o espaço se apresenta relevante à reprodução social capitalista e, logo, constituirá nosso esforço de compreendê-lo a luz das considerações de Lefebvre.

Como expoente nessa direção, Lefebvre nos leva a reconhecer o espaço social como lugar da reprodução das relações sociais, sobreposto à reprodução dos meios de produção, e também instrumento de planificação e, por conseguinte, da lógica do crescimento, constituindo dimensão fundamental à reprodução das relações sociais capitalistas. Deve-se ter em conta, logo, que o capitalismo e suas práticas sociais se sustentam diante de uma lógica interna da coerência e coesão à escala global. É neste plano que a crítica dialética deveria operar, no sentido de reconhecer seus nexos intrínsecos à espacialidade (LEFEBVRE, 1973). Por isso, a exposição dos termos da reprodução das relações sociais de produção, de modo a alcançar o espaço

enquanto uma dimensão necessária à apreensão da reprodução social contemporânea diante de sua crise, compõe um tópico a discorrer a seguir de modo a contribuir com os encaminhados traçados pela pesquisa.

1.4 Espaço, cidade e urbano: em busca da apreensão crítica de seus termos

As tensões relativas às relações capitalistas ampliadas à escala planetária desde a virada do século XIX para o XX foram objeto da crítica marxista que buscava atualizar o arcabouço desenvolvido por Marx e fomentar uma práxis diante da exacerbação das crises que tomava corpo neste momento de acirramento das contradições internas do capitalismo. Lukács (2012), como grande porta-voz desta vertente, anunciava que os termos de um revolucionamento das relações capitalistas estavam postos, sob o tom das condições objetivas que permitiriam ao proletariado alçar consciência capaz de estabelecer a superação efetiva desta forma social nos encaminhamentos do devir histórico do capitalismo. Esta consciência de classe emergiria da *possibilidade objetiva* aberta pelas contradições do capitalismo ao final do século XIX e início do XX, que permitiriam ao proletariado se desvencilhar da perspectiva presa às ilusões do pensamento burguês e alcançar os elos da sociedade enquanto totalidade¹⁸. Em outras palavras, para Lukács (idem), na medida em que a crise do capitalismo se ampliava, mais claramente se manifestariam os termos do processo econômico a ponto de surgirem as condições objetivas e subjetivas de superação desta forma social específica através da consciência de classe do proletariado.

Este contexto mundial nas primeiras décadas do século XX também serviu para Lênin (1987), em sua exposição criteriosa a respeito da formação dos monopólios e do imperialismo, ressaltar as contradições essenciais do capitalismo tornadas mais agudas. Tal etapa, chamada por ele de etapa superior do capitalismo, representaria a chegada aos limites das suas

¹⁸ Não se trata de um automatismo revolucionário em Lukács, mas de uma luta complexa no interior das lutas de classes que coincidiria com a evolução dialética da consciência de classe do proletariado, a qual teria que se estabelecer na prática, condição aberta pelo acirramento das contradições no início do século XX.

contradições engendrando, portanto, um estado de decomposição de suas estruturas (capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante).

Apesar de toda a análise aprofundada e profícua dos autores, em que pesem a adesão a uma perspectiva da leitura marxista específica cujos limites já foram previamente expostos, o capitalismo não chegou aos termos derradeiros previstos. E, apesar das contradições essenciais não terem sido superadas – pelo contrário, aprofundadas ainda mais –, o século XX foi marcado por crises que não puseram seu veredicto final ao capital. Como anteriormente assinalado, o caminho que pode oferecer uma reflexão a respeito destas saídas de suas próprias crises não encontra o adequado respaldo no que Postone (2014) chama de crítica do ponto de vista do trabalho, perspectiva na qual situam Lukács (2012) e Lênin (1987). O reconhecimento de virtudes das obras dos autores a propósito do fenômeno da reificação em Lukács e do imperialismo em Lenin, não pode deixar de apontar as insuficiências a propósito dos encaminhamentos do capitalismo no transcorrer do século XX diante desses dois autores substanciais da crítica marxista, notadamente aquela situada em sua vertente tradicional, a do ponto de vista do trabalho (POSTONE, 2013).

Dada como certa sua superação, o capitalismo no século XX estabeleceu meios para a sua manutenção que desafiaram enormemente os prognósticos da crítica marxista de Lukács e Lenin. Estabeleceu-se, assim, dificuldades para a leitura por parte do materialismo histórico a propósito do modo de produção capitalista em seus mais profundos desdobramentos do século XX. São amplos os debates a respeito das insuficiências da vertente do marxismo na compreensão do capitalismo em suas relações após a consolidação de sua fase monopolista. Prado (2016: 1) argumenta que essas dificuldades da atualização do marxismo na virada do século XIX e XX se deram quando do momento de “encarar o problema concreto da transformação social” ficando sujeito a limitações “pelo horizonte histórico fornecido pelo desenvolvimento do próprio capitalismo”, no que recai em certo “distanciamento da perspectiva científico-filosófica estrita” na qual Marx desenvolveu sua análise crítica.

Assim, cabe-nos realizar o questionamento para os devidos encaminhamentos de nossa pesquisa: quais seriam esses limites estabelecidos pelo horizonte histórico do desenvolvimento do capitalismo no século XX? E mais: de que modo e em quais instâncias da prática social a sua reprodução se estabeleceu, inclusive no acirramento de suas contradições? Como se verá nas próximas páginas, chegamos às considerações de que as dinâmicas urbanas contemporâneas e a produção do espaço não apenas iluminam os termos da reprodução social capitalista contemporânea, mas lhes são momentos essenciais. Estamos, pois, de acordo com o exame criterioso de Lefebvre a propósito das condições gerais sob as quais a sociedade moderna se reproduz, ou seja, a reprodução das relações sociais de produção, que exige por em relevo uma reprodução social *lato* e, por conseguinte, o Estado, o urbano, o espaço e o cotidiano adentrando e se entrelaçando enquanto níveis essenciais à da dinâmica social contemporânea. Atendo-se a tais questões, assumimos aqui uma perspectiva que procura oferecer um caminho que apreenda o movimento do capitalismo contemporâneo a partir de processos envoltos à reprodução da metrópole de São Paulo, pois neles repousam fundamentos das condições econômicas em curso. Admite-se, assim, que a reprodução do capitalismo, em suas contradições essenciais, não se fez sem a produção de um espaço adequado a suas abstrações, constituindo-se em componente essencial à compreensão do capitalismo em suas dinâmicas estruturantes. Por isso, resguardamos este momento para anunciar sua essencialidade e elos com a reprodução social geral, para depois adentrarmos na particularidade da situação geográfica da metrópole de São Paulo.

Lefebvre chama atenção que o conceito da produção e da reprodução das relações de produção busca oferecer uma possibilidade de lidar com uma lacuna que a análise crítica marxiana não conseguia responder adequadamente sob o reconhecimento do choque imanente das forças produtivas com os estreitos limites das relações de produção capitalista que não traria os devidos termos de seu desdobramento enquanto superação histórica. A elaboração de Lefebvre procura dar conta das superações que, envolvendo rupturas e continuidades do capitalismo, mantiveram suas bases e suas contradições, elevando estas últimas a outro patamar. A reprodução das relações de produção adquire estatuto válido e relevante à análise ao oferecer

respaldo a esta questão que logo se torna um ponto de partida analítico: a produção do espaço.

É necessário, assim, partir da perspectiva de que o desenvolvimento do capitalismo envolveu, desde sua consolidação a partir da grande indústria, sua expansão geográfica. Tal desenvolvimento abarcou a ampliação das suas próprias condições sob duas frentes: a primeira diz respeito àquela fora dos limites geográficos estabelecidos pelas relações capitalistas específicas capitalistas; a segunda, através da atuação no interior das formações especificamente capitalistas já conformados. Ambas são condicionadas pelo impulso próprio ao capital de superar as barreiras que ele próprio impôs e continuamente estabelece ao seu ciclo de valorização. Na primeira dimensão, de grande impulso frente à fase imperialista do capitalismo, a expansão geográfica extensiva redundaria na incorporação de formações sociais não capitalistas como escape necessário à sobreacumulação de capital. A segunda consistiria na reestruturação de territórios já estabelecidos sob relações especificamente capitalistas, visando a abertura de novos setores que ampliassem os limites trazidos pelo próprio capital.

Ambas as dimensões envolvem configurações geográficas novas do capitalismo, formas de territorialização do capital em processos e relações de grande complexidade no decurso de seu desenvolvimento. Envolve reconhecer, no entanto, que a ampliação extensiva do capitalismo, que garantia amplos territórios ao desdobramento da relação-capital, apenas momentaneamente oferecia condições de resolução ao limite interno do capital, pois este movimento consolidou a mundialização de suas operações. Em outras palavras, já se passou do momento em que a modernização das estruturas sociais, correspondendo ao estabelecimento de uma economia industrial, poderia apresentar um fôlego temporário aos capitais excedentes a partir de estruturas sociais ainda não incorporadas organicamente à reprodução geral do capitalismo. A partir da última metade do século XX, a fronteira do capital, em uma estrutura espacial cada vez mais mundializada, seu suposto fôlego – diga-se, saída para a valorização de capitais – tendeu-se a se consolidar no interior dos próprios espaços tornados capitalistas¹⁹, como

¹⁹ Não se afirma, no entanto, que não haja setores ou formações sociais não capitalistas a serem incorporados ao movimento geral, mas que a incorporação destes não seria suficiente para alavancar

ênfatiza a trajetória intelectuais de autores como David Harvey, Edwuard Soja e Henri Lefebvre.

Essa última consideração a propósito do escape possível ao movimento geral da acumulação admite a sua problematização, mas por ora não daremos o devido tratamento nesta seção. A questão que procuramos levar ao primeiro plano neste momento do texto consiste na relevância do espaço na efetividade do capitalismo enquanto existência concreta. Não se trata de trazer o capital em sua condição fisiocrática, mas de conceber a sua necessária territorialização, suas formações socioterritoriais como componentes necessários a sua dinâmica em suas abstrações-concretas essenciais a sua operacionalidade para a realização do movimento em si mesmo através de estruturas socioespaciais. Por essa razão, não se trata de um apelo disciplinar, nem da afirmação de um campo do específico, mas de uma imprescindibilidade à reflexão, fruto da dinâmica própria à sociedade capitalista, decifrando a espacialidade como elemento crucial à reprodução do capitalismo.

As contradições essenciais do capital se amplificam e adquirem uma territorialização específica necessária de ser posta em questão, que consiste em uma dimensão essencial à reposição de seus termos, da qual a metrópole constitui um momento particular. São a ela que deveremos nos reportar diante da reprodução do espaço de São Paulo, sob uma condição privilegiada de expor os marcos da reprodução social em curso. Antes, o percurso ainda envolve por em relevo questões essenciais para se chegar à espacialidade como uma entrada necessária à crítica social efetiva.

Para Soja (1993), houve uma tardia entrada do espaço na crítica radical ao capitalismo, atraso que teria suas raízes nas leituras decorrentes da elaboração de Marx. Para o autor, a inversão da dialética hegeliana presente nas considerações de Marx se estabeleceu negando o idealismo e, por conseguinte, refutando o que Soja chama de “fetichismo territorial ou espacial”.

um novo ciclo de crescimento capitalista. Estamos, pois, a problematizar a perspectiva de David Harvey a propósito da acumulação por espoliação (HARVEY, o novo imperialismo), na qual, segundo o autor seriam formas contemporâneas de valorizar o capital através de renovados processos de pilhagem que se fariam em novos ciclos de acumulação frente sua crise de sobreacumulação. Defendemos, pois, que os processos descritos por Harvey seriam formas de ser da expansão do capital em crise aguda, que já não encontra condições reais de valorização, nas proporções exigidas na contemporaneidade, frente às condições históricas estabelecidas.

Isto se revelou na afirmação do tempo revolucionário e na sua estrita relação com a consciência e luta de classe, ao passo que um antiespacialismo potente teórico e político se consolidava de forma geral no interior das discussões teóricas marxianas. Por isso, o espaço não figurava como componente do universo da crítica social, aparecendo, ocasionalmente, de forma residual e acessória na análise a respeito da dinâmica capitalista. De certo modo, os problemas em torno da reprodução do capitalismo do século XX, bem como suas dinâmicas foram exigindo, mesmo que de forma tímida, perspectivas em que a dimensão espacial assumiria um novo nível de problematização, chegando até as trajetórias de autores como David Harvey, Edward Soja e, sobretudo, Henry Lefebvre, para efetivamente se constituir um arcabouço teórico reflexivo que desvelasse o papel central do espaço na dinâmica social moderna.

Por outro lado, no interior da econômica política, comprometida positivamente com o crescimento econômico, o espaço adentrava ao escopo de sua problemática e atuação, servindo como uma dimensão de relevância no interior da reprodução das relações de produção e suas formas de mistificação e dominação inerentes, como Lefebvre alerta em inúmeras obras. O caráter instrumental e estratégico do espaço constituía-se, em alguma medida, diante de estudos para a localização ótima da perspectiva da acumulação do capital, no interior de uma economia política do espaço, que “consideram o espaço da perspectiva dos custos que representa para as atividades econômicas comandadas pelo capital” (MARTINS, 1999: 26). Como destaca Martins (ibid.), a economia política do espaço encontra fundamento no espaço tomado pela perspectiva dos custos inerentes às atividades econômicas, tendo o desafio de demonstrar a variação espacial desta contabilidade dentro de uma suposta margem racional. Diante das contradições crescentes da expansão territorial conduzida pelas necessidades do capital, a economia política do espaço foi aperfeiçoando seus métodos e se tornando mais abrangente no intento de conduzir o crescimento econômico, a ponto de exigir a ação direta e incisiva do Estado de modo que produção estatista do espaço se tornou “impositiva e estratégica para a manutenção da reprodução social atenazada à acumulação de capital.” (ibidem, 26). E, na esteira da realização desta economia política do espaço, estão inculcadas as premissas de equilíbrio e estabilidade, o que lhe

retira do escopo da compreensão as tensões, os saltos, as rupturas advindas das contradições em processo do capitalismo.

A propósito desta instrumentalidade típica da economia política do espaço, Lipietz (1987) procura analisar e relacionar a racionalidade econômica capitalista e o espaço. Ao por acento na reprodução do capitalismo e na espacialidade necessária a sua efetividade, visualiza uma divisão econômica e social do espaço cujas formas espaciais exigidas pelo desenvolvimento capitalista em sua fase concorrencial diferem daquelas referentes à fase monopolista. Anterior às profundas transformações do capitalismo no decorrer do século XX, as feições desta espacialidade se fariam enquanto “obstrução do espaço social preexistente, dada a impossibilidade de desenvolver um ‘quadro’ para a atividade cada vez mais intensa da produção privada de elementos do quadro construído” (ibidem, p.141). Portanto, o próprio desenvolvimento capitalista inclui a produção do espaço específica de acordo com suas exigências históricas. Como insiste Lipietz, a produção monopolista do espaço consiste na superação do espaço social e econômico preexistente e a “produção programada no tempo de um novo espaço” (ibidem, p. 142). Podemos, assim, visualizar que esta economia política do espaço opera na tentativa de ajustar as propriedades da produção do espaço de forma cada vez mais adequada à concretização das relações essenciais das atividades econômicas estritas²⁰. Por essa razão, se havia ao capital um peso determinante do que o autor chama de tributo diferencial exógeno à alocação espacial do trabalho social no momento do capitalismo concorrencial, na passagem ao capitalismo monopolista o que se torna determinante é “o cálculo interno do planejador, a relação entre o capital a investir e o lucro esperado” (idem: 142), o que autor concebe como tributo diferencial endógeno²¹. Seriam nesses termos nos quais estariam assentada o que Lipietz (1987) chama de

²⁰ Não se trata, a produção do espaço, de uma dimensão exigida estritamente à produção econômica estrita. Como bem salienta a trajetória intelectual de Henri Lefebvre, a produção do espaço no âmbito da reprodução do capitalismo supera imensamente a dimensão econômica estrita. Apontamentos nesta direção estão presentes no decorrer deste texto.

²¹ A leitura de Lipietz insere a apropriação extracapitalista do tributo fundiário, o tributo diferencial exógeno, enquanto um empecilho referente à constituição da espacialidade exigida pelo capital monopolista, pois em alguma medida ele “paralisava o desenvolvimento de formas industrializadas de produção do quadro construído (LIPIETZ, 1988: 141)”. Na realidade, veremos adiante que essa forma rentista se atrela organicamente à reprodução do espaço, adquirindo funções outras no cerne da reprodução do capitalismo.

produção monopolista de espaço, que sinaliza uma abordagem a propósito do espaço no interior da reprodução econômica capitalista mais estrita.

Há, portanto, um nível da prática econômica concreta que exige a entrada do espaço na construção da crítica social. O desenvolvimento do capitalismo tornou mais abrangente as formas de sua naturalização, gestando assim uma economia política atrelada ao espaço e uma instrumentalização massiva deste no âmbito de sua reprodução. Apesar de inúmeras contribuições difusas no entendimento desta relação intrínseca entre a reprodução do capitalismo e o espaço, Henri Lefebvre foi o autor que perseguiu tal questão e que trouxe um amplo espectro para que o espaço fosse envolvido enquanto dimensão abrangente e necessária na construção da crítica social radical. A relevância destas questões na trajetória de Lefebvre é oriunda de uma necessidade de oferecer um tratamento à reprodução das relações capitalistas, reflexões realizadas em um vasto trabalho intelectual, pois visavam oferecer novas respostas às imensas transformações do capitalismo no século XX, transformações essas que seriam resultado do aprofundamento de formas de dominação social frente suas bases contraditórias. Um dos pontos em que Lefebvre insiste e lhe permite avançar em suas considerações repousa no conceito da reprodução das relações de produção, que busca oferecer uma possibilidade de lidar com as contradições inerentes à forma social moderna desveladas pela investigação de Marx. Era de suma importância, dentre tantas questões, por o acento no reconhecimento da tensão imanente e ascendente das forças produtivas com os estreitos limites das relações de produção capitalista, tensão esta que não se traduziria nos termos de seu desdobramento previstos no marxismo revolucionário do início de século XX, tampouco em formas efetivamente racionais de administração de suas contradições. A elaboração de Lefebvre procura apreender os processos subjacentes às superações do capitalismo que mantiveram suas bases e suas contradições, amplificando sua razão irracional a uma escala cada vez mais extensiva e intensiva na sociedade. Portanto, a compreensão desta realidade não deve se abster do arcabouço construído pela investigação de Marx, mas de recuperá-lo com rigor e profundidade no desenvolvimento do capitalismo a partir de novas entradas. Não se trataria de negar a potência da economia, tampouco de defender a evanescência das determinações econômicas em

geral; pelo contrário, trata-se da sua imposição reiterada e cada vez mais profunda, mas que carece de uma exposição mais acurada de seus pressupostos²². A dificuldade residiria, alega Lefebvre (1973), no problema da reprodução das relações capitalistas de produção que não coincidem com aqueles eclodidos no interior de sua gênese. Compreendem-se, assim, as exigências para desvelar o desenvolvimento do capitalismo de acordo com os desdobramentos do capital enquanto relação social específica e abrangente, nos quais a produção *lato sensu* no capitalismo em seu sentido prático se estabelece através do conceito de reprodução das relações de produção. Tal consideração a respeito da reprodução das relações de produção envolve considerar a gênese e o lugar no qual este processo, permeado de contradições, se estabelece; sinaliza-se, pois, que a produção do espaço consiste em uma exigência para a compreensão da reprodução ampla do capitalismo e de suas contradições elevadas a novos patamares. Esta entrada teórica permite compreender que a sociedade do trabalho abstrato admite a condição do trabalho para além do chão da fábrica. Envolve, assim, admitir a potência desta forma social específica e historicamente determinada nas mais amplas dimensões da realização da vida social e de seus espaços-tempos.

A leitura de Lefebvre chama atenção que a desconsideração da dimensão da repetição de relações e o desdobramento de novas relações a partir das estabelecidas não nos fazem avançar em relação aos problemas típicos à economia política²³, que se somam às mistificações e discursos sobre o espaço. Isto não implica se esquivar das problemáticas comuns à economia política, exemplo das crises econômicas pontuais ou ambientais, mas de reposicionar o seu tratamento no interior de um pensamento crítico atento às dinâmicas internas desta totalidade social.

No plano da reprodução do capitalismo, simultânea à manutenção elementar das relações sociais diante do crescimento incessante das forças produtivas e a regressão e degradação do plano da sociabilidade coletiva e

²² “Somos assim relegados do econômico enquanto tal para a economia política enquanto ciência e para a política econômica enquanto prática e técnica. Ora é evidente o fracasso desta ciência parcelar que se pretende global e da técnica que se lhe associa. A chamada ciência econômica não teria ela também iludido o nosso problema à maneira duma ideologia?” (LEFEBVRE, 1973: 82).

²³ “Poluição ou não poluição, destruição ou construção do meio ambiente, crescimento zero, crescimento negativo ou crescimento positivo, todos os problemas só tem interesse para lá de uma actualidade limitada se a iteração das relações for posta em causa” (LEFEBVRE, 1973: 12).

privada, a potência da reprodução de novas relações alcança amplos domínios da vida social tornado, logo, estratégicos; trata-se, por exemplo, do cotidiano, do espaço e do urbano. Isso envolve reconhecer que a reprodução das relações se faz pelo transbordamento das forças produtivas para além do processo produtivo em si, do que decorre a essencialidade do espaço, do cotidiano, e do urbano enquanto níveis tornados orgânicos à reprodução social. A investigação de Lefebvre em direção a essas descobertas é ampla e fornece um terreno analítico robusto e de grande fôlego à apreensão crítica da realidade. Por isso, achamos pertinente, neste momento da exposição, resgatar, dentro das possibilidades deste texto, elementos da produção do espaço e do seu lugar na crítica social.

Em páginas anteriores, expusemos a expansão geográfica do capitalismo como um desdobramento necessário de suas contradições internas. As apreciações de Lefebvre permitem-nos avançar em relação à condição própria do espaço nesse domínio que o capital realiza na processualidade de suas determinações sociais essenciais, de modo a estabelecer as vias da necessária reprodução de suas relações de produção. Indagando-se a respeito de onde se estabelece esta reprodução, Lefebvre insiste que é a sociedade por inteiro que se torna o lugar desta reprodução, bem como todo o espaço, na sua dimensão extensiva e intensiva à realização e reatualização econômica:

Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço. Ocupado pelo neo-capitalismo, sectorizado, reduzido a um meio homogêneo e, contudo, fragmentado, reduzido a pedaços (só se vendem pedaços de espaço às clientelas), o espaço transforma-se nos paços do poder (LEFEBVRE, 1973: 95).

Por ser tomado pelas relações abstratas próprias à sociedade moderna, há uma forma específica de produzir o espaço e que revelam o caráter social de sua produção: a homogeneidade, a fragmentação e a hierarquização. O caráter homogêneo do espaço refere-se à generalidade com a qual ele é produzido sob este modo de produção específico. É esta generalidade que se impõe diante de um espaço que necessariamente se

estabelece fragmentado, pois apenas fracionado este se insere nas relações de troca. Neste processo, ele não pode deixar de ser hierarquizado, devido às relações de poder que por e entre ele se estabelecem e, por isso, hierarquizam o espaço por inteiro.

O espaço da “modernidade” tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ele tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais - exigências análogas intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de fato, isolados. Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc (LEFEBVRE, 2006: 10-11).

O espaço, produzido sob as premissas acima sublinhadas por Lefebvre (ibidem), é aquele invadido pela racionalidade inerente à sociedade moderna e apresenta implicações das mais diversas em níveis profundos desta sociedade. Ora atua em alguma medida no trabalho e nas relações de dominação, ora no funcionamento das superestruturas. Desigual mas onipresente por toda parte, esta atuação torna-se fundamental para a compreensão dos devidos termos da reprodução social. Como chama atenção Lefebvre, a produção do espaço estabelece os elos da prática, coordenando as suas nuances, o que o torna elemento fundamental à sua constituição e reprodução desta forma social.

Neste ponto, diante da construção de nossa pesquisa, são necessários alguns cuidados analíticos. A obra de Lefebvre alerta-nos a respeito de que dois pontos: primeiramente, não se trata do esforço da realização um inventário do espaço. Em segundo, tampouco se deve enveredar pela construção de uma típica ciência do espaço para inseri-lo em uma exposição efetivamente crítica da sociedade capitalista. Em relação à primeira observação, Lefebvre indica que a dimensão da reprodução deve envolver a produção propriamente dita do espaço.

Não é mais, portanto, o espaço disto ou daquilo que importa, mas o espaço como totalidade ou globalidade, que deve, desde já, não apenas ser estudado analiticamente (o que ameaça

propiciar fragmentações e recortes ao infinito, subordinados à intenção analítica), mas ser engendrado pelo e no conhecimento teórico. A teoria reproduz, com um encadeamento de conceitos, mas num sentido muito forte, o processo gerador: de dentro e não somente de fora (descritivamente) – como globalidade, passando portanto sem cessar do passado ao atual (e inversamente). (LEFEBVRE, 2006: 63)

Quanto à segunda observação, é necessário que, frente aos recortes da realidade pertinentes à pesquisa, não se subjaza o movimento geral de produção do espaço pela autonomização do fragmento que se apresenta. Não se pode perder de vista um movimento geral da produção do espaço sob os riscos de não se apreender adequadamente a reprodução da sociedade capitalista.

A pesquisa sobre o espaço social apóia-se numa globalidade. Ela não exclui, reiteramos, pesquisas precisas e determinadas “no terreno”. Contudo, o perigo do “pontual”, a esse título valorizado porque controlável, por vezes mensurável, é que ele separa o que se implica, isola o que se “articula”. Portanto, ele aceita ou ratifica a fragmentação. O que conduz a práticas excessivas de desconcentração, de descentralização, que deslocam as redes, os laços e relações no espaço, portanto, o espaço social lhe escapa ao fazer desaparecer a produção! O que evita muitas questões pedagógicas, lógicas, políticas... (LEFEBVRE, 2006: 12)

Lefebvre nos leva a reconhecer o espaço social como lugar da reprodução das relações sociais, sobreposto à reprodução dos meios de produção, e também instrumento de planificação e, por conseguinte, da lógica do crescimento. Deve-se ter em conta, logo, que o capitalismo e suas práticas sociais se sustentam diante de uma lógica interna que se pretende coerente e coesa à escala global. Tal operação permite desvelar o espaço, no âmbito de seu lugar na reprodução social, reportando à dialética e alcançando, assim, o plano analítico das contradições do espaço (idem, 1973; 2006).

Sob esta perspectiva da produção espaço social, portanto, às contradições gestadas na e pela sociedade moderna desveladas por Marx, devem-se acrescentar as contradições próprias ao espaço. Há, no espaço social, uma dinâmica em que a sua escala menor, marcada por uma lógica próxima, da realização concreta da vida, está necessariamente entrelaçada a

uma dinâmica distante, ditada pela lógica social estabelecida, determinada pela relação capital e tendo as ações do Estado como elo central a sua expansão²⁴. Portanto, estamos nos referindo a termos profundos de uma contradição que se estabelece no interior da produção do espaço e que se aprofunda, dado o movimento geral desta sociedade capitalista de tomar o espaço inteiro às suas relações essenciais²⁵. A esse respeito, o excerto de Lefebvre destaca a necessidade de se levar em conta esta contradição que se exacerba na medida em que as determinações mais gerais e abstratas penetram o âmbito mais concreto de realização da vida através do espaço social.

Há no espaço social (urbano), em redor de cada ponto e de cada centro, seja ele grande ou pequeno, duradouro ou provisório, uma ordem próxima, a da vizinhança; por outro lado, a uma escala mais vasta, reina uma ordem longínqua, a da sociedade inteira (das relações de produção e do Estado). Existe portanto uma diferença entre estes dois níveis, mas não é por isso que eles deixam de constituir, cada qual por sua própria conta, uma ordem, uma coesão buscada e desejada. Ora, não são raros os conflitos entre estas ordens. A ordem longínqua permanece abstracta enquanto se não incorporar na ordem próxima, absorvendo as suas variações e variantes. A contradição torna-se mais precisa quando a ordem longínqua, a ordem das relações sociais, das relações de produção à escala global e, portanto, da sua reprodução, invade brutalmente as relações próximas (a vizinhança, a natureza em redor da cidade, das comunidades locais etc). (18-9).

Há, no entanto, formas de mistificações próprias a este domínio que se exacerba com a (e através da) produção do espaço. Por passar ao largo da relevância do espaço à reprodução do capitalismo, a crítica acabou deixando uma lacuna importante a ser explorada e, portanto, incorporou diversos níveis destas formas mistificadores a propósito do lugar da reprodução do espaço no

²⁴ Queremos insistir, pois, que há um caminho teórico para reposicionar o espaço na crítica social, de modo a não resigná-lo a uma condição meramente no nível concreto e empírico, esforço imensamente presente na trajetória intelectual de Henry Lefebvre.

²⁵ Um dos fenômenos que explicitam essas contradições do espaço social: a sua consequente militarização como uma forma das formas de controle e opressão inerente ao capitalismo estendido a todo espaço. Nas palavras de Lefebvre, “à escala mundial, (...) um novo espaço tende a se formar, integrando e desintegrando o nacional, o local. Processo cheio de contradições, ligado ao conflito entre uma divisão do trabalho à escala planetária, no modo de produção capitalista, e o esforço em direção a uma outra ordem mundial mais racional. Essa penetração do e no espaço teve tanta importância histórica quanto a conquista da hegemonia pela penetração no institucional. Ponto capital, senão final dessa penetração: a militarização do espaço, ausente (e com razão) desta obra, mas que culmina a demonstração à escala ao mesmo tempo planetária e cósmica” (LEFEBVRE, 2006: 14).

âmbito da reprodução das relações sociais de produção. Não se realizou adequadamente, assim, uma crítica à economia política que incorporou espaço, e, por conseguinte, os seus mitos e álibis das mais diversas ordens não foram devidamente compreendidos. Por exemplo, o mito da tecnologia impôs-se à sociedade e mistificou todo aparato tecnoburocrático como capaz de articular os chamados problemas sociais, desdobramentos no cerne das contradições basilares desta forma social. A existência de um novo grupo atrelado à burocracia crescente do capitalismo, logo, surge como uma suposta racionalidade acima das leis gerais e abstratas que operam na sociedade moderna, como exposto em páginas anteriores. Cabe, no entanto, situar este grupo na importância que adquire no seio da reprodução das relações sociais de produção. Na leitura de Lefebvre, tais perspectivas podem chegar a oferecer simples “versões atenuadas”, mostrando “exclusivamente manifestações fragmentares, mascarando o problema global: o de todo o espaço, da produção e da gestão” (LEFEBVRE, 1973: 19).

A apreensão das relações modernas em sua essência contraditória seria impossível, alerta-nos o percurso de Marx, por meio de um pensamento parcelar. Como a realização do capital se faz simultânea à fetichização de suas relações essenciais, na medida em que se aprofundaram os termos contraditórios desta forma social, mais se consolidaram as bases de um conhecimento fragmentário e parcelar, incapazes de uma reflexão profunda a propósito da realidade social contemporânea. Não sem razão, Lefebvre insiste que não se trata, pois, de constituir uma ciência parcelar, a ciência do espaço, mas de alcançar a constituição desta totalidade social, capaz de superar a abordagem instrumental e positiva da economia política.

A pouca sorte, a infelicidade destes especialistas que censuram Marx e outros pelo facto de não serem especializados, é que a ciência institucionalizada, academizada por uma epistemologia, justificada por um núcleo, cedo ou tarde desaparece. Deste modo, a crise que se prepara há alguns anos (crise monetária) faz-se acompanhar de uma crise da economia política e da política econômica. Estes conhecimentos especializados e práticas parcelares, que permitiram a montagem de modelos pretensamente globais, dissolvem-se. (LEFEBVRE, 65-66).

Preenhe de relações sociais, o espaço social não deve ser interpretado como um inventário, um vácuo em vias de preenchimento. O seu real conteúdo é notadamente obliterado pelas ilusões que tendem a deslocar uma apreensão de seu lugar no cerne da modernização social. É necessário, pois, considerar que a realização da história em ato, as práticas socieespaciais, se fazem com o simbolismo de uma apropriação do espaço, via espaços carregados de representação que, diante da consolidação da estrutura social moderna, passam a estarem sujeitos a uma lógica que nega as funções destas estruturas no âmbito da realização da vida social na história. De acordo com Lefebvre, das representações do espaço emana severa repreensão às relações sociais substanciais, de modo que reservam “apenas um lugar mínimo aos espaços de representação, reduzidos às obras, às imagens, às lembranças, onde o conteúdo afastado (sensorial, sensual, sexual) aflora apenas o simbolismo” (2006: 81). Trata-se da preponderância de um espaço específico e próprio à sociedade moderna: o espaço abstrato.

O espaço abstrato não se define apenas pela desaparecimento das árvores, o distanciamento da natureza; e não só pelos grandes vazios estatistas e militares, os lugares-cruzamentos, ou pelos centros comerciais onde confluem as mercadorias, o dinheiros, os veículos. Ele não se define partindo-se do percebido. Sua abstração nada tem de simples: ela não é transparente e não se reduz nem a uma lógica, nem a uma estratégia. Sua abstração não coincide nem com a do signo, nem com a do conceito que funciona negativamente. Esse espaço carrega a negatividade em relação ao que o precede e o suporta: o histórico, o religioso-político. Ele funciona também negativamente em relação ao que nele nasce e ao que o atravessa, um espaço-tempo diferencial (LEFEVBRE 2006: 81).

Diante da exposição a respeito do lugar não acessório, mas intrínseco à realidade social moderna e sua gênese, devemos consolidar uma entrada que nos permita trazer com a riqueza analítica a condição assumida pelo espaço dominado pelas abstrações capitalistas. Seria em um processo abrangente de territorialização de suas relações essenciais que o capitalismo se realiza enquanto forma social, processo este que admite amplas escalas – local, regional ou mundial – à apreensão das relações e contradições capitalistas. Lefebvre nos alerta que diante da afirmação das categorias do

capitalismo, a cidade é privilegiadamente apropriada pelo movimento abstrato desta forma social de modo a se encontrar na sociedade moderna imersa progressivamente na constituição deste espaço abstrato, tornando-se um território no qual o domínio do capital se estabelece e através dele adquire impulso. Mas este processo não decorre do acaso; na realidade, esta apropriação da cidade pelo movimento geral e abstrato desta economia revela-se nas condições em que o contexto urbano pode amplificar os termos da economia baseada na relação capital-trabalho e no dinheiro. Nessa direção, compreender a territorialização do capital através e a partir da cidade constitui o nosso elo à pesquisa aqui exposta.

1.5 A cidade como território privilegiado do capital

No livro *O pensamento marxista e a cidade* (LEFEBVRE, 1972), Lefebvre discorre a respeito dos termos desta dominação social própria ao capitalismo que se faz espacialmente, envolvendo um processo de cooptação das dimensões históricas que a cidade apresentava desde então. A entrada da cidade, pois, na gênese do capitalismo, seria marcada pela sua negação enquanto espaço notadamente carregado dos mais amplos aos mais estritos marcos históricos que precedem à gênese do capital enquanto relação social. Mas as razões deste processo não compõem um evento fortuito: há uma relação estrita com a centralidade sugerida pela cidade (a condição urbana que lhe acompanha) e o estabelecimento das relações capitalistas fundamentais, de modo que esta realidade urbana se torna um território privilegiado do desenvolvimento capitalista.

Por essa razão, o entendimento da cidade tendendo a ser tomada por inteiro pela forma mercadoria, processo que hoje aparece de forma cada vez mais irrefutável ao pensamento crítico, ilumina a potência da realidade urbana revelar amplas questões inerentes à reprodução social capitalista de uma perspectiva crítica. São esses termos que levam Lefebvre em inúmeros momentos de sua trajetória a identificar um processo de explosão-implosão da cidade atrelado à generalização da grande indústria, no qual a problemática urbana passa a compor um plano essencial aos termos da reprodução social na consolidação de um padrão urbano-industrial que acompanha

necessariamente o desenvolvimento do capitalismo. A cidade, sob o duplo processo industrialização-urbanização, sendo este primeiro indutor do segundo, assumindo-se enquanto territorialidade necessária à dinâmica própria do capitalismo, tem seus termos espaciais explodidos, estendendo-se desmensurada e territorialmente sob as feições de um padrão centro-periferia. Simultaneamente, tal condição também implode seus conteúdos históricos: a centralidade trazida historicamente pela cidade se deteriora²⁶. Por essa razão, essa territorialidade repousa na generalização do urbano enquanto condição da reprodução social assentada na implosão-explosão da cidade²⁷.

No decurso deste domínio exercido sobre a cidade, desdobram-se contradições específicas que se manifestam diante desta fragmentação moderna em torno de centro e periferia. Tais manifestações recebem também o tratamento na economia política e em teorias da realidade urbana, fundamentais à construção da crítica social necessária, como veremos em seções posteriores deste texto. A abordagem que insistimos por ora, insiste na construção de um terreno crítico abrangente, que compreende o capitalismo enquanto forma social que requer a cidade enquanto centro, cuja afirmação se substancia na deterioração e fragmentação da centralidade histórica e socialmente construída. Nos termos de Lefebvre,

O capitalismo de Estado e o Estado em geral, têm necessidade da cidade como centro (centro de decisões e centro também de riqueza, de informação, de organização do espaço). Ao mesmo tempo, fazem explodir e fragmentar-se e desaparecer a cidade como centro historicamente constituído, como centro político. A centralidade desmorona-se no seio do espaço que gera, quer dizer, no seio das relações de produção existentes e da sua reprodução (LEFEBVRE, 1973: 17-8).

²⁶ O fenômeno da implosão-explosão da cidade acompanha o movimento da sociedade moderna e se apresenta como sua condição urbana imanente. "(...) as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontam atingindo densidades inquietantes(...) Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (...) esses centros são abandonados para os 'pobres' e tornam-se guetos para os desfavorecidos. Às vezes, pelo contrário, as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade (...)" (LEFEBVRE, 2006:10-11)

²⁷ Não se pode circunscrever o fenômeno urbano à morfologia urbana; trata-se de compreender um território estabelecido pelo que Lefebvre designa de tecido urbano, que remete a um modo de vida que penetra inclusive os campos. Em suma, trata-se de uma "racionalidade divulgada pela cidade", que se espraia de forma desigual e não uniforme e guarda sempre conflitos subjacentes. Ver Lefebvre (2006, p.3-26)

É necessário, portanto, não apreender a cidade tomada pela racionalidade moderna como um processo neutro e natural; na realidade, há que se considerá-la tornada elo fundamental à reprodução das relações sociais modernas, na qual a cidade é apreendida como receptáculo, condição, lugar e meio privilegiado das relações em vias de estabelecimento. Assim, “ligada às forças produtivas e sendo ela mesma força produtiva, a cidade é a sede do econômico e do seu monstruoso poder” (LEFEBVRE, 1972: 114). Avassalada pelas categorias econômicas, a cidade a partir do estabelecimento do capitalismo se vê amarrada à realização ampla do econômico e de suas condições exigidas. Como salienta Lefebvre, a cidade é transformada no “palco constante no qual se movimentam as categorias econômicas, o salário e o capital, o sobreproduto e a mais-valia, desempenhando as suas cenas e os seus dramas.” (1972:117). Neste ponto, a cidade ingressa na reprodução das relações necessárias nos momentos mais gerais e pertinentes ao capitalismo: na formação, realização e repartição de mais-valia.

Em relação ao primeiro momento, o da formação de mais-valia, a cidade é acionada pela capacidade de instituir e aperfeiçoar a divisão do trabalho necessária ao processo produtivo. Ademais, de um ponto de vista mais amplo, a cidade oferece condições que atuam “de maneira permanente contra a desarticulação e a dissociação no espaço e no tempo das condições do processo” (LEFEBVRE, idem:134). Em outras palavras, a cidade possui as forças de coesão, embora também nela possam residir forças contrárias a este movimento. Ainda, o papel da cidade se afirma por sua contribuição no “acréscimo das forças produtivas, da produtividade do trabalho, da utilização das técnicas” (LEFEBVRE, idem: 136).

Se a cidade apresenta uma participação importante, mas nem sempre proeminente na produção de mais-valia²⁸, será no segundo momento, a realização desta, que sua atuação se consolida como central desde os primórdios do moderno (idem). Isto porque a realização da troca, momento necessário à realização da mais-valia produzida, se efetiva na esteira da dinâmica de mercado sugerida pela cidade. As relações de troca estão postas

²⁸ Esta questão se refere ao momento de constituição da cidade moderna (ou destituição da cidade propriamente dita), pois a cidade enquanto produção assume uma condição fundamental a partir do século XX.

no quadro urbano bem como as estruturas essenciais ao seu funcionamento e à circulação de dinheiro. Tais estruturas, notadamente centros comerciais e sistema bancário, antes direcionadas a dinâmicas pré-capitalistas, são apropriadas pelos sentidos do movimento abstrato anunciados pela produção de mercadorias. Acrescentem-se, inclusive, os serviços sem os quais a grande indústria não abarca a sociedade toda²⁹. Assim, o contexto urbano se torna inextricável à realização do circuito D-M-D', atuando em diversos níveis para que o capital em seu processo de circulação se estabeleça. Aliás, esta se torna uma prerrogativa que se naturaliza em relação ao espaço urbano: sua virtude passa a ser a permanente reestruturação viária visando o aperfeiçoamento ao limite dessa circulação da riqueza social. Após séculos do estopim desta relação entre capitalismo e cidade, a contemporaneidade, marcada por um contexto de expansão crítica do capital, a busca pelo tempo zero de circulação se torna componente central ao direcionamento da reprodução do espaço urbano. Portanto, a cidade transforma-se em espaço por excelência de circulação da riqueza socialmente produzida, tributo que não deve ser compreendido apenas em seus termos fisiocráticos, conforme insistiremos no decorrer deste texto.

O terceiro momento de que trata Lefebvre, o da distribuição de mais-valia, refere-se à cidade constituindo-se no terreno no qual a mistificação da produção da riqueza social se concretiza pela autonomização das parcelas que caberiam a cada suposto sujeito na sociedade capitalista. Será no contexto urbano que essa condição contratual da distribuição da riqueza se efetivará praticamente, consolidando a parcela "justa" que cabe ao capitalista (lucro), ao trabalhador (salário) e ao proprietário (renda). Ainda nesse plano da distribuição de mais-valia, o Estado atua alocando proporções cada vez maiores no meio ambiente construído urbano, em um contexto de exigências cada vez mais amplas que reportam às relações sociais em curso. Ocorre que este investimento do sobreproduto da sociedade sob os auspícios do Estado

²⁹ "Em torno de cada grande empresa industrial há uma multidão de pequenas empresas dela dependentes, umas de tipo artesanal, outras de manufatura, outras ainda de pequena e média indústria. Em que consistia a sua atividade? Em reparações, manutenção, peças sobressalentes, acabamentos etc. Há portanto em geral uma nuvem, um círculo de empresas subordinadas em torno de cada grande unidade, que movimenta consigo todas as épocas da atividade produtiva" (LEFEBVRE, 1972:139).

não ingressa para suprir condições que reportem outras necessidades que não sejam aquelas no âmbito da reprodução das relações sociais vigentes e suas estruturas necessárias. As ditas necessidades urbanas foram cada vez mais ditadas e orquestradas via as abordagens do urbanismo e do planejamento, as quais pouco desdobraram em ações para a cidade no sentido amplo do termo. Por isso, afirma Lefebvre,

Num regime (sistema ou modo de produção) em que domina o econômico e em que o Estado vela por essa primazia, as relações históricas e sociais estão subordinadas aos imperativos do econômico. As preocupações relativas às grandes empresas industriais levam a palma às restantes. Que será a cidade? Têm-se em conta, asseguram-se e controlam-se, em nome do controle geral do espaço da sociedade, as influências da cidade sobre a produção e a produtividade, sobre as trocas de bens; mas em si mesma a cidade é simples objeto de uso herdado do passado e transformado em objeto de troca e de consumo do mesmo modo que as coisas negociáveis (LEFEBVRE, 1972: 149).

No escopo ainda do terceiro momento, o contexto urbano atuou no plano do resíduo pré-moderno da propriedade fundiária pré-moderna, elemento sobre o qual a reprodução do espaço adquire, no cerne das tensões trazidas pelo capital séculos depois da gênese de suas relações basilares, um elo fundamental de mobilização da renda da terra. Assim, a propriedade mobiliária (dinheiro, capital) não apenas não suplanta a propriedade imobiliária, mas ambas adquirem uma relação orgânica no bojo do desenvolvimento do capitalismo a partir da produção do espaço urbano. No limite, a propriedade imobiliária acaba sendo incorporada ao movimento do dinheiro em uma espiral especulativa de desdobramentos profundos na contemporaneidade. Neste ponto, para a propriedade alcançar este nível de entrelaçamento com a reprodução do capital, como enfatiza Lefebvre, torna-se necessário

que a propriedade fundiária, raiz da propriedade privada [pois necessária à acumulação primitiva], seja toda ela arrastada no movimento desta última e se transforme em mercadoria e importa, portanto, que cesse a relação pessoal do proprietário com a propriedade, que o casamento de interesse substitua o casamento da honra com a terra e que a terra, exatamente como o homem, seja reduzida a um valor comercial. (LEFEBVRE, 1972: 33)

A constituição das abstrações essenciais à sociedade moderna apreendeu a produção da cidade como um momento particular e necessário a esta forma social. A cidade constituía-se de uma materialidade passível de ser incorporada ao automovimento abstrato da economia moderna e assim o foi, de modo a lhe constituir-se em elo fundamental aos desdobramentos da irracionalidade dessa economia.

Nessa direção, o argumento de Lefebvre ainda resgata as importantes considerações de Marx a propósito da naturalização das relações capitalistas, no sentido da incorporação profunda de seus termos no decurso da prática social. A leitura de Lefebvre acena para a cidade compondo a prática na qual todos os elementos aparecem externos aos outros, atomização esta ao que é relativo e necessário às relações fundamentais da sociedade em constituição³⁰. Importa reconhecer, portanto, que se trata de uma naturalização sócio e historicamente condicionadas, tal qual foi aquela inerente à acumulação primitiva relacionada à violência econômica, componente inerente às relações modernas³¹, que toma corpo na medida em que a própria cidade e seu espaço são tomadas pelas categorias abstratas econômicas. Por essa razão, insistimos que não se pode perder de vista a cidade como o lugar privilegiado da territorialização das relações capitalistas nascentes e de sua incessante reposição.

É neste processo que a cidade vai se constituindo em um intermediário necessário ao estabelecimento das categorias da modernização. Torna-se, assim, o *lócus* em que se concentra e atomiza elementos inerentes à nova prática social em constituição. Não devem ser compreendidos como um sistema, mas enquanto relações sociais modernas de produção em processo.

³⁰ “Os elementos da sociedade capitalista chegam na história como exteriores uns aos outros: o solo, o proprietário, a natureza – o trabalho, os trabalhadores desligados dos meios de produção – o capital, o dinheiro em demanda do lucro, o capitalista, a burguesia. Os trabalhadores? Começaram por ser vagabundos. O dinheiro? Veio do comércio. Os proprietários? Eram senhores. A sociedade (burguesa) retoma esses elementos, que lhe chegam separadamente: desenvolve-os, mistura-os, congrega-os numa unidade: a produção ampliada, o sobretrabalho global, a mais-valia à escala de toda a sociedade. (LEFEBVRE, 1972: 35)

³¹ Marx insiste no ponto de que não bastava a disposição de capital de um lado e do outro indivíduos despojados de meios de produção e apenas com sua força de trabalho para vender. Era necessário que estes trabalhadores naturalizassem as relações exigidas pelo capitalismo. Por isso, “na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. (MARX, 1982: 277, vol II)

Diante do aprofundamento das contradições fundantes desta sociedade, tornadas também contradições espaciais, e das transformações que daí se derivam, se acrescentam novas tensões à reprodução do espaço da cidade no cerne da racionalidade inerente à sociedade moderna e sua espacialidade. Em outros termos, a expansão urbana se estabelece contendo profundos elos com os momentos sucintamente apontados em relação à dinâmica geral da riqueza socialmente produzida no capitalismo. Em se reconhecendo a determinação crítica do processo de reprodução do capital, a complexidade da reprodução do espaço urbano adquire cada vez mais um aprofundamento de suas virtudes em relação à reprodução do capital. A reprodução do espaço urbano compõe o elo inextricável entre a reprodução das relações sociais e a generalização desta economia.

David Harvey lança questões na direção de compreender o espaço urbano como dimensão essencial à reprodução do capitalismo. Para isso, considera a produção de capital fixo, no caráter de condições gerais da produção, associado à constituição do ambiente construído, nos profundos vínculos com o movimento da economia capitalista. Assim, sua leitura é de que há uma função específica exercida pelo capital fixo imóvel no capitalismo. Trata-se de reconhecer a conformação por parte deste capital fixo de um ambiente construído, funcionando “como um sistema de recurso vasto, humanamente criado, compreendendo valores de uso incorporados na paisagem física, que pode ser utilizado para a produção, a troca e o consumo.” (315). Neste ponto, dentre valores de uso que compõem o ambiente construído, podem ser sinalizados aqueles que funcionam em conjunto como condições gerais e forças diretas para a produção.

Há, assim, que se considerar um movimento que põe e repõe o sentido da reprodução do espaço urbano, aquele que orchestra as suas estruturas tendo como diapasão o movimento geral e abstrato da riqueza social. Nas palavras de Harvey, todo ambiente construído consiste em “uma mercadoria geograficamente ordenada, complexa e composta” (2013: 316). Nesse sentido, o espaço urbano contém determinações das mais sutis às mais proeminentes da forma-mercadoria na constituição das inúmeras localizações que estão em permanente relação com a totalidade da cidade/metrópole.

Os elementos do ambiente construído têm uma posição ou localização espacial como atributo mais fundamental do que incidental. Por isso eles têm de ser construídos ou reunidos *in situ* na terra, de forma que a terra e a apropriação do arrendamento da terra se tornem significativas. Além disso, a utilidade de elementos particulares depende da sua localização em relação a outros – lojas, moradias, escolas e fábricas devem todas ser razoavelmente próximas umas das outras. Toda a questão da ordenação espacial do ambiente construído tem então de ser considerada; a decisão de onde colocar um elemento não pode ser divorciada do ‘onde’ dos outros (HARVEY, 2013: 316).

Todo este impulso econômico capitalista apreendido na e através da cidade moderna, trouxe o contexto urbano como uma realidade que por excelência se constituiria em uma fronteira cada vez mais articulada à dinâmica de capitais excedentes. Diante disso, os investimentos em capital fixo e a dinâmica de um mercado imobiliário constituiriam momentos de uma fronteira cuja reprodução estabeleceria a saída para capitais em busca de valorização. Sendo assim, as transformações sociais do século XX implicam uma expansão econômica via a diferenciação interna do espaço geográfico, a partir da qual as fronteiras urbanas conformavam formas de investimentos das mais relevantes frente às manifestações da crise estrutural do capital. David Harvey, em sua trajetória intelectual, identifica na transformação permanente das paisagens urbanas o ímpeto do capitalismo que solapa suas estruturas espaciais passadas em busca da constituição da saída para suas contradições de superprodução. Estabelece-se, neste permanente rearranjo de suas estruturas espaciais, a destruição criativa como estratégia e alvo crescente dos capitais em busca de valorização, processo que não se faz isento de problemas a sua realização. Não se trata de um elemento dos dias atuais, pois que a constituição do espaço urbano sempre conteve essa determinação abstrata da economia capitalista. Mas são inúmeros os indícios que levam à consideração de que a (re)produção do espaço deste ambiente construído adquire imensa relevância nos termos da reprodução social contemporânea. Por isso, insiste-se que é necessário apreender as transformações que anunciam os termos contemporâneos da produção do espaço. O excerto de Neil Smith a seguir, apesar de centrado nos países centrais, expõe a pertinência deste processo que hoje se universaliza, em que pesem as diferenças de cada formação social em que ele se apresenta:

O que é novo, hoje, é a intensidade em que esta reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas (sic). Determinado ambiente construído expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica, também se modifica a configuração do ambiente construído. A cidade dos pedestres, afirma-se, não é a cidade do automóvel, mas da forma ainda mais significativa, talvez, a cidade do pequeno artesanato não é a metrópole do capital multinacional (SMITH, 2007: 20).

Portanto, há um movimento geral no qual os estilhaços da realidade urbana se situam: trata-se daquele da produção do espaço, processo que se realiza abstrata e concretamente e comporta as condições gerais da reprodução social em seus fundamentos contraditórios. Há o desafio, portanto, de compreender as transformações do espaço urbano nas exigências permanentemente atualizadas de sua (re)produção. O imobiliário - e tudo o que este envolve -, que nunca foi desprezível desde a constituição da sociedade moderna, passa a assumir uma dimensão essencial à (re)produção do espaço urbano, não de forma casual, mas por uma necessidade objetiva das contradições engendradas no cerne da sociedade capitalista. O excerto de Lefebvre é elucidativo a esse respeito:

O imobiliário, no capitalismo, não teve durante um longo tempo senão uma importância menor. Não somente a terra e o solo a edificar pertenciam aos destroços de uma classe histórica, mas esse ramo de produção era ocupado por empresas artesanais. Ora, a situação de ramo e desse setor mudou um pouco por toda parte, mas sobretudo nos grandes países industriais. O capitalismo tomou posse do solo. Ele o *mobilizou* e esse setor tende a se tornar central. Por quê? Porque setor novo então menos submisso aos entraves, saturações, dificuldades diversas que freiam as antigas industriais. Os capitais se precipitam na produção do espaço, abandonando a produção de tipo clássico, aquela dos meios de produção (máquinas) ou dos bens de consumo. Esse processo se acelera ao menor indício de arqueamento nos setores 'clássicos'. A fuga dos capitais em direção ao setor favorecido pode quebrar os frágeis mecanismos auto-reguladores do capitalismo. Então o Estado intervém. O que não faz desaparecer a produção do espaço como setor supondo os outros circuitos mas tendendo a deslocar as atividades centrais do capitalismo de organização. Pois o espaço, e ele somente, permite a essa capacidade organizacional (limitada, mas real) de se desdobrar (LEFEBVRE, 2006: Cap V, 111).

Isto posto, coube às páginas que se delinearam constituir o terreno que posicionasse o espaço na construção da crítica social, operação necessária para avançar através das reflexões realizadas nos interior da geografia e para além dela. Espera-se, assim, refinar os termos de um campo investigativo a propósito da reprodução da metrópole de São Paulo que, associado à crítica à sociedade fundada na abstração-trabalho, permita lançar luz às formas críticas de expansão do capital através da reprodução do espaço urbano em curso. Admitimos que São Paulo, enquanto metrópole, na sua constituição e reposição enquanto tal, traz momentos importantes que elucidam um território imerso nesta economia, com suas representações, ideologias, dominação e violência vividas a partir da reprodução do espaço. Há um nível de negócios urbanos na esteira de uma mobilização da riqueza em processo na situação específica de São Paulo que deve ser posto em questão.

Trata-se, assim, de compreender essa espacialidade específica não como neutra, pois ela está posta para e pelo processo de objetivação inerente à valorização do valor. Assim, o espaço produzido deve ser compreendido enquanto resultado, mas também como meio e condição da produção e sua reprodução, invadido por estas e ampliando-as³².

Embora sejam inúmeros os mecanismos do capital para buscar um alargamento de sua base expansiva, diante, por exemplo, dos quadros de constantes renovações de produtos, os revolucionamentos dos processos produtivos, frente à revolução microeletrônica, operam no cerne de suas contradições mais elementares, denotando os limites objetivos alcançados pelo capital desde o último quartel do século XX, dado o desenvolvimento de suas forças produtivas. Diante da profundidade com que esta crise da reprodução capitalista se manifesta na sociedade contemporânea, a reprodução da cidade não se desvincula dos limites objetivamente postos pela razão irracional capitalista. Nesse sentido, defendemos neste texto que as formas de reposição intensiva do capital, perante as condições históricas e lógicas desdobradas em

³² Lefebvre expõe a complexa teia de relações nas quais o espaço está inserido: “Produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas.” (LEFEBVRE, 2006: 11, O espaço social).

voga, não se caracterizam pela realização positiva de suas virtudes, mas sim de sua crise via uma simulação do potencial de sua realização negada, pois estariam postos os limites objetivos de seu desenvolvimento econômico. Nas palavras de Botelho (2013), as reestruturações territoriais nesses termos não seriam suficientes para alegar que

o capitalismo pratica uma “fuga para a frente”. Já que a forma principal da crise no capitalismo é sempre crise de superacumulação, o mercado de capitais oferece uma oportunidade para desenvolver mecanismos que simulem o crescimento econômico. A ficcionalização do capital, a financeirização recente ou a “economia de bolhas”, (...) não é a causa da crise econômica que enfrentamos hoje – é na verdade uma das formas de aliviar os seus efeitos. É evidente que sempre que as bolhas explodem, os efeitos contidos surgem mais violentamente, mas esse é o resultado de uma sociedade que, na falta de mercados, simula mercados através do endividamento e da ficcionalização. (BOTELHO, 2013, s/ p.)

Não raro, a reprodução da cidade se projeta enquanto expansão e desenvolvimento econômico. A este respeito, queremos chamar atenção para formas de reestruturação territorial urbana que aparecem no invólucro de novas oportunidades econômicas, mas que orbitam em torno da crise que hoje se apresenta difusa na metrópole de São Paulo, e apresenta-se enquanto elo essencial de transformações importantes de seu território, das quais o prosseguimento deste texto procurará por em relevo.

Remeter à produção da metrópole submetida a abstrações reais, cujos movimentos conferem ao espaço urbano dinâmicas condizentes com a potência constantemente renovada do espaço abstrato, não pode ser elemento fortuito, mas essencial à crítica social. Nesse ponto, a urbanização certamente corresponde a um dos direcionamentos críticos do processo de reposição dos termos do capitalismo através de um movimento capaz de produzir um território privilegiado sob o qual as contradições em processo se estabelecem estruturando as cidades e metrópoles contemporâneas. É este o indicativo que devemos seguir diante de uma aproximação com os processos em São Paulo na contemporaneidade.

Capítulo 2

Com a indústria, a extensão do mercado, o mundo da mercadoria, com a importância do econômico e do capitalismo, a cidade histórica, assaltada de todos os lados, dá lugar a outra coisa. As cercas, - as muralhas, as corporações, a oligarquia local, o mercado limitado, o território controlado – se dissolvem. A máquina se desenvolve com o aumento do capital investido. A periodização frequentemente admitida deste processo (...) não traz uma concepção exata do que se passou. Se a cidade anterior ao capitalismo era no fundo pré-maquínista, como teria ela suportado o assalto? Ela teria desaparecido com suas diversas cercas. Ora, ela continuou, estendida, transformada, em lugar de desaparecer. É que a cidade já era ela mesma uma vasta máquina, um autômato: captando energias naturais, consumindo-as produtivamente. No curso dos séculos, transformaram-se os dispositivos internos-externos da cidade, as funções, as formas, as estruturas do consumo produtivo. A história, em um sentido bastante simples do termo, recolhe na cidade os crescimentos e desenvolvimentos desses dispositivos espaciais (...). Muito cedo, portanto, a cidade antecipou certos traços da máquina e do autômato (...).

Henry Lefebvre, *A produção do espaço*, 2006, Capítulo V
– O espaço contraditório

2. Território e economia: territorialização do capital a partir da metrópole de São Paulo

Claude Raffestin (1993), em sua importante obra no interior da Geografia Política – *Por uma Geografia do Poder* –, traz uma discussão a propósito do território e a sua necessária atualização para a Geografia à época. Em suma, o argumento procurava recuperar o território sob uma acepção mais ampla, superando uma geografia política unidimensional que o tornava correspondente, quase que estritamente, ao Estado, em sua manifestação física e concreta. Havia, segundo o autor, que se considerar uma problemática relacional capaz de trazer à reflexão a riqueza das formas do poder político e de sua manifestação espacial (idem, p.31). No cerne de seu argumento, o território se compõe essencialmente de relações políticas, sobretudo dissimétricas – ou seja, relações baseadas na sobreposição do outro, na busca pelo crescimento em detrimento do outro polo da relação –, tornando a economia, no limite, uma dimensão irrelevante na sua problemática relacional específica.

Devemos insistir que, do ponto de vista metodológico e teórico necessário ao desvelamento desta realidade social, conforme exposto neste texto, requer-se uma apropriação crítica dos termos da contribuição de Raffestin a propósito do território. As relações sociais admitem uma dimensão prática e concreta no âmbito de uma manifestação territorial, a qual Raffestin reposiciona em marcos relevantes à compreensão da espacialidade enquanto dimensão social. Estas considerações permitem compreender que o processo de territorialização do capitalismo, entendido como o processo de ação e dinâmica que confere as condições concretas de realização desta forma social, a capitalista, é profundamente complexo e nuançado. Na seção anterior, insistimos que a cidade, quando tomada pelas relações capitalistas, passa a ser gestada sob a generalização da economia abstrata moderna, de modo que passa a se reproduzir de forma cada vez contundente enquanto um território privilegiado do capital. Processo não fortuito, cujos termos podem ser postos em questão se analisadas dinâmicas essenciais contemporâneas em relação à reprodução de São Paulo.

Assim, devemos brevemente traçar um argumento que traga a potência da metrópole de São Paulo ser lida através da perspectiva da conformação incessante de um território do capital. Envolve, portanto, incorporar a categoria território à análise, problematizando as relações de poder que são fundantes e atuantes neste território em questão – no caso, a metrópole de São Paulo, exigindo assim uma exposição crítica a respeito de seus termos.

Nesse sentido, referir-se ao território e a seu poder correspondente envolve problematizar a ação do que Raffestin (1993) chama de ator sintagmático, que realiza um programa intencional de ordem qualquer capaz de construir tessituras, nós e redes para constituir um campo operatório em um dado território (especificamente urbano, a propósito da pesquisa aqui em questão). Nessa direção, o autor concebe o território conformando-se em uma arena de disputa em que inúmeros poderes atuam visando satisfazer suas necessidades, cuja atuação denota uma relação assimétrica entre os supostos sujeitos. Se por um lado essa perspectiva enfatiza o território sob uma concepção necessariamente relacional, capaz de oferecer o devido tratamento às relações sociais modernas e suas formas de territorialização, por outro ela pode se distanciar de uma crítica efetiva das categorias modernas e sugerir, assim, uma concepção de equilíbrio e de justiça, prerrogativas a serem buscadas, tal qual ancorado nas leituras do ponto de vista do trabalho (conforme exposto no capítulo 1). Ao naturalizar relações sociais que exigem uma apropriação crítica prévia de suas categorias, a exemplo da mercadoria e do dinheiro, e de sua consciência imediata reificada, uma leitura da obra de Raffestin sem o devido reconhecimento das determinações essenciais capitalistas, permite reduzir a economia a uma mera matemática corriqueira do que se deriva o dinheiro como mecanismo espontâneo de sua operacionalidade. Por não adentrar no caráter enigmático e contraditório da sociedade capitalista, a leitura de Raffestin a propósito do território, passa ao largo da forma mercadoria como uma forma de dominação (e de poder) efetiva sobre a sociedade. Isto envolve considerar que a ação tomada pelos indivíduos na sociedade moderna encontra-se em um nível que não se lhes esclarece por

completo, pois reporta necessariamente ao nível reificado da forma social moderna³³.

Há um processo contínuo de dominação que pressupõe o permanente restabelecimento das condições de reprodução desta sociedade, da qual a dimensão territorial é essencial à manifestação de sua operacionalidade. Estamos, pois, nos referindo a um território específico, a metrópole de São Paulo, permanentemente reproduzido sob os pilares desta forma social historicamente determinada.

Esta questão do território em Raffestin (idem) nos serve de partida nesta seção e compõe as nossas considerações no decorrer das páginas seguintes, mesmo que a referência não esteja explícita. Queremos, pois, situar a questão do território, das suas relações de poder constitutivas, sob o ponto de vista das relações modernas. Como apontado anteriormente, foi necessária uma investigação criteriosa de Marx de modo a compreender o poder que está por trás da sociedade moderna e a sustenta. Não é possível, portanto, conceber uma territorialidade estável assentada nas relações inerentes à forma mercadoria e às contradições do mundo moderno. Diante de territorialidades específicas à reprodução do capital, se torna o equilíbrio territorial um campo da economia política do espaço que deve ser devidamente criticado enquanto uma perspectiva fetichista a propósito do território e do capital. Por isso, é importante que se leve em questão a relação intrínseca ao território: trata-se da relação da equivalência decorrente de uma sociedade fundada no trabalho abstrato, que no processo de modernização se torna a problemática relacional a constituir territorialidades próprias no interior de suas contradições. Portanto, a sociedade moderna e suas territorialidades possíveis não surgem à consciência de forma imediata e não comportam ações plenamente discerníveis ao plano do indivíduo. Como insiste Lukács, apenas ao compreender o desenvolvimento da forma mercadoria como universalidade social moderna foi possível alcançar os fundamentos do trabalho abstrato e seus desdobramentos, de modo a revelá-lo como categoria social essencial à “forma de objetivação tanto dos objetos como dos sujeitos da sociedade

³³ Não se pode perder de vista, assim, que a forma mercadoria constitui um filtro à consciência adquirida sobre a realidade, pois ela consiste no elo elementar desta sociabilidade específica gerida no âmago da acumulação primitiva conformando, assim, uma objetividade fantasmagórica (LUKÁCS, 2012) e que não deixa de se amplificar em níveis mais profundos.

emergente, de sua relação com a natureza, das relações dos homens entre si que nela são possíveis” (2012: 201). Cabe-nos, nesta pesquisa, apreendê-los sob a amplificação incessante dos fundamentos de reificação em processo a partir dos problemas trazidos pelos fragmentos da metrópole de São Paulo que balizam nossa discussão.

Um dos pontos importantes a se considerar na análise de Raffestin corresponde ao reconhecimento necessário das relações constitutivas de um dado território. Na esteira deste argumento, a partir de nossa perspectiva, queremos insistir que um exame profundo do território urbano de São Paulo e de suas relações constitutivas não revelam a economia à margem de sua processualidade, mas levam à necessidade de considerar as determinações abstratas deste processo, determinações estas que se põem em relação a todos os sujeitos, necessariamente sujeitados, no contexto desta urbanização³⁴. Por essa razão, as relações trazidas em nossa pesquisa, desdobramentos a partir da reatualização econômica de São Paulo, apenas são devidamente compreendidas pondo em relevo a natureza contraditória dos processos que se territorializam através da metrópole, por meio (e também às costas) da ação de inúmeros sujeitos. E é nessa direção que a metrópole de São Paulo se apresenta em um território privilegiado de mobilidade da riqueza social gestado incessantemente, atualizando o necessário entrelaçamento entre as relações sociais e as determinações gerais desse modo de produção. Estamos, pois, diante da produção de novas escalas e fluxos de negócios urbanos por ele sugeridas e, por conseguinte, de um perímetro expropriativo de usos e de moradores, componentes da produção do espaço metropolitano que se constituem em elos profundos com a reprodução social contemporânea.

Em Santos e Silveira (2011), a análise não retira os elos entre a economia e o território; pelo contrário, ela é componente importante deste, embora os conteúdos essenciais desta dimensão do econômico não estejam plenamente explicitados em seus fundamentos mais abstratos. Ademais, haveria uma forma de entrelaçamento entre política e economia através da elaboração teórica do território usado, buscando expor as particularidades de

³⁴ Esta perspectiva não pretende desprezar os movimentos sociais que emergem no contexto desta urbanização e que constituem, de fato, formas de dar voz às determinados grupos urbanos, mas visa chamar atenção para os limites que eles possuem em relação à consciência do processo em geral no qual estão imersos.

uma luta pelo território entre o que os autores chamam de atores hegemônicos e não hegemônicos. Do ponto de vista de nossa leitura da obra, no movimento geral do exposto pelos autores, busca-se uma aproximação dos elementos e das relações do território usado que expressaria em que medida o território responde ao movimento da economia em geral, do que o local e o regional seriam expressões concretas de sua forma particular de manifestação decorrente do embate inerente a classes. De tal perspectiva deriva uma leitura hierárquica dos lugares, da criação simultânea do que os autores definem como regiões do mandar e regiões do fazer no cerne de uma divisão territorial do trabalho em permanente transformação. É possível, pois, visualizar o permanente refazer da metrópole de São Paulo nesta miríade de usos, a exemplo das necessidades das centralidades emanadas pelo setor de serviços modernos, ou mesmo a implantação de novos loteamentos periféricos.

A aproximação com esta perspectiva requer, no entanto, que não nos afastemos das determinações mais gerais e abstratas da forma social capitalista. Na realidade, não se pode perder de vista as contradições fundantes do capitalismo, que admitem em suas manifestações a partir do território uma leitura de suas formas particulares atuantes no sentido de estabelecer a operacionalidade desta forma social determinada. No seio desta leitura da Geografia, a expansão capitalista evidencia-se diante de um movimento de territorialização do capital capaz de revelar a manifestação de seus princípios a partir e através do território e das relações de poder que lhe constitui, sob o escopo da conformação de uma metrópole corporativa, perspectiva que alude à produção da metrópole sob o crivo do interesse de classes e da luta pelo orçamento público³⁵.

Neste ponto, podemos compreender a conformação da metrópole de São Paulo, de um modo geral, enquanto momento da modernização das estruturas sociais brasileiras. Assim, este território metropolitano se gesta ante

³⁵ Segundo Santos, em tal metrópole corporativa, “o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente residual na elaboração dos orçamentos públicos. Isso obedece à mais estrita racionalidade capitalista...” (SANTOS, 2009: 105). Embora esta perspectiva, associada a um contexto amplo nas ciências sociais em geral a propósito da luta pela apropriação do orçamento público explicita algumas questões em torno da urbanização de São Paulo, defendemos nesta seção a necessidade de recuperar os termos da crítica que permitam compreender os limites do próprio fundo público à reprodução social em crise.

a consolidação de relações especificamente capitalistas coadunadas pelo processo de industrialização da economia nacional. A metropolização de São Paulo conformou-se no cerne do processo de expansão industrial para a periferia capitalista da qual o Brasil foi um dos focos privilegiados. Tratava-se da conjugação, pois, do intento nacional-desenvolvimentista com as necessidades de expansão produtivas dos países capitalistas centrais, do qual houve um processo de profundas mudanças na estrutura econômica do Brasil e, logo, da consolidação da metropolização de São Paulo. A modernização das relações econômicas, orquestrada por ações do Estado e de grandes corporações, via-se diante de uma urbanização crescente que, logo, ela própria, não deixaria de orbitar no âmago dessa reprodução econômica. E mais: esta urbanização se torna, diante dos instrumentos criados ao final do século XX, o elo necessário à reprodução crítica do capitalismo em seu ímpeto incessante de expansão.

A questão, portanto, admite que as determinações gerais da reprodução do capital se estabelecem de modo particular através do território urbano, de modo que as manifestações mais imediatas a partir da dimensão territorial revelariam um processo nuançado e fragmentado da territorialização destes imperativos, do qual a metrópole consolida-se como momento potente de desvelamento. Isto significa considerar a conformação de um território geral a nível global posto às formas de existência do capital e suas forças subjacentes, que é permanentemente pressionado em seus fragmentos para ampliação de suas condições de produção e circulação do capital, sendo que cada qual responde de forma particular a este movimento. O território usado traz o potencial analítico de expressar e em que medida do território responde ao movimento da economia em geral. Alcança, pois, o território como apropriação, reconhecendo as relações articuladas em torno do seu uso. Todavia, apesar da importância dessas considerações, ela pode frequentemente sugerir a instabilidade territorial pela via da luta de classes que conformariam as relações dissimétricas deste território. Neste ponto, a chave interpretativa pode se tornar a materialidade de um sistema econômico injusto de modo a ensejar o tal equilíbrio e a justiça como o caminho da crítica. Na realidade, as relações dissimétricas reveladas na territorialização do capital na metrópole estão, no limite, amarradas a formas de atuação política que se

fazem tendo como fundamento último, essencial e necessariamente, as relações fundamentais impessoais do capital em sua espiral de acumulação abstrata.

Para tanto, inclui-se considerar o próprio capital em sua força totalizadora ao ponto de Haesbaert e Tramonani (2004) insistirem no estabelecimento dos fundamentos do capitalismo – a acumulação primitiva – diante de um poder que se territorializa e, necessariamente, desterritorializa todas as formas sociais que lhe antecede. Na realidade, o capital é esta força incessante que realiza arranjos territoriais em seu desenvolvimento histórico. Recuperar toda a riqueza com que Marx trata este momento da acumulação primitiva, no sentido de oferecer o devido tratamento à constituição categorial do capital, implica reconhecer processos que estabelecem os fundamentos específicos de uma nova forma social. Esse revolucionamento social visando estabelecer as relações capitalistas modernas operou, de um lado, por meio de uma gama de processos de violência extra-econômica, e por outro, através de um árduo processo de naturalização das novas relações sociais, no sentido de uma forma de consciência em que a violência das relações econômicas emergentes se tornariam inerentes a um suposto estado de natureza da sociedade. E na reposição dos fundamentos desta forma de sociabilidade, através da permanente territorialização de suas relações, estas duas faces surgem em novos patamares. E na (re) produção da metrópole estas faces, a violência extra-econômica e econômica, componentes intrínsecos desde os primórdios da urbanização dominada pelo capitalismo, devem ser desvelados pelos discursos do desenvolvimento econômico, requalificação urbana, conservação do meio ambiente, expropriação de moradores e de usos, entre tantos outros que se enveredam nas tramas da reprodução do espaço da metrópole de São Paulo.

Portanto, o capital é, por excelência, uma relação social cujo poder atua por e partir da violência (extra-econômica e econômica), que assumem feições e níveis distintos frente ao contexto histórico e geográfico em questão. Sinalizar a violência como potência econômica, tal qual aponta Marx a propósito da acumulação primitiva, como força e poder onipresente ao capitalismo, é uma consideração das mais importantes nas formas necessárias de sua territorialização, não apenas quando dos primórdios de seu

estabelecimento enquanto forma social, mas também inerente ao seu próprio desenvolvimento. Mais especificamente para este texto, cabe pontuá-las para que uma leitura sobre a metrópole de São Paulo não passe ao largo de inúmeras formas de violência, algumas naturalizadas, outras explícitas, amarradas ao seu processo de expansão urbana.

Conforme exposto na última seção do capítulo 1, a cidade se torna sujeita ao imenso poder econômico que de suas dinâmicas se apropria. E será na constituição da metrópole, que tal poder se amplia e adquire proporções avassaladoras, tanto extensiva quanto intensivamente. Para Seabra (2011:51), será o processo de formação da metrópole aquele que corresponde ao “desenvolvimento da formação econômico e social na sua generalidade”, a saber, da forma social capitalista.. A metrópole se desdobra da cidade, enquanto território privilegiado no qual o capital tende a se apropriar e estender suas funções e sua lógica. E será nela que a urbanização sob o domínio e lógica da expansão capitalista apresentar-se-á, necessariamente, crítica (DAMIANI, 2008).

O argumento da *urbanização crítica* de Damiani (2008) decifra o movimento geral no qual se situa a constituição de um território urbano organicamente economizado, estabelecido enquanto o nexo da reprodução do capital. Será neste território urbano conduzido por uma urbanização crítica que a crise do trabalho se põe e o sujeito automático da realização econômica denota sua potência avassaladora, fazendo-se mediante múltiplas formas de violência. A escala extraordinária desta urbanização vai de encontro com o que Damiani descreve como “proletarização absoluta”, pois sua realização “significa que todos os espaços e tempos sociais são absorvidos, tendencialmente, pelo processo do capital”. (DAMIANI, 2008: 240). Tomada pela urbanização crítica, a metrópole consolida, deste modo, um movimento privilegiado da realização de negócios urbanos, em detrimento de seus habitantes. Ela tendencialmente deixa de ser o espaço do habitar, para consolidar o espaço do habitat e se torna um meio privilegiado pelo qual se estende a crise do trabalho inerente a esta forma social. O alcance dessas considerações é exposto por Damiani:

Dizer que o habitar se transforma em habitat, significa dizer que o habitante não é o sujeito, mas o negócio imobiliário o é,

em todas as suas extensões político-econômicas. Dizer que há negação do trabalho é dizer que existe uma economia que se move, contraditoriamente, por destituição do trabalho e tornado todo tempo humano um tempo de todo e qualquer trabalho. Ela sujeita e é o sujeito. No fundo, são alienações por destituição de apropriações sociais e individuais possíveis. O desenvolvimento das forças produtivas sociais, absorvidas pelo capital, cada vez mais financeirizado, se resolve socialmente, inclusive, comportando restos de técnicas, inseridos na vida cotidiana urbana. Nas imensas periferias, a dos centros histórico e expandido das cidades, ou a do seu entorno, cada vez mais amplo e distanciado, metropolitano, prevalece a baixa composição orgânica do espaço, que aparece como falta de infra-estrutura urbana. Designamos por *urbanização crítica*. O movimento é ir distanciando os espaços periféricos e ir constituindo novas centralidades econômicas metropolitanas. (DAMIANI, 2008:240-1)

No âmago da realização das virtudes desta urbanização se processam os termos relevantes da reprodução desta forma social na contemporaneidade. É preciso compreender este território economizado que é a metrópole de São Paulo nos inúmeros mecanismos que tendem a reforçar suas relações neste sentido. Trata-se de um processo potente, nuançado, que exige aproximações para compreender adequadamente os fragmentos deste urbano. Alcançar a universalidade real na qual está inserido o problema necessita do aprofundamento de processos locais que se estabelecem concretamente.

O processo de metropolização de São Paulo, ao conformar um território urbano de grandes proporções, é um momento de larga escala da urbanização do século XX, acompanhado pela explosão da pobreza urbana, como bem descreve Davis (2006). Há de se considerar, pois, São Paulo como uma metrópole que avassaladoramente reuniu os termos da realização econômica e concentrou grandes contingentes demográficos deste processo, cujo peso de indivíduos excedentes em relação ao desenvolvimento das forças produtivas do capital não deixa de ser desprezível. Pelo contrário, o peso deste contingente 'sobrante' revela a validade de um exército de sujeitos monetários sem dinheiro, acepção de Robert Kurz a propósito da impossibilidade de uma parcela da população não encontrar possibilidades de venda de sua força de trabalho no núcleo econômico capitalista. Esta condição denota dificuldades crescentes no plano da reprodução da força de trabalho no contexto das

grandes cidades imensamente captadas por acadêmicos em obras relevantes (OLIVEIRA, KOWARICK etc). As condições nas quais a força de trabalho se reproduz em São Paulo se articulam com níveis sempre atualizados de segregação socioespacial, que se ajeita ao processo de implosão-explosão da metrópole. As formas de segregação espacial apresentam como marco a forma centro-periferia, padrão sob o qual a metrópole de São Paulo expandiu imensamente seu território. Assim, São Paulo apresenta formas de segregação espacial que não deixam de expressar estratégias de reprodução da metrópole ante a crise social em voga.

A urbanização hoje espelha uma forte segregação espacial. Mas gigantescas periferias vão se formando os enclaves urbanos como territórios de uso da população de maior renda, em certos casos, de renda alta. Vê-se que o uso público do espaço encolhe e que os velhos centros são objeto de estratégias de valorização com as quais se pretende salvar a cidade. Já as áreas pobres, crescendo meio de qual jeito, formam a periferia ondem ficam depositados os pobres (SEABRA, 2011: 58).

As formas de segregação socioespacial, inerentes à formação de São Paulo, muitas vezes compreendida sob o padrão centro-periferia, no qual se estabelece certo distanciamento significativo entre grupos sociais urbanos, e que se vê mais complexa diante da constituição de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2011), apresentam-se hoje ainda mais complexas diante da atuação do mercado imobiliário em novas frentes urbanas criadas em áreas que até então não se apresentam como focos rentáveis para investimentos de grande monta. Favelas e periferias, espaços voltados à reprodução da população pobre e muitas vezes sobrando – não raro territórios de sujeitos monetários sem dinheiro –, aparecem como áreas tendencialmente possíveis de serem incorporadas ao movimento do mercado imobiliário. Como se verá adiante, o aprofundamento das contradições da reprodução social capitalista leva a um permanente aperfeiçoamento das formas de reprodução da propriedade imobiliária atrelada cada vez mais a uma espiral financeirizada, cujo alcance deve ampliar sua escala geográfica de atuação, sobretudo em metrópoles como São Paulo. Trata-se, assim, de um novo momento em que o capital, imerso em suas determinações negativas, não se reproduz a não ser

através de complexas formas de especulativas e rentistas através da reprodução do próprio espaço urbano. Raquel Rolnik (2015) decifra esta nova fase:

Na fase financeirizada e rentista do capital, as terras apropriadas sob regimes de posse que não possuem a propriedade individual titulada e registrada, no campo das cidades, passam a funcionar como um reserva, passível de ser ocupada a qualquer momento por frações do capital financeiro em sua fome incessante de novas garantias para seus ativos. Assim, de locus de um exército industrial de reserva, as favelas do mundo convertem-se em novas reservas de terras para extração de renda sob a hegemonia do complexo imobiliário-financeiro. (ROLNIK, 2015:166-7)

São desestruturações orquestradas que visam incorporar certos bairros, perímetros aos ditames da reprodução deste território urbano economizado. Assim, a mobilidade da propriedade privada, constantemente renovada, em ritmos, níveis e intensidades cada vez mais profundos na crise social capitalista, aciona a novos níveis a mobilidade do morador, sobretudo pobre, no território metropolitano de São Paulo.

Estas considerações a respeito de uma forma social determinada permite-nos examinar a realidade a partir do recorte de nossa pesquisa, trazendo os devidos cuidados no tratamento do particular para se alcançar uma apreensão crítica dos fragmentos da metrópole e de sua relação com o movimento da totalidade. Assim, a problemática em torno da Vila Nova Esperança, comunidade que será exposta no capítulo a seguir, que admite proximidade com aquelas tantas “Vilas” de São Paulo, manifesta-se por uma multiplicidade de relações que reportam, necessariamente, à territorialização dos fundamentos abstratos em sua operacionalidade a partir do processo de reprodução da metrópole, culminando na pressão para a retirada de moradores sob diversos discursos, da preservação ambiental ao direito à moradia digna. Assumindo este argumento, reconhecer essas relações na constituição da metrópole no cerne de uma competição de grupos visando um domínio territorial na cidade (VALVERDE, 2004), sem as devidas considerações das forças sociais atuantes, apresenta-se como uma mistificação redobrada das contradições essenciais desta forma de sociabilidade. Por isso, assumimos a reprodução contemporânea do território urbano economizado na potência de

compor o terreno analítico capaz de revelar essas relações no cerne de uma reatualização econômica incessante que faz da própria metrópole, simultaneamente, a reiteration e a extrapolação de seus termos e de seu sentido, tendo por base a reprodução da violência econômica e extra-econômica em novos patamares, da qual os moradores da Vila Nova Esperança estão sujeitos. Uma exposição crítica nos pormenores deste movimento avassalador que a metrópole de São Paulo sugere, traz os fragmentos aparentemente desconexos em um contexto mais amplo, no qual suas relações devem compor um quadro analítico que permita ilustrar as contradições da reprodução social contemporânea no interior da (re)produção do espaço da metrópole.

E devemos lançar indicativos de que o movimento expropriativo de moradores como o vivenciado pela Vila Nova Esperança está imerso em uma reestruturação que se realiza não na escala do local, mas na escala da metrópole, na qual a produção de espaços passíveis à valorização econômica vem sendo redimensionada a partir de uma série de mecanismos que lançam novos recortes da metrópole aos negócios urbanos. Frente ao mercado imobiliário ancorado em uma dinâmica financeirizada, são amplos os mecanismos pelos quais se manifestam o que Rolnik (2015) chama de crise de insegurança da posse. Operações Urbanas, grandes obras viárias, os Megaprojetos constituem-se de alguns dos mecanismos que se estabelecem na afirmação dos termos desta urbanização, levando a cabo desdobramentos da equivalência desta economia.

Em se tratando de São Paulo, as Operações Urbanas vem atuando de modo decisivo na afirmação das centralidades estratégicas mercado imobiliário e já produziu uma série de remoções de bairros e favelas inteiros³⁶ No âmago das transformações da metrópole de São Paulo, é preciso reconhecer que a instalação do Rodoanel Mário Covas constitui um elemento

³⁶ A esse respeito, a pesquisa de CARLOS (1998?) sintetiza a Operação Urbana Faria Lima e o processo avassalador que retirou os moradores antigos do bairro no qual a Avenida. Na mesma direção, Alfredo(1999) expõe a Operação Águas Espraiadas, também situada no vetor sudoeste de expansão imobiliária vinculada aos serviços modernos, que sinalizou a expulsão de moradores da favela nas mediações das obras viárias. Silva (2015) trouxe em sua análise a situação do Jardim Pantanal, na zona leste da metrópole, que corresponde a novas formas de pressões na expropriação de moradores de bairros inteiros atreladas ao discurso de compensação ambiental referente às degradações próprias aos grandes projetos da urbanização contemporânea de São Paulo.

dos mais relevantes em dois processos correlatos, quais sejam, a abertura de novas frentes imobiliárias e a promoção de novos perímetros de expropriação. Apesar de estes processos aparecerem de forma difusa e fragmentária, é possível trazer momentos que iluminem a afirmação dos pressupostos da economia contida na produção da metrópole. Na esteira da instalação desta obra, propalada como a maior obra viária do país, constitui-se um amplo processo de acumulação primitiva do espaço, que consiste no movimento de supressão dos usos e de moradores em lugares específicos da metrópole, visando alavancar novas possibilidades e circuitos econômicos. Trata-se de compreendê-lo no interior de um processo de diferenciação do espaço geográfico (SMITH, 2007) de larga escala e de ampla envergadura, exigindo compreender a reprodução da metrópole de São Paulo sob uma gama de mecanismos atuantes na produção de seu espaço.

Mas o movimento que se deseja enfatizar não corresponde apenas à ampliação do mercado imobiliário residencial voltado às classes médias e aos pobres. Estamos, pois, diante da abertura de novos ativos imobiliários, voltados para a um nicho específico empresarial, aquele voltado às operações logísticas. Tais ativos imobiliários sinalizam para o entrelaçamento entre a reprodução da metrópole e as determinações críticas da realização do capitalismo. Diante de amplas e importantes leituras no interior da Geografia a respeito desse domínio territorial necessário ao capital, a abordagem a propósito da logística territorial adquiriu corpo nos últimos anos (SILVEIRA, 2011; SILVA Junior, 2009)³⁷. De fato, os esforços de uma racionalização cada vez mais apurada dos processos produtivos e de distribuição, que se fazem no bojo de uma crise estrutural do capital tal qual apresentamos no primeiro capítulo, se alicerçam através de novos nichos de ativos imobilizados em terrenos e instalações, atrelados necessariamente à produção de um espaço adequado aos fluxos incessantemente aperfeiçoados.

³⁷ Para Silva Junior (2009, p.263), “a logística territorial (...) é uma ação no território, a partir de agentes corporativos, que detém uma inteligência sobre o território, utilizando sistemas de engenharia públicos e privados, bem como todos os demais componentes da circulação, técnicos e normativos”. A propósito deste tributo do território, Silveira (2011:60) alega que a logística territorial “envolve o planejamento referente às infraestruturas (sistemas de movimento e de armazenamento) e às normas (sistemas de normas), capazes de tornar eficiente a fluidez territorial e, por conseguinte, de alterar o território (os espaços urbanos e rurais)”.

Assim, nestas abordagens, por muito tributárias da teoria de Milton Santos, aufere-se a uma competitividade impressa e exigida ao território, revelada por uma série de usos e de infraestruturas constituídos por circuitos espaciais produtivos, capazes de revelar uma nova divisão do trabalho ao capitalismo contemporâneo em sua territorialidade que envolve necessariamente a metrópole. A leitura dos novos usos do território permite observar um permanente refinamento da circulação geral de mercadorias e de instâncias atuando perante os níveis de concorrência contemporâneos. Expressariam, assim, uma forma do meio técnico-científico-informacional em ato³⁸, da qual a metrópole constitui um elo necessário.

Tais prerrogativas gerais da reprodução do capitalismo contemporâneo, que se apresenta à análise diante de uma reestruturação produtiva da metrópole, não podem, pois, prescindir do território urbano; pelo contrário, as virtudes desta determinação crítica da circulação do capital estão contidas na (re)produção da própria metrópole. A circulação geral do capital, que não deve ser compreendida restritamente em uma abordagem fisiocrática da mobilidade de mercadorias, mas em suas determinações abstratas e críticas, apresenta elos necessários com a (re)produção do espaço urbano, em especial com a metrópole, cuja centralidade econômica mantém uma dinâmica essencial aos novos negócios atrelados à logística empresarial contemporânea. Nessa direção, a eclosão de novos empreendimentos voltados às operações logísticas, se fez com a abertura de fronteiras urbanas que estivessem de acordo com a implantação de tais empreendimentos imobiliários. Dessa maneira, é possível vislumbrar a abertura do Rodoanel tendo como um dos desdobramentos territoriais a constituição do que podemos chamar de fronteira voltada para a logística empresarial³⁹. Não se trata, no

³⁸ A racionalidade pretendida postula o surgimento de serviços e estabelecimentos logísticos, a exemplo dos Operadores de transportes multimodais (SILVA JUNIOR, 2009) e os Centros logísticos e industriais aduaneiros (PENHA, 2009). Ambos evidenciam novas exigências econômicas que veem tomando corpo e sendo atendidas através da articulação de grandes conglomerados e Estado, em uma necessária relação do econômico e do político através do território. Os Centros logísticos e industriais aduaneiros são institucionalizados após meados da década de 1990 como empreendimentos voltados para agilizar os procedimentos aduaneiros, promovendo maior agilidade a estes. Através deles, estabeleciam-se recintos aduaneiros em zona secundária a partir das transformações de portos secos ao regime de Centros logísticos e industriais aduaneiros. (PENHA, 2009).

³⁹ Segundo Hirata (2017), os galpões logísticos até 2005 eram empreendimentos esparsos e de especificações técnicas limitadas na Grande São Paulo. A partir de 2006, o setor adquire dinamismo e alguns municípios e regiões no entorno do Rodoanel se tornam grandes focos desses empreendimentos,

entanto, de uma transformação estrita aos perímetros do Anel Viário; pelo contrário, estamos diante de um processo complexo e de amplo alcance, pois bairros consolidados e com usos industriais (obsoletos, sob a leitura do urbanismo), veem-se diante de transformações com as possibilidades abertas a seus empreendimentos em um novo perímetro da metrópole.

A reestruturação da metrópole de São Paulo, que de modo vulgar é compreendida enquanto otimização de tráfego, ou de desenvolvimento econômico e urbano, revela-se como um processo de grande vulto em relação a este território metropolitano. O Rodoanel, enquanto componente relevante no reordenamento territorial da metrópole, revela o ajustamento da expansão urbana com as condições gerais exigidas pela reprodução social capitalista. E este ajustamento possui uma série de desdobramentos, alguns anunciados de forma tímida, outros com maior contundência, que tem por base uma vasta mobilidade de formas de riqueza em vias de atualização na metrópole como um todo.

Estamos frente a um processo em que a urbanização contemporânea conduz ao refinamento deste território urbano economizado de São Paulo, contido na produção da metrópole que tende a condicionar preços da terra em centralidades estabelecidas, incitar novas centralidades e nichos de ativos imobiliários, catalisar o mercado imobiliário já em ascensão na periferia metropolitana, materializar a logística territorial necessária à realização de mercadorias, amplificar o perímetro expropriativo de moradores pobres. Eis momentos de um quadro metropolitano complexo, que insistimos aqui no sentido de comporem o terreno de uma ampla mobilização da riqueza social através da metrópole de São Paulo. Todos esses processos não se dão por acabados e alguns de seus desdobramentos ainda se anunciam de forma tênue, enquanto outros de forma mais desenvolvidas. No entanto, apesar de alguns indicativos serem sutis, eles se apresentam nesta urbanização e apontam para os termos inextricáveis entre a reprodução da metrópole e a ampliação da circulação da riqueza neste ambiente construído.

com grande destaque para o período de 2011 a 2014, quando houve grupos estrangeiros investindo diretamente na construção de condomínios logísticos visando explorar este produto imobiliário. Barueri, Cajamar, Embu, ABCDM (ABC, Diadema e Mauá) e Guarulhos são os grandes focos de atração até então dos condomínios logísticos na Região Metropolitana de São Paulo. Ver Anexo I a respeito do montante de estoques desses municípios.

Ao final do século XX, notadamente a década de 1990, a metrópole de São Paulo, em vias de reestruturação produtiva intensa, com uma saída considerável de plantas industriais da região, via-se a afirmação de sua centralidade econômica através da expansão do setor de serviços modernos que demandaram transformações territoriais de grande envergadura. Isto revelava que, para além das novas feições das relações de trabalho, ampliação do desemprego estrutural, uso de novas tecnologias, entre outros marcos dessa reestruturação produtiva, vislumbrava-se também a metrópole se projetar e se transformar enquanto um elo fundamental desse processo, alavancando novas centralidades, a exemplo daquela atrelada ao terciário moderno no vetor sudoeste da metrópole.

Há, portanto, que se considerar estes desdobramentos territoriais da reestruturação produtiva que ainda se revela em processo na metrópole de São Paulo. As dinâmicas oriundas de uma crise estrutural do capital, que engendraram uma miríade de processos no interior da reestruturação produtiva, envolvem a permanente reprodução do espaço da metrópole, inclusive na implantação de um capital fixo de grande monta adequado ao momento de circulação geral do capital. Para Harvey, “o investimos nos meios de transporte se destina a aumentar a composição orgânica do capital social, que tende a causar a queda na margem de lucro, ao mesmo tempo em que se supõe que seus efeitos aumentem a margem de lucro” (2006:54). Não sem razão, a implantação do Rodoanel em São Paulo está envolta a discursos de alavancagem econômica, pois que se abrem possibilidades a investimentos urbanos. No entanto, compreendemos os desdobramentos engendrados pelo anel metropolitano no contexto de uma crise de reprodução que necessita por em circulação novos montantes de riqueza social, em ritmos, profundidades e intensidades maiores através da reprodução da metrópole, inclusive impulsionando forças mais abrangentes de expropriação de moradores neste território metropolitano.

As novas estratégias de produção e distribuição, junto à espiral de realização de ativos financeiros via produção da metrópole, criam uma nova modalidade de investimento imobiliário: os condomínios logísticos. A racionalidade dos fluxos de mercadorias através da articulação destes componentes do ambiente construído de São Paulo não é a manifestação de

uma fronteira econômica posta a repor positivamente a reprodução do capital, mas de uma crise que desdobra em busca do tempo zero de circulação, dados os termos contemporâneos de reprodução do capital⁴⁰.

A crise estrutural da década de 1970, registrada por Harvey como o fundamento da reestruturação produtiva flexível, possui conexões com os processos inerentes à reprodução da metrópole em curso. Insistimos, pois, que a metrópole de São Paulo hoje a apresenta-se em um movimento exponencial de mobilização da riqueza, no sentido de inseri-la na espiral da realização econômica, não por um dinamismo e prosperidade do capitalismo, mas pelas suas bases de valorização já não serem suficientes de valorizar o capital disponível. Por isso, a racionalização otimizada do fluxo e gestão de mercadorias, os novos empreendimentos imobiliários, a produção de novas vantagens locacionais, estão amarrados a uma crise ampla e inerente à reprodução social. Sob este prisma, a produção do espaço de São Paulo revela os termos desta logística territorial pretendida pelo capital: a sua realização crítica, por e através do urbano.

Observa-se, pois, que as amplas dimensões próprias ao processo de urbanização iluminadas por Lefebvre – a saber, a produção, a realização e a distribuição da riqueza socialmente produzida –, surgem difusas às reflexões a propósito do urbano compondo um território específico, condição e resultado da reposição do capital. As reflexões aqui presentes que em certa medida realizam uma análise centrada na circulação do capital através de São Paulo, no nível mais amplo que isso implica, não pretendem autonomizar este nível em relação à totalidade processual desta forma social. Na realidade, ao se exacerbar a mobilidade via produção da metrópole nos termos contemporâneos, já nos são indicativos de uma crise profunda que perpassa o cerne da vida cotidiana sugerida pela metrópole. E o território metropolitano de

⁴⁰ Estamos, pois, diante de uma exacerbação do consumo que tem fundamento na contradição interna do próprio capital expresso no desenvolvimento das forças produtivas. Alfredo (2010:15) expressa com acuidade essa questão: “com os investimentos postos no desenvolvimento das forças produtivas, a contradição entre capital fixo e circulante (fluído) desencadeia a necessidade de a sociedade como um todo se por como excessivamente consumidora, pois a redução relativa da massa de mais valia produzida carece passar o valor fixo num volume cada vez maior de produção de mercadorias, forma única, mas impossível, de o capital valorizar o valor posto como máquina e bens de produção (capital fixo). Desta maneira, quanto maior a proporção de capital fixo na sociedade da Grande Indústria, tanto maior a necessidade de matérias primas (capital fluído) para passar este valor fixo nas mercadorias que lhe retornarão o valor investido. Diante de tal exacerbação quantitativa, a sociedade capitalista deixa de se determinar pela produção para se produzir pelo consumo”.

São Paulo se constituiu em um campo vasto que se pôs à construção deste movimento. Nele, o papel da propriedade da terra urbana e imobiliária e a forma com que a renda penetra a constituição deste território constitui um momento fundamental de amplos desdobramentos. Situa-lo a e propósito da condição geral à reprodução do capitalismo torna-se momento essencial à compreensão da atualização econômica do território em questão: a metrópole de São Paulo.

Assim, as contradições envoltas ao processo de reprodução da metrópole são arrastadas para um novo patamar, compondo assim a razão de ser da reflexão que sugerimos neste texto. Haveria, diante da atualização deste território urbano economizado, uma redefinição ou deterioração dos termos da relação centro-periferia de São Paulo? Eis uma questão importante e que este texto alcança modestamente algumas considerações, mas deixa em aberto muitos pontos. A urbanização crítica em processo em São Paulo, ao incluir as prerrogativas da territorialização necessária ao capital frente suas contradições mais agudas, apresenta particularidades da efetividade da forma mercadoria. Nas páginas que se seguem neste capítulo, procuraremos traçar, de um modo geral, relações constituintes do território metropolitano de São Paulo que possam compor um terreno analítico em condições de contribuir com a construção da compreensão adequada da crise social profunda contemporânea. A abordagem não é das atividades realizadas na metrópole, mas dela própria se constituindo no interior das relações sociais. De mero reflexo das relações econômicas à expressão e fundamento das relações sociais capitalistas estabelecidas, São Paulo tende a revelar sua urbanização enquanto componente e necessária à dinâmica capitalista, inclusive reforçando a impossibilidade de noções de equilíbrio, igualdade e justiça diante das relações que estruturam a produção de seu espaço.

Isto porque, as exigências atualizadas do capitalismo quanto a sua reprodução, tratadas enquanto a necessidade de modernização territorial no interior da geografia, sob o escopo de uma logística territorial em vias de estabelecimento, são apreendidas comumente enquanto a materialidade de um desenvolvimento econômico cuja contradição está posta, francamente, no embate entre os atores hegemônicos e não hegemônicos. Embora a dimensão de classe não deixe de estar posta na reestruturação de São Paulo em

processo, ela não compõe a centralidade de nosso argumento, pois a assume-se aqui a perspectiva de que a crítica necessária desta realidade em processo pela metrópole deve estar ancorada na crítica do trabalho. Seria, pois, a reestruturação de São Paulo um processo que traz os limites da sociedade assentada na exploração do trabalho, imerso na generalidade da crise do trabalho, e, portanto, a realização em diversos níveis do avesso da riqueza capitalista. Trata-se da urbanização trazendo os termos desta logística enquanto condição no refinamento exigido à reprodução em geral do capital, frente sua crise e às costas dos sujeitos. Estamos, pois, nos referindo a um território urbano que detém estas determinações mais gerais e a elas se redefine, aprofundando o escopo da sua atuação em direção à realização econômica. São Paulo, enquanto metrópole que sintetiza imensamente a realização da riqueza em seus termos quantitativos, anuncia com o mesmo vigor o esmorecimento substancial da acumulação social de riqueza.

Esta compreensão não pode ser por perspectivas que se distanciam de uma crítica efetiva das categorias modernas, pois estas sugerem, no limite, uma concepção de equilíbrio e de justiça tal qual ancorado nas leituras do ponto de vista do trabalho (exposto no capítulo 1). Sob este invólucro, a discussão a propósito dos territórios do capital teria de ser circunscrita, necessariamente, às estratégias do planejamento espacial. O caminho traçado até aqui se propôs a não naturalizar relações sociais que exigem uma apropriação crítica prévia de suas categorias, a exemplo da mercadoria e do dinheiro, e de sua consciência imediata reificada, sem a qual uma leitura do território e da territorialidade conceberia a economia simplesmente a uma mera matemática trivial do que se deriva o dinheiro como mecanismo espontâneo de sua operacionalidade. Assim, é necessário reconhecer as particularidades deste profundo processo geral de territorialização do capital a partir de São Paulo, que em seus fragmentos territoriais específicos revela o urbano se tornando cada vez mais o nexo entre território e economia fundamental à reprodução do capitalismo.

2.1 Das questões propriamente urbanas em torno do território metropolitano de São Paulo

A modernização de São Paulo, a partir de seu crescimento oriundo do complexo cafeeiro, sinaliza para a conformação deste território através de um intenso e profundo processo de urbanização. A literatura que se debruça sobre os desdobramentos mais orgânicos desta urbanização é ampla e permanentemente trouxe avanços a respeito de sua compreensão. Na constituição deste território urbano, hoje metropolitano, a expressividade dos negócios realizados na e através da cidade demarcava uma centralidade, em nenhum momento estática, que se fazia simultânea à produção contínua de espaços das carências típicas da reprodução da força de trabalho, as periferias urbanas. Entrava-se em questão, portanto, que a modernização da economia brasileira traria a urbanização como momento relevante às transformações da realidade nacional e necessária de ser apreendida frente a um crescimento urbano exponencial a partir de meados do século XX. Há um percurso que modesta e parcialmente esta seção traz em relação à entrada especificamente da dinâmica urbana à reflexão crítica.

Diante de uma radical mudança com a industrialização tornada realidade nos países latino-americanos, a questão urbana⁴¹ vai tomando corpo e assumindo importância com a reflexão de vários intelectuais a partir da década de 1960. A questão da marginalidade em Castells (1973) traz ao plano analítico, sob uma perspectiva dual-estruturalista, um desajuste entre a modernização das estruturas produtivas e a incorporação da força de trabalho, que se tornaria um componente central à urbanização de países como o Brasil. Trata-se de um deslocamento do dualismo arcaico-moderno, no âmbito estritamente da economia agroexportadora-economia industrial, para lançá-lo a outros termos, compreendido através do processo de urbanização, ainda que este processo esteja circunscrito às relações produtivas estritas nesta concepção.

⁴¹ Chamaremos aqui questão urbana a entrada da urbanização em um corpo teórico e que tem amplos desdobramentos nos mais diversos campos da reflexão. Desejamos, ao final desta sessão, trazer ao plano analítico esta questão urbana a partir do atual momento de urbanização (metropolização) de São Paulo (tornando-se, portanto, a questão do urbano, na particularidade de São Paulo).

Em Castells estão presentes elementos iniciais de uma discussão inclinada aos espaços da precariedade, que logo se tornam as periferias urbanas. Sob o seu prisma, havia a consolidação de um padrão que prescindia de um montante de força de trabalho urbana, do qual pertencia um processo de centralização urbana que, na perspectiva da marginalidade em Castells, deriva de uma urbanização que condensa a condição produtiva alcançada por países como o Brasil, e tende a ser o lócus privilegiado de um antagonismo relativo à produção econômica.

Ao lado de um nó central de urbanização produtiva, com o desenvolvimento de certos serviços suscitados por ela, se encontra o efeito destruidor do mesmo processo sobre a maior parte das estruturas produtivas agrárias (migração rural), sobre as atividades industriais não concorrentes (migração urbana) e a formação assim, com um ritmo acelerado, das grandes concentrações terciárias, onde a desocupação e o desarraigamento dão um conteúdo profundo às formas ecológicas da marginalidade (CASTELLS, 1973: 23-4).

O cenário urbano permitia reconhecer que os termos do atrasado e moderno não seriam superados pelo processo de industrialização. A questão urbana, deste ponto de que partimos, ainda se ancorava no dualismo arcaico-moderno e reportava às dinâmicas da produção industrial estrita, mas anunciavam a urbanização como processo de grande espectro que necessitava adentrar à análise.

A leitura de Castells ainda situa o urbano na chave das condições gerais de reprodução da força de trabalho, cujo delineamento estaria circunscrito no consumo coletivo, no qual passa a operar não a tensão entre capital e trabalho, mas entre força de trabalho (trabalhadores) coletivamente organizada e o Estado. O urbano seria assim a expressão da luta de classes, mas que agora seria marcada pelo extravasamento do interior da fábrica e teria como outro polo central em relação ao trabalhador não o capitalista, mas o Estado. Assim, ao mesmo tempo em que a questão urbana se explicita relevantemente à reflexão, a abordagem de Castells tende a não superar as amarras iniciais de um reflexo da luta de classes através da expansão urbana, inclusive insistindo no dualismo estrutural de sua análise.

Paul Singer, em alusão direta à concepção dualista presente em Castells, avança ao trazer em questão uma relação orgânica entre pólo moderno e polo arcaico (ou marginal). Ao vislumbrar a chamada marginalidade engendrada pela própria dinâmica moderna, superando uma divisão estanque entre ambos os polos, Singer sinaliza para a urbanização compondo a mobilização do exército industrial de reserva à acumulação industrial nas cidades.

É necessário assinalar que a marginalidade está conceitualizada, de maneira geral, como a negação da integração na economia capitalista, na participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos. Novamente os critérios são individuais e escamoteiam a situação de classe dos assim chamados marginais. Mas é conhecido que o capitalismo industrial, desde sua origem, requer, e em consequência constituiu, reservas de capacidade produtiva e de força de trabalho que somente se utiliza nos momentos que a economia se expande com maior vigor. Conviria examinar a marginalidade sob este ângulo antes de saltar à conclusão de que uma parte da oferta de força de trabalho, constituída sobretudo por migrantes, simplesmente não é aproveitada pelo sistema (SINGER, 1973b: 51).

Apesar de oferecer um avanço à compreensão da urbanização dualista em Castells, Singer ainda a posiciona em certa medida no invólucro da produção e reprodução da força de trabalho, considerando-a enquanto “mobilização do exército industrial de reserva, que deu lugar a um abundante suprimento de força de trabalho pouco qualificada, mas dócil e de aspirações modestas” (SINGER, 1973a: 123). O indicativo da inadequação do dualismo em Singer (1973a; 1973b) não fora suficiente para adentrar aos termos especificamente do urbano diante da reprodução social capitalista.

Francisco de Oliveira, ao consolidar a crítica à perspectiva dualista recorrente ao dualismo, lança algumas questões importantes a propósito das marcas que o fenômeno urbano apresenta no Brasil, ainda que não penetre este urbano de modo a desvencilhá-lo do econômico estrito. Ao expor a dinâmica da modernização das bases produtivas no país, sua análise permite observar que tratava-se o Brasil de uma formação social cujo moderno engendra o atrasado, assumindo, inclusive, relações orgânicas com este. Dessa forma, a inchação e marginalização não apresentariam adequadamente

as relações sociais do Brasil após a consolidação da indústria – e, também, não seriam suficientes para revelar o seu processo de urbanização. O crescimento urbano desmensurado através das periferias estaria assentado nas relações fundantes da modernização das bases produtivas nacionais e a ele necessariamente reporta. Embora ainda lido à luz dos processos produtivos estritos, o avanço da compreensão da formação territorial deste urbano repousava na dinâmica geral que admitia elos sistêmicos com a força de trabalho ocupada fora dos circuitos ditos modernos (e agora urbanos) da economia. Por isso, no decurso da modernização das estruturas produtivas no Brasil, a expansão industrial

Vai compatibilizar-se com a ausência de acumulação capitalista prévia, que financiasse a implantação dos serviços, lançando mão dos recursos de mão-de-obra, reproduzindo nas cidades um tipo de crescimento horizontal, extensivo, de baixíssimos coeficientes de capitalização, em que a função de produção sustenta-se basicamente na abundância de mão-de-obra. (...) o processo de crescimento das cidades brasileiras (...) não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizados, cuja forma aparente é o caos das cidades. (OLIVEIRA, 2003: 55; 59)

Admite-se, assim, um crescimento urbano, notadamente assentado na expansão do que configurou como periferia urbana, cujos momentos não são alheios ao âmago dinâmico do capitalismo, a saber, o setor industrial. Portanto, ainda no interior desta questão, Oliveira insiste que o urbano no Brasil traria a divisão social do trabalho necessária ao estabelecimento da indústria de uma forma específica: não haveria uma divisão social do trabalho pretérita suficiente para resguardar um processo de industrialização. Este momento da argumentação de Oliveira traz uma abertura para se alcançar novas referências ao urbano, haja vista que, segundo suas palavras,

A industrialização vai impor um padrão de acumulação que potencia, por uma potência X, ainda não determinada, uma urbanização; a industrialização vai impor um padrão de urbanização que aparentemente é, em muitos graus, em muitos pontos, superior ao próprio ritmo da industrialização. (OLIVEIRA, 1982: 41)

A assertiva de Oliveira acima traz uma enorme potência capaz de ser desdobrada de forma relevante à compreensão desta urbanização, a brasileira. Apesar de um ritmo urbano deflagrado a partir da indústria, em certo momento da modernização das relações sociais surge um descompasso entre os momentos da industrialização e da urbanização. Não significa que conformem unidades indiferentes uma a outra, mas que a compreensão dos termos deste urbano já não estaria circunscrita à dinâmica estrita da indústria – embora a ela não seja alheia. No entanto, a análise de Oliveira não percorre esta brecha que ela própria sugeria, e se mantém na esteira de um urbano ainda iluminado e engendrado tão somente a partir das relações da acumulação industrial. Necessário às relações centrais do capitalismo, observa Oliveira (1982), mas esta relevância permaneceria no limiar das relações entre capital-trabalho e as intervenções do Estado na criação e manutenção de um mercado de trabalho.

No cerne de inúmeras pesquisas e elaborações teóricas a propósito da realidade brasileira reforçou-se a urbanização como momento importante a ser discernido. No entanto, o urbano propriamente, enquanto territorialidade do capital na sua dimensão abstrato-concreta, exigia novas entradas à compreensão de suas dinâmicas e relações. Portanto, a constituição da metrópole de São Paulo não corresponde a um mero reflexo de sua industrialização, tampouco a instrumento de consumo coletivo, embora lhe sejam questões pertinentes. O urbano, ainda, por se revelar através do território paulistano, não deveria, portanto, se reduzir a lócus, mas apreendido como concrecência da reprodução das relações sociais. A reflexão em torno da urbanização de São Paulo adquiria complexidade na medida em que se debruçava sobre a magnitude de seus problemas superando a abordagem dualista e alcançando os termos de uma condição particular deste urbano vivida na prática: seriam aqueles *da espoliação urbana* de Lúcio Kowarick.

Em Kowarick, há uma exposição de um contexto objetivo com o qual a reprodução da força de trabalho se encontra, de modo a sugerir condições da reprodução social que transbordam as relações estritamente produtivas. Haveria, pois, um processo no qual São Paulo estaria posta à realização lucrativa, via realização imobiliária, do qual decorria o espraiamento urbano voltado à reprodução da força de trabalho, as periferias urbanas.

Quando a pressão imobiliária ou congelamento de certas áreas tornam-se mais vigorosos numa cidade ou região, novas favelas surgem ou são transferidas para municípios vizinhos, onde os negócios imobiliários ainda não se apresentam tão lucrativos(....) com a explosão do preço das terras, a tendência é acentuar a expulsão da população para as periferias, onde, distante dos locais de trabalho, se avolumam barracos e casas precárias. Essa é a etapa mais recente do processo expulsão-fixação das classes trabalhadoras, que obviamente não se reduz às populações faveladas. Nas assim chamadas casas precárias da periferia reside o fulcro do problema, presidido pela lógica especulativa dos loteamentos que fixou, em casas 'próprias', boa parte da classe trabalhadora (KOWARICK, 1993: 41-2).

Não se tratava, no entanto, a produção destes espaços periféricos, imprópria à dinâmica que inseria a urbanização em um nível significativo da realização de negócios. Pelo contrário, a constituição das periferias não se faria indiferente à forma mercadoria, mas constitui-se com a realização do espaço urbano enquanto mercadoria. Por isso a tentativa de “ditar” e controlar toda a extensão deste fenômeno urbano através do planejamento se fazia a *posteriori* de sua própria realização, pois o intento de ordenar o uso do solo ocorreu em um momento “em que o desenho urbano já está(va) em grande parte traçado em consequência da retenção dos terrenos por parte de grupos privados” (KOWARICK, 1993: 35).

No processo desordenado de expansão urbana, o setor imobiliário levava adiante a ocupação espacial, guardando imensas áreas mais próximas aos núcleos centrais à espera de valorização, enquanto zonas mais longínquas, sem qualquer infra-estrutura, eram abertas para a aquisição das classes pobres. A ocupação de novas áreas, longe de seguir critérios programados, baseou-se na retenção especulativa de terrenos (KOWARICK, 1993: 36).

O caráter especulativo desta expansão se apresenta na totalidade da metrópole em ritmos e intensidades diferentes, e, ao mesmo tempo que se baseia no espaço vendido em fragmentos, ele também cria hierarquias no interior deste território metropolitano em constituição. Há, portanto, um dinamismo presente no processo de metropolização que condicionam as possibilidades dos negócios urbanos e as infraestruturas urbanas são desdobramentos de seu desenvolvimento:

O surgimento de uma rodovia ou via expressas, a canalização de um simples córrego, enfim, uma melhoria urbana de qualquer tipo, repercute imediatamente no preço dos terrenos. Nesse sentido talvez o exemplo mais flagrante e recente seja o que ocorre com as áreas contíguas ao trajeto presente e futuro do metrô. O fato de recortar certos bairros da cidade remodela o uso e o tipo de imóveis existentes, encarecendo vertiginosamente o preço dos lotes disponíveis. Forja-se assim (...) uma nova configuração espacial que visa ao mercado residencial ou de serviços das camadas abastadas, enquanto os grupos pobres tendem a ser expulsos para áreas mais distantes (KOWARICK, 1993:40).

Seria relevante, pois, observar este movimento, ao mesmo tempo extensivo e intensivo na formação da metrópole, no qual repousa, nele próprio, um circuito de realização de negócios urbanos. A análise de Kowarick permite esta observação, embora a chave interpretativa central seja um espaço voltado à reprodução da força de trabalho cujas feições possuem elos na superexploração do trabalho condizentes com nossa formação social⁴².

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho e, de outro, forjou formas espoliativas que se dão no nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora (1993:43-4).

Ao compreender certa correspondência das formas urbanas com a exploração do trabalho concreta, a análise de Kowarick avança em questões importantes a propósito deste território urbano em permanente transformação. Observava-se, pois, a conformação de uma realidade urbana que produz um nível de mobilidade ao seu morador, notadamente aquele mais pobre, frente a

⁴² Há aspectos importantes da modernização brasileira que se tornam elementos onipresentes na expansão de metrópoles como São Paulo. A propósito da conformação dessa industrialização dependente, alega Marini (2011), o desenvolvimento de países como o Brasil depende “menos das preferências que eles tenham e mais da dinâmica objetiva da acumulação de capital em escala mundial” (MARINI, 2011, p.168). Nessa direção, no encaminhamento de inserção na divisão internacional do trabalho via uma industrialização maciça da economia, os países dependentes apresentaram, em linhas gerais, os desdobramentos inerentes ao desenvolvimento capitalista: “redução da população produtiva e crescimento das camadas sociais não produtivas” (MARINI, 2011, p.169). Todavia, “esses efeitos teriam de aparecer modificados pelas condições de produção próprias do capitalismo dependente.” (ibidem). Tais condições típicas de países como o Brasil, frente a este cenário, seria a superexploração do trabalho, com redução significativa do salário daqueles que se inserem no circuito produtivo, interpretação que influenciou enormemente os estudos a respeito da urbanização brasileira.

uma dinâmica que torna a própria produção da cidade uma dimensão crucial a ser posta na análise. Além disso, o movimento é o da extensão urbana estabelecendo o espaço voltado à reprodução da força de trabalho: as periferias urbanas. Sem contar com infraestruturas urbanas necessárias à totalidade da reprodução da força de trabalho, em maior ou menor grau o território urbano de São Paulo se espalhava de forma cada vez mais incisiva criando um contexto de intensa dilapidação de seus moradores em porções periféricas longínquas da metrópole. Seriam os termos da espoliação urbana, condição ínsita a esta urbanização, de cuja formulação são tributários avanços na compreensão do fenômeno urbano propriamente, a partir de São Paulo, no bojo da reprodução das relações sociais. Portanto, ela aponta uma desigualdade contida na produção deste território que se estende e se metropoliza, sinalizando as dinâmicas próprias ao morador da periferia de São Paulo. Sendo assim, o crescimento vertiginoso de São Paulo surge potencializando um processo depreciativo da força de trabalho em diversos níveis discerníveis através da metrópole em seu movimento. De certo modo, como discorre Arantes (2009), a espoliação urbana revelaria uma negação da reprodução da força de trabalho nos níveis desejados, negação esta como elemento constituinte da urbanização de São Paulo. Isto apontaria, no limite, para uma condição inerente ao urbano em países como o Brasil, que adquire um enfrentamento e problematização por movimentos sociais urbanos, organizados, sobretudo, a partir da década de 1970.

Na realidade, este movimento de expansão periférica já estivera anunciado desde antes, como a análise de Langenbuch enfatiza. Em suas palavras, “o espaço colocado à disposição da expansão urbana de natureza residencial continua superando de muito as necessidades da cidade [por volta da década de 1920], permanecendo a especulação imobiliária que já caracterizara o período anterior” (1971: 132). Apesar do caráter pouco compacto da cidade, como chama atenção Langenbuch, fazendo menção a uma pequena densidade de edificação de loteamentos, estas porções estabeleciam seus elos físicos com a cidade já constituída, ainda que pouco expressivos. Importa reconhecer que o processo é o da mobilização da propriedade que será registro fundamental do processo de metropolização

A razão lotes urbanos/edificações urbanas indica que a especulação imobiliária continua desenfreada. Aliás, (...) chega-se à conclusão que a mesma estava no auge. Um elevado número de lotes urbanos compreendidos no âmbito já anteriormente conquistado, em termos esquemáticos, pela cidade, é desviado de sua finalidade teórica, qual seja a de assegurar a expansão urbana. Os terrenos se veem artificialmente valorizados. A falta de lotes disponíveis, desviados que são para a especulação, e o seu alto custo obrigam grande parte dos novos moradores a se estabelecerem em áreas mais afastadas. Desta forma, a especulação imobiliária desenfreada é um dos principais fatores a provocar o desenvolvimento da expansão suburbana de natureza residencial que na fase anterior apenas se esboçara (LANGENBUCH, 1971: 134-5).

A obra de Langenbuch ilustra de forma geral o quadro de mobilização da propriedade privada como momento intrínseco às transformações por que São Paulo passava no início do século XX e que já anunciavam sua metropolização. Este momento, por volta de 1925, a análise de Petrone (1955: 141) compreendia São Paulo enquanto uma cidade fracionada, “constituída por trechos edificadas separados uns dos outros (como é o caso das várzeas e dos vales mais escavados), ora pela presença das vias-férreas.”

Antes, na virada do século XIX para o XX, a produção imobiliária visando à habitação via aluguel constituía em grande medida o impulso da dinâmica imobiliária em São Paulo. Após as primeiras décadas do século XX, nas quais esta produção está associada imensamente ao mercado de aluguel⁴³, marcadas pela pouca ação incisiva do Estado no setor construtivo, seguir-se-ia de um novo momento a partir de 1930, no qual a intervenção estatal apresentaria desdobramentos relevantes na realização imobiliária na metrópole, promovendo mudanças territoriais significativas em São Paulo ⁴⁴.

Neste contexto, no decorrer e após a década de 1940, diante da Lei do Inquilinato e seus impactos no setor de aluguel às classes populares,

⁴³ Como enfatiza Bonduki, a estratégia de moradia mais difundida entre os trabalhadores das primeiras décadas do século XX se estabelecia via aluguel. Em suas palavras, nesta questão, era “mais comum a moradia de casas de aluguel, produzidas por uma gama variada de investidores privados com o objetivo de obter uma boa rentabilidade, como o comprovam levantamentos da época. Em 1920, apenas 19,1%, e em 1925, 23,8% dos prédios da cidade eram ocupados por proprietários. (BONDUKI, 2002: 43)

⁴⁴ São inúmeras medidas que sinalizam para a ação do Estado no âmbito da produção imobiliária neste período, das quais Bonduki enfatiza como as principais a Lei do inquilinato de 1942, a criação das carteiras prediais dos Institutos de aposentadoria e previdência e da Fundação da Casa Popular e o Decreto nº 58, que regulamentava a venda de lotes urbanos a prestações.

loteamentos distantes da cidade já consolidada se somam a tantos outros produzidos incessantemente e adquirem uma dinâmica cada vez mais relevante na expansão urbana de São Paulo em sua metropolização, amarrados com as novas condições estabelecidas à produção imobiliária. Nabil Bunduk (2002) revela essa expansão urbana através de loteamentos periféricos e clandestinos vendidos a preços acessíveis a parcela dos moradores pobres de São Paulo, processo que circunscrevia um perímetro urbano sujeito a novos níveis de realização econômica.

Ao deixarem vazias glebas entre os novos loteamentos e a área já urbanizada, e no interior de um mesmo loteamento, os empreendedores podiam vender muito barato os terrenos pioneiros, pois sua ocupação e a reivindicação popular pelas melhorias valorizavam os lotes ainda não vendidos, garantindo altos lucros no futuro. Para o trabalhador de renda muito baixa, era a oportunidade de pagar pouco. A malha urbana tornou-se, assim, verdadeiro mosaico, no qual os arruamentos mais antigos foram adquiridos sucessivamente por setores de renda cada vez mais alta. Ou seja, era especulação com a terra que permitia vender tão baratos os primeiros lotes (BONDUKI, 2002: 305).

Por essa razão, se a questão do arcaico e do moderno, no interior de uma leitura dualista, foram objetos da crítica de Oliveira (2003), que desvela ambos como momentos imanentes à modernização brasileira e, logo, de sua urbanização, havia também que se discernir sobre a própria cidade sendo incorporada, no âmbito de sua dinâmica, em uma economia que se faria por formas de rentismos, produção de novas centralidades, especulação e pressão imobiliárias, entre outros, como forma de desvelar o lugar deste processo de dimensões não só quantitativa, mas qualitativa, a saber, a urbanização da sociedade brasileira. Deste processo, São Paulo se torna um imenso território a expressar as relações mais acabadas das dinâmicas do urbano posto à realização econômica, que, da perspectiva imobiliária, estão entrelaçados o setor industrial da construção com o capital fundiário no qual a terra urbana assume uma posição complexa entre meio de produção e reserva de valor.

Nessa direção, o debate exigia novas entradas a propósito da cidade, a exemplo do tratamento que Gabriel Bolaffi (BOLAFFI, 1982) insere ao falso problema da habitação, ao considerar que o contexto urbano e seus

problemas no Brasil tinham em seus fundamentos mecanismos de mobilização da propriedade imobiliária urbana em uma espiral especulativa, cuja dinâmica condicionava os caminhos da política pública habitacional de modo incapaz de alcançar os reais termos da suposta problemática a que se propunha enfrentar. Portanto, diante da leitura do autor, é possível vislumbrar que se a urbanização não seria passível de ser compreendida fora das relações capitalistas e de sua reposição, apreendê-la não deveria corresponder a um reflexo estrito da produção econômica ao processo de expansão das cidades, admitindo-se elas próprias em um circuito de mobilização da propriedade fundiária cada vez mais atrelado a complexos mecanismos da reprodução capitalista. Com isto, oferece-se uma possibilidade de ampliar o espectro de leitura do processo de urbanização sem perder de vista suas particularidades em um movimento amplo de reprodução social que, na conformação de um território urbano, não pode ser lido como mero reflexo da industrialização.

2.2 Renda da terra e propriedade imobiliária no cerne da reprodução do capitalismo a partir de São Paulo

O transcorrer do século XX tem apontado para relevância da constituição das cidades via a dinâmica do mercado imobiliário na reprodução econômica em geral. Sendo a lei do valor o nexos social desta sociedade moderna não superada, o processo econômico pelo qual o capitalismo se repôs ao longo do século XX e este início do XXI adquire complexidade profunda que encontra na produção do território urbano uma dimensão essencial a sua reprodução. A produção do espaço urbano através deste setor imobiliário constitui elemento central à reprodução do capitalismo no decorrer do século XX, como bem sinalizou Lefebvre

O imobiliário, no capitalismo, não teve durante um longo tempo senão uma importância menor. Não somente a terra e o solo a edificar pertenciam aos destroços de uma classe histórica, mas esse ramo de produção era ocupado por empresas artesanais. Ora, a situação desse setor mudou um pouco por toda parte, mas sobretudo nos grandes países industriais. O capitalismo tomou posse do solo. Ele o mobilizou e esse setor tende a se tornar central. Por quê? Porque setor novo então menos submisso aos entraves, saturações, dificuldades diversas que

freiam as antigas indústrias. Os capitais se precipitam na produção do espaço, abandonando a produção de tipo clássico, aquela dos meios de produção (máquinas) ou dos bens de consumo. Esse processo se acelera ao menor indício de arqueamento nos setores 'clássicos'. A fuga dos capitais em direção ao setor favorecido pode quebrar os frágeis mecanismos auto-reguladores do capitalismo. Então o Estado intervém. O que não faz desaparecer a produção do espaço como setor supondo os outros circuitos mas tendendo a deslocar as atividades centrais do capitalismo de organização. Pois o espaço, e somente ele, permite a essa capacidade organizacional (limitada mas real) de se desdobrar (LEFEVBRE, 2006).

O extenso excerto de Lefebvre remete à importância que a produção do espaço passa a exercer na reprodução do capitalismo através do imobiliário, importância esta que desde a virada do século XX para o XXI não está circunscrita tão somente a países centrais⁴⁵. Trata-se de, por meio da produção do espaço, da realização do setor imobiliário conjugando capital e propriedade em um movimento que adquire relevância à reprodução social em um contexto no qual as contradições internas do capitalismo se acirram. Por muito se atribui ao setor imobiliário, por nele conter um vasto campo da construção e, portanto, de extração de mais-valia, como o escape possível para a valorização de capital em circunstâncias de amplo aumento da composição orgânica do capital nos demais setores econômicos e, logo, atuante enquanto “luta contra a tendência à baixa das taxas de lucro” (LEFEVBRE, 2006). Esta contra-tendência seria fomentada pela baixa composição orgânica do capital, a existência de pequenas empresas, amplo emprego de mão-de-obra, conforme Lefebvre enumera (idem). Apesar da extrema relevância desta perspectiva, há alguns indícios, como se verá nas páginas adiante, de que este plano de exploração do trabalho no interior do setor construtivo já não seria suficiente para alavancar sem problemas os processos de valorização diante do montante de capital em rotação mundial na contemporaneidade. Assim, é preciso compreender que através do imobiliário, a produção do espaço conforma-se, assim, em algum nível, em *produção de mais-valia*, ao mesmo tempo que exige uma abordagem cuidadosa a respeito de suas transformações e nexos com a reprodução geral, bem como se e em que medida a exploração

⁴⁵ O Estudo de Fix (2011) revela esta condição em 2 países específicos: o Brasil e os Estados Unidos.

do trabalho na construção remunera adequadamente todos os momentos alocados na produção da cidade. Neste sentido, é necessário compreender a complexa dinâmica imobiliária como um campo no qual o capital se territorializa de modo crescente diante de suas contradições cada vez mais agudas. Sinaliza-se, portanto, um terreno sob o qual a acumulação, ou seus limites, estão postos. Eis uma questão que esta seção busca problematizar, mesmo que de forma modesta, lançando alguns indícios de que a atualização econômica do território urbano especificamente de São Paulo é dirigida por este movimento do setor imobiliário e sinaliza um aprofundamento dos termos críticos contidos na própria urbanização paulistana.

O movimento de modernização das estruturas produtivas na construção indicam novos momentos relativos à composição orgânica do setor no Brasil. Diante da concentração e centralização de capitais em meados dos anos 2000, houve um estímulo significativo ao desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, da produtividade que anunciam a relação capital-trabalho em novos níveis.

Ao longo do tempo, a racionalização da construção no Brasil combinou mudanças na gestão do trabalho a novos meios de produção conforme a disponibilidade de crédito, de subsídios, da desoneração de impostos e, sobretudo, com a possibilidade de exploração da força de trabalho diante de um largo exército de reserva. Este aumento da produtividade na produção imobiliária recente está baseado na adoção de novos meios de produção, tais como componentes pré-fabricados, insumos industrializados, máquinas e aparelhos. Sem dúvida, a ampla adoção da tecnologia de gestão do trabalho atrelada à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) constituiu a principal mudança, que expressando o desenvolvimento possível das forças produtivas mediante a recente concentração e centralização de capital em parte das empresas do Setor Imobiliário (TONE, 2015:67).

Em que pesem as diferenças entre os canteiros de obras, há um aumento médio da composição orgânica do capital na construção com o uso cada vez mais incisivo de pré-moldados que elevam sensivelmente a produtividade média do setor. Assim, queremos chamar atenção que “a tendência de crise fundamentada pela negatividade do capital não deixa de

fora o setor imobiliário (COUTO, 2015: 289)". Nesses termos, como enfatiza Tone,

(...) o emprego desses componentes pré-moldados permite um encurtamento do prazo ao viabilizar a simultaneidade de etapas antes sequenciais. Por exemplo, no caso do emprego de lajes pré-fabricadas, é possível realizá-las simultaneamente à elevação da alvenaria e, ainda economizar o tempo antes necessário para que o concreto atingisse a resistência desejada (tempo de cura). Além disso, no caso da laje pré-moldada, o componente engloba as instalações antes executadas por encanadores e eletricitas, bem como a armadura, antes executada por armadores (TONE, 2015: 76).

Neste processo em que o setor imobiliário corresponde a uma forma central à expansão do capital, cuja exploração do trabalho também está sujeita às transformações em relação à sua massa de mais-valia (entenda-se, redução proporcional ao montante monetário mobilizado), não se pode perder de vista que neste imobiliário também estão assentadas formas cada vez mais sofisticadas pelas quais o capital circula e de mecanismos de distribuição de mais-valia que não deixam de apontar contradições em níveis cada vez acirrados à reprodução. A abordagem de Harvey, ao recuperar a riqueza presente em Marx no tratamento da renda da terra no cerne das relações capitalistas, pavimenta um terreno crítico que ilustra o movimento especulativo através da terra com o entrelaçamento entre o capital e a propriedade privada da terra diante da função que esta última adquire na dinâmica geral de reprodução social do capitalismo e constitui-se em uma leitura primordial na compreensão contemporânea das transformações urbanas. As transformações de São Paulo, com todo o fervor do setor imobiliário, não podem ser devidamente apropriadas sem esta incursão a propósito do lugar da propriedade privada e da renda da terra.

Sob as determinações do capital, dilui-se a conexão entre a posse da terra e a terra. Àquele que detém a propriedade da terra, diante da sujeição desta ao modo de produção capitalista, destina-se o direito de um pagamento de uma quantia monetária. Tratada como um bem financeiro, o invólucro da mercadoria na qual está inculcada impõe sua venda e compra e leva-a a condição de um capital que rende juros. Sua negociação se estabelece tendo em vista o direito sobre suas receitas futuras, relacionando necessariamente o uso da terra e, por conseguinte, o pagamento por este, às demandas

concernentes à exploração do trabalho. Há, pois, um contexto social historicamente determinado para que a terra opere dessa forma, como bem explicita Harvey.

O aumento da troca de mercadorias, a difusão das relações monetárias e o crescimento do sistema de crédito constituem condições contextuais favoráveis ao tratamento crescente da terra como um bem financeiro. O atrativo da terra como um investimento (sua segurança e também o prestígio tradicionalmente vinculado à posse) sempre a tornou vulnerável ao capital excedente. Quanto mais capital excedente existir (tanto em curto prazo, mediante a superacumulação, quanto em longo prazo), maior será a probabilidade de a terra ser absorvida na estrutura da circulação do capital em geral. (HARVEY, 2013: 449)

A obra de Harvey chama atenção para um papel nada acessório da renda da terra em relação à reprodução geral do capitalismo. A renda fundiária capitalizada implica o preço da terra, que na realidade não diz respeito à terra propriamente, mas ao direito exercido sobre os rendimentos futuros, ou melhor, sobre uma certa parcela do trabalho futuro. Por isso, “o elemento especulativo está sempre presente na comercialização da terra” (ibidem: p. 471).

É necessário, portanto, compreender que a incorporação da propriedade privada da terra na dinâmica capitalista a insere na órbita financeira, de modo que “o interesse fundiário perdeu o seu papel autônomo e independente e foi necessariamente transformado em uma facção do próprio capital” (ibidem, p. 470). Se em um momento a personificação das relações entre renda e capital se fizera na forma de embates entre capitalista e proprietário de terra, é preciso reconhecer francamente a mudança substancial a respeito da posição da terra no cerne da reprodução do capital. Conforme expõe Harvey,

Neste processo, a parte da renda no mais-valor total produzido é cada vez menos o produto de um conflito de classe aberto entre duas classes sociais quase independentes e cada vez mais internalizada dentro da lógica que coloca a circulação do capital que rende juros entre as várias formas de capital fictício que surgem dentro do modo de produção capitalista. Isso nos conduz mais diretamente a como e por que o capital que rende juros passa a circular pela própria terra (HARVEY, 2013: 470).

O ingresso da propriedade privada da terra na dinâmica capitalista, se por um lado consiste em um elemento necessário à acumulação e à reprodução das relações sociais capitalistas, por outro ele também se põe como um obstáculo que exige uma retenção da mais-valia socialmente produzida sob a forma de renda. Por isso, sob a órbita da lógica do capital, a propriedade privada exige a flexibilização de seus termos. Singer (1982) alega que em uma situação de propriedade socializada do solo, haveria um estímulo à acumulação, fazendo menção à dedução do lucro que corresponde à renda da terra e que esta dedução poderia entrar no cômputo da valorização do capital. No entanto, como se verá nos parágrafos seguintes, há funções a serem desempenhadas pela propriedade da terra na formação da própria categoria trabalho e na naturalização dos pressupostos capitalistas. Inclusive, os desdobramentos do próprio capitalismo revelam que a propriedade privada da terra e, por conseguinte, sua renda, adquirem amarras relacionadas à financeirização própria à expansão crítica do capitalismo, constituindo-se, inclusive, em uma entrada a capitais ociosos, como destacou Harvey. A renda capitalizada em que implica o preço da terra conforma-se enquanto uma forma de investimento que tem como fundamento o direito exercido sobre rendimentos futuros, ou melhor, sobre certa parcela do trabalho futuro. Para tanto, a propriedade da terra, sob o invólucro da mercadoria e do capital, necessita ter seus termos menos rígidos no interior das relações que a têm como momento necessário. Assim, na medida em que as dificuldades de repor as condições de reprodução do setor imobiliário que contém a propriedade privada como elo necessário e, simultaneamente barreira, novas formas de financiamento são desdobradas do interior dessa contradição. Em síntese, o direito à terra se comporta como uma forma de capital fictício, e se entranha no âmbito da reprodução geral do capital de forma cada vez mais desenvolvida e é constantemente renovada frente às contradições do capital. O elemento especulativo através da terra se torna componente nada acessório à dinâmica capitalista, pois a penetra a ponto de exigir maior intensidade da exploração futura do trabalho com vista a remunerar as rendas.

Buscando ativamente a apropriação de valores, os proprietários de terra podem impor novas configurações à

produção na terra e até pressionar a produção de valor em uma escala e com uma intensidade que do contrário não poderiam ocorrer. Assim, é claro, condenam o trabalho futuro a níveis de exploração sempre crescentes em nome da própria terra (HARVEY, 472).

Mas se a terra torna-se uma entrada cada vez mais relevante para investimentos visando apropriação de valores, pressionando a exploração de trabalho futura, isto decorre já em partes de problemas referentes a impasses de uma crise de exploração do trabalho em curso, pois a produção de mais-valia não corresponderia às demandas de valorização do montante de capital em circulação contemporânea. Assim, não se trata a renda da terra de um problema para o capital, mas ela entra na própria órbita da crise de reprodução deste. Tal argumento exige uma compreensão da especificidade e do quão decisivo se torna o papel da renda na reprodução do capital para assim prosseguir nas considerações devidas.

A renda da terra, sob o invólucro da mercadoria, não constitui fundamento de formas antigas de sociabilidade, mas consiste em uma forma de ser do próprio capital em sua condição fictícia, como demonstra Harvey. A propriedade da terra e sua renda não seriam excrescências ao mundo burguês, mas são dimensões intrínsecas à dinâmica capitalista. O desenvolvimento histórico do capitalismo se faz, inclusive, superando a renda fundiária absoluta em razão da crescente produtividade social através da composição orgânica geral, inclusive na agricultura. As condições em que se opera a renda fundiária sob a égide do capitalismo desenvolvido, repousam majoritariamente pela “diferença entre as diversas terras disponíveis” (BOTELHO, 2016: 6), nos termos da renda diferencial. Sendo assim, a compreensão adequada da renda da terra se estabelece tão somente se fundada no próprio desenvolvimento da sociedade capitalista.

Com a ampliação da composição orgânica, o capital pode não apenas escolher as melhores terras disponíveis para investir mas ainda pode alterar sua produtividade de acordo com as inversões que mobilizar para a propriedade imobiliária. Isso significa que a propriedade fundiária deixa de ser um limite com o qual o capital precisa negociar e se transforma num elemento mediado, mobilizado, produzido pelo próprio capital. A diferença entre as propriedades continua a valer e se amplia pelos próprios investimentos, produzindo lucro extra de acordo

com esses diferenciais – o que leva ao pagamento de renda para seus proprietários na proporção em que os terrenos oferecem um valor abaixo de preço de mercado. (BOTHELHO, 2016: 6)

Desse ponto de vista, a circulação cada vez mais proeminente de um capital que rende juros através de mercados fundiários com vistas a rendimentos futuros via renda da terra se torna um componente de grandes desdobramentos sistêmicos no capitalismo através da produção do espaço. Por essa razão, em tais circunstâncias, segundo Harvey,

a circulação do capital que rende juros promove atividades na terra que visam seus mais elevados e melhores usos, não simplesmente no presente, mas também prevendo a produção futura de mais-valor. Os proprietários de terra que tratam a terra como um simples bem financeiro desempenham exatamente essa tarefa. Eles coagem o capital (por meio de aumento das rendas, por exemplo) ou cooperam com ele para garantir a criação de rendas fundiárias mais elevadas. (HARVEY, 2013: 472)

As relações sociais seriam as forças atuantes na origem da renda diferencial, que já não se vincula a disparidades prévias e naturalmente estabelecidas. As dinâmicas de reestruturação urbana, requalificação e tantos outros termos se fazem manifestando esta especulação através das fronteiras intra-urbanas.

Da mesma forma que o capital portador de juros se comporta como um adiantamento de recursos monetários com vista à remuneração através de lucros futuros, a renda da terra é operada enquanto um montante adiantado visando o usufruto da propriedade futuramente. É alcançando este aspecto no qual a renda da terra funciona enquanto adiantamento de ganhos futuros que a renda da terra adquire uma condição necessariamente especulativa. Por essa razão, nas palavras de Maurilio Botelho:

A propriedade da terra poderia, por isso, ser descrita nos termos mais adequados como uma forma de capital a juros. Melhor dizendo: já que remete à antecipação de ganhos de longo prazo, que podem vir a ser produzidos ou nunca ser realizados, a propriedade da terra é a base mesma do capital fictício – a materialização monetária no presente de recursos, valores, que sequer existem ainda, amparado apenas na expectativa de sua realização futura (BOTELHO, 2016: 11).

A condição de proprietário de terra no cerne de produção capitalista está ancorada no investimento do próprio capital, nas possibilidades que a produção do espaço auferir à propriedade. Ademais, como salienta Botelho, “sua participação na distribuição do produto social deixa de ser uma categoria específica e se confunde cada vez mais com o lucro ou o juro propriamente dito” (BOTELHO, 2016: 9). Nessa direção, há que se considerar a renda e os juros que, de forma cada vez mais amarrados, condicionam o sentido da propriedade privada urbana em um contexto de acirramento das contradições imanentes a esta forma social. Assim, é preciso reconhecer um vínculo inextricável entre renda e juros com a relação mais essencial do capital, aquela da exploração do trabalho, no qual acaba sendo o nexo substancial entre as mais diversas formas de remuneração da propriedade da terra e do dinheiro, na forma de renda e juros. Portanto, o movimento geral de riqueza gerada pela espiral da produção imobiliária e seus rendimentos através da metrópole, em se admitindo o caráter do limite interno do capitalismo contemporâneo, não encontra lastro possível com o trabalho presente, tendo que se assentar sob a promessa futura de trabalho, em um contexto já generalizado de crise do trabalho, conforme apontado no capítulo 1.

Este fluxo crescente de dinheiro que flui à produção do imobiliário e nele circula, opera por meio de mecanismos que criam um contexto de relações que tornam de difícil menção quantitativa e proporcional relacionadas aos rendimentos contidos na produção imobiliária – renda, juros e lucro. Apesar da dificuldade que este entrelaçamento cada vez mais complexo traz, é preciso se atentar à produção de valor e a ficcionalização que todo este processo carrega. Na realidade, a despeito da produção de valor possível via a realização imobiliária, o nível da mobilização da propriedade e o montante de ficcionalização envolvido em curso anunciam que a reprodução do capital encontra-se operando frente a seus limites. Diante disso, a produção do espaço, enquanto elo essencial à reprodução do capital, se realiza via um urbano profundamente financeirizado (FIX, 2011), no qual o capital se territorializa e alarga as bases de suas contradições intrínsecas. A crise de 2008 dos Estados Unidos revela as conexões mais desenvolvidas entre produção imobiliária e financeirização, tornando expressão privilegiada do crítico processo de um movimento monetário que não encontra em grande

medida lastro com a produção e economia real. Embora estes nexos não se apresentem de tal forma apresentada nos Estados Unidos, a produção do espaço através da produção imobiliária no Brasil não se faz descolada deste processo geral.

De modo geral, as condições de reprodução do capitalismo exigiram o desenvolvimento de mecanismos que permitissem a circulação do capital por via da propriedade imobiliária. O desenvolvimento de tais mecanismos não se deu na mesma intensidade nem na mesma forma a nível mundial, pois as condições das economias nacionais diferem sobremaneira no tocante à perspectiva de ganho através da especulação. Apesar disso, a intermediação financeira se amplificou avassaladoramente na negociação de títulos de propriedade imobiliária, de modo que mesmo antes da construção de empreendimentos imobiliários, uma vez lançados os títulos das propriedades futuras, já lhes permitem de serem lançados ao mercado. Ou seja, o financiamento imobiliário em títulos financeiros, ao operar enquanto dinheiro de crédito, atua plenamente de acordo com o papel da propriedade privada e da renda no interior da reprodução social capitalista em uma espiral especulativa.

Embora no Brasil não se configure uma situação tal qual ocorreu nos Estados Unidos e que irrompeu há quase uma década (tanto ao montante envolvido quanto a mecanismos financeiros ancorados no mercado imobiliário), é necessário compreender que as amarras do imobiliário com o movimento do setor financeiro constituem-se diante das mesmas categorias em um contexto particular (COUTO, 2015; FIX, 2011). É importante reconhecer estas relações inextricáveis à urbanização em curso em São Paulo, operando em suas formas de expansão e reestruturação.

Foi próximo à virada do século XX para o XXI que no Brasil se operaram transformações institucionais visando criar as condições do setor imobiliário para se articular de forma mais profunda ao mercado financeiro através da securitização imobiliária. Como marco geral visando esta transformação de bens imobiliários em títulos mobiliários, instituiu-se o Sistema Financeiro Imobiliário em 1997 de modo a permitir a captação de fundos em mercado secundário de títulos de créditos e recebíveis imobiliários. Por isso, são estabelecidos através da sua criação instrumentos financeiros capazes de compor o elo entre o setor imobiliário e o mercado de capitais, a exemplo dos

Certificados de Recebíveis Imobiliários, as Cédulas de Crédito Imobiliário e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI). Quanto aos primeiros(CRI's), criados junto ao SFI, destaca-se sua condição de "título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em créditos imobiliários e constitui promessa de pagamento em dinheiro." (FIX, 2011: 180)

Os CRI's são emitidos apenas por Companhias Securitizadoras. No transcorrer de sua criação, estabeleceu-se um esforço de ampliar as condições nas quais as transações destes títulos fossem estimuladas, sob o escopo de que um mercado secundário de letras hipotecárias teria como desdobramento o aumento da construção e a eficiência dos fatores inerente ao setor. Na realidade, tratava-se de reforçar um mercado secundário de negociação dos créditos envolvidos, que consolidaria uma nova entrada de ganhos com especulação de papéis, como chama atenção Adriano Botelho (2005).

Portanto, há um permanente desenvolvimento de mecanismos que permitam a circulação da propriedade com o objetivo de ampliar as possibilidades da circulação monetária sob a forma de lucro, juros e renda. O processo admite e incorpora, em certa medida, o movimento D-D'. Este processo guarda correspondência com a autonomização do dinheiro, como sugere sua própria natureza conforme exposto por Marx (1985, Vol I). Tal autonomização implica que títulos de propriedades, inseridos em negociações crescentes, tendem a se descolarem de seus reais valores e alavancarem um valor imaginário, para além das bases reais da riqueza socialmente produzida⁴⁶. Esta questão assume imensa relevância em relação à dinâmica imobiliária contemporânea, cujas bases contraditórias, nas quais se assenta, vieram à tona diante da violência da crise da bolha de 2008.

Os Certificados de Potencial Construtivo Adicional (CEPAC's) são também um título financeiro de fundo imobiliário lançados em um primeiro momento pelo poder municipal e possuem correspondência a certo volume edificável. Àquele que detém o CEPAC é concedido o direito de construir para

⁴⁶ "Os títulos de propriedade sobre empresas por ações (...) são, de fato, títulos sobre o capital real. (...) esses títulos se tornam também duplicatas de papel do capital real, como se o conhecimento de carga recebesse um valor além do da carga e simultaneamente com ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes.(...) Ganhar e perder pelas flutuações de preço desses títulos de propriedade, bem como a sua centralização nas mãos dos reis das ferrovias etc, torna-se virtualmente mais e mais resultado do jogo, que toma o lugar do trabalho, como modo original de adquirir propriedade do capital, e também o lugar da violência direta." (MARX, Vol V, p. 13)

além da legislação de uso e ocupação do solo urbano, que funciona inclusive como ativos de renda variável. Diferentemente dos CRI's que possuem lastro em imóveis, os CEPAC's constituem-se enquanto mecanismo de venda de solo criado passível de ser negociado no mercado de capitais⁴⁷, podendo ser negociados com vistas à construção propriamente ou a ganho futuro através dos valores envolvidos em determinadas parcelas do território urbano. Como estão circunscritos aos perímetros previamente estabelecidos – as Operações Urbanas –, funcionam, inclusive, como um mecanismo de arrecadação por parte do poder municipal antes mesmo das transformações nestas áreas. Disso resulta um circuito especulativo através destes títulos a partir das próprias transformações urbanas, tornadas, inclusive, o intento por parte de investidores e levado a cabo pelo Estado. Nas palavras de Mariana Fix, os Certificados representam “um salto na escala especulativa, que passa do edifício a trechos urbanos” (FIX, 2011: 183), tendo imenso potencial para atualizar e ajustar grandes parcelas territoriais urbanas à realização financeira. Para tanto, há que se estabelecerem garantias de realização e circulação dos títulos de modo que as Operações Urbanas apenas apresentam êxito se assentadas em parâmetros condizentes com a expectativa de ganho econômico através da produção da metrópole. Os discursos que legitimam tais instrumentos urbanísticos foram trazidos à luz no estudo de Marcio Silva, que se revelam no interior da perspectiva de uma Economia Política altamente atrelada à urbanização em curso.

O cálculo estrito da economia política e o cálculo dos ativos negociados em esfera altamente financeirizada: os CEPAC's em largo estoque garantem a rentabilidade e o valor do próprio título. A oferta condiz à demanda: quanto mais papéis disponíveis para a livre negociação, maior expectativa de lucros extraordinários, decorrente da baixa dos preços iniciais. Mais uma vez, a hipotética 'chantagem' operada pela figura dos investidores: sem a rentabilidade futura garantida, não há possibilidade de atraí-los para o investimento. (SILVA, 2013: 209)

Neste sentido, o adensamento construtivo sugerido e levado a cabo pelas Operações Urbanas, diz respeito a amarras de uma financeirização que

⁴⁷ Ressalte-se que os CEPAC's são uma derivação da outorga onerosa do direito de construir que consistia em uma transação direta entre prefeitura e o proprietário do lote.

se realiza através do urbano e que se deriva através da flexibilidade dos termos da propriedade privada ancorados na separação entre o direito de propriedade e o direito de construir⁴⁸. A realização plena e sem filtros dessa lógica via operações urbanas não devem desmascaram a profunda efetividade desta economia moderna através da produção do espaço urbano. Como bem indaga Marcio Silva,

Seria apenas o título (CEPAC) que deveria ser comandado, necessariamente, pelo mercado? Não podemos estender este raciocínio ao território inteiro? Não seria a plena realização, dentro do domínio da economia política do espaço, ou da economia política do urbano, da função social da propriedade? Não seriam as categorias do mundo moderno (o valor, a forma-valor) recobrando a sua fatura, operando negativamente, estendendo seu sentido crítico aos limites possíveis? (SILVA, 2013: 212)

Não se enseja aqui expor os pormenores dos títulos financeiros que hoje se realizam através do imobiliário. Nossa intenção é chamar atenção para uma financeirização que se amplia e se aprofunda com a diversificação de um portfólio disponível ao capital em circulação disposto na realização da própria metrópole, ou melhor, na produção de seu espaço urbano via realização do setor imobiliário. Estas expectativas de ganho através da propriedade imobiliária possuem estrita correspondência, inclusive, com a formação de bancos de terras por construtoras que alocam seus investimentos tendo em vista a realização da metrópole como um todo.

O estoque de terrenos funciona como base para a criação de capital fictício, uma promessa de ganhos futuros antecipando o que poderá ser construído nos terrenos adquiridos. Embora o Núcleo de Real Estate da Poli aponte certa irracionalidade na operação, uma vez que a estratégia pode minar a capacidade da empresa de sancionar essas expectativas – ao imobilizar capital – o monopólio sobre uma parte do território é o modo que as empresas encontram de garantir aos investidores que serão capazes de se apropriar de lucro, na construção, e de incrementos de renda da terra, na incorporação (FIX, 2011: 195).

⁴⁸ A propósito das Operações Urbanas, Silva realiza um resgate dos argumentos que abertamente a defendem enquanto uma “operação de guerra na cidade”, revelando os termos da cisão entre o direito de propriedade e o direito de construir. Para uma análise aprofundada, ver SILVA (2015), capítulo 2.

A formação de um amplo banco de terras urbanas está intimamente relacionada ao momento de abertura de capitais, pois se trata de uma estratégia decisiva em relação ao desempenho das empresas na Bolsa, no sentido de que “não há como oferecer aos acionistas bons prognósticos sem apresentar dados sobre o estoque de terras.” (FIX, 2011: 193). No interior dessa capitalização alavancada pelo mercado de Capitais em meados dos anos 2000, consolidou-se no contexto brasileiro novas condições nas quais a escala de produção e realização dos negócios imobiliários se alteram diante das possibilidades de investimentos que se ampliam exponencialmente às incorporadoras com a abertura de capital. O chamado *boom imobiliário* que o Brasil testemunhou, cujo auge se iniciou após meados dos anos 2000⁴⁹, propalado como democratização da moradia, desenvolvimento econômico-social entre tantos outros, constitui-se, na realidade, ao implicar produção e elevação dos preços imobiliários, desdobramentos de ampla estatura frente a expectativa do montante de capitais alocados nos inúmeros momentos da realização econômica pela produção do espaço urbano. Este processo, que se fez de forma difusa ao território brasileiro, adquire imensa relevância na dinâmica urbana e na reestruturação territorial metropolitana de São Paulo.

É no bojo deste processo que Flavia Martins destaca, no ímpeto da busca pela valorização e remuneração das rendas contidas na produção imobiliária, desdobramentos relativos à exigência por uma produção em escala em seu aumento contínuo. Nessa produção está pressuposto um ritmo de endividamento crescente do morador da metrópole através do consumo do produto imobiliário, que redefine de forma profunda as condições com as quais este morador deverá lidar com suas dívidas.

O desencadeamento da dívida em longo prazo provoca uma subordinação do trabalhador (...) aos ritmos de valorização do imóvel frente à produção urbana do espaço. Nesta produção interferem cada vez mais os ritmos de valorização fictícia do

⁴⁹ É importante reconhecer que o boom imobiliário vivenciado durante os anos 2000 teve com suporte ações que datam em torno de uma década antes deste período. Conforme destaca Tone (2015), foram necessárias para tal expansão mudanças relativas à legislação da propriedade imobiliária (Patrimônio de afetação, alienação fiduciária, pagamento do valor incontroverso), nova legislação em torno do desenvolvimento urbano (Estatuto da Cidade, Estatuto da Metrópole), ampliação do crédito e financiamento e, por fim, o estabelecimento do Programa Minha Casa Minha Vida. Portanto, a viabilidade deste crescimento exponencial da produção e valor imobiliários está também ancorado em uma série de tramatas jurídicas e institucionais.

capital, em sua condição de mundialização financeira.
(MARTINS, 2011 p.73)

Como outra face desta produção, a autora compreende os leilões de imóveis como instrumento condizente com a lógica da fluidez monetária exigida pelo setor, que tem por base a realização dos termos mais acabados e sugeridos pela alienação fiduciária. A alienação fiduciária é um componente que separa posse e propriedade diante da impossibilidade do comprador não cumprir com seus pagamentos, sendo os leilões uma forma de acelerar o processo de despejo e de recolocar o imóvel ao mercado e, conseqüentemente, restabelecer o fluxo de pagamento a ele atrelado. Os leilões constituem-se, assim, enquanto formas por um processo crítico que não pode correr riscos no pagamento das dívidas. Trata-se de tornar a propriedade imobiliária urbana o mais móvel possível para acompanhar o movimento geral de uma economia que por ela passa a ser engendrada, tendo relevância no que Rolnik (2015) descreve como crise de insegurança da posse no contexto brasileiro. Nessa direção,

na medida em que os leilões se configuram como agente imobiliário, se torna mais evidente a figura da alienação fiduciária atuando nesta circulação da mercadoria propriedade, desvincilhando da propriedade do incômodo que é a posse, estando mais apta a responder ao ritmo de valorização do capital fictício que se torna presente na produção do espaço urbano (MARTINS, 2011: 97).

A produção imobiliária atrelada de forma cada vez mais profunda a um capital financeirizado, precisou se fazer em novas escalas a partir deste território urbano de São Paulo. Se até certo momento a extensão deste território urbano paulistano capaz de alocar tais capitais correspondia a certos perímetros, voltados a setores residenciais de médio a alto padrão e de serviços modernos, notadamente relacionados a centralidades consolidadas ou em constituição, a exemplo do setor sudoeste paulistano, entre outras, a partir da virada do século XX para o XXI a metrópole paulista encontra-se diante da realização imobiliária em outros níveis e patamares. Há uma série de marcos importantes para se chegar à atuação intensiva e extensiva neste território metropolitano através de novas formas de propriedade e da necessária

desabsolutização da propriedade. A década de 1930 constitui-se em um momento importante para os desdobramentos que décadas mais tarde tomariam corpo, pois se inicia a produção imobiliária inclinada ao mercado através da propriedade cindida em frações ideais. Trata-se do gatilho para a verticalização se consolidar como forma necessária frente à necessidade de ampliar o número de propriedades. Cerca de 30 anos depois, com a produção imobiliária se expandindo em patamares cada vez maiores no território urbano de São Paulo, viabilizado pelo Complexo Industrial da Construção que concentra e centraliza capitais, a propriedade por fração é metamorfoseada em propriedade condominial, forma de propriedade necessária à expansão vertiginosa do produto imobiliário das décadas seguintes. Configura-se, assim, a produção da forma-condomínio, afirmando a propriedade compartilhada no lugar da propriedade absoluta (TONE, 2015). Em 1997, sob a necessidade de aperfeiçoar as relações de crédito no interior desta dinâmica e corrida da produção imobiliária no contexto urbano brasileiro, o Sistema Financeiro Imobiliário, como se viu anteriormente, permite a criação de instrumentos visando novas escalas de produção do setor e os crescentes elos com a financeirização econômica. Trata-se de um momento em que o a forma-condomínio, no auge do boom imobiliário, se torna um negócio imobiliário que se generaliza pela metrópole de São Paulo, face do processo que encontra na produção do espaço momento chave à reprodução dos pressupostos capitalistas.

Nessa direção, no início do século XX assiste-se a uma incorporação significativa de parcela da população que não orbitavam nas estratégias até então de financiamento habitacional. São aqueles de baixa renda, que, diante da mobilidade territorial inerente a esses moradores da metrópole, se veem apropriados ao movimento direto de realização do setor imobiliário. Volochko (2015:123) compreende esse processo diante de um deslocamento entre periferias destes indivíduos orquestrado pelo movimento do mercado imobiliário em suas virtudes contemporâneas, engendrando a “reprodução intraperiferias” através da abertura e expansão de empreendimentos habitacionais de caráter mais popular. Assim, em suas palavras,

(...) estamos diante de uma reprodução das periferias que soma ao tripé loteamento periférico-autoconstrução-casa própria, Às favelas, aos conjuntos habitacionais e aos condomínios fechados luxuosos uma nova morfologia e um novo processo: a produção imobiliária-financeira-estatista dos novos condomínios habitacionais populares. Esse processo sinaliza a tendência de uma intensificação da contradição totalização/fragmentação do espaço urbano. (VOLOCHKO, 2015: 111)

As considerações de Volochko apontam para a produção de um novo conteúdo e redimensionamento das periferias urbanas, em que pesem os inúmeros processos complexos a que estão sujeitos esses espaços na metrópole. Estas mudanças são orquestradas pelas necessidades de reprodução do setor imobiliário, que hoje atua de forma mais segmentada e que se realiza via a generalização de crédito e, logo, de endividamento abrangente a várias famílias.

Desse modo, o processo de reprodução da metrópole de São Paulo aprofunda as virtudes desta economia abstrata que se realiza através deste território urbano. Sua reestruturação em voga também assevera o papel que a reprodução do setor imobiliário assume no cerne das contradições exacerbadas na contemporaneidade. Apesar das diferenças entre Estados Unidos e Brasil no que tange o nível de mobilização de dinheiro via mercado imobiliário, a urbanização de São Paulo revela o processo que acondiciona suas reestruturações mais profundas. Mais uma vez, Lefebvre destaca um ponto crucial ao entendimento desta realidade urbana em permanente transformação.

Nessas condições se desenrola um processo 'econômico' que não releva mais da economia política clássica e perturba os cálculos dos economistas. O imobiliário (com a 'construção') cessa de ser um circuito secundário, um ramo anexo e durante um longo tempo atrasado do capitalismo industrial financeiro, para passar ao primeiro plano. Desigualmente: de acordo com os países, os momentos, a conjuntura. A lei de desigualdade (crescimento e desenvolvimento) se mundializa ou melhor preside à mundialização (o mercado mundial), longe de se desvalorizar (LEFEBVRE, 2006, cap V).

O estopim imobiliário, cujo fundamento se situa em uma espiral especulativa e financeirizada, não deve ser lido como um ímpeto usurpador de

classes capitalistas, mas no cerne de um momento necessário à reprodução do capitalismo diante de suas contradições internas levadas ao limite. Nas palavras de Marcio Silva (2013), este frenesi imobiliário “se institui criticamente no momento em que as categorias de sua auto-reprodução [leia-se: do capitalismo] começam a esgarçar as suas próprias fronteiras” (2013: 40). Uma análise crítica da urbanização em curso em São Paulo deve se ater às exigências por um território sob tais determinações, constantemente renovadas. Portanto a análise deve alcançar os termos críticos do capital em sua expansão crítica expressos nos condicionamentos da reprodução da na metrópole, responsáveis por redimensionar o espaço metropolitano como um todo.

O desenvolvimento dessas formas com que a propriedade é tratada enquanto ativo financeiro compõe-se de uma derivação necessária ao capital. No entanto, como bem observa Botelho (2016), não se trata tão somente de formas avançadas do capitalismo se reproduzir, mas sintetizam também seus limites internos. Através da produção do espaço o capital não apenas mantém sob sua órbita o lucro, o juro e a renda, mas também é capaz de simular via o movimento de financeirização da propriedade, repondo em novos níveis a exploração e a dominação social. Por isso, defende-se nos argumentos aqui presentes, que uma compreensão da urbanização de São Paulo, nos devidos termos, não deve prescindir destas questões trazidas nesta seção, pois apenas desta perspectiva podemos oferecer um tratamento satisfatório ao redimensionamento em processo da metrópole paulistana em sua real razão de ser.

O mercado imobiliário necessitou, diante do capital disponibilizado e a consequente concorrência, se estender territorialmente, tendendo a incorporar novas áreas e a impulsionar a transformações profundas na metrópole como um todo. É possível sinalizar alguns marcos que apontem a formação de São Paulo e as transformações de seu território economizado. Este é o propósito da próxima seção.

2.3 A estruturação viária de São Paulo e aprofundamento do território urbano economizado

Pretendemos nesta seção expor um breve histórico da expansão da urbanização paulistana sob o ponto de vista da construção de seu sistema viário, enfatizando a fundamental importância deste na mobilidade das diversas formas de riqueza, tanto mobiliária quanto imobiliária, pressuposta na conformação da metrópole de São Paulo. O movimento de expansão urbana sinaliza para a relevância destas infraestruturas na realização econômica deste território, de modo a integrar organicamente parcelas ao movimento geral de urbanização, alcançando níveis cada vez mais avançadas de atrelar a produção deste espaço urbano com o movimento geral de reprodução do capital, determinado pelas necessidades objetivas críticas de seu processo de expansão. O intento não será, pois, compor uma História ou Geografia da circulação em São Paulo, mas de apontar para momentos desta urbanização que se fez e se faz exigindo níveis crescentes de mobilização da riqueza frente às contradições agudas que impõem, em patamares cada vez mais profundos, vastas reestruturações na metrópole paulistana, o que implicou a crescente produção de um capital fixo viário voltado a sua estruturação urbana. Será no ambiente construído que corresponde a São Paulo, no qual as localizações se tornam peças-chave neste processo de reprodução crítica, que a constituição do sistema viário apresenta-se como uma dimensão estrutural desde sua expansão urbana entre o final século XIX até a atualidade, capaz de anunciar o traçado deste território urbano, transformado em metropolitano, e potenciar seu alcance. Na esteira desta mobilidade exigida pelo movimento geral de reprodução da metrópole, verifica-se um processo que aprofunda a fragmentação, a hierarquização e a homogeneização deste espaço metropolitano.

Faremos uma breve exposição deste movimento, no sentido de apreender esta expansão urbana atrelada necessariamente a elos infraestruturais, notadamente o sistema viário, que constituem o terreno exigido pela circulação *lato sensu* capitalista. Nestas exigências repousa a construção do Rodoanel e, logo, anunciam um novo perímetro de negócios urbanos, ainda que seus contornos não sejam precisos nem rígidos, mas certamente são

abrangentes no que concerne ao território metropolitano de São Paulo. Para se chegar a algumas considerações a respeito destas transformações, iniciemos a construção desta seção com a urbanização de São Paulo quando da consolidação de sua centralidade urbana na economia cafeeira.

O crescimento intenso de São Paulo, ante sua centralidade na economia cafeeira, envolveu grandes transformações em seus arredores, que estão ligadas às modificações no sistema viário e de transportes, que por sua vez estão fundamentadas no próprio desenvolvimento urbano paulistano. (LANGENBUCH, 1971). A consolidação de São Paulo enquanto núcleo urbano se fez diante de um sistema viário e de transporte que estava restrito às mediações do triângulo que lhe serviu de fundação. Será diante do crescente dinamismo que São Paulo assume no interior da economia cafeeira paulista, notadamente acompanhado pelo surgimento de indústrias, que se verifica um aumento significativo do “poderio econômico da cidade”, criando condições para influir poderosamente sobre a sua área, assim como em “sua população e a própria paisagem urbana” (PETRONE, 1955: 129).

Este vigor econômico de São Paulo, nos marcos do último quartel do século XIX, se via acompanhado de um traçado de sua expansão urbana que denotava a consolidação de bairros ao redor do centro, alguns já apresentando arruamento, ao passo que em outros o sistema viário apresentava-se pouco encorpado e modesto em relação ao restante da cidade. Surge, assim, um momento significativo da urbanização de São Paulo em que uma porção contínua se consolida enquanto a centralidade, que se vê frente a núcleos crescentes em sua órbita, mas sem necessariamente uma integração orgânica entre estas parcelas que compunham São Paulo neste momento.

É importante observar que a porção contínua da cidade é aquela que apresenta um sistema de arruamento já estabelecido, de ocupação efetiva e relativamente adensada. No momento da virada do século XIX para o XX, a integração deste tecido urbano coeso, que Langenbuch (1971) chamará de cidade compacta e contínua, com parcelas de seus arredores, com estrutura viária não plenamente estabelecida, e em alguns casos escassa, se faz de modo precário⁵⁰.

⁵⁰ “A parte arruada, mais ou menos contínua da cidade, tem seus extremos na várzea do rio Tietê (desde a Barra Funda até o Belenzinho), Quarta Parada, Moóca, Vila Deodoro, Aclimação, Paraíso, parte alta de

Na análise da planta de São Paulo de 1914, Langenbuch sinaliza para uma alteração de pequena proporção desta porção compacta arruada apontada na sua análise anterior, concomitante ao surgimento de novos arruamentos significativos, mas ainda assim isolados a este bloco compacto urbano de São Paulo⁵¹. O surgimento desses novos núcleos expressivos, mas ainda relativamente isolados ao núcleo urbano principal, estava atrelado a dois fenômenos que se retroalimentam: ao movimento de especulação imobiliária, já explanado em seções anteriores, associado à “consciência ou impressão de que a cidade não tardaria a alcançar o local” (idem, 83). O fervor econômico à época já anunciava que a expansão urbana de São Paulo alcançaria novos limites, e que em breve incorporaria estes núcleos de forma sistemática através de vias de circulação de maiores proporções. De fato, neste mesmo ano, 1914, o atendimento de bondes se amplia e alcança novos bairros⁵².

No entanto, será no período de 1915 a 1940, período compreendido como o início da metropolização de São Paulo, que o impulso dessa integração se fará com maior fervor. Mas até 1930, o movimento da expansão urbana ainda teria como marca a ampliação de núcleos territorialmente isolados e surgimentos de outros⁵³, muitos praticamente desprovidos de edificações, denotando que “o espaço colocado à disposição da expansão urbana de natureza residencial continua superando de muito as necessidades da cidade” (LANGENBUCH, 1971: 132). São, logo, indicativos de que a mobilização da propriedade privada adquire cada vez mais relevância no interior de um processo de especulação imobiliária, marco fundamental de sua expansão urbana que acompanha a sua centralidade econômica crescente. Estamos diante de uma urbanização que não demorou em exigir formas de integrar

Vila América, Higienópolis, Santa Cecília e Barra Funda. Os atuais bairros de Vila Mariana, Vila Clementino e Perdizes constituíam apêndices deste bloco mais compacto de arruamentos, a ele precariamente unidos por um lado, mais circundados pelos outros por extensões não arruadas.” (LANGENBUCH, 1971: 82).

⁵¹ Destacava-se a Vila Tietê (atual Casa Verde, Santana, Vila da Saúde, Lapa e Vila Leopoldina).

⁵² Através dos investimentos da Concessionária Light & Power, os bondes elétricos são instalados e passam a alçar Santana, Penha de França, Ipiranga, Vila Prudente, Bosque da Saúde, Pinheiros e Lapa em 1914. Anos antes, em 1906, o serviço alcançava Santo Amaro, até então município contíguo a São Paulo. (LANGENBUCH, 1971: 84).

⁵³ “(...) entre Pinheiros e o bairro da Consolação verifica-se um esboço de arruamento, que tende a quebrar a solução de continuidade. Entre Perdizes e Lapa surgem a Vila Pompéia e a Vila Romana que, com exceção de algumas interrupções, preenchem o vazio anteriormente existente. Por sua vez, o espaço existente entre a Lapa e a Vila Leopoldina é ocupado pelos novos loteamentos Alto da Lapa e Vila Alinça.”

organicamente as parcelas cuja razão de ser já se colocava urbana, apesar dos laços concretos sutis com a tal parcela compacta da cidade.

O caráter pouco compacto da cidade não deixa de ser um proeminente registro da urbanização dessa época, pois a eclosão de novos loteamentos, entre muitos dos bairros isolados antigos e a “cidade”, se torna componente crescente neste período da urbanização de São Paulo. Neste momento, constitui-se um verdadeiro cinturão de loteamentos residenciais suburbanos, ainda que muitos esparsos, mas que denotam o terreno a ser incorporado pela futura expansão paulistana. Em que pesem as diferenças entre eles, havia um sistema viário estabelecido nestes espaços isolados de São Paulo ao ponto de, em alguns casos, como indica a leitura de Langenbuch, implicarem, anos mais tarde, em um descompasso com o movimento geral da metrópole, resultando em tensões vivenciadas pela urbanização posterior⁵⁴.

Diante do impulso crescente das dinâmicas urbanas, o núcleo tradicional de São Paulo nas primeiras décadas do século XX já se via em profundas transformações, algumas consolidadas, outras anunciadas. Tais transformações já prenunciavam um movimento de urbanização que se espraiava e que se fariam necessárias para acompanhar a incorporação de novas áreas, desde aqueles subúrbios que se se viam diante de uma mudança gradual de suas funções, aos polos urbanos que cresceram em número e em atividade econômicas, mas com ligações estruturais ainda incipientes ao centro dinâmico de São Paulo. A relevância econômica de São Paulo se alarga territorialmente na medida em que novos elos infraestruturais auferem a algumas parcelas novas expectativas de ganho via especulação, enquanto a outras as atualizam quanto à dinâmica urbana propriamente. A construção das vias de acesso se fizeram centrais à articulação necessária na produção deste espaço metropolitano.

A importância das novas estruturas viárias à expansão urbana vai se consolidando na medida em que novas áreas vão sendo por elas incorporadas

⁵⁴ “Veja-se, por exemplo, o caso dos loteamentos que se estenderam entre a estrada de Santo Amaro e o rio Pinheiros: (...) as ruas de Vila Olímpia e de Chácara Santo Antônio são incrivelmente estreitas, mesmo considerando a época em que foram instaladas. Consequentemente, o tráfego da atual avenida Santo Amaro, já próxima do ponto de saturação, não poderá ser desdobrado por nenhuma rua paralela naquele lado. Repete-se, no caso, o problema oferecido pela radial Rangel Pestana-Celso Garcia, só que agora provocado numa época em que tais erros deveriam ter sido evitados.” (LANGENBUCH, 137).

ao movimento da urbanização de São Paulo. A exemplo deste movimento, “o conjunto com a Avenida São João e rua Vergueiro, passou a formar a primeira ‘circular’ de São Paulo (radial concêntrica) que influenciou poderosamente na expansão da cidade para o sul” (PETRONE, 1955: 137). Será através da implantação de vias de maior alcance que o movimento da urbanização de São Paulo vai adquirindo um impulso exponencial de integração entre as demais parcelas deste território em metropolização, além de indicar as virtualidades de sua expansão.

Para a produção do espaço de São Paulo alavancar obras viárias de maior alcance, como forma de integrar áreas consolidadas e também direcionar a sua expansão urbana, o Estado, que não estava alheio a este processo, pois se apresentava desde a virada do século XIX à década de 1930 ante os projetos de embelezamento de São Paulo, adquire uma dimensão cada vez profunda na produção em curso deste território metropolitano após a década de 1930. Em alguma medida, surgem Planos sistematizados que procuram anunciar uma forma de encadear e planejar esta expansão urbana atrelada às prerrogativas da afirmação de eficiência territorial em São Paulo (VILLAÇA, 2010). Tal eficiência implicava o investimento crescente em infraestruturas, que seria o marco de uma cidade voltada à produção e constituindo-se enquanto força produtiva (idem). Buscavam, portanto, viabilizar a implantação de um número significativo de avenidas e vias expressas de modo a promover a circulação no interior deste território urbano de SP e a articulação entre suas parcelas.

O marco inicial neste sentido é marcado pelo Plano de Avenidas, concebido por Prestes Maia. O Plano de Avenidas propunha um Perímetro de Irradiação, que seria conformada por um circuito de perimetrais sucessivas entrelaçado a vias radiais nas mediações do centro histórico, permitindo a expansão da área central e a organização da circulação em um molde radial-perimetral (CAMPOS e SOMEKH, 2008). Trata-se de uma das primeiras ações mais abrangentes em relação à perspectiva da expansão urbana que já se anunciava de forma expressiva para além da área central histórica. Em seus estudos prévios, se estabelecia que um esquema viário radial-perimetral seria necessário para estruturar e estimular o crescimento urbano. Como indicam os autores,

Podemos identificar como pressupostos centrais do plano o princípio do crescimento (horizontal e vertical, destacando a expansão do centro), o papel crucial da circulação (dando-se preferência ao transporte rodoviário e automóvel) e a ideia de uma estrutura urbana voltada ao crescimento e apoiada no arcabouço viário(...) Tal modelo não era arbitrariamente imposto, mas derivado de uma análise da conformação urbana herdada pela cidade. O desenho radial não seria apenas o 'systema ideal de ruas' mas também 'justamente o que possui São Paulo. (CAMPOS e SOMEKH, 2008: 62)

O crescimento urbano de São Paulo deveria ser ordenado, organizado e articulado (e não combatido) segundo as orientações gerais do Plano de Avenidas. Na esteira de sua concepção surge uma noção que ganhará mais destaque algumas décadas depois: a de caos urbano. O esforço aqui não é de delinear de forma específica todas as prerrogativas do Plano, mas de enfatizar que suas proposições coadunavam o problema da produção de São Paulo sob novos termos em relação à circulação e integração entre as parcelas de seu território. Importa, como diretriz geral, ressaltar uma mobilidade no interior do território urbano em expansão de São Paulo que viria a ser centrada no transporte de pneus e comporia um tributo estrutural de sua urbanização⁵⁵ (ANELLI, 2007). A extensão que a metrópole de São Paulo foi apresentando e a propulsão econômica nela contida exigiram investimentos massivos canalizados na produção deste ambiente construído, no sentido de alavancar a implantação em larga escala de vias de acesso para integrar as parcelas deste território urbano em constituição sob o padrão centro-periferia.

O Plano de Avenidas expressa uma concepção urbana adequada a cidades em rápida expansão horizontal, que necessitam estabelecer a movimentação fácil e ágil entre o centro comercial/administrativo e as áreas residenciais e industriais distribuídas perifericamente (ANELLI, 2007).

Ao conceber o Perímetro de Irradiação, Prestes Maia defendia que tal iniciativa sanaria problemas da área central de São Paulo: a exiguidade de área, dificuldade de acesso e cruzamento de correntes externas. (CAMPOS e

⁵⁵ Não se trata de excluir o papel das ferrovias na estruturação da metrópole. No entanto, a participação desta se fez em determinados eixos e direções e em um contexto histórico delimitado, enquanto que o transporte rodoviário, frente às condições que se estabeleciam na modernização de São Paulo, se torna a prerrogativa básica de sua estruturação e organização, conforme denotam os principais planos urbanísticos de São Paulo.

SOMEKH, 2008: 65) Assim, havia a premissa no Plano em questão referente ao combate à monocentralização de São Paulo. Na realidade, apesar desta premissa, as ações presentes no Plano apresentaram-se enquanto o reforço do centro frente o sistema viário radial-perimetral, conforme mostra o estudo de Santos (2014), sinalizando para a expansão urbana em novas escalas, amplificando intensivamente as possibilidades para o mercado imobiliário em um perímetro central e alargando a produção das periferias urbanas.

Prestes Maia sintetiza uma visão sistêmica e abrangente preocupada em “abrir” a cidade à circulação de grande porte, numa verdadeira “utopia viária”, como enfatiza Vasconcelos (1999:70). Nesta perspectiva, Vasconcelos (1999:70) alega que o Plano de Avenidas “estava visivelmente adiantado em dezenas de anos com relação às necessidades imediatas da cidade” dada a frota de veículos à época de sua elaboração em São Paulo. No entanto, do ponto de vista do argumento que defendemos neste texto, as prerrogativas presentes do Plano estão de acordo com o problema da circulação contido na cidade, no sentido da mobilização das formas de riqueza através da produção deste território urbano. Portanto, as questões à época do Plano de Avenidas em torno do congestionamento nas porções centrais de São Paulo, trazem em questão uma crise de circulação que, já nos primórdios de São Paulo, desponta como elemento intrínseco à sua expansão urbana e onipresente em suas reestruturações, em que pesem as diferenças relacionadas à extensão e magnitude de suas formas de manifestação. Não sem razão, esta crise de circulação, entendida em nosso argumento em toda complexidade que envolve a circulação do capital via a realização do espaço urbano, compõe, direta ou indiretamente, o terreno para as intervenções pretendidas. Desse ponto de vista, defendemos que a constituição deste território urbano permite compreender, enquanto momento importante desta urbanização, sucessivas crises de circulação, no sentido amplo do termo, cuja expansão urbana repõe esta crise a novos termos diante das contradições imanentes à forma social capitalista e às particularidades deste território urbano.

Não sem razão, as necessidades de ampliação de novas vias com vistas a favorecer o tráfego e o acesso a este centro consolidado de São Paulo se tornava uma das diretrizes de sua urbanização. As pressões da ampliação

dos contornos da porção urbana consolidada de São Paulo logo exigiu a produção de um novo perímetro urbano com novas vias, atribuindo importância fundamental às Marginais dos rios Pinheiros e Tietê, vias que constituiriam parcela expressiva do minianel viário e do anel viário metropolitano⁵⁶, anéis perimetrais essenciais ao redimensionamento da metrópole. Como aponta Meyer et al (2004), a função destes seria permitir “circundar as áreas consolidadas e com maior densidade de ocupação da metrópole, evitando cruzar os bairros centrais” (ibidem, p.74).

São Paulo, na medida em que se consolidava enquanto o maior centro urbano do país e em um momento de integração regional na consolidação de uma economia nacional, exigiu uma malha de rodovias de integração com as mais diversas regiões do país e do Estado do São Paulo. Implantadas a partir da década de 1930, se neste momento estas estradas não atuaram de forma incisiva na expansão urbana, 20 anos depois as rodovias já inauguradas amplificam as possibilidades de espraiamento deste território urbano indicando a metropolização em curso. Estes eixos rodoviários logo se tornaram importantes elementos na produção do espaço metropolitano por conduzirem frentes de expansão urbana, inclusive redimensionando o lugar da indústria na metrópole de São Paulo. Por essa razão, o aprofundamento da economia pressuposta na metrópole de São Paulo, no sentido da circulação de formas de riqueza no cerne de seu território, implicou na implantação de vias de fluxo intenso e contínuo – as vias expressas -, atualizando o padrão viário perante as transformações que já admitiam a escala metropolitana.

Essas rodovias logo se consolidariam, nas proximidades do tecido urbano já estabelecido de São Paulo, enquanto “rodovias urbanas” que reforçavam a constituições de vias de circulação perimetrais à centralidade consolidada. Na realidade, a extensão e o sentido territorial que adquiria a metrópole apareciam enquanto questão no Plano de Melhoramentos Públicos de São Paulo aos anos 50, que exigia adequações viárias deste território urbano que já se espraiava através de longínquas periferias. Seguindo esta consideração, Robert Moses, relator do Plano, apontava que o elevado tráfego

⁵⁶ ‘O minianel, interno ao município de São Paulo, recebe as dez rodovias [que chegam a São Paulo]. Já o anel metropolitano tem um raio mais amplo e estende-se para municípios da região do ABCD, ampliando e facilitando as ligações nos quadrantes ao sul da metrópole.’ (MEYER et al, 2004: 77-8)

de automóveis sugerido pela metrópole de São Paulo – sobretudo diante da política rodoviarista em questão –, reforçava a necessidade de verdadeiras rodovias expressas urbanas. Para que houvesse a máxima eficiência da malha dessas vias expressas, estas deveriam se constituir com independência em relação ao tecido urbano que as tangencia. Aliás, além de manter o padrão radio-concêntrico do Plano Prestes Maia, Moses aponta para a relevância dos fluxos das rodovias estaduais que chegavam a São Paulo. Sugere-se, assim a consolidação das marginais Pinheiros e Tietê como avenidas que receberiam os fluxos de tais rodovias⁵⁷. Tão logo o sistema viário em voga se mostrou insuficiente para incorporar novas áreas e acolher a circulação que esta urbanização, em seu tempo, sugeria, novas diretrizes foram sendo incorporadas na tentativa de ordenar a produção deste território urbano. O Programa de Melhoramentos Públicos para a cidade de São Paulo, elaborado após 20 anos do Plano de Avenidas, manteve, do ponto de vista viário, o terceiro eixo perimetral defendido por Maia, mas passou a concebê-lo como vias expressas, diante do movimento geral de reprodução da metrópole.

Observe-se que as premissas da eficiência das vias expressas, correspondentes ao grande fluxo de veículos, se concretizariam através da independência dessas infraestruturas em relação ao entorno, segundo a perspectiva deste urbanismo. Trata-se da produção de um espaço adequado certamente à fluidez imediata, mas que também expande o horizonte territorial do fracionamento e do alavancamento da propriedade já em nível metropolitano. Não sem razão, em meados do século XX verificamos a transferência de plantas industriais de bairros centrais – Barra Funda, Brás, Móoca, por exemplo –, para os limiares das grandes rodovias, notadamente em um processo de maior mobilização da propriedade e de sua atualização à época em São Paulo.

Quanto mais se mobiliza São Paulo em relação à riqueza, no sentido amplo do termo, maiores reestruturações territoriais são exigidas. Até a década de 1960, quando foram devidamente incorporadas ao sistema viário de São

⁵⁷ O Plano de Moses também era tributário de discussões a propósito da produção de centralidades urbanas em São Paulo que evitassem deslocamentos excessivos de seus moradores, ou seja, a construção da cidade polinuclear. Anelli (2007) destaca que se consistia, assim, do intuito de direcionar a construção de uma São Paulo “de tamanho limitado, com um centro urbano principal circundado por vários núcleos urbanos auto-suficiente, dispostos ao longo de um amplo cinturão verde”.

Paulo as marginais, os perímetros urbanos consolidados encontravam-se congestionados, nas palavras de Meyer et al (2004), devido à ausência de anéis perimetrais de circulação de grande porte. Na leitura dos autores, as avenidas marginais ampliam as possibilidades de circulação do perímetro do centro expandido e criam vantagens locacionais capazes de promover programas urbanos que envolvam grandes áreas e acesso fácil. No entanto, este espaço voltado à circulação e à produção de novas acessibilidades, se vê em incessante necessidade de reestruturação, ainda que houvesse a abertura de vias expressas como as marginais, pois está imerso à contradição própria à produção deste espaço a nível metropolitano.

Na medida em que a explosão-implosão no espaço de São Paulo se realiza em patamares cada vez elevados, a circulação no sentido *lato sensu* realizada por meio deste ambiente construído adquire cada vez mais abordagens mistificadoras, fragmentárias e superficiais a seu respeito, elevando esta questão através da necessária gestão do trânsito, sob a diretriz de um congestionamento que se amplia em número e em extensão.

Tão logo esta urbanização alcançasse os devidos termos da metropolização, as tentativas de ordenar e regulamentar a circulação também passam a ser conduzidas por ações sistemáticas da Engenharia de Tráfego⁵⁸ atreladas à otimização do “fluxo de pessoas e de mercadorias dentro de critérios basicamente técnicos, de natureza matemática e física” (VASCONCELOS, 1999: 40). Desse ponto de vista, a circulação presente na metrópole de São Paulo, longe de apresentar-se nos termos com que insistimos e enfatizamos neste texto, adquire uma abordagem ainda mais fetichista de sua natureza, passando a ser apreendida enquanto um problema físico-matemático, exigindo uma ação pragmática, racional e pretensamente neutra, que potencializa os discursos e os álibis da economia política na produção do espaço. Tal perspectiva sinaliza não uma ruptura radical com o pretérito ordenamento territorial de São Paulo, mas um aperfeiçoamento na constituição de um espaço instrumental, voltado à reprodução das relações sociais de produção capitalista.

⁵⁸ A engenharia de tráfego surge e progride nos países centrais que já apresentavam elevado grau de urbanização, notadamente os Estados Unidos, onde em 1926 foram formados os primeiros alunos de pós-graduação em Engenharia de Tráfego na Universidade de Havard. (VASCONCELOS, 1999: 40).

De acordo com Villaça, uma particularidade do planejamento no Brasil via os planos urbanísticos consiste não no delineamento preciso a ser seguido pela ação do Estado, mas a instauração de formas de ocultamento de suas ações primordiais. Por isso, em que pesem alguns Planos terem tido relevância na estrutura de São Paulo (notadamente o Plano de Avenidas), de forma geral, o Planejamento, apresentado como suposta forma racional de gerir o espaço urbano, acabou, por muito, enfatizando as obras de “infraestrutura, especialmente a viária e as remodelações de grande retorno imobiliário.” (VILLAÇA, 2010: 225).

Em que pesem as especificidades dos Planos Urbanísticos de São Paulo, elucidativos de momentos de modernização da metrópole, há que se destacar o necessário ajuste entre a circulação pretendida e a urbanização estabelecida. E será este impasse, nunca devidamente resolvido, mas permanentemente desdobrado, pois a reprodução deste espaço deve alçar novos níveis permanentemente de mobilização da riqueza, em um movimento que a atualiza a este território urbano economizado.

É nesse sentido que as transformações de São Paulo passam necessariamente pelo aprofundamento de seu sistema viário adequado ao momento de circulação necessário e sugerido pela reprodução do capital. Conforme aponta Vasconcelos (1999: 180), o Sistema Viário Principal de São Paulo apresentou uma transformação quantitativa relevante entre 1960 e o final da década de 1980: as faixas expressas passam de 69 Km para 687 Km, e as faixas de fluxo interrompido se ampliaram de 817 Km para 1682 Km, aumentos respectivos de 896 % e 106 %. Os desdobramentos qualitativos desta expansão são profundos no reordenamento de São Paulo, e a reposição de cada parcela de seu território no interior da reprodução social, seja por novos usos, seja pela expectativa de renda em cada uma delas, implica a permanente e incessante produção relativa do espaço da metrópole.

A reprodução deste espaço metropolitano, denotando densidade cada vez maior de vias e de fluidez, implica uma vasta articulação territorial assentada na produção relativa de lugares de modo incessante. Não se está, pois, diante de abertura de vias, mas de produção de um espaço que se fragmenta, se hierarquiza e se homogeneíza intensivamente, oferecendo um

contorno extensiva e intensivamente dinâmico à implosão-explosão deste território metropolitano.

Não se trata, desta maneira, do processo apresentar-se como uma consequência do enfrentamento do congestionamento urbano pela implantação técnica de novas e grandes vias na metrópole. Na realidade, o conteúdo desta urbanização já estava de algum modo contido ao movimento geral, de modo que a constituição de vias ou avenidas posiciona o processo já anunciado em um novo patamar. Em outras palavras, a racionalidade econômica já se põe antes mesmo de suas condições físico-concretas se estabelecerem na e pela urbanização. Seabra capta um dos momentos que revelam tal racionalidade, personificada particularmente pela Light, no processo na aquisição de terras das várzeas do Pinheiros, mediações que tão logo alçariam condição privilegiada na centralidade expandida da metrópole.

Há marcos importantes da permanente transformação de São Paulo que revelam operações de grande monta na realização e afirmação econômica da metrópole. Como bem desnudou Odete Seabra, as várzeas do Rio Pinheiros e Tietê, após o início do século XX, já se viam em incorporação cada vez mais orgânica à dinâmica própria da urbanização, em um processo complexo que envolvia amplas dimensões, a exemplo da exploração das condições naturais para produção de energia elétrica da força natural dos rios(tornadas forças produtivas), da mobilização da propriedade privada em áreas das várzea, do estabelecimento de vias de circulação de grande proporção. Tratou-se de um momento de ampliação extensiva e intensiva da metrópole, a primeira correspondendo à expansão dos limites desta urbanização, enquanto que a seguinte trata-se do aprofundamento da razão contida neste processo de urbanização: a cidade atuando nas forças produtivas, e até mesmo atualizando-as, conformando ela mesma enquanto tal.

A complexidade do processo de metropolização de São Paulo envolve a permanente construção relativa de lugares, que assumem uma dada situação relacional no contexto desta urbanização, que pode ser decifrada pelos usos neles sugeridos e inclusive nos distintos níveis passíveis de serem incorporados

É, portanto, no mundo da mercadoria, no mundo dos valores de uso e dos valores de troca que o lugar, ou os lugares, acabam sendo historicamente definidos. Os atributos próprios do lugar e do espaço se convertem em elementos de sua própria determinação como valores de uso e como valores de troca. O lugar e o espaço atingem nessa circunstância histórica, a condição de sujeito como espaço mercadoria (SEABRA, 1987: 276).

Silva (2015) insiste em um processo de acumulação de espaço como uma base necessária à reprodução geral do capital, que condiz ao espaço, produzido desigualmente, adentrar à lógica expansiva do capital em um processo de territorialização de suas premissas. Assim, ao defender que tal processo envolve a acumulação de espaço, enfatiza que esta não apenas se assentaria na produção desigual do espaço, mas também elevaria a novos patamares tal desigualdade diante das suas escalas de operação, exacerbando cada vez mais suas contradições fundantes. Há uma ressignificação permanente desses espaços acumulados no cerne da urbanização de São Paulo, que se estabelece no âmbito das reestruturações territoriais e da profunda mobilização da riqueza ampliada na reprodução deste espaço metropolitano. Neste ponto, como enfatiza Martins (2010), a produção de situações geográficas no interior da metrópole constitui-se através de um processo contínuo no âmago de sua urbanização.

Não existe localização em si, existe uma forma sucessiva, por acumulação, de ir se produzindo o espaço, de forma que as intervenções na abertura de ruas, no nivelamento de terrenos e de obras de infra-estruturas serão sempre revividas quando novos empreendimentos aparecerem, de forma que investimentos anteriores passam a compor obras atuais. É por meio da reunião e intensificação de investimentos, públicos e privados, que se formam centralidade, que por sua vez reiteram as rendas por melhor localização (MARTINS, 2010: 53).

Há, portanto, uma produção do espaço desigual no interior da própria metrópole através da rentabilidade possível de seus fragmentos, que se torna, por conseguinte, condicionante aos investimentos permanentemente canalizados à metrópole. Nas palavras de Silva (2015),

ao constituir-se uma fragmentação extensiva do espaço, constitui-se também uma nova condição para que os

investimentos possam se inserir de variadas formas ao dispor desta fragmentação como possibilidade de realização dos negócios com a terra. É o que se tem notado nos últimos anos na metrópole de São Paulo, pois, sob diversos aspectos, surgem múltiplas centralidades as quais re-significam a mercantilização do espaço, o preço do metro quadrado em diferentes áreas. São cada vez mais comuns diversos investimentos e infraestruturas em áreas da metrópole consideradas como periferias. É nessa mesma lógica que se reestrutura também o cotidiano de uma parcela da população que habita tais áreas (SILVA, 2015: 112-3).

Na análise de Santos (2014), no período de 1982 a 2002, a implantação de infraestruturas viárias, antes presentes em peso na região central, se veem localizadas em outros eixos de São Paulo⁵⁹. O espraiamento de tais infraestrutura sinaliza para a amplificação de mobilidade da riqueza *latu sensu* através da reprodução da metrópole, atualizando-a a novos níveis exigidos pela crítica reprodução econômica contemporânea. Esta urbanização necessitou de um montante infraestrutural cada vez mais expressivo, em escala intraurbana cada vez mais ampla, de modo a mobilizar a propriedade privada da terra urbana e aperfeiçoar as formas de produção e circulação (realização) do capital. Este movimento é inextricável à urbanização de São Paulo e a sua metropolização. Há, certamente, uma Cartografia a se decifrar a respeito das remoções nos desdobramentos da atualização econômica da metrópole que notadamente não prescinde da implantação destas infraestruturas⁶⁰.

Nas últimas décadas do século XX se apresentam novos sistemas viários locais a se acrescentar ao sistema viário metropolitano: as avenidas de fundo de vale, muitas vezes sistemas em formato de espinha de peixe. Estas ampliam a relevância das marginais e acrescentam capacidade ao sistema

⁵⁹ “As estruturas viárias destacadas pela autora não se referem a novas ruas/avenidas propriamente, mas acessos que ampliam a acessibilidade da rede já instalada, destacando-se pontes e viadutos. Estas pontes e viadutos concluídas estão associadas aos principais eixos viários que sofreram intervenção neste período. São eles: a região Marginal Pinheiros/Av Faria Lima/Av Presidente Juscelino Kubitschek, o Minianel Municipal e a Avenida Jacu Pêssego/Nova Trabalhadores. Ainda há algumas intervenções ao longo da Marginal Tietê, mas a região central, que até então concentrava intervenções no seu viário, não foi alvo de implantação de estruturas viárias durante este período.” (SANTOS. 2014: 113).

⁶⁰ Este esforço pode ser realizado através de uma literatura que nos auxilia nesta direção, da qual detemos um modesto e parcial conhecimento. Cite-se Alfredo (199), a respeito da implantação da Av. Água Espraiada e Silva(2015), a respeito da ampliação da Marginal do Tietê.

viário. Somado às vias radiais e às perimetrais (anéis viários), os sistemas em espinha de peixe perfazem um sistema maior formado pela sobreposição destes, inerentes à reprodução deste território metropolitano de São Paulo, e são indicativos da capilaridade possível e crescentemente desejada para mobilizar as formas de riqueza – as mobiliárias e as imobiliárias, mas que, frente às contradições inerentes a esta forma social, nunca se estabelece no devido grau sistematicamente ensejado pela reprodução capitalista.

Não se trata de um argumento que defenda um movimento linear e cíclico em etapas previsíveis desta urbanização; não se defende que o processo de reprodução de São Paulo seja a mera materialização de vias radiais que logo exigem a instalação de perimetrais postas a organizar este crescimento urbano. O terceiro anel viário, o Rodoanel Mario Covas, concebido e instalado diante de São Paulo já consolidada enquanto metrópole, revelam novos termos da produção deste espaço urbano. É preciso, pois qualificar este novo momento da urbanização de São Paulo através das novas transformações sugeridas.

Não se trata do solo urbano por ele mesmo, mas sim da inserção que seus fragmentos permitem em determinado contexto urbano. Devemos, pois considerar, que a construção do Rodoanel amplia exponencialmente as condições da metrópole de São Paulo por em movimento formas sociais de riqueza, sob as determinações críticas contemporâneas, através da produção de seu espaço. Tal processo adquire amplos desdobramentos em curso nesta urbanização. Eis os indícios que devemos trazer à análise.

Conforme Marco Silva (2015) explicita em sua pesquisa, certos espaços da metrópole, ao não estarem ancorados pelo título da propriedade privada, estão incessantemente sujeitos a um processo de acumulação de espaço, que atuaria na permanente necessidade de redefinição de usos e, logo, da amplificação de um perímetro sujeito à expropriação. O processo de urbanização de São Paulo sugere, assim, este movimento de acumulação de espaço que se processa com as diretrizes que asseveram as contradições espaciais cujas exigências passam por uma reformulação complexa de lugares e da criação de novas conexões no interior da metrópole. Estamos, pois, diante, de uma profunda reestruturação, da qual o Rodoanel é componente importante, capaz de mobilizar amplos montantes da metrópole, em

intensidade e em tempos diferentes, mas que aponta para a processual readequação de São Paulo em torno da reprodução geral capitalista.

A obsolescência da rede viária se torna um elemento relevante no movimento metropolização de São Paulo. Mais uma vez, não nos referimos à mera circulação fisiocrática, embora também a inclua, mas à incorporação necessária de parcelas que fomentem a realização da propriedade imobiliária em novos patamares. E este processo não se faz sem arrastar uma leva de moradores de parcelas da metrópole e propor transformações de grande envergadura em seu território como um todo. O próximo capítulo busca compor momentos que revelem conteúdos desta reestruturação em São Paulo.

Capítulo 3

A mobilização do espaço para permitir sua produção possui exigências severas. Ela começa, sabe-se, pelo solo, que é necessário de início arrebatá-lo à propriedade de tipo tradicionais, à estabilidade, à transmissão patrimonial. Não sem dificuldades e concessões aos proprietários (as rendas fundiárias). A mobilização se estende em seguida ao espaço, subsolo e volumes acima do solo. O espaço inteiro deve receber valor de troca. Ora a troca implica a permitibilidade. A trocabilidade de um bem faz dele uma mercadoria análoga a uma quantidade de açúcar ou de carvão. Ela exige que ele seja comparável a outros bens e mesmo todos os bens do mesmo gênero. O “mundo das mercadorias”, com seus traços, se estende das coisas e bens produzidos no espaço e de sua circulação e fluxo, ao espaço inteiro, que toma assim a realidade autônoma (na aparência) da coisa, do dinheiro.

Henry Lefebvre

3. Momentos da atualização do território urbano economizado de São Paulo

A exposição realizada em seções anteriores envolveu por em relevo desdobramentos da urbanização de São Paulo tendo por base espaços que foram se submetendo de forma cada vez mais contundente à dinâmica do território urbano materialmente constituído, processo que adquire impulso sobretudo a partir da década de 1940. Estes espaços, os ditos subúrbios urbanos e rurais presentes na obra de Langenbuch (1971), já condicionados à dinâmica urbana paulistana, se revelavam, a partir de certo momento da expansão urbana de São Paulo, insuficientes em suas relações aos imperativos do processo metropolitano. Destacamos, inclusive, a rica análise de Seabra (1987) a propósito das condições assumidas pelas várzeas dos rios Tietê e Pinheiros como espaços cujas dinâmicas apresentavam contradições em relação ao processo amplo de modernização que se anunciava na metrópole paulistana, expandindo e reforçando em outros patamares os negócios imobiliários.

Passadas as exigências do processo profundo e complexo analisado por Seabra a propósito da expansão urbana de São Paulo através da incorporação orgânica das várzeas dos rios, a (re)produção do espaço metropolitano denota novos momentos em direção ao aprofundamento e redefinição de escalas e processos inseridos na metrópole. Um marco potente desses imperativos pode ser vislumbrado pela implantação do Rodoanel Mário Covas. Queremos chamar atenção que as transformações quando da construção das Marginais em São Paulo, marcadas pela exigência de um nível de circulação necessária à época através da metrópole, apresentando profundas implicações em seu espaço urbano, que se fazia atrelada à mobilização da propriedade privada em novos patamares, já não são suficiente à reprodução diante das condições contemporâneas. Por isso, a implantação do Rodoanel apresenta-se às exigências desta natureza reatualizadas de acordo com os parâmetros críticos da economia contemporânea, no plano da reprodução do capital através da reprodução da metrópole. Assim, este processo adquire uma face das mais potentes em se tratando da afirmação econômica da metrópole, alavancando quantitativa e qualitativamente

processos que reforçam a propriedade fundiária como forma de apropriação da riqueza social produzida no bojo de um novo padrão de circulação deste ambiente construído.

Estes indicativos correspondem a formas da cidade assumir-se perante o processo econômico moderno em um território privilegiado da reprodução das relações de produção em curso frente às condições críticas de valorização do capital. Nesta seção, as tensões emergentes no bojo da reprodução das relações de produção não são aqui expostas enquanto uma coletânea de fatos, mas tomam corpo na medida em que a exposição de momentos da urbanização contemporânea de São Paulo forem articulados ao movimento geral de reprodução da metrópole, o que pretendemos realizar neste capítulo. Importa-nos reconhecer, nessa direção, o caráter derivado dos fragmentos da metrópole ao processo abstrato próprio a esta econômica moderna estabelecido via a produção do espaço.

A respeito dos fundamentos dessa economia, em se assumindo a negatividade imanente ao capital, no sentido da crise lhe ser constitutiva, das contradições essenciais comporem o sentido do seu movimento de expansão, o percurso de nossa pesquisa se faz no desafio de compreender as abstrações inerentes à sociedade moderna como mediações necessárias à reposição de seus termos críticos que se realiza concretamente. Trata-se de reconhecer a força com que estas abstrações, admitindo um alcance concreto ao nível da prática, perpassam pela dimensão material afirmando o valor enquanto substância essencial da sociedade moderna e suas contradições. Sob esta perspectiva, São Paulo e suas transformações, enquanto domínio territorial particular pelo qual abstrações da sociedade moderna se estabelecem, oferecem um nível essencial em direção à compreensão da modernização e de sua crise inerente.

Conforme insistimos neste texto, trata-se de considerar, assim, a cidade compondo o terreno objetivo e subjetivo de uma reprodução social ampla, que não pode ser restrita à produção estrita, pois “o trabalho produtivo, incontestavelmente necessário, não se basta a si próprio.” (LEFEBVRE, 1972: 16). Trata-se de posicionar o revolucionamento social promovido pelo capital em exigências amplas, das quais a exploração produtiva do trabalho na grande indústria não se estabelece tão somente a partir de si mesma. Esta é a

inserção de que insiste Lefebvre: que a reprodução do capitalismo envolve uma dimensão da produção estrita em relação necessária com uma dimensão da produção lato, que se atrela à realidade urbana e ao cotidiano e a estes níveis não deixa de ser tributária⁶¹.

Por isso, insistimos neste texto que diante do processo de penetração do capitalismo ao âmago da cidade, a leitura de Lefebvre nos permite identificá-la realizando objetiva e subjetivamente os pressupostos e desdobramentos do capital enquanto relação social emergente em toda a sua potência. Isto significa que a cidade, invadida pela lógica econômica abstrata moderna, proporcionaria, por um lado, a centralização de inúmeros elementos necessários à reposição em outros níveis da realização econômica capitalista, conformando um contexto objetivo da economia moderna. Por outro, ela eleva a níveis mais acabados o processo de naturalização das relações engendradas pelas leis férreas da acumulação do capital. Com efeito, Lefebvre (1979) identifica a realidade urbana como capaz de conduzir as autonomizações aparentes, atuantes e imanentes à sociedade moderna a níveis mais refinados, tornando o lucro, o salário e a renda, derivados da relação capital, tributos naturais correspondentes às classes da sociedade moderna – o capitalista, o trabalhador e o proprietário de terras.

Sendo própria à identidade do capital a ampliação exponencial de suas forças produtivas, requer-se considerar que a cidade moderna necessariamente não se constituiria locus passivo e palco da produção e concentração dos capitais, mas que, por conseguinte, o urbano interviria “como tal na produção” (LEFEBVRE, 2006:57) e, dessa forma, constituir-se-ia como força produtiva.

Atualmente, tornando-se centro de decisão ou antes agrupando os centros de decisão, a cidade moderna intensifica, organizando-a, a exploração de toda a cidade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção – nos meios de produção (2006: 56).

⁶¹ A esse respeito, insiste Lefebvre: “Refinando os seus processos, a exploração directa faz-se acompanhar da exploração indirecta e estende-se da empresa (fábrica) ao conjunto da vida quotidiana no quadro urbano.” (LEFEBVRE, 1979:23)

Seabra defende que a cidade em seu desenvolvimento, apresentando-se enquanto uma forma histórica que contém os fundamentos da formação social em geral, guarda correspondência a peculiaridades de uma formação em específica. Não sem razão, a autora alega que “na cidade sempre esteve reunido o universal e o singular” (SEABRA, 2011:58). Nessa direção, a compreensão a propósito da metrópole de São Paulo nos conduz a apreendê-la enquanto um território particular capaz de revelar os termos da generalidade das abstrações-concretas sob as condições de sua reprodução na contemporaneidade.

Serão o processo de concentração e o aprofundamento incessante e crescente da divisão do trabalho amarrados a uma economia abstrata e ao dinheiro como nexos sociais, as marcas de uma cidade que deixará de apresentar suas premissas históricas enquanto sua dimensão privilegiada. Assumindo-se enquanto metrópole, consolidam-se as relações mais desenvolvidas atreladas à quantidade e ao movimento abstrato do fim em si mesmo. Ao final do século XX, sob um contexto de crise que se generaliza, amplificaram-se os discursos e práticas em direção de uma eficiência urbana que reforçam os mecanismos da forma-mercadoria contida na produção da cidade. O domínio abstrato permanentemente repostado envolve a produção de consensos, formas que tornam incontestes suas formas de consciência, no qual a eficiência se torna a prerrogativa que do processo econômico estrito passa a se estender à sociedade inteira.

Conforme expusemos no primeiro capítulo, a cidade, atuante na dinâmica do capitalismo, tende a se produzir perante os momentos essenciais da sociedade burguesa: a formação, a realização e a distribuição de mais-valia. Em relação à primeira, embora a exploração do trabalho seja a própria unidade de produção, a realidade urbana atua, grosso modo, conformando a divisão do trabalho nos termos sempre atualizados para o processo propriamente produtivo⁶². No tocante ao segundo, o plano da realização da mais-valia, a cidade traz a cadeia de serviços que distinguem do trabalho produtivo, mas,

⁶² “(...) mantém, à maneira de uma instituição, a divisão do trabalho indispensável ao funcionamento do capitalismo e por consequência mantém e aperfeiçoa no seu seio a divisão do trabalho; aproxima os elementos do processo de produção.” (LEFEBVRE, 1979:133). Na literatura da economia política, esta dimensão aparece como uma atribuição das economias de aglomeração.

ainda sim, socialmente necessários. Ademais, em relação a este plano, ao contexto urbano são processados mecanismos para se ampliar exponencialmente o consumo, e logo, a realização das mercadorias, assimilando, no limite último, uma corrida concorrencial na busca por consumidores, marca dos termos da concorrência ascendente diante dos níveis de desenvolvimento das forças produtivas que tem como desdobramento fundamental a produção da sociedade burocrática do consumo dirigido. Quanto ao terceiro plano, o da distribuição, constituem-se relações complexas no tocante à repartição da riqueza social, da decomposição necessária da mais-valia em lucro, salário, renda, juros, bem como ao montante dirigido ao Estado e sua burocracia. Dentre tantos elementos que se destacam no urbano a esse respeito, deve-se ter em questão o papel essencial da propriedade e das formas de financeirização assumidas pelo setor imobiliário.

Estes níveis estão contidos nas determinações gerais que compõem a reestruturação metropolitana de São Paulo, reestruturação esta que necessita ser iluminada por meio da produção do espaço de São Paulo cuja processualidade revela momentos difusos, mas que conformam condição, meio e resultado da reatualização econômica da metrópole de São Paulo no âmago da reprodução social contemporânea. Na esteira da implantação do Rodoanel como infraestrutura viária, mobiliza-se o tecido urbano a novas dinâmicas econômicas em que se fundamentam as pressões para expropriar usos neste território, cujos desdobramentos em relação à mobilidade forçada aos moradores das (e entre as) periferias da metrópole ainda não estão devidamente avaliados. Portanto, insistimos que a urbanização de São Paulo contemporânea apenas pode ser devidamente compreendida através do território urbano economizado tratado por Damiani (2008), que traz a potência de revelar a processualidade da (re)produção de um espaço urbano em consonância com a mobilidade exponencial da riqueza no profundo sentido que isto implica – mobiliária e imobiliária, que não se faz sem a remoção forçada e permanente de moradores. Aliás, a metrópole de São Paulo, desde sua formação até os dias atuais, revela-se frente à necessária e permanente mobilidade da riqueza e de seus moradores, e as transformações contemporâneas deste espaço metropolitano não deixam de apontar novas escalas da realização econômica condicionados pelos limites internos desta

forma social. É através da reprodução deste território que se constrói o refinamento necessário à compreensão das profundas relações em que a generalização dessa economia monetária se impõe e repõe suas bases concretas de realização.

Ao se considerar a expansão de São Paulo e a constituição de um espaço baseado no trinômio autoconstrução-loteamento periférico-casa própria voltado ao morador/trabalhador pobre urbano – ou seja, a formação das periferias urbanas, processo que toma impulso a partir da década de 1950 – como um momento do estabelecimento deste território, verificamos que a dinâmica sugerida pela metrópole insere novos elementos a estes espaços periféricos na contemporaneidade que já não guardam correspondência estrita com a articulação da ação do loteador, da empresa de transportes e do “descaso” do Estado em relação à moradia do morador periférico, situação tão bem descrita por Bonduki (2002) em relação à formação das periferias de São Paulo. Hoje, o processo adquire novas formas de mobilização das periferias, em um processo que as redefine, inserindo-as em novos circuitos econômicos que, grosso modo, buscam reposicionar o lugar de tais espaços ante os imperativos de realização da metrópole de São Paulo.

O permanente redimensionamento dos lugares nas metrópoles, que hoje admite processos profundos na periferia metropolitana de São Paulo, está atrelado à condição que a produção do espaço ocupa no capitalismo. A metropolização de São Paulo apresenta momentos de uma complexa e profunda mobilidade da riqueza e, por conseguinte, mobilidade de seus moradores, que hoje se veem articulados em uma reatualização de seus termos em uma profunda abrangência e intensidade neste território metropolitano. Assim, deve-se compreender essa urbanização como uma permanente pressão para a mobilidade de seus moradores, pois “a moradia possível de outros tempos torna-se impossível pelas novas condições requeridas para a realização do capital, que ‘varre’ o espaço de seus incômodos para redefinir-lo sob suas determinações formais” (SILVA, 2015: 18). Trata-se de considerar o espaço e sua produção no movimento de ampliação dos meios de produção capitalistas, possibilidades de auferir renda e de sua entrada em circuitos de circulação do capital financeiro, em uma espiral que revela São Paulo enquanto negócio.

A incorporação da cidade ao mercado, de modo a constituir-se, ela própria, de forma deliberada, sob pilares de rentabilidade e de equivalência, reforçou-se ao final do século XX, momento em que o tecido urbano de forma explícita se dirige e se torna válvula de escape para alavancar o crescimento econômico. Para Arantes (2000), o que estava sendo lançado ao mercado nas últimas décadas do século XX, sob um invólucro consensual em torno da questão cultural para alçar transformações urbanas, era “um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende (...) se não se fizer acompanhar por uma adequada política de image-making.” (2000:17). Não se tratava de uma ruptura, mas de uma readequação da produção da cidade à dinâmica empresarial ao final do século XX, tendo um planejamento estratégico que abertamente assume a cidade enquanto unidade empresarial de gestão e negócios (VAINER, 2000). É nesta direção que o planejamento urbano estratégico assume-se enquanto um ramo da urbanização empresarial, construindo a cidade através dos preceitos desta realização econômica. No limite, a questão repousa na permanente condição moderna da reprodução da cidade inclinar-se à realização econômica.

A tese em questão nada mais é portanto do que uma explicitação da contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva. A forma da cidade é determinada pelas diferentes configurações deste conflito básico e insolúvel (ARANTES, 2000:26).

Portanto, uma das faces importantes da expansão urbana contemporânea diz respeito a esta possibilidade de resguardar a metrópole em sua realização monetária, ancorada na mobilização da propriedade fundiária urbana, e atua incisivamente em situações as mais diversas para expropriação de usos e de moradores. Simultaneamente, novos vetores são progressivamente alavancados pelo Rodoanel na metrópole de São Paulo, mesmo antes de sua instalação efetiva. Dessa forma, o discurso da eficiência econômica através da cidade possui elos estreitos com a (re)produção do espaço urbano e carrega consigo múltiplos discursos atrelados à defesa do

desenvolvimento econômico e social⁶³. Para Maricato, “na verdade é a valorização das propriedades fundiárias ou imobiliárias o motor que move e orienta a localização dos investimentos públicos, especialmente na circulação viária. (157-8)”. Nesta perspectiva, o propalado rótulo de Rodovia Classe Zero (LABHAB, 2005), com poucos acessos e cruzamentos previstos, que se constitui em uma premissa tecnocrática e fetichista sob o qual se procurou implantá-lo nos marcos de uma condição urbana “eficiente”, inclusive como forma de defesa a uma espécie de virtualidades da obra, no sentido de não induzir efeitos de ocupação em suas mediações, adquire um papel chave no redimensionamento dos contornos do território urbano economizado⁶⁴. Na realidade, trata-se de uma redefinição do alcance e da profundidade com que as determinações abstratas econômicas veem a operar sob este território. A miríade de oportunidades com ativos imobiliários, envolvendo, inclusive, novos nichos de negócios, são a face de um processo que apresenta o alargamento de um perímetro na metrópole paulistana suscetível a novas forças de expulsão de usos e moradores, marcando, inclusive, uma mobilidade de moradores entre periferias.

Na atualidade, a reprodução do espaço urbano adquire uma dinâmica proeminente que impele a incorporação de amplos espaços a certos usos voltados à realização rentável do mercado imobiliário. Não só centralidades constituídas ou em constituição, mas também as periferias são avassaladas diante das transformações sugeridas por um novo ordenamento territorial que as reposiciona frente à reprodução geral da metrópole. De bairros periféricos tradicionais às favelas e loteamentos ilegais, verifica-se que a mobilização da riqueza social deve envolver uma nova geografia da

⁶³ Sob um discurso de desenvolvimento, a exposição das virtuosidades da obra inclui de forma genérica o meio ambiente e a sociedade: “O Rodoanel Mario Covas foi concebido dentro do melhor e mais atualizado conceito da função do Estado: investir com o objetivo de realizar um vetor de desenvolvimento sustentado, inclusive sob o aspecto ambiental. Desta forma, o empreendimento, além de gerar benefícios à população, age como grande alavancador do desenvolvimento da região, criando recursos ao próprio Estado, que os investe em outros vetores de desenvolvimento” (DERSA, 2015).

⁶⁴ No levantamento realizado pelo LABHAB (2005), são apontados alguns exemplos concretos de o Rodoanel não se estabelecer de forma neutra, tampouco constituir-se como barreira à ocupação em relação ao tecido urbano metropolitano. Vias marginais à rodovia, acessos informais e de carros e pessoas, novos núcleos de favelas em seu entorno são alguns dos elementos mais imediatos relatados pelo documento. Passados dez anos deste estudo, a afirmação do Rodoanel no território metropolitano abriga, com efeito, desdobramentos dos quais nosso estudo pretende contribuir em alguma medida para compreender os fundamentos de sua urbanização.

expropriação e do uso diante deste território urbano economizado. Na realidade, compreende-se que muitos desses espaços chamados de ilegais, ou informais⁶⁵, são avassalados por processos que os atualiza em relação às premissas desta urbanização. Nesse sentido, são muitos os fragmentos da metrópole que se constituem enquanto “reservas territoriais” (SILVA, 2015), capazes de serem mobilizados em novos níveis no interior da reprodução da metrópole de São Paulo.

Aliás, São Paulo, enquanto metrópole, revela-se na contemporaneidade tendencialmente como anti-cidade, nos termos destacados por Seabra (2011), pois nela se manifestam em elevado e crescente grau a deterioração de suas feições historicamente constituídas diante de uma economia que expande extensiva e intensivamente este território urbano sob seus domínios. Os mecanismos sob os quais operam as transformações ensejadas por este território urbano são vastos e perfazem consensos em torno da naturalização das diretrizes econômicas, constituindo formas fetichistas que não apenas deslocam as questões essenciais, mas obscurece a essência da produção deste espaço.

É através deste movimento, da apreensão isolada de cada ato social que a ele se reporta, que se amplificam os termos abstratos desta sociedade, adquirindo níveis cada vez mais aperfeiçoados de atomização social. Insistimos, portanto, que se “a estrutura da reificação, no curso do desenvolvimento capitalista, penetra na consciência dos homens de maneira cada vez mais profunda, fatal e definitiva” (LUKÁCS, 2012: 211), há que se reconhecer a produção da metrópole de São Paulo repondo a níveis cada vez mais densos tensões advindas deste processo. Aliás, a produção do espaço não apenas não é fortuito a este movimento, como já destacamos, mas também se constitui em um nível potente e desdobrado de formas mistificadoras das contradições e do real domínio levado a cabo pela reprodução social capitalista.

⁶⁵ É preciso enfatizar que a produção da cidade ilegal, ou seja, das periferias urbanas produzidas sem o rigor formal-legalista e sob o escopo da “informalidade” (MARICATO, 2000), está imersa no processo geral desta economia através da reprodução espacial da metrópole. Conforme apontaremos, a formação da Vila Nova Esperança nos remete à universalidade abstrata que se afirma na incessante constituição da metrópole.

Que momentos da reprodução do espaço da metrópole podem revelar os termos desta atualização e domínio econômicos? Certamente, não se trata de traçar uma coletânea de elementos, mas de trazer a particularidade de recortes capazes de alçar analiticamente o movimento geral desta urbanização e seus nexos com a afirmação deste território urbano economizado.

Enquanto momento privilegiado nessa direção, o Rodoanel, como já prenunciamos anteriormente, surge como ponta de lança do movimento que amplia extensiva e intensivamente a mobilidade da riqueza deste território. A ele se atrela uma nova modalidade imobiliária condicionada pelas exigências logísticas contemporâneas – os condomínios logísticos –, que sinalizam novos ativos imobiliários associados à reestruturação produtiva, envolvidos necessariamente com a circulação crítica do capital na contemporaneidade. A este movimento, a reestruturação da metrópole admite nexos importantes, pois ele amplia exponencialmente as possibilidades econômicas deste território metropolitano de São Paulo.

A estrutura territorial urbana apresenta como premissa por em movimento do mercado amplas formas de riqueza equivalentes ao dinheiro. Subjacente ao discurso de desenvolvimento econômico, desafogamento do trânsito, entre tantos outros que acompanham a construção do Rodoanel, visualiza-se a redefinição dos lugares na metrópole, oferecendo o contorno de novas frentes imobiliárias potenciais de múltiplos interesses imobiliários. O processo, pois, por apresentar a atualização da mobilidade do capital, sinaliza que o tratamento possível a certa parcela da população deve envolver a mobilidade espacial de moradores. Neste sentido, a permanente atualização deste território urbano economizado assevera formas cada vez mais abrangentes de acionar a expropriação de seus moradores e de usos diante da produção de seu espaço. Devemos, pois, discutir neste capítulo, momentos que, lidos sob a perspectiva da produção do espaço, em todas as implicações que esta formulação permite, decifram o movimento inerente a esta urbanização na sua potência de mobilizar riqueza e seus desdobramentos críticos. Iniciaremos, sob este intuito, expondo as problemáticas que envolvem a reprodução da Vila Nova Esperança para alcançar termos da reprodução da metrópole de São Paulo.

3.1. Vila Nova Esperança e situação geográfica: do fragmento à totalidade do processo.

Ao sinalizar os nexos entre a modernização brasileira e a produção do espaço das metrópoles, Carrasco (2014) enfatiza que, uma vez consolidado o padrão econômico urbano-industrial no Brasil, a produção do espaço adquire uma posição privilegiada na (re)produção do capitalismo nacional, tendo em seu âmago determinações de uma formação nacional periférica, que assumiria como um de seus marcos a negação da generalização do parâmetro urbanístico formal tal qual encontrado nos países centrais. O argumento do autor procura traçar uma crítica à modernização de um ponto específico da produção do espaço, assumindo a condição geral de atraso das forças produtivas⁶⁶, bem como de uma socialização negativa no mundo do trabalho de uma parcela significativa da força de trabalho, como elementos intrínsecos ao capitalismo brasileiro, tendo desdobramentos dos mais significativos na (re)produção do espaço das grandes cidades nacionais.

Frente a este quadro, a formação da metrópole de São Paulo não se fez sem um grande contingente populacional lançando mão de loteamentos clandestinos e favelas, cuja proporção ampliava, inclusive, uma vez consolidados os pilares da economia urbano-industrial brasileira. Se em um primeiro momento os artifícios dessa parcela da população urbana se estabelecer na metrópole foram lidos na chave um de um inchaço urbano ou de atraso, em descompasso com relação ao moderno, posteriormente a análise de Oliveira (2003) permitiu situá-los como internos à dinâmica da economia brasileira moderna, conforme previamente exposto em seção do capítulo 2.

É necessário compreender, pois, que o processo de formação de favelas e de loteamentos clandestinos deriva-se de uma metrópole tomada por

⁶⁶ O processo de (re)produção do espaço de São Paulo se conforma diante de uma realidade do capitalismo periférico, cuja razão de ser encontra-se para Kurz no contexto de uma modernização retardatária (KURZ, 2004). Na perspectiva de Kurz, trata-se de uma economia capitalista, a brasileira, que se moderniza tardiamente em relação aos países centrais, repousando nesta temporalidade as razões de sua condição retardatária. No entanto, apesar da enorme contribuição de Kurz na compreensão da processualidade mundial da forma valor, é possível assinalar uma perspectiva que admite formas de simultaneidade inerentes à forma social capitalista. Torna-se pertinente, pois, reconhecer uma condição necessária da simultaneidade entre formações sociais engendrada pela forma-valor.

esta economia, a capitalista. Esta consideração exige que se compreenda a (re)produção do espaço de São Paulo em sua complexidade, pois é este processo que engloba, não sem contradições, esses usos, o de moradia a parcela da população pobre, em determinados lugares da metrópole. Dessa forma, em se considerando o movimento geral de urbanização, os moradores da favela expressam, em suas resoluções em relação à moradia, quase sempre temporárias, uma mobilidade inerente ao morador da metrópole, pois estão sujeitos a inúmeras pressões que visam sua remoção em um dado momento da reestruturação deste território. É a esta mobilidade do morador urbano que iniciamos os momentos que lançam indicativos do quadro a se estabelecer deste território urbano economizado. Portanto, vislumbramos que a situação geográfica da Vila Nova Esperança, assumindo suas conexões com a reprodução do espaço da metrópole, aponta para elementos essenciais de processos e dinâmicas deste território urbano economizado e de seus fundamentos subjacentes, de modo a explicitar as contradições inerentes à reprodução social crítica a partir de São Paulo.

A Vila Nova Esperança (VNE) situa-se na divisa do município de São Paulo e Taboão da Serra, entre remanescentes de Mata Atlântica. Dada a situação irregular em relação à propriedade, é uma favela que se forma por volta dos anos 90 em um processo ainda de difícil deciframento em seus pormenores. Há relatos de uma mobilidade anterior de moradores muito expressiva que, somados à informalidade com a qual ocorreram os processos de compra e venda de lotes, sobretudo diante das ameaças de despejo por parte do Ministério Público (MP) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU), conformando elementos difíceis para o desvelamento de sua formação. Dispomos de alguns indícios, com os quais devemos por ora compor uma aproximação com a constituição da Vila Nova Esperança, de modo a construir um percurso que ilumine em alguma medida seu processo de formação para se chegar a algumas considerações dos termos (re)produção da metrópole de São Paulo.

Violeta é a única filha da detentora do título de posse das terras (a Dona Sebastiana, falecida em 2010) que reside na VNE ⁶⁷. Moradora de uma casa de pequenas proporções, em condições de poucos recursos monetários, não permite grandes aproximações e indagações mais profundas em relação a sua família e do processo de ocupação de outras famílias na área. A única questão que alega se lembrar diz respeito a homens que ocuparam parcelas mais afastadas da área de forma coercitiva por portarem revólver. No mais, se nega a acrescentar alguma informação, inclusive mencionando o fato de ser muito pequena à época, quando do parcelamento das terras.

Outro argumento que nos surge, de acordo com relatos de outros moradores, sugere que parte da gleba da qual Dona Sebastiana era posseira foi recortada por seus filhos mais velhos em troca de dinheiro ou mesmo bens de consumo. Diante da extrema dificuldade na recomposição da trajetória do parcelamento informal das terras, de sua entrada na expansão da metrópole sob o invólucro de equivalência, não nos é possível assumir com contundência os pormenores dos processos iniciais de formação da VNE. Todavia, as duas versões que nos chegam expressam o movimento real de uma pressão pela ocupação da área entre os anos 80 e 90, não sendo, inclusive, excludentes entre si quanto à possibilidade da formação da VNE. Ambas são possibilidades que estariam fundamentadas no interior das contradições do capital em sua necessária reprodução através das diferenciações do espaço metrópole de São Paulo, do que engendra a presença significativa das favelas como formas de expansão urbana e a racionalidade monetária sugerida pela própria urbanização, em seu lastro de violência (econômica e extra-econômica) na (re)produção do espaço urbano.

A trajetória do Senhor PH, morador da VNE, é um exemplo da equivalência compondo as formas de ser desta urbanização, inclusive a favela. Durante os anos 90, o Senhor PH trabalhava em uma oficina/serralheria nas mediações do Parque Ipê, bairro próximo à Raposo Tavares. Recebia um salário módico e a cessão de moradia no próprio terreno onde trabalhava. Ao desativar o empreendimento, seu patrão, no impasse de retirar o senhor PH e

⁶⁷ A área da VNE é remanescente de uma Grande Fazenda, chamada de TIZO, que possuía cerca de 10 famílias trabalhando em olarias nela instaladas. A Dona Sebastiana e sua família foram os únicos que remetem a esta época de que temos notícia.

sua família (esposa e filho) do terreno, bem como na tentativa de fazer um “acordo” para evitar processos judiciais trabalhistas, adquiriu um lote na VNE como forma de solucionar pacificamente o impasse. As formas de reprodução da força de trabalho incluem expedientes variados à aquisição de lotes urbanos, que se compõem da forma possível de solucionar, ao menos momentaneamente, a questão da moradia ao trabalhador pobre. E a aquisição do lote em questão serviu, inclusive para um cálculo abstrato da equivalência envolvida com o montante devido pelo patrão. Segundo as palavras do Senhor PH, mesmo sem saber os valores envolvidos na transação do lote e aqueles que a rescisão trabalhista lhe garantiria, a transação lhe pareceu justa, muito embora acuse a falta de opções que lhe foram ofertadas pelo seu patrão.

Pelo relato do Senhor PH, é possível aventar que, quando da aquisição do lote, já havia um parcelamento de terras na VNE. Muitos moradores se esquivavam de relatar a aquisição dos lotes. A maioria alegava que o adquiriram através da compra e que com o decorrer dos anos foram ampliando a estrutura de suas casas.

Conhecida como favela dos sem terra, muitos moradores relatam que, na década de 90, a VNE era a pior opção dos bairros mais próximos devido ao seu grau de precariedade conjugada ao distanciamento dos serviços e comércios dispostos na região⁶⁸. A localização da área, a cerca de um quilômetro da margem do bairro João XXIII, apresenta um acesso único, a Avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, e situa-se até a década de 1990 no extremo oeste do município de São Paulo, adentrando, posteriormente nos limites de Taboão da Serra.

⁶⁸ Os serviços formais de fornecimento de água e energia elétrica na comunidade foram estabelecidos, respectivamente, em 2003 e 2014.

Foto 1 – Visão aérea que evidencia os contornos da Vila Nova Esperança. A via mais à direita corresponde à Avenida Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, que, no sentido ao fundo da imagem, fornece acesso aos limites do município de Embu e no sentido contrário ao bairro João XXIII em São Paulo. *Fonte: Folha de São Paulo. Pressão imobiliária deixa São Paulo ilhada por favelas. 18 de julho de 2011.*

Dos vestígios que nos são apontados, não se pode perder de vista uma forma avassaladora de urbanização que tende a arrasar usos típicos dos subúrbios rurais descritos e analisados por Langenbuch (1971), em um movimento de incorporação destas glebas sob novos termos à reprodução da metrópole. Dona Sebastiana e sua família trabalhavam em uma fazenda, que posteriormente se chamaria fazenda TIZO, e praticavam agricultura de pequena escala concomitante ao trabalho em olarias⁶⁹ (COSTA, 2006). Se a inserção deste fragmento na urbanização se faria através desta atividade, as olarias, fundamentais à expansão da metrópole, sobretudo no impulso deste processo a partir das décadas de 1950 e 60, o momento do desmantelamento dessas atividades, que se segue das situações violentas vivenciadas pela família de Dona Sebastiana no parcelamento de suas terras, e por conseguinte da pressão violenta sofrida pelos moradores atuais da VNE para saírem de suas residências, denota um novo momento do processo metropolitano de São Paulo, em nova escala quantitativa e qualitativa, cujos desdobramentos requerem um exame mais detido em seus fundamentos.

⁶⁹ Em sua pesquisa, Costa (2006) realizou entrevistas à Dona Sebastiana, ainda viva. Os relatos que Costa obteve nos servem aqui como elemento importante a respeito da VNE.

Essas atividades de olarias, localizadas no limiar da metrópole que se processava e se expandia, encontravam-se diante do impasse advindo da posse e propriedade dessas terras, que logo se viram no interior de transações que escapavam às famílias que ali viviam. Este processo adquire presença em inúmeros espaços incorporados à malha urbana a partir dos anos 50, a exemplo das glebas que deram origem à Cidade Tiradentes na zona leste de São Paulo. Neste sentido, as fazendas que tinham em seu interior essas atividades, deparavam-se diante de um processo que as incorporaria organicamente a esta metrópole através da instauração ou anúncio da propriedade privada da terra. Tão logo os processos de produção de tijolos fossem modernizados a partir de meados do século XX, as áreas das olarias passam a ser incorporadas ao movimento avassalador da metrópole⁷⁰, ingressando em um mercado de terras que se processava estabelecendo a propriedade privada – inclusive via grilagem –, nos limites urbanos até então de São Paulo. Carrasco (2014) chama atenção para o desmantelamento dessas relações na porção leste de São Paulo, processo que, em linhas gerais, esteve presente em muitas porções desse espaço metropolitano.

É importante perceber a relação então existente entre a atividade das olarias, a prática da grilagem e o processo de urbanização que se colocava naquele momento. Relação estabelecida principalmente pela propriedade da terra ou, ainda, pelas indefinições em torno das relações de propriedade. (...) O surgimento e a rápida expansão das fábricas de blocos de concreto e de tijolos ‘baianos’ determinaram sua repentina obsolescência [das olarias]. Em decorrência desse processo acelerou-se o abandono de áreas antes utilizadas como fontes de matérias-primas, produzindo como consequência uma expansão das atividades de grilagem sobre essas áreas, da implantação de loteamentos clandestinos e do surgimento das primeiras favelas. Do mesmo modo como as terras destinadas à extração de matérias-primas

⁷⁰ Muitas áreas de várzeas nas mediações de São Paulo possuíam vínculos com a urbanização paulistana pelo fornecimento de tijolos através das olarias. A respeito dessas olarias, Lemos (1989: 43) enfatiza que “a quase totalidade das obras particulares de alvenaria de tijolos da cidade foi levantada à custa das modestas olarias acionadas manualmente em bases artesanais e assim mesmo concorrendo vitoriosamente com a máquina”. Ocorre que, antes da generalização de métodos industriais na produção de tijolos, as várzeas das olarias em São Paulo foram gradualmente incorporadas em movimento de expansão urbana e, até certo período, por volta de meados do século XX, se deslocando para as proximidades da cidade constituída. Compreendemos a transformação dessas glebas das olarias situadas nos limites da metrópole, para além do Rio Pinheiros, a exemplo da Fazenda TIZO, fundada tanto na modernização das relações de produção do setor, quanto nas pressões que tais áreas sofriam da expansão urbana, sendo por ela incorporada anos mais tarde.

para as olarias, a força de trabalho antes envolvida nessa atividade também se torna obsoleta, porém, devidamente mobilizada pelo processo de modernização, transformando-se nos primeiros 'sujeitos-trabalho' sem trabalho da região (CARRASCO, 2014: 150-1).

A força de trabalho interna à fabricação manual de tijolos e também aqueles que, como a Dona Sebastiana e sua família, se inseriam em atividades não urbanas em glebas das olarias ainda não incorporadas pelo espraiamento da metrópole, encontraram-se, em um intervalo relativamente pequeno, diante do desmonte das estruturas produtivas nas quais se inseriam. Antes mesmo de tal processo alcançar de forma decisiva a gleba da fazenda TIZO, o processo de expansão urbana/metropolitana já atravessava o Rio Pinheiros nas mediações do Butantã. Como assevera Marcio Silva,

A presença de tantos interesses diversos nessas terras denota uma hipótese: o devir metropolitano, ainda não realizado, começava a incluir francamente essas terras no processo transitório de áreas rurais, compostas por olarias (o que já denotava os tijolos necessários à sua construção) ao espraiamento do tecido urbanizado 'para além do rio'. Assim, essas disputas jurídicas, complexas em seus termos e ricas quanto aos seus conteúdos, mostram o quão crítico se apresentavam a cidade, próxima e distante o suficiente na realização de negócios com as terras urbanas. (SILVA, 2013: 114).

Os limiares do processo de metropolização neste momento, entre os anos 50 e 60 do século passado, eram alvo de processos de instauração e generalização da propriedade privada urbana próprios ao processo de urbanização de São Paulo. Neste período, nas franjas da Zona oeste de São Paulo em meados do século XX, que atualmente corresponde à VNE e suas mediações, simultaneamente à diluição das olarias na fazenda TIZO ocorre um processo de aquisição de suas terras por parte da Delfin Crédito Imobiliário, conhecida por enormes escândalos financeiros envolvendo transações de terras, inclusive aquelas nas bordas da metrópole, adquiridas por vias mal explicitadas que não raro poderiam ser descritas como um processo de grilagem de terras condicionado pela expansão urbana. Na realidade, como bem sinaliza Assis (1983), a Delfin Crédito Imobiliário protagonizou uma expressiva transição fraudulenta oficializada e documentada envolvendo

pagamento de dívidas com o BNH através de terras que possuíam baixo valor de mercado⁷¹. Diante desta situação, o grupo Delfim:

Propôs dar em troca ao BNH – numa operação totalmente estranha às finalidades deste – imóveis de sua propriedade, que entraram na operação pelo seu ‘valor potencial’ de mercado e não pelo seu valor real, se imediatamente comercializados. Ou seja, pela sua vultuosa dívida junto ao BNH – várias vezes maior que a de qualquer outra empresa de crédito imobiliário –, a Delfim ofereceu não os terrenos que tem hoje, mas pelo valor que eles poderiam vir a ter dentro de oito ou dez anos, se fossem neles realizados os projetos habitacionais previstos. (FOLHA de SÃO PAULO, 1982).

Neste caso, em 1982 o montante de dívida da Delfin perante o BNH consistia em pouco mais de 76 bilhões de cruzeiros, os quais foram pagos em uma transação envolvendo dois terrenos – um em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, e outro nos limites de São Paulo com Cotia e Osasco (Fazenda Tizo), que correspondiam a um valor de mercado, respectivamente, de 2,4 e 3,9 bilhões de cruzeiros. Como enfatizado na reportagem citada anteriormente, a operação se deu mediante valores potenciais dos terrenos, estabelecidos por peritos do Empraesp. Em carta redigida por Roger Guimarães Levinsohn em 1982, dono do Grupo Delfin, expõem-se as razões que justificariam uma transação desta natureza e da avaliação potencial dos preços dos terrenos na década de 1970 no contexto das 2 maiores metrópoles brasileiras:

As grandes áreas, localizadas nos melhores vetores de desenvolvimento urbano das cidades do Rio de Janeiro e da Grande São Paulo, não podem ser avaliadas estaticamente, ou seja, sem se considerar, a curto e médio prazo, a valorização real, sempre superior à da correção monetária, que já demonstram mercadologicamente e que tende a crescer geometricamente, em razão do alto desenvolvimento urbano que se revela no seu sentido. (ASSIS, 1983: 221)

⁷¹ Apesar de ser uma empresa do mercado financeiro voltada exclusivamente ao financiamento da construção ou da comercialização de unidades habitacionais, a Delfin encontrou brechas diante de um preço da terra que “corria veloz adiante da correção monetária, e como a correção monetária ia adiante da cambial, era compensador estocar terras mediante financiamento interno e, se possível, externo, porque os cursos desses empréstimos ficariam sempre abaixo da valorização do imóvel.” (ASSIS, 1983:204).

O argumento de Levinsohn é emblemático da metropolização em curso à época que anunciava um ascendente preço de terras e das versões possíveis de especulação em torno da propriedade. E a porção oeste de São Paulo, notadamente aquele que atravessava o Rio Pinheiros, ou melhor, alcançava já o Butantã, se apresentava em uma incorporação relevante na década de 1950 através de loteamentos da City, se intensificando nos anos seguintes com o surgimento de novos bairros. Quanto às áreas mais próximas à gleba da Fazenda Tizo, o distrito da Raposo Tavares vislumbrou um efetivo adensamento a partir da década de 1970 (SILVA, 2013), expressando o papel que a Rodovia de mesmo nome passa a ter na expansão urbana em sentido oeste da metrópole de São Paulo. Ou seja, a virtualidade da realização econômica deste urbano já se tornava compreensível e estratégica nas operações destacadas por Roger Guimarães Levinsohn.

Apesar dos inúmeros problemas envoltos ao cálculo deste suposto valor potencial, esta operação revela um processo de urbanização que permite a terras como a fazenda TIZO alçarem uma nova condição no interior da (re)produção da metrópole. O processo de formação da VNE ocorre neste movimento em que se mobiliza um novo perímetro de terras passível de apropriação de suas rendas, mesmo que não seja de imediato, mas certamente garantido pelo processo tendencial de expansão urbana, inclusive reforçando a fraude como componente intrínseco ao processo de modernização levado a termo nos domínios urbanos. Todavia, este território urbano permanentemente em processo sugere um novo momento após a consolidação da VNE. Eis o ponto que a lógica territorial trazida pela metrópole à reprodução recoloca novos termos relativos à VNE.

A partir da década de 2000, a produção do espaço da metrópole, inexoravelmente acionando novas estruturas de mobilização da riqueza, apresenta novos elementos que se expressam nas mediações da Vila Nova Esperança. Estamos nos referindo à produção relativa de lugares na produção de São Paulo condicionada pela implantação do Rodoanel Mario Covas, que atua no movimento de varredura do espaço conjugado à abertura de novas fronteiras para negócios imobiliários, desde residenciais a industriais, inclusive um nicho específico voltado à logística empresarial.

O tratamento dado pela análise aqui presente não privilegia o sequencial, no sentido de uma dinâmica imobiliária estabelecida depois de realizado projetos no urbano; trata-se de reconhecer uma simultaneidade processual destas transformações urbanas, já contidas em processos remotos na conformação deste território, mas que já anunciavam o aprofundamento de suas razões gerais. Apesar de um processo do processo de territorialização do capital via a realização da metrópole adquirir uma feição de constante inacabamento, pois seu estabelecer é ininterrupto, insistimos que está em curso novos elementos na condição de sua reprodução; seriam processos que remetem à reprodução diante da dinâmica de uma crise substancial, e não de ampliação das virtudes positivas do capital.

A reprodução da metrópole de São Paulo hoje, diante de uma reestruturação de ampla envergadura, cujo Rodoanel Márcio Covas constitui uma ponta de lança, exposta como o estopim de uma consistente etapa de desenvolvimento e um círculo virtuoso da Região Metropolitana (FAGÁ, 2002), envolve o redimensionamento profundo de espaços que sugerem a mobilização social da riqueza através deste território metropolitano. No interior deste processo, há transformações profundas dos usos sugeridos e orquestrados pela reprodução geral de São Paulo. Prossigamos em direção ao refinamento desta questão.

3.2 O território urbano economizado de São Paulo e as escalas de novos negócios imobiliários

As novas condições de reestruturação à metrópole de São Paulo com a implantação do Rodoanel são elencadas como as razões de ser da obra. Não deixa de ser importante que, antes mesmo da inauguração de seu primeiro trecho, já fosse articulada uma transformação de grandes proporções em São Paulo com a transferência do CEAGESP para as mediações do futuro anel viário metropolitano. Esta questão será foco de discussão logo a seguir, mas, antes, devemos reforçar as condições produzidas enquanto a força de transformação e, também, de expropriação, que envolve este perímetro metropolitano alavancado pela maior obra viária de São Paulo. Os fios deste

movimento se apresentam aos moradores da VNE a partir da década de 2000 e revela termos da reprodução do espaço de São Paulo na contemporaneidade.

Alguns anos após do estabelecimento da comunidade, os moradores passaram a vivenciar no decorrer da primeira década do século XXI uma pressão avassaladora para deixarem suas casas. Na linha do argumento que procuramos desenvolver, isto envolve considerar os novos impasses derivados da lógica envolta à reprodução do espaço de São Paulo, na qual a implantação do Rodoanel no eixo oeste da metrópole constituiu, certamente, um elemento relevante, promovendo novas formas de articulação local com a metrópole como um todo. Costa (2006), em sua pesquisa que pretendia examinar os impactos da expansão urbana em remanescentes de Mata Atlântica, nos fornece alguns indicativos iniciais sobre questões que passam a incidir sobre a VNE. Iniciam-se com os impasses em relação ao fragmento de Mata Atlântica nas adjacências do Rodoanel Mário Covas, que estava na imanência de ser entregue em 2002 à Secretaria de abastecimento do Estado de São Paulo, operação em consonância com o projeto de transferência do entreposto do CEAGESP para as mediações do anel viário desde antes de sua implantação. Neste ano, uma suposta ocupação de sem-teto nas áreas que serviram de alojamento aos trabalhadores para a construção do Rodoanel, bem como dos anseios de constituir a Central Integrada de Abastecimento de São Paulo (CIASP) na área – cujos acordos já, aparentemente, se mostravam avançados – fomentaram pressões a respeito da institucionalização dessa gleba enquanto uma Unidade de Conservação.

Imagem 1 – O Projeto inicial do CIASP compreendia o uso de grande parte da gleba da Fazenda TIZO para a construção predial e de estacionamentos. Fonte: Costa, 2006.

Imagem 2 - Na imagem acima observa-se a gleba da Fazenda Tizo destinada à Construção do CIASP. Em seu interior, estão localizadas as áreas desmatadas, que correspondem em certa medida às cavas das olarias. Na porção inferior, encontra-se a Vila Nova Esperança. Na porção superior direita, visualiza-se o bairro João XXIII. (Fonte: Google Maps, 2013.)

Imagem 3 – Nesta imagem datada de 1962, constam cavas das olarias nas áreas adjacentes à Fazenda Tizo, bem como um processo de ocupação incipiente. Notam-se inúmeros fragmentos de matas que foram sendo incorporados por loteamentos de alto padrão às outras formas de ocupação presentes no bairro João XXIII. (Imagem retirada de COSTA, 2006: p.93)

VILA ESPERANÇA E PARQUE TIZO (JEQUITIBA) EM SÃO PAULO - SP

ORG: MESSIAS, Fernando Firmino;
FRANÇA, Adriano Chaves; 2018

Legenda

- Vila Esperança
- Rod. Raposo Tavares
- Rod. Mario Covas

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
DATUM - SIRGAS' 2000
Fontes: CEM/USP, 2018; DNIT, 2018; ESRI, DigitalGlobe, 2018

1:35.000

Ocorria à época os trâmites para transferência dos domínios dessas terras da CDHU à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, para fins de construção da CIASP por meio de um acordo entre instâncias governamentais e entidades privadas¹. O projeto inicial previa que do total desta gleba seriam destinados 77,5% para edificações e que o restante (22,5%) seria destinado à conservação da vegetação nativa, conforme aponta Costa (2006), e se articula com a necessidade da retirada do CEAGESP das mediações do bairro da Vila Leopoldina, bairro que não apresentaria as condições adequadas e exigidas para as operações do Entrepasto no período contemporâneo. Insistiremos que esta situação está circunscrita ao movimento geral do território urbano economizado de São Paulo e entrará brevemente em nossa discussão.

Diante desta situação, houve um movimento articulado entre moradores do Bairro Ipê, que tangencia o remanescente da Mata, e responsáveis pela Secretaria do Meio Ambiente das esferas estaduais e municipais para barrar as transformações na área. Fazendo uso das atribuições do Ministério Público, este movimento, ancorado em representantes do verde no próprio âmbito jurídico, conseguiram em 2003 estabelecer uma Ação Civil Pública (MPSP, 2003) que tinha como objetivo a proteção imediata da vegetação da área e, posteriormente, a consolidação de uma Unidade de Conservação. Em curto prazo os objetivos da Ação Civil Pública foram atingidos e a construção do CIASP foi temporariamente interrompida em 2004 e em 2006 as terras foram destinadas à futura institucionalização do Parque TIZO².

¹ Conforme apontava O Estadão (2002), em fevereiro de 2002 se assinava o acordo entre o secretário da Agricultura e abastecimento e representantes de entidades dos produtores e do comércio atacadista para a implantação desta Central de Abastecimento (CIASP) em substituição da Companhia de Entrepasto e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP). Interessante reconhecer que esta articulação para a instalação da CIASP na área já se estabelecia antes mesmo da inauguração do Rodoanel, em outubro daquele ano, denotando que as transformações sugeridas pela construção do Anel Viária ultrapassam suas mediações.

² O Parque Urbano de conservação ambiental TIZO foi instituído através do decreto estadual 50.597 de 27 de março de 2006. Em 5 de março de 2013, o decreto 59.259 altera o seu nome para Parque Jequitibá.

VILA ESPERANÇA NO CONTEXTO DA CEAGESP E RODOANEL EM SÃO PAULO - SP

ORG: MESSIAS, Fernando Firmino;
FRANÇA, Adriano Chaves; 2018

Legenda	
	Vila Esperança
	Marginal Pinheiros
	Rod. Raposo Tavares
	Rod. Mario Covas

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
DATUM - SIRGAS' 2000
Fontes: CEM/USP, 2018; DNIT, 2018; ESRI, DigitalGlobe, 2018

Após 2006, os moradores da VNE passaram a vivenciar coerções para que se retirassem da área que tangencia o Parque TIZO. Apesar de não constar nos autos do processo movidos pelo Ministério Público, tampouco situados na área interior ao Parque institucionalizado, os moradores da VNE passaram a sofrer constantes pressões formais e informais para sua saída. Visitas de técnicos da CDHU se tornam constantes desde então, denotando estratégias diversas para a retirada dos moradores. Dentre elas, estava a alternativa de irem para os conjuntos habitacionais da CDHU em Cotia, embora não fossem em número suficientes para todos os moradores (cerca de 100 unidades para mais de 500 famílias). Não houve conhecimento de nossa parte de moradores que por ventura tenham se retirado por esta via.

Em 2009, sob um invólucro cada vez mais juridificado, exigindo respostas legais para neutralizar as ações de despejo, o contexto assume o corpo de uma violência cada vez mais explícita e generalizada na VNE, quando seus moradores ouviam constantemente de representantes da CDHU que seria preferível sair pelas vias oferecidas a acordar com os tratores passando por cima deles. Tais iniciativas conseguiram retirar poucos moradores, que tiveram suas casas demolidas pelos tratores da CDHU. Algumas dessas casas foram posteriormente reconstituídas com a chegada de novos moradores. Não suficiente, uma ação violenta, de agentes armados à paisana, surpreendeu os moradores, na tentativa de coagi-los para saída de suas casas, conforme exposto na reportagem da Folha de São Paulo (2011)¹. Abordada sobre a ação, a CDHU confirmou que alguns dos indivíduos presentes faziam parte dos seus quadros, e que apuraria em breve a situação. Desde então, não houve maiores esclarecimento do órgão.

Para além deste imbróglio jurídico e de todas as situações que lhe têm como suporte, queremos chamar atenção para a violência em seu sentido

¹ Não foi devidamente explicitada pelos órgãos competentes a tentativa de imposição à mão armada de representantes da CDHU. Consta na reportagem: “Homens que acompanhavam uma ação de demolição da companhia de habitação paulista no extremo oeste da capital ameaçaram com armas moradores que tentaram resistir à intervenção. O episódio ocorreu em 17 de março na Vila Nova Esperança (...) A CDHU enviou técnicos ao local para derrubar parte das 500 casas da área(...) Os moradores resistiram e os técnicos foram embora. Homens que os acompanhavam, no entanto, permaneceram no local e começaram a discutir com as pessoas. No meio da confusão, esses homens sacaram armas, similares às usadas por policiais, e apontaram para os moradores. (...) A CDHU reconhece no vídeo sua equipe, que aparece junto aos homens armados, mas não confirma que todos, incluindo os homens armados, estavam a seu serviço.” (ESTADO de SP, 2011, 03/05/2011).

mais amplo como um elo onipresente na incorporação deste fragmento em questão ao processo de metropolização. Se as fazendas de olarias devem ser lidas como um momento particular a este processo de metropolização, que são reposicionadas em outro perímetro do tecido urbano após as retificações dos Rios Tietê e Pinheiros, a pressão para que a gleba na qual residia a família de Dona Sebastiana fosse incorporada organicamente à metrópole constitui uma atualização da lógica abstrata que sujeita este fragmento e percorre a expansão metropolitana. O movimento, todavia, não se dá por cessado, consistindo em tentativas de retirada dos moradores manifestações da varredura necessárias e, logo, articuladas ao processo de (re) produção da metrópole. E este processo será instrumentalizado por certos mecanismos, desde a fragilidade do título da propriedade (problemático desde as operações fraudulentas da Delfin), aos consensos criados em torno da proteção do meio ambiente.

Não se pode deixar de pontuar a produção de uma nova situação geográfica das mediações da VNE anunciada pela construção do Rodoanel. Estamos, pois, diante de condicionamentos da produção de espaços que estende as possibilidades de negócios imobiliários, desde os de grande porte, notadamente atrelados à circulação e distribuição, aos residenciais, voltados às mais variadas faixas de renda. E foi diante da produção de novos contextos metropolitanos com a implantação do Rodoanel que as tramas entre a tentativa de construção do CIASP, a defesa do meio ambiente e as pressões para a retirada dos moradores da VNE se instalam. Certamente, o incessante movimento de urbanização e a permanente relatividade na qual se situam os lugares deste ambiente construído, amplificam a circulação de riqueza via a produção da metrópole, bem como acionam a mobilidade inerente aos moradores, sobretudo pobres e moradores de favelas. Nesse sentido, a urbanização de São Paulo é marcada pelo aperfeiçoamento constante da mobilidade de capitais e de moradores, condição que pode ser apreendida frente aos novos lugares produzidos pelo Rodoanel.

Assim, o movimento de retirada do CEAGESP da Vila Leopoldina, a instalação do Parque Tizo no extremo oeste da RMSP, a formação e a tentativa de retirada dos moradores da VNE guardam correspondência com o território urbano economizado que insistimos neste texto. Trata-se de compreender

esses momentos para além de si mesmos. Na realidade, se o processo de expansão urbana de São Paulo, iniciado nos anos 30 e 40 do século XX, nos quadros que antecedem seu processo de metropolização, se faria incorporando os subúrbios, mobilizando-os perante a afirmação da propriedade e do trabalho abstrato, como sinaliza Seabra (1987), a metrópole constituída engendra esse movimento através da supressão dos usos e de moradores em lugares específicos da metrópole hoje, compreendidos como periféricos, visando novas possibilidades e circuitos econômicos. Insistimos que o Rodoanel Mário Covas se estabelece como mediação necessária para tanto, criando grandes eixos urbanos a serem postos à atualização econômica. Trata-se de compreender esta realização da metrópole no interior de um processo de diferenciação do espaço geográfico (SMITH, 2007) de larga escala e de ampla envergadura, cuja potência avassaladora na reatualização do território metropolitano de São Paulo via a (re)produção de seu espaço aparece mistificada sob inúmeros discursos próprios à economia política do espaço.

O impasse da transferência da CEAGESP para as mediações do Rodoanel, que deflagra a institucionalização do Parque e, por conseguinte, a tentativa de remoção dos moradores da VNE, lança indicativos de uma reestruturação metropolitana em curso em São Paulo. Tal reestruturação reporta aos vínculos entre a reposição das condições gerais de produção e seus vínculos com a reprodução do espaço metropolitano frente às contradições desdobradas do capitalismo. As formas de mobilização social da riqueza sob o parâmetro de uma crise abrangente se colocam como o suposto e possível fôlego à expansão positiva do capital, mas na realidade são as condições necessárias à reprodução crítica desta forma social contemporânea. Devemos avançar na compreensão dos fundamentos da reestruturação metropolitana em curso na próxima seção.

3.3 A reestruturação metropolitana de São Paulo: circulação crítica e logística territorial

Uma vez esgotado o intenso fôlego apresentado pela acumulação capitalista no pós-guerra entre os anos 60 e 70 do século XX, um período de crise se estabeleceu e denotou o recrudescimento substancial do capital que se via em dificuldades de alavancar suas perspectivas de valorização. Como insiste Robert Kurz, o capitalismo alcança seu limite interno, que apresenta formas de expansão que já seriam marcas indeléveis de sua crise endêmica. No entanto, não corresponde esta crise à implosão desta forma social, mas de um momento histórico no qual a autovalorização se torna problemática, pois se torna inviável alavancar todo montante de capital disponível à espiral de valorização substancial através da exploração do trabalho. Diante de inúmeros e profundos os desdobramentos inerentes à crise que se generaliza, a produção do espaço se põe enquanto um nível necessário ao seu desvelamento na medida em que apresenta os nexos entre a reprodução social e o modo de produção capitalista.

A crise que se anunciava diante do esgotamento das virtudes do fordismo foi compreendida por Harvey (2011) exigindo uma profunda transformação do capitalismo a partir do último quartel do século XX que fora descrita e analisada sob o escopo de acumulação flexível. Através dela, a crise de valorização, que já não encontraria as mesmas formas de resolução através das formas de deslocamento espaço-temporal em seu desenvolvimento anterior, aquele relacionado ao fordismo, estabeleceria uma racionalização e reestruturação de grandes proporções no interior do processo de realização do capital em geral. Seriam estratégias que permitiriam a superação da rigidez dos processos e investimentos, estabelecendo novos marcos, sempre temporários, para a acumulação do capital. Tal perspectiva de Harvey, embora penetre os termos da crise, não realiza tal tarefa no sentido categorial necessário. Assim, seu percurso não admite um processo de des-substancialização do capitalismo, processo que não deixa de por “a possibilidade de que o conhecimento sob a realidade seja uma forma de restauração, ao invés de se colocar como compreensão analítica sobre os sentidos desta reprodução crítica” (ALFREDO, 2013: 60).

Harvey apreende, assim, sob os escombros da fase fordista pós anos 70, uma ampla readequação do capital exigida pelas condições objetivas alcançadas, frente ao desenvolvimento das forças produtivas, de modo a garantir a reprodução após os termos exitosos do período fordista. A chamada acumulação flexível se pauta em uma profunda reestruturação, a qual Harvey expõe com riqueza em suas manifestações, em que pese certo distanciamento com o que consideramos enquanto limites internos do capital². Dentre tantos aspectos, cabe ressaltar o papel do tempo de giro do capital, que, assentado em expressivo desenvolvimento de capital fixo, exige um tempo de circulação drasticamente reduzido, imperativo amplificado mediante a concorrência no mercado. Como bem ressalta Mandel,

o menor tempo de rotação do capital fixo e aceleração tecnológica determinam a busca de novos produtos e novos processos de produção que envolvem riscos inerentes à expansão do capital, por causa das enormes despesas necessárias à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos, **e exigem o máximo em produção e vendas para as mercadorias recentemente fabricadas.** (MANDEL, 1982:224).(grifo nosso)

O capitalismo, assim, no âmago da elevada produtividade com a qual se deflagram seus problemas internos de valorização no último quartel do século XX, encontrou-se diante de uma ampla reestruturação produtiva na busca de realizar as virtudes do desenvolvimento de suas forças produtivas e conjugá-la com o movimento de acumulação. A redução do tempo de circulação das mercadorias, dimensão que sempre esteve presente no desenvolvimento do capitalismo, adquire um peso crítico na realização do capital diante do acirramento de suas contradições neste período.

As pressões para a redução do tempo de circulação, que correspondem ao movimento D-M-D', as passagens formais necessárias à realização do capital em geral, não estão restritas apenas à planta fábrica; o capitalismo, como bem expõe Lefebvre, estabelece seu domínio pela

²A leitura de Harvey (2011) aponta para transformações relevantes do capitalismo diante da crise dos anos 60/70 do século XX, a exemplo das novas rodadas de reescalonamento das dívidas, maior flexibilidade de investimentos, formação crescente de capital fictício. No entanto, passa ao largo da análise de Harvey a respeito da acumulação flexível a questão substancial da crise, do limite interno ao seu próprio impulso. Sem essas considerações, os processos inerentes à acumulação flexível se tornam mecanismos para alavancar a valorização do capital sob suas virtudes positivas.

reprodução das suas relações sociais de produção, na qual a produção do espaço lhe é dimensão essencial. Há, nesse nível, um direcionamento intencional e politicamente engajado na reposição das relações sociais de produção através do espaço. E tal dimensão se estabelece restituindo em novos níveis as formas de dominação neste território metropolitano orquestrada pela produção do espaço, sob as diretrizes de uma economia política do espaço, que o conduz o à operacionalidade necessária aos termos permanente repostos da reprodução social.

Essa economia política do espaço ainda se discerne mal (conceitos críticos aí incluídos) da “economia urbana”. Esta representa tão-somente um caso da economia clássica e da política econômica tradicional. Ela estuda, sabe-se, questões diversas cujos liames lhe fogem: custos, transportes, equipamentos etc. Estudos freqüentemente objetivos e válidos, mas que não transpõem o limiar que separa uma ciência em deperecimento de um conhecimento renovado. A economia política do espaço parece (para se exprimir com as precauções usuais) destinada a se desenvolver. Ela permitirá intervir? Fornecerá conceitos “operatórios”? Seguramente. O que repõe a questão já presente e urgente: “Para quem e por que?” Noutras palavras, trata-se da questão do poder. (LEFEBVRE, 200?: 105).,

A assertiva de Lefebvre é indicativa de que o conhecimento levado à cabo pelas premissas desta economia, a capitalista, sugere também um nível de discursos e práticas a propósito do lugar no qual suas relações devem operar; trata-se daqueles referentes à economia política do espaço, atrelada à instrumentalidade ensejada e necessária para a reprodução social sob as determinações abstratas do capital. Nessa direção, o movimento não cessa a exigência constante do desenvolvimento das forças produtivas, inclusive no interior da produção do espaço, que em São Paulo apresenta a instalação de uma infraestrutura do porte do Rodoanel. Em relação ao padrão construtivo da via, destaca-se o caráter de uma obra avançada que corresponde ao que de mais eficiente havia em termos de infraestrutura a sua construção, indicando, inclusive, novos parâmetros da composição orgânica referente a capitais fixos deste território.

Até um passado recente, os pavimentos de concreto no Brasil ainda eram feitos segundo processos manuais, com baixa

produtividade e baixo índice de conforto(...) Hoje a situação se inverteu, e muito (...) A pavimentadora usada para espalhar o concreto na pista do Rodoanel tinha alcance de até 8,2 metros de largura.(...) Programado para suportar alto impacto, o pavimento de concreto tem ciclo de vida muito maior que o de asfalto. Também é mais resistente aos agentes químicos e à abrasão (ALVES, 2002:59; 62).

Um capital fixo como o Rodoanel, portanto, se direciona a uma ampla circulação no e do espaço metropolitano, condicionada pela projeção que uma infraestrutura desta magnitude admite sobre o território de São Paulo³. Trata-se de uma exigência objetiva, portanto, a constituição de um capital fixo como o Rodoanel, frente ao contexto crítico no qual, sob as prerrogativas de desenvolvimento e crescimento econômico, ele deve condicionar a aclamada flexibilização e redução do tempo circulação, inclusive permitindo produtos imobiliários que se apresentam a estas funções no interior da metrópole. Ademais, ele amplifica e redimensiona a possibilidade de ativos imobiliários voltados à gestão logística no interior da metrópole, condição esta que reverbera não pontualmente em São Paulo, mas em todo o seu território metropolitano.

A implosão-explosão da cidade, decorrente da dominação do capitalismo sobre as formações urbanas, sob as quais suas abstrações penetram em níveis cada vez mais elevados o cotidiano, se processa continuamente diante da indissociabilidade do território urbano-economia. São Paulo, na condição de metrópole, apresenta este processo com potente vigor, embora este se apresente fragmentário, implícito e naturalizado em sua urbanização contemporânea. A atualização deste território metropolitano economizado aciona formas de mobilização da propriedade privada, que culmina desde a abertura de novas frentes de negócios urbanos à ampliação

³ Além das inovações relacionadas ao pavimento, há que se destacarem marcos na tecnologia de pontes e de túneis na construção do Rodoanel. Quanto aos primeiros, dentre tantos, foi utilizado um método construtivo que apresenta papel de destaque: “Normalmente, para haver sustentação da pesadíssima laje superior, usam-se estruturas metálicas chamadas torres de cimbramento. O processo convencional consome muito tempo, exigindo que a torre seja montada e desmontada a cada etapa e dificultando a movimentação dos funcionários. Como o tempo era curto (...), o consórcio decidiu eliminar as torres. Teve então de desenvolver um sistema auto-sustentável. Isso elevou a produtividade a níveis invejáveis, mesmo para os padrões internacionais. A opção foi utilizar um perfil metálico longitudinal sustentado pela própria treliça. Dela saíam elementos de sustentação para a etapa seguinte. A medida possibilitou economia de um dia por disparo, com ciclo médio de sete dias. Assim, realizou-se uma concretagem por semana” (ALVES, 2002:76).

da perspectiva de retorno sobre a renda imobiliária em áreas chamadas de obsoletas. Sobre as novas frentes de negócios urbanos, eclode um mercado em ativos imobiliários voltados à operação logística, com destaque para os condomínios logísticos. A localização de tais empreendimentos, próximas a grandes rodovias de grandes fluxos, se apresenta em franca expansão hoje e, diante da consolidação do Rodoanel, abrem-se novas fronteiras no interior da metrópole para tais investimentos. Na esteira da lógica que determina tais processos, estabelece-se um movimento de varredura de uso e de moradores em São Paulo que não se revela estritamente nas mediações do Rodoanel, mas em uma simultaneidade de situações, das quais conforma o esforço aqui de circunscrever alguns de seus prenúncios.

A produção deste espaço voltado a empreendimentos logísticos se faz sob o terreno de uma racionalização exigida pela circulação de capital na contemporaneidade, que na realidade é uma das manifestações da crise imanente à valorização do valor. E seus desdobramentos territoriais são amplos e profundos, pois sugere a empreendimentos no interior da metrópole que se apresentariam “obsoletos” a seu entorno, um novo perímetro espacial a suas instalações e operações, ao oferecer as vantagens locais necessárias diante da acirrada concorrência no mercado. Portanto, a produção da metrópole nos termos atuais comporta um redimensionamento relevante e abrangente em todo seu espaço intra-urbano.

No início dos anos 2000, diante do chamado boom imobiliário, São Paulo apresentava um crescimento de negócios fora dos tradicionais setores residencial e de escritório: tratava-se de ativos atrelados à logística empresarial, os condomínios logísticos. De modo geral, a disponibilidade de investimentos no setor imobiliário associada à necessária reestruturação produtiva empresarial lançou este ativo imobiliário no mercado que apresentou um crescimento significativo a partir de 2005. Sua expansão estava marcada por oferecerem maior flexibilidade e redução de custos em armazenagem e distribuição (GUEDES, 2013). Como insiste Mandel (1982), quanto mais generalizada a reprodução do capital, maior o aprofundamento da divisão do trabalho, bem como a sistematização e racionalização de suas funções intermediárias. E a reprodução de São Paulo sinaliza este movimento, que

adquire capilaridade em seu território mediante a ampliação de novas fronteiras disponíveis a serviços voltados para a logística empresarial.

Há, pois, encaminhamentos concretos que apontam para a produção de novos capitais fixos atrelados de forma complexa ao ambiente construído. Harvey alega que “todos os aspectos da produção e do uso do ambiente construído são levados para dentro da órbita da circulação do capital” (HARVEY, 2013: 317). Embora admita-se uma circulação do capital entre as infraestruturas do ambiente construído, chamando atenção para uma mobilidade física de mercadorias, da qual a ampliação do sistema viário é um componente essencial, bem como a construção do Rodoanel, os desdobramentos territoriais referentes à reestruturação do capital contemporâneo admite outros níveis. A construção do Rodoanel, apresentado vulgarmente enquanto uma questão meramente técnica voltada a tráfego, sinaliza para a potência de proporções significativas da parcela da metrópole serem mobilizadas para a produção de novos ativos imobiliários, bem como para ampliação de perspectivas de ganhos frente à produção de novas condições locacionais na metrópole de São Paulo. Conforme insistimos neste texto, trata-se, logo, de compreender o movimento exponencial da reprodução metrópole que aciona sua condição de mobilizar a riqueza social capitalista frente às contradições essenciais do capitalismo. Nessa direção, alega Zioni:

A estratégia de transferência de ativos imobiliários buscada por empresas, que está sendo possível a partir dos centros e condomínios logísticos, explica, por um lado, a articulação entre as empresas do setor de transporte e logística, operadores imobiliários e promotores de infraestrutura rodoviária, presente em vários empreendimentos na RMSP, e revela ainda que o capital financeiro também se realiza através da produção dos novos espaços para transporte, armazenagem e logística de carga (ZIONI, 2008: 4-5).

Nesse sentido, as determinações gerais inserem àqueles que estão no interior da concorrência uma nova forma de inserção no mercado, na qual surgem novos empreendimentos responsáveis por operações de gestão de estoque e de distribuição mais eficientes, anunciando uma nova gestão do tempo de circulação. A CEAGESP sinaliza, hoje, o impasse de sua condição no âmbito da concorrência e das transformações urbanas na Vila Leopoldina, o

que reverbera em esforços e debates visando concretizar sua transferência para um novo perímetro da metrópole de São Paulo avultado com a implantação do Rodoanel Mário Covas.

Como indica Cipolletta (2010), as estruturas físicas de algumas CEASAS, como o entreposto do CEAGESP em São Paulo, apresentam-se “obsoletas e localizadas em áreas em processo de saturação para a comercialização atacadista”, principal argumento que procura a retirada de suas instalações atuais. Assevera ainda: “o momento atual é de reflexão quanto ao destino das CEASAS pelo muito que elas representam para a comercialização globalizada.” (2010: 25). Os requisitos urbanos para a instalação e operações do CEAGESP, atendidos nos anos 60, já não se encontrariam satisfeitos plenamente onde está localizado hoje, na Vila Leopoldina, neste momento diante das transformações profundas e incessantes por que passa a metrópole em sua reestruturação em voga.

As grandes redes possuem seus centros logísticos próprios e vão buscar a mercadoria diretamente do produtor, eliminando a presença do intermediário na cadeia de abastecimento. Desse modo, a função que era característica exclusiva das centrais de abastecimento (CEASAS) do país, tem passado cada vez mais para as mãos de novos agentes adaptados às exigências da demanda moderna. (CIPOLLETTA, 2010: 61).

Essas dificuldades se apresentam frente às estratégias do setor de comercialização de alimentos que se aperfeiçoam desde a década de 1990. As grandes redes de supermercados, altamente associadas ao capital internacional, ocuparam fatia importante nas últimas décadas de produtos hortifrutigranjeiros. O desenvolvimento das forças produtivas sociais sob o capitalismo se estabelece em inúmeros níveis, inclusive referente àqueles que se referem a estratégias de comercialização e distribuição, notadamente sob o invólucro da logística empresarial, presente nas operações dos grandes grupos do setor em questão.

Apesar de incipiente, podemos vislumbrar uma reestruturação territorial em São Paulo que lança um espaço notadamente adequado às estratégias logísticas empresariais que não apenas estabelece uma frente imobiliária nova, mas permite alavancar outros processos no interior da própria

metrópole. A concorrência no âmbito dos capitais particulares, que hoje se apresenta em um nível avançado de gestão e controle a montante e a jusante da produção propriamente dita, sob o escopo da logística empresarial, se expressa na produção de um espaço cada vez mais ajustado a tais necessidades. Para Silveira, trata-se do espaço portando a logística territorial necessária ao à gestão e ao movimento do capital.

A 'logística organizacional' e a 'logística territorial' são condicionantes e condicionadas entre si. Para tornar mais eficiente a 'logística organizacional', o interesse corporativo necessita de mudanças no território, isto é, da atuação da 'logística territorial' através de suas estratégias e de seu planejamento. Ao mesmo tempo, a 'logística organizacional' tem que criar estratégias eficientes para atuar sobre o território, ou seja, a 'logística territorial' também condiciona a 'logística organizacional'. (SILVEIRA, 2011: 61)

Dessa forma, a metrópole de São Paulo apresenta, hoje, a produção de espaços que por excelência refinam os termos desta logística territorial em relação às práticas logísticas empresariais, incorporando estratégias cada vez mais abrangentes de mobilização da propriedade da terra. Observa-se, por exemplo, um montante crescente de condomínios logísticos ao longo de mediações do Rodoanel. A presença de grandes lotes e proximidade com o entroncamento das principais rodovias disponíveis criam alguns eixos privilegiados para a produção desses empreendimentos imobiliários. Como bem aponta Hirata, na medida em que os trechos do Rodoanel foram sendo entregues, ampliaram-se as possibilidades de investimentos em condomínios logísticos em suas mediações. Em seu mapeamento, Hirata segmentou o aumento da capacidade de estoques nesses empreendimentos em 5 regiões do Rodoanel (Ver Gráfico 1): Barueri, Cajamar, Embu, ABCDM e Guarulhos. Apesar de grande concentrado em municípios de sua porção oeste (Barueri e Cajamar), visualiza-se o crescimento de novas unidades em seu trecho sul (Embu) e leste (Guarulhos) após a inauguração de ambos.

Embora não seja possível detalhar o quadro aqui de investimentos em condomínios logísticos, é importante citar a entrada de grupos financeiros internacionais no setor imobiliário e que se voltaram para a complexificação de seus portfólios, incluindo plantas voltadas à logística industrial. O grupo

Prosperitas, por exemplo, detentor de um portfólio já diversificado, com shopping centers, edifícios comerciais, loteamentos residenciais e instalações industriais, que em 2010 já previa canalizar quase metade (R\$ 700 milhões) de seus investimentos de R\$ 1,5 bilhões em 2011 em ativos atrelados à logística empresarial (ESTADO DE SP, 26/08/2010), acabou ampliando seu investimento com o valor extra de 2,2 bilhões para adquirir parte dos investimentos da Bracor, empresa especializada em ativos imobiliários comerciais e industriais.

Gráfico 1 - Estoques por Região do Rodoanel

Esta transação foi na época o recorde em relação ao valor de transição imobiliária no Brasil. (ESTADO DE SÃO PAULO, 22/01/2011). Em novembro de 2012, detentora do mais robusto portfólio de galpões no país, a Prosperitas o repassa para a Global Logistic Properties (GLP) e reduz seus segmentos de ativos, sob nova configuração societária, a Hemisfério Sul Investimentos (HSI). No entanto, 4 anos depois, em 2016, a HSI retoma os investimentos para o segmento industrial-logístico (VALOR ECONÔMICO, 26/10/2017).

Assim, a mobilidade de capital mais imediata, aquela atrelada à circulação física de mercadorias, está atrelada à produção e circulação de um capital fixo de grande monta através do ambiente construído. Apresenta-se, assim, a urbanização compondo uma estrutura espacial articulada à mobilização de capital mais profunda: o capital fixo “autônomo” e a propriedade imobiliária enquanto formas de circulação da riqueza a serem reproduzidas em patamares cada vez mais elevados no interior da produção deste espaço metropolitano. Nessas condições atuam as pressões no nível da concorrência às quais impelem empreendimentos comerciais, como o CEAGESP, a projetarem o deslocamento de suas infraestruturas na metrópole de São Paulo, visando adequação de suas operações de mercado. É importante observar, no entanto, que estas transformações territoriais não são gestadas *a priori* da atuação das forças da concorrência; na realidade, estas forças já estão contidas no redimensionamento da metrópole, perfazendo a produção do espaço uma dimensão necessária e intrínseca ao desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, nelas atuantes. E nessa direção, a reprodução do espaço de São Paulo sinaliza um nível de mobilização da riqueza cada vez mais abrangente através da metrópole que envolve, inextricavelmente, mecanismos de varredura de usos e de moradores, tal qual se verificam nos impasses da transferência do CEAGESP e da Vila Nova Esperança. A compreensão devida desta reestruturação da metrópole em curso exige cada vez mais aproximações com momentos que revelem seus termos. Continuemos nesta direção na próxima seção.

3.4 Territorialização dos termos da crise: reestruturação metropolitana diante da reprodução social contemporânea

Um dos desafios a ser enfrentando pelo percurso crítico desta pesquisa consistiu-se, grosso modo, em encontrar caminhos para o entendimento desta economia que se faz por e pela metrópole e que comporta como marcos de sua realização momentos aparentemente desconexos e fragmentados. Admite-se que eles revelam os termos da totalidade social no interior de uma urbanização que já não se faz como mero tributo da industrialização, mas sim do que Reis (2010: 13) chama de política da exploração comercial do território, ou das “formas de acumulação capitalista a partir do território”. A realização destas formas de acumulação – e que já nos parecem problemática, como insistimos no decorrer deste texto –, nos termos da urbanização atual, admite a mobilização de grandes eixos da metrópole na transformação de seus usos, que se traduz em grande medida na afirmação da propriedade fundiária urbana, e de sua atualização na metrópole como um todo, como mecanismo central na reprodução do espaço urbano. Também apresentam como face importante a construção de uma logística territorial que procura ajustar o território urbano às críticas exigências do tempo de circulação do capital na contemporaneidade.

Em se considerando o estabelecimento da metrópole de São Paulo, do qual a construção das Marginais Pinheiros e Tietê sintetizam um momento necessário de mobilização da propriedade privada, a implementação do Rodoanel Mário Covas se faz no cerne de um redimensionamento da escala metropolitana que permite uma atualização crítica da propriedade privada. A tentativa no início dos anos 2000 de retirada do CEAGESP e da instalação do CIASP na gleba que tangencia a VNE revela um processo amplo de reestruturação da metrópole de São Paulo. Os trâmites cessados em 2004 em relação à transferência do CEAGESP não retiram um processo em andamento que condiciona aos espaços periféricos um novo sentido na reprodução da metrópole, peça-chave no entendimento da eclosão do imbróglio jurídico vivido pelos moradores da VNE.

Instalado nas mediações da Marginal Pinheiros com um terreno de mais de 700 mil metros quadrados, o Entrepasto Terminal São Paulo (ETSP)

em sua situação geográfica revela-se, hoje, na potencialidade de alocar amplos e efetivos investimentos urbanos em uma área que se consolida como uma fronteira da urbanização no sentido de incorporação de espaços de desindustrialização ao movimento do setor imobiliário (PÁDUA, 2015). Desde sua federalização em 1997, resultado de uma operação visando sanar dívidas do estado de São Paulo com a União, o CEAGESP encontrava-se no impasse de sua privatização, pois a partir daquele ano a Companhia figurava no Plano Nacional de Desestatização (PND). Neste contexto, com a suposta e iminente transferência das instalações do CEAGESP, foram intensas as especulações em torno da área, envolvendo desde a sua reurbanização sob as diretrizes da Operação Urbana Vila Leopoldina, à cessão de parcela da área à FAPESP, todas articuladas com interesses profundos do mercado imobiliário. O projeto de transferência do CEAGESP, que seria transformado em CIASP, procura também se consolidar diante da necessária modernização das estruturas de abastecimento, pois, dadas a herança do projeto dos anos 60, apontariam obsolescência, declínio e diminuição do comércio (GOMES, 2007)⁴. Na realidade, os argumentos seguem a mesma direção que consolidou a transferência das Operações da Central de Abastecimento no centro de São Paulo para o terreno em que se localiza o CEAGESP desde 1969, ano em que o Entrepasto foi criado⁵: tanto a necessidade de uma localização que permitissem operações de grandes fluxos de veículos, quanto a superação do congestionamento de suas medições, prejudicando os arredores de suas instalações.

Gomes (2007) alega que as motivações político-ideológicas eram decisivas nos rumos do entreposto, pois foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, que a privatização da Central surgiu com força e fomentou a especulação da mudança de suas instalações. No entanto, a partir de 2002, com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva, representante do Partido

⁴ Dentre das iniciativas destacadas nessa direção, estavam possibilidade de instalar à época em uma nova estrutura fibra ótica, de modo que fomentaria o comércio via internet e, por conseguinte, ampliaria o comércio, reduziria viagens desnecessárias e o desperdício e aumentaria o movimento anual de 3,4 milhões de para 5,4 milhões de toneladas (GOMES, 2007: 80-1).

⁵ A criação das infraestruturas da CEAGESP na Vila Leopoldina se estabeleceu diante de uma reestruturação do mercado de abastecimento na metrópole de São Paulo, que em 1969 consolidou a transferência para a Central de abastecimento, operada desde 1933 no Mercado Municipal de São Paulo, para a CEAGESP em área periférica neste momento e próximas às vias de maior porte (marginal do Tietê, sobretudo).

dos Trabalhadores (PT) no governo federal, houve um novo direcionamento da CEAGESP, cessando, ao menos momentaneamente, o ensejo da privatização da Central e da mudança de suas infraestruturas para o então recém-construído trecho oeste do Rodoanel.

Muito embora o esforço para a transferência do CEAGESP tenha perdido fôlego nos anos 2000, sobretudo pela inviabilidade da operação envolvendo a área da Fazenda Tizo, em anos recentes esta questão veio à tona e reposicionou em um lugar de destaque os destinos do Entrepasto. Desde março de 2015, mesmo com a sua retirada do PND⁶, os desdobramentos de sua saída se tornaram explicitamente um dos objetivos da gestão municipal de São Paulo, compondo uma ação estratégica e um momento necessário à reestruturação da metrópole. O ex-prefeito do município de São Paulo, Fernando Haddad, alegou em março de 2015 que a transferência do entreposto na Vila Leopoldina conformava um “projeto incontornável”, pois não se faria “sentido que um terreno com aquele valor imobiliário, com aquele potencial de desenvolvimento ficar sendo ocupado por um entreposto, que pode estar num lugar melhor, liberando área para o desenvolvimento urbano.” Cerca de três meses depois, em junho, a prefeitura assina o acordo de transferência, em que se anuncia como parceira em relação à mudança de localidade e na condução de novos usos à área. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2015).

Assim, observa-se que as orientações político-ideológicas a respeito da privatização ou não do entreposto não são decisivas quanto às pressões objetivas que recaem sobre o CEAGESP. Ao que tudo indica, o impasse da transferência da Central de abastecimento, mesmo não tendo um encaminhamento certo neste momento, permanecerá em pauta em São Paulo. E são as transformações da metrópole, desde aquelas do bairro da Vila

⁶ As razões pelas quais se justificam a retirada do CEAGESP do PND ainda não foram devidamente apuradas. Algumas questões nessa direção são apontadas no site institucional do CEAGESP, no qual se afirma que a iniciativa se justificou “pelo entendimento da viabilidade da Companhia como empresa pública e, conseqüentemente, da importância do poder público no desenvolvimento e na aplicação de políticas específicas para o setor de abastecimento de frutas, legumes, verduras, pescados e flores.” Além disso, destaca-se a demonstração nos últimos anos de seu funcionamento que “ela pode funcionar com eficiência e equilíbrio financeiro, a partir de uma gestão com maior autonomia.”. Por fim, como desdobramento imediato da sua exclusão do PND, ela se viu livre de certas “amarras que dificultavam o seu gerenciamento, como a impossibilidade de firmar parcerias tanto públicas como privadas e de ter acesso a linhas de créditos para investimentos.” (CEAGESP, 2015).

Leopoldina àquelas situadas em um espaço voltado à logística, que tendem a compor a trama na qual se processam as pressões para a transferência da CEAGESP.

No âmago dessas transformações anunciadas, queremos chamar atenção para a impossibilidade analítica de se apreendê-las em suas manifestações isoladas através de seus fragmentos urbanos. Tal caminho exige que se considere a redefinição do território urbano economizado a partir da construção do Rodoanel na condição de necessidade objetiva da sociedade capitalista e das contradições a partir da metropolização de São Paulo. Na leitura de Damiani, o Rodoanel Mário Covas.

nos fornece a imagem do perímetro urbano metropolitano que foi desenhado e está se implementando, formando um grande anel de valorização econômica do espaço. Ele determina um contexto e uma imagem espaciais da totalidade sobre a produção do espaço urbano e, imediatamente, ele alavanca um processo de expropriação social, próprio à acumulação primitiva do espaço, que forja o espaço de valorização. (DAMIANI, 2008: 250).

A operação anunciada de transferência do CEAGESP pode ilustrar o movimento destacado por Damiani, com amplos desdobramentos à metrópole de São Paulo. Uma vez estabelecida a transferência, destaca-se a incorporação de um terreno de grande proporção no interior do centro expandido no tecido urbano de São Paulo. Assim como bairros industriais antigos, notadamente o Brás, Barra Funda, Móoca, Santo Amaro, entre outros, a Vila Leopoldina encontra-se em transformações relevantes nas últimas décadas com a entrada massiva de terrenos de antigos galpões e plantas industriais na produção e especulação imobiliária de São Paulo. Não sem razão, a possibilidade de transferência do CEAGESP é desejada e incentivada por construtoras, pois sinaliza não só a entrada de uma gleba de grandes proporções ao mercado (cerca de 700 mil m²), mas pelos novos usos que envolveria seu entorno. É importante compreender que o Entrepasto admite uma centralidade que “transborda a delimitação do terreno destinada a essa circulação”, pois ela envolve uma série de serviços e atividades que foram sendo criadas, mobilizadas e reorganizadas conforme o mercado exigia e exige para a sua ampliação e reprodução” (GOMES, 2007:100). Não se pode perder

de vista também a manifestação da mobilidade do trabalho contida na instalação e dinâmica do Entrepasto através das inúmeras favelas em seu entorno, que já encontram algum nível de pressão para sua remoção. Os propósitos anunciados revelam a tentativa de realizar um projeto de um novo bairro, de uso misto, inclusive resguardando a construção moradias de interesse social, segundo afirmação do prefeito Fernando Haddad, que contaria com uma parceria público-privada (PPP) para elaboração do projeto e construção (RBA, 2015)⁷. São necessárias alterações na lei de uso e ocupação solo do município, que está em vias de ser votada, para a transformação da área de Zona Predominantemente Industrial (ZPI) para Zona Especial (ZOE).

De fato, as pressões a respeito deste possível deslocamento do Entrepasto de Abastecimento recaem em certa medida no plano da concorrência na qual a realização da mercadoria-chave do CEAGESP se encontra. Como realçamos anteriormente, há um acirramento entre Unidades de comercialização de alimentos que incorporou certa fatia do mercado do CEAGESP desde o decorrer da década de 1990. Gomes, por exemplo, cita a redução do número de empregos destinados aos carregadores, uma face das “consequências da diminuição de centralidade do Terminal no abastecimento alimentar ao longo do tempo.” (GOMES, 2007: 167). Isto decorre, em grande medida, da opção oferecida pelas grandes redes de hipermercados que apresentam elevado poder de reestruturação através de grandes redes logísticas de distribuição⁸.

As proposições em relação à transferência do ETSP resultam de um processo de diferenciação do espaço geográfico na escala urbana (SMITH, 2007) em relação a São Paulo. De acordo com Smith (2007: 20), “determinado ambiente construído expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica, também se modifica a configuração do ambiente construído” (SMITH,

⁷ Esta operação é, ainda, parte de uma reestruturação ampla do município, que visa estabelecer a retirada de 76 mil caminhões dos 190 mil que transitam diariamente no centro expandido de São Paulo. Caminha nesta direção a restrição de caminhões na região da Avenida Jacu-Pêssego na Zona Leste da cidade (ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

⁸ No entanto, a centralidade assumida pelo CEAGESP na conformação de São Paulo ainda permanece em grau relevante, pois surgem novas demandas que têm o entreposto como fornecedor: as grandes redes de hotéis e restaurantes que cresceram significativamente nas últimas décadas crescem entre seus clientes (GOMES, 2007: 174).

2007:20). Tendo em vista o nível de mobilidade de riqueza exigido pela crítica reprodução do capital contemporânea, o Rodoanel expressa a grandeza dos montantes monetários investidos em capital fixo diante do padrão da circulação em geral do capital contemporânea. Não sem razão, tais investimentos incidem inicialmente sobre o Estado, revelando o problema crescente das formas de financiamento necessários à reprodução das condições de reprodução do capital. A implantação dos capitais fixos atua diretamente na produção e diferenciação de lugares no interior da metrópole. Isto decorre do fato de que cada capital,

transformado em mercadoria para se realizar socialmente, descreve numa esfera pública e também privada da circulação um movimento que é um segmento essencial do processo de produção. Isso porque sem a circulação a produção não se realiza como mercadoria. Uma qualidade específica dos diferentes lugares (...) é a de permitir que de modo mais ou menos diferenciado tal realização ocorra (SEABRA, 1987: 282).

Nesses termos, a reestruturação de São Paulo em processo, que admite a constituição de um novo anel de negócios imobiliários em uma nova escala metropolitana, conforme sinaliza Damiani (2008), envolve uma simultaneidade de momentos que estão amarrados à circulação de grandes proporções de riqueza socialmente produzida e altamente financeirizada, calcada, em partes, na propriedade privada da terra, mobilização esta que se revela pertinente em um momento em que a acumulação propriamente se torna problemática. O Rodoanel Mário Covas, enquanto uma infraestrutura que envolve um momento desta circulação em São Paulo, revela-se na produção de um arranjo espacial metropolitano mais abrangente, condição para a reprodução do capital cujas estratégias devem se aprofundar quanto às possibilidades de fronteiras urbanas e negócios imobiliários, alargando ainda mais o potencial de varrer usos e moradores estabelecidos neste território metropolitano. Interpretando tal processo à luz de David Harvey, seria este arranjo a recriação da paisagem geográfica “acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível” (2005:53) em relação à São Paulo. No entanto, compreendendo os limites internos alcançados que se projetam na reprodução do capital, torna-se importante deslocar os termos de

Harvey para uma paisagem geográfica que se redefine, na contemporaneidade, à luz de dinâmicas diversas que reportam não ao movimento positivo de acumulação, mas de uma crise de reprodução do valor.

É possível também vislumbrar os ajustes espaciais como formas de desvelar os limites inerentes à reprodução substancial e ampliada do capital. A abrangência deste território que se intensifica pela constituição de novas fronteiras urbanas (SMITH, 2007) assumiria correspondência, assim, a uma forma de ajuste espacial a se realizar tendo vista as contradições essenciais do capitalismo através da reprodução da metrópole. Para Harvey, os ajustes espaciais concretizam, em um determinado espaço-tempo, o deslocamento de capitais ociosos deflagrados da crise de superprodução a que estão sujeitos os mais diversos ramos de produção da sociedade burguesa. De fato, a leitura de Harvey denota a permanente inadequação da configuração espacial à reposição da forma valor. Interna ao capitalismo, esta crise seria o fundamento de ajustes espaciais que a solucionariam e, simultaneamente, a elevariam a outros termos. Entram em questão os investimentos passados que se tornam insuficientes ou obsoletos às necessidades reatualizadas de reprodução, que implica novas estruturas espaciais conformando as condições impostas de realização do capital. O alcance do entrelaçamento entre crise e ajuste espacial (que assume diversas escalas) apenas é devidamente apreendido diante de uma compreensão das contradições do próprio capital. Sob a discussão do ajuste espacial contido na fase imperialista do capitalismo, Harvey expõe que este constitui-se de

uma força em revolução permanente, varrendo todas formas de vida mais antigas, desatrelando recursos imensos para expandir a produtividade do trabalho social. No entanto, também contém dentro de si as sementes da sua própria negação, sementes que crescem e, no fim, racham as próprias bases em que estão enraizadas. No capitalismo, as crises são inerentes. Em tais momentos, a irracionalidade e o terrível poder destrutivo próprios do modo capitalista de produção ficam aparentes com mais facilidade: o capital inaproveitado, de um lado, e a força de trabalho desempregada, de outro. Em parte, no entanto, o recurso ao ajuste espacial mascara a irracionalidade do capitalismo, pois permite atribuir à desvalorização, por meio da destruição física ou guerra global, fracassos puramente políticos. Uma teoria marxista adequadamente elaborada das relações entre transformação interna e externa desnuda tal ilusão (HARVEY, 2006:126).

Harvey neste excerto destaca o ajuste espacial realizado a nível mundial como uma necessária forma de desdobramento das contradições nas formações tipicamente capitalista entre o século XIX e XX. Os desdobramentos do capital envolvem, a cada situação histórica e geográfica específica, formas de expansão do capital necessárias para alocar seu impulso irracional de valorização. Conforme insistimos neste texto, a metrópole tornou-se uma fronteira privilegiada capaz de absorver capitais em condições sempre insuficientes para o momento que se sucede da reprodução. Em São Paulo, a reestruturação viária em voga a partir da concepção e implantação do Rodoanel, conforma-se em uma alavanca capaz de compor amplas fronteiras deste território metropolitano, sob feições de um ajuste espacial na escala da metrópole de grandes proporções e ainda não devidamente expresso e avaliado, que aparece francamente nos marcos de um desenvolvimento e oportunidades econômicas. É preciso destacar que, nas condições contemporâneas, a reprodução do espaço de São Paulo em curso já não seria a devida expressão adequada de um escape, mesmo que temporário, à crise de valorização do capital. A questão central que insistimos neste texto não seria a reprodução do espaço contemporânea um meio de uma alavancagem exponencial de acumulação, mas a expressão da crise de acumulação em processo. Seria uma forma de expressar a crise do capital em seus termos atualizados, conforme salienta Anselmo Alfredo:

não se trata apenas de produzir um espaço que realize o mundo da mercadoria, mas, no âmbito da financeirização do capital, da expansão do capital fictício, na expressão de Marx, de o espaço repor, como representação, a ausência da alteridade da relação entre forma e conteúdo, onde, mesmo o trabalho, enquanto força de trabalho, como um momento material da abstração, perde centralidade nesta reprodução. (2013: 65).

Neste sentido, revelar a reprodução do espaço de São Paulo na contemporaneidade através da relevância de frentes imobiliárias, hoje diversas em sua natureza (residencial, comercial, industrial), realça a condição rentista de um capitalismo amarrado às suas contradições agudas de sua reprodução. Por isso, o caráter de reprodução ampliada, no sentido de uma exploração do

trabalho que permite a valorização nos patamares exigidos pelos montantes de riqueza monetária em circulação, se exaspera frente às condições do desenvolvimento das forças produtivas. O excerto de Botelho é enfático neste sentido:

O fato de que a renda da terra tenha se imiscuído de tal forma nos negócios que até mesmo instituições públicas hoje se tornem promotoras ou corretoras imobiliárias deve ser visto como o sinal de que as condições internas para a reprodução capitalista estão enfrentando dificuldades monumentais. A crise estrutural do capitalismo, resultado de uma série de processos complexos, é uma crise da produção de valor. A enorme produtividade capitalista não apenas reduziu ao mínimo o tempo de trabalho presente nas mercadorias, impedindo assim o acréscimo de uma massa de valor nova capaz de fazer o sistema se reproduzir ampliadamente, como ainda dispensa aos borbotões milhões de trabalhadores, em todo mundo, do processo de produção. A dificuldade de criar no ‘aqui’ e ‘agora’ da dinâmica capitalista a energia capaz de fazer funcionar essa sociedade tem como consequência a antecipação cada vez mais intensa de presumidos ganhos futuros. A utilização ficcionalizada no presente de uma massa monetária gigantesca, lastreada em nada além do que a almejada ilusão de sua produção futura, tem por objetivo compensar os danos provocados à produção de valor (BOTELHO, 2016: 13-4).

O urbano, uma vez tomado pelo movimento de expansão do capital, na contradição imanente entre acumulação e crise, apresenta-se enquanto uma territorialização particular das determinações essenciais desta sociedade. E, dados os limites internos alcançados pelo capitalismo, a metrópole de hoje materializa a necessária mobilização de propriedade e repõe a homogeneidade, a hierarquização e a fragmentação do espaço, aprofundando-o nesses termos diante de sua reprodução em novos patamares, intensivos e extensivos neste território metropolitano. Há, portanto, uma produção do espaço desigual no interior da própria metrópole através da rentabilidade possível de seus fragmentos, que se torna, por conseguinte, condicionante aos investimentos permanentemente canalizados à metrópole. Nas palavras de Silva (2015),

ao constituir-se uma fragmentação extensiva do espaço, constitui-se também uma nova condição para que os

investimentos possam se inserir de variadas formas ao dispor desta fragmentação como possibilidade de realização dos negócios com a terra. É o que se tem notado nos últimos anos na metrópole de São Paulo, pois, sob diversos aspectos, surgem múltiplas centralidades as quais re-significam a mercantilização do espaço, o preço do metro quadrado em diferentes áreas. São cada vez mais comuns diversos investimentos e infraestruturas em áreas da metrópole consideradas como periferias. É nessa mesma lógica que se reestrutura também o cotidiano de uma parcela da população que habita tais áreas (SILVA, 2015: 112-3).

A metrópole de São Paulo, assim, sinaliza para a produção do espaço permanente ancorada nas abstrações da forma valor, e os arranjos espaciais em constituição seriam expressões de uma crise que não deve ser compreendida como contingencial, mas manifesta de forma cada vez mais profunda, dadas as contradições internas do capital em sua operacionalidade. Nesse sentido, a exposição de Damiani (2008) a propósito desta urbanização enquanto crítica revela-se potente no desvelamento desta realidade metropolitana que deve ser necessariamente apreendida em um movimento incessante de reprodução de seu território. Portanto, não se pode compreender a reprodução do espaço da metrópole de São Paulo enquanto um quadro estático e momentâneo; é preciso pontuar que “altera-se o tempo todo o estado geral do urbano economizado” (ibidem: p. 237).

Nessa direção, o movimento de varredura, ínsito ao processo de urbanização, adquire nova escala e abrangência e revela-se avassalador, sobretudo em relação ao cotidiano de moradores pobres, com destaque para as condições daqueles que vivem em favelas como a Vila Nova Esperança.

As expressões críticas a partir de São Paulo e de sua urbanização podem ser reveladas nas ações violentas com que inúmeras comunidades estão permanentemente sujeitas; na mobilidade do morador urbano em relação a sua moradia, tão bem tratada por George (1983), presente em inúmeros moradores da VNE; nas novas formas financeirizadas que se articulam à reprodução imobiliária e mobilização da terra urbana, a exemplo daquelas da produção imobiliária-financeira-estatista dos novos condomínios habitacionais populares, processo trazido à discussão por Volocko (2015) ⁹.

⁹ Diante da participação na 6ª Conferência Estadual das cidades de Mato Grosso do Sul em outubro de 2017, observamos uma palestra de Gilson Paranhos, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional

As pressões para expropriação da população pobre é a tônica do processo de reprodução da metrópole, que simultaneamente produz a integração destes indivíduos em espaços que nos aparecem difíceis de serem mapeados. No entanto, é possível observar que a dinâmica é a manutenção de expropriação-integração simultânea, própria à mobilidade do morador urbano e aprofundada pela socialização negativa do mundo do trabalho, constantemente acionada a novos patamares, que revelam a reestruturação urbana exigida pelos termos críticos na reprodução da metrópole de São Paulo.

Diante deste quadro, é preciso reconhecer que, diferentemente da VNE, cujos moradores apresentaram relativos ganhos temporários judiciais para sua manutenção, há favelas constituídas neste território urbano que são rapidamente removidas diante de um intervalo curto entre sua formação à expropriação. E isso não se deve à sua expressividade territorial. Por exemplo, a favela Nelson Mandela, nas mediações do Rodoanel, atingiu a marca de pelo menos três mil famílias residentes no local. Não tivemos oportunidade de realizar uma aproximação com a Nelson Mandela, mas é preciso por em relevo sua remoção veloz, realizada em junho de 2015, ocorrida pouco mais de um ano após sua formação (janeiro de 2014). Nessa direção, devemos deixar aqui o registro da rápida eclosão de favelas que também são acompanhadas pela ágil retirada de seus moradores. Inclusive, a mobilidade dos moradores de favelas talvez corresponda àquela que mais corresponda aos termos do movimento de varredura da metrópole¹⁰.

do Distrito Federal, que cremos ser importante citá-la aqui, pois ele trouxe elementos que já compõem a perspectiva de certo urbanismo sobre o território urbano economizado. A respeito dos projetos desenvolvidos no Distrito Federal de readequação da estrutura de moradias, Gilson alega que o tamanho da moradia deve ser repensado para cidades sustentáveis no futuro. A estrutura urbana solicitada pelo espraiamento do tecido urbano não poderia ser atendida devido à escassez crônica de recursos por aquele que a provém: o Estado. Por isso, a defesa de lotes urbanos diminutos, até mesmo de 3 metros de largura, acompanhada pela devida instrução técnica construtiva, se tornou, em sua fala, o direcionamento necessário para a cidade do futuro em seu necessário padrão urbanístico. Apesar de suas iniciativas apresentarem melhora no padrão das moradias atendidas, vislumbramos que sua perspectiva passa ao largo dos termos implícitos na produção deste território urbano. A negação de discussões academicistas, por muito taxadas de inúteis pelo arquiteto, se estabelece através de uma afirmação pragmática deste território urbano economizado, cabendo à reflexão e ação tão somente administrar o peso desta economia na produção do espaço urbano. Tal via, ao se descolar desses preceitos abstratos contidos na produção das cidades e metrópoles, fornece instrumentos sob os quais a economia política do espaço poderá atuar na mistificação da reprodução social contemporânea.

¹⁰Sobre esta questão, é digna de nota a seguinte observação a respeito da retirada dos moradores da Nelson Mandela: "Em meio à mudança, moradores retiravam as fiações, canos, telhas e móveis das redondezas" (ESTADO DE SÃO PAULO, 2015). Certamente, o relato da reportagem do Estado de São Paulo, denotando que a Comunidade Nelson Mandela corresponde, de fato, a um momento transitório para muitos indivíduos que tão logo devem estabelecer-se em outra comunidade na Grande São Paulo.

Imagem 3 - Comunidade Nelson Mandela

Esta imagem apresenta em partes a magnitude da Nelson Mandela, em abril de 2014, cravada em terreno acima e a margem do Rodoanel Mário Covas, mais precisamente, no Km 11 do Anel Viário. Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 2015b.

É necessário frisar que o movimento de expropriação de moradores não pressupõe o fim da forma favela, apenas a expande a perímetros outros da metrópole, pois, como enfatiza Carrasco, no interior da modernização brasileira não foi possível a generalização de formas urbanísticas ditas formais. Aliás, a manutenção temporária de favelas como a VNE não significam a supressão do movimento geral de varredura ao largo da reestruturação deste espaço metropolitano. É preciso pontuar o nível da tensão que penetra a realização da vida dos moradores, instaurando elementos importantes em seu cotidiano sugeridos pela reprodução da metrópole contemporânea. A esta dimensão devemos realizar uma breve exposição no item a seguir.

3.5 Apreciações sobre o Estado Crítico a partir de São Paulo

Estes expedientes presentes na formação da metrópole de São Paulo, não deixam de estar presentes de forma cada vez mais extensiva na atualização deste território urbano economizado.

Henry Lefebvre (2009), ao final dos anos 70 do século passado, diante da reflexão do conceito de crise que, majoritariamente, ocupou o debate crítico muitas vezes de forma inadequada, o ou que até mesmo deixou de ser posto em questão, sinaliza que o seu resgate e atualização criteriosa seriam necessários para revelar o sentido e os desdobramentos da sociedade moderna. Para tanto, haveria que superar versões de marxismos que não trouxeram uma abordagem crítica abrangente sobre a crise que se aprofundava às razões internas da sociedade capitalista. Em sua leitura, tratava-se de reconhecer aspectos que não correspondiam estritamente à crise econômica, mas a ela reportavam, capazes de levar, inclusive, a uma apreensão mais apurada de seu conteúdo, na instauração de uma generalização de suas premissas à vida social moderna; trata-se, assim, de admitir um *Estado Crítico* que tomava corpo no desenvolvimento da sociedade moderna em suas contradições exacerbadas. É através do *Estado Crítico* que Lefebvre procurou oferecer um estatuto para uma crise que concerne e aparece à sociedade inteira, que é vivida e entranhada no cotidiano, cuja manifestação mais severa diz respeito a um movimento em direção à decomposição da sociedade civil e a necessária ação do Estado na manutenção de sua coesão¹¹.

Sob estas prerrogativas, a crise contemporânea não deve ser compreendida enquanto uma crise conjuntural. Tampouco deve ser compreendida enquanto uma crise econômica estrita; embora, de fato, ela tenha por terreno o movimento abstrato do dinheiro, o salto do “econômico” para o “geral” da sociedade não é uma tarefa trivial. O *Estado Crítico*, enquanto revelador dos termos operantes da sociedade moderna, seria a forma de compreender a abrangência da reprodução desta forma social, de suas contradições que se processam (e atuam) em uma cotidianidade, inclusive tornando-a elemento central à reposição de suas bases. Eis o ponto que se procura sublinhar, modestamente, ao final deste capítulo: A VNE, sob o

¹¹ Lefebvre insiste nessa condição privilegiada do Estado na manutenção e reprodução da sociedade moderna frente as suas contradições, conformando o que chama de Modo de Produção Estatista. No ápice da crise do capitalismo, o Estado entra como elo potente, mas não insuperável para manter a coesão da sociedade capitalista. Por isso a catástrofe seria um componente desses tempos, pois “o Estado corre o risco de se empobrecer relativamente e de mal cobrir a decomposição da sociedade” (2009: 149).

contexto da reprodução de São Paulo, expressando elementos e formas de ser deste *Estado Crítico*.

O discurso potente a propósito da sustentabilidade ambiental, inerente às concepções fetichistas de desenvolvimento sustentável, constitui-se, certamente, de um registro notável e totalitário pelo qual o *Estado Crítico* se manifesta ao cotidiano dos moradores da VNE. Isto porque, tornado uma derivação automática da reprodução do capitalismo à escala planetária, o que é qualificado de crise ambiental, não raro é utilizado como um álibi para remoções no âmago das e articuladas às transformações de São Paulo. Com efeito, o redimensionamento da metrópole e os impasses em relação à saída dos moradores da VNE revelam a defesa do meio ambiente como uma forma que aparece inadequada em relação à problemática da reprodução de São Paulo, atuando, pois, como mistificação dos fundamentos desta economia moderna que se faz através da metrópole. Não se trata de negar a escala estrondosa de depreciação da chamada natureza, mas de reconhecer que os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, ao passar ao largo das determinações históricas modernas, pavimentando o terreno de um estado de equilíbrio a ser alcançado, hipostasiam um suposto sujeito nas figurações positivas do direito. Esta questão está inculcada nas iniciativas de formulação do Parque TIZO, que não apenas não retiram, enfrentam ou compreendem o sentido e as determinações da reprodução metrópole de São Paulo, mas reforçam uma consciência reificada das relações a que estão sujeitos os moradores. É preciso traçar um caminho crítico a propósito da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável diante do conteúdo dos processos com que os quais nos defrontamos, o que não pode ser reduzido em um julgamento contra e a favor do parque. Importa reconhecer um ambientalismo acrítico como uma forma necessária de uma narrativa sistêmica que se faz, sobretudo, pela afirmação do indivíduo (PATO, 2012)¹², que se

¹² A respeito deste ambientalismo, que deve ser lido como uma forma de consciência, Pato (2012) enfatiza-a como a afirmação possível (e necessária) do indivíduo nos termos de críticos da reprodução capitalista após o século XX. Em suas palavras “o sistema produtor de mercadorias, claro está, só pode manter-se pela reificação da mão invisível, pela assunção, portanto, de um sujeito em cuja ação movida por interesses individuais repousam consequências benéficas para todos. A consciência ecológica elevada à condição de imperativo categórico nos remete, portanto, à posição de gozo de uma recuperação de nosso vínculo íntimo com o mundo. Internalizado, assim, um sentido e um conteúdo moral da ação meramente egóica, o padeiro smithiano emerge, renovado.” (PATO, 2012: 18)

desdobram em formas de consciência ajustadas às dinâmicas próprias ao Estado Crítico.

Diante dos diversos álibis para a sua retirada, dos quais a defesa do meio ambiente se mostra um dos mais potentes, os moradores adotam estratégias que possam auferi-los a uma posição em defesa do meio ambiente. Isto porque necessitam justificar que a permanência deles não é razão para a destruição da “natureza local”, justificativa essa que tem mobilizado grande parte dos moradores. Das suas iniciativas principais, destaca-se a implantação de uma horta comunitária, que revelaria uma forma de integração entre os moradores e a natureza, demonstrando a possibilidade de uma harmonia entre ambos. Seria uma forma de ajustar a existência da VNE com a natureza, em uma aceção de equilíbrio natureza-sociedade.

Destaque-se que muitos dos moradores da VNE possuem habilidades no manejo com a terra, pois contam com experiências como agricultores em seus estados de origem, sobretudo Bahia e Minas Gerais¹³. Há anos as lideranças comunitárias buscam estabelecer uma horta de interesse comunitário, mas não havia disponibilidade de tempo de moradores para com o projeto. Ele apenas pôde ser levado a cabo a partir de 2015, pois passou a contar, desde setembro, com 6 bolsistas custeados pela Prefeitura de São Paulo.

¹³ Chama atenção que esta mobilidade do morador pobre do território urbano de São Paulo seja, não raro, acionada àqueles que estiveram imersos nos processos anteriores de uma mobilidade do trabalho à escala nacional. Muitos foram os relatos de moradores que admitiam, mesmo sabendo das dificuldades em relação à aquisição da moradia em São Paulo, desconheciam os níveis dramáticos que ela poderia chegar. Enquanto alguns moradores vislumbraram a VNE como primeira aquisição de casa (com o auxílio fundamental de parentes), a trajetória de outros aponta para a VNE compondo um momento dentre vários para resolução da demanda de moradia. Dona Luzia, por exemplo, que aos 80 anos não conseguia mensurar em quantas favelas já residiu, lembra-se da sua última e anterior à VNE, a Favela São Remo no Butantã. Esta mudança, estabelecida entre 97-98, não teve suas razões explicitadas, pois a aquisição de sua casa atual foi realizada por sua filha. De qualquer forma, Dona Luzia alega que a VNE é a favela mais tranquila em residiu, pois nela não se teriam configurado a violência policial e do tráfico tal qual em outras favelas nas quais sua família morava anteriormente.

Imagem 4 – A fotografia capta parte da horta comunitária com seus inúmeros canteiros feitos com auxílio da TETO, instituição formada por voluntários de diversas áreas em projetos sociais. A partir de orientações da instituição e com a contratação dos bolsistas, foi possível organizar os canteiros e promover o plantio regular de hortaliças.

Em visita à comunidade, a professora Julie Le Gall da Universidade de Lyon¹⁴ destacou que a agricultura urbana possui funcionalidades diversas a depender do contexto urbano e, no caso da VNE, suas funções estavam circunscritas a uma possibilidade de renda para seus moradores e de afirmação dos traços de ruralidade que eles traziam consigo, podendo servir como justificativa a sua permanência no local. No entanto, a experiência da horta comunitária nos remete a outras prerrogativas. O trabalho na terra, em que pese o resgate de experiência, apenas se estabelecer amarrado à forma monetária, que no caso dos moradores acaba sendo um montante importante na reprodução familiar. Antes da concessão da bolsa, mesmo diante de uma habilidade prévia com o manuseio na terra, não havia um engajamento por parte dos moradores, pois através desta atividade não se poderia auferir a alguma renda. Por essa razão, a ruralidade presente no estabelecimento da horta reporta, necessariamente, a uma forma de captação de dinheiro, advindo, no caso do fundo público. Nesta direção, somada ao Programa Bolsa Família, a presença do Estado em relação a alguma remuneração nas famílias mais pobres vê-se ampliar significativamente nas últimas décadas, o que amplia seu

¹⁴ A pedido de uma amiga da pós-graduação, acompanhamos a professora Julie Le Gall, da Universidade de Lyon, em visita à VNE.

escopo de atuação na manutenção de um contingente cada vez maior de *sujeitos monetários sem dinheiro*¹⁵.

Pela violência com que se chegaram os discursos que pretendem retirar os moradores pautados na preservação do meio ambiente, esta se tornou a tônica dos moradores para a promoção de uma vila ecológica. No interior dessa urbanização, na qual o tratamento com o meio ambiente aparece, não raro, enquanto um problema a ser resolvido mediante mitigações ambientais, subsidiados via relatórios EIA-RIMA de agrupamento de estudos na maioria das vezes frágeis, os moradores se lançaram em meio ao empreendedorismo sustentável enquanto uma estratégia na tentativa de manter a VNE. Cabem a eles, pois, o protagonismo de provar que não são depreciadores do meio ambiente e, para tanto, lançaram-se de expedientes para a formação de uma ecovila, uma forma de conceber a comunidade sob uma prerrogativa de equilíbrio, tendo como premissa a sustentabilidade ambiental¹⁶. Na realidade, esta perspectiva e sua prática são fomentadas por um cenário de dificuldades crescentes à reprodução social que cada vez mais se impõe de forma inadequada à compreensão. Como enfatiza Damiani (2008:247), há “uma exaltação da natureza e do natural, preenchendo o vazio de projetos políticos de superação de inúmeras crises sociais.” Tal exaltação alcança o nível cotidiano dos moradores, que buscam incorporar práticas que visem a sustentabilidade ambiental de modo a demonstrar a possibilidade efetiva da manutenção da VNE sob parâmetros do que é divulgado como desenvolvimento sustentável. Como bem sinalizou Silva (2015), enquanto a prerrogativa da expansão dos negócios e investimentos em capital fixo da metrópole – a exemplo do Rodoanel – se estabelecem em áreas legisladas e

¹⁵ A formulação de sujeitos monetários sem dinheiro de Kurz (2004) nos fornece elementos para uma atualização da categoria da super população relativa ou mesmo do exército industrial de reserva em O Capital de Marx. Em um contexto de crise generalizada do capitalismo, nos termos do colapso da modernização, Kurz aponta para a ascensão de um número cada vez maior de excedentários em relação ao processo produtivo.

¹⁶ De acordo com Soares e Langner (2014: 120) “a modalidade de ecovilas pode ser entendida como um assentamento humano que busca o baixo impacto ambiental e a autossustentabilidade através da geração de trabalho, conforto, saúde e educação”. A grande maioria das ecovilas existentes se formou a partir de agrupamentos menores que foram crescendo conforme a afinidade das intenções do grupo inicial com outros grupos em busca de ideologias e vivências semelhantes. Atualmente, a experiência da VNE mostra que as ecovilas podem se entrelaçar na urbanização de modo a fortalecer uma narrativa ambiental distante das reais determinações das relações sociais modernas sob a qual estes moradores estão submetidos.

sob restrições, vastas áreas da metrópole ingressam como uma parcela ambiental a se compensar pelas perdas realizadas como um todo. A lógica da equivalência é incorporada inclusive a termos ambientais, reduzindo os problemas sociais a questões recrudescidas de ‘qualidade de vida’. Neste sentido, é possível reconhecer no interior da crise de reprodução a eclosão de uma forma de consciência que busca uma forma de compensação ambiental que equivalha à permanência dos moradores.

A institucionalização do Parque TIZO, enquanto uma forma de ‘proteção’ à natureza relativo ao avanço de formas urbanas – desde ocupações e formação de favelas ao estabelecimento de estruturas logísticas do CEAGESP -, conforma uma problemática recente da (re)produção do espaço da metrópole de São Paulo que, longe de estabelecer os nexos fundamentais do “problema ambiental” real, mistifica-os, e incorpora tal “problema” enquanto instrumento de remoção de usos e moradores, revelando-se a generalidade abstrata na qual a reprodução dos espaços da metrópole está fundada. Os termos da profunda crise de reprodução social assentados nas relações modernas são, pois, obscurecidos por meio de “álibis, os objetos-signos, as mais que diversas formas de representações espaciais passam a execrar a verdade do real – em seu movimento do devir – como exatidão expressiva daquilo que se põe como ausência” (ALREDO, 2013: 64).

É possível também vislumbrar formas desdobradas deste Estado Crítico a partir de Programas estatais amplos, como por exemplo o Programa Minha Casa Minha Vida, que apresentam-se enquanto componente relevante da reprodução dos espaços urbanos e metropolitanos no Brasil. Nas palavras de Volochko (2015), trata-se de um novo patamar da reprodução espacial do capitalismo, assentado na potência deste programa em consolidar novos padrões de empreendimentos voltados à classe de baixa renda, constituindo-se em uma dinâmica contemporânea importante do território urbano e das transformações das periferias. Mas a relevância do PMCMV não reside apenas no montante financeiro e às escalas de operações fornecidas à ampliação do setor imobiliário no Brasil, mas também às formas pelas quais a realização do Programa alcança aqueles que se encontram no cerne das tensões trazidas pela reprodução de territórios urbanos e metropolitanos. Não sem razão, este movimento de produção periférica em grandes metrópoles brasileiras, como

São Paulo, ancorado no montante disponibilizado para o PMCMV nos últimos anos que, se faz acompanhado de mecanismos para incorporar potenciais moradores. Em muitas reuniões dos movimentos sociais, os líderes comunitários da VNE ouviram de outras lideranças que eles teriam facilidades para entrar no PMCMV, o que resolveria o impasse em que vivem, garantindo, inclusive, o benefício da formalidade e, logo, do acesso à moradia digna. Todavia, esta alternativa foi de antemão recusada, pois, segundo os relatos que tivemos, os moradores não anseiam sair de suas casas, tampouco através de um financiamento em longo prazo. Muitos deles expressam que já possuem suas casas e que não aceitam dívidas para a vida toda. Ademais, suas falas reconhecem que qualquer alternativa de moradia corresponde a outra situação geográfica metropolitana, certamente mais periférica. Por ora, parece prudente não destacar diretamente o PMCMV no uso amplo de remoção de moradores na situação da VNE como forma de alavancar processos de reestruturações urbanas amplas, como ocorre no Rio de Janeiro (CARDOSO et al, 2015). De qualquer forma, o PMCMV surge como uma virtualidade para o sentido de varredura na (re)produção do espaço urbano de São Paulo. Apesar da recusa dos moradores, o consenso entre lideranças comunitárias nesse sentido revela em alguma medida a potência de sua adesão em outras comunidades do distrito Raposo Tavares.

Sob o invólucro de “moradia digna”, o PMCMV ecoa com relativa potência nos movimentos sociais de bairro e acaba compondo uma suposta contrapartida à remoção dos moradores, aparecendo, inclusive, como solução definitiva para seus problemas relativos à moradia. É pertinente ao próprio movimento abstrato desta economia sob a realização do urbano sugerir e insistir que os moradores adquiram casas e assumam endividamentos de 20 a 30 anos. Portanto, a personificação destas sugestões, prontamente colocadas na VNE, assumidas por representantes de movimentos de bairro, são apenas um momento destas necessidades maiores da reprodução capitalista. Resolver o problema da situação geográfica da VNE, por muito destacada em sua situação ambiental, envolveria o endividamento desta população na aquisição de casas, sob o discurso de acesso à moradia digna, e colocá-la no âmbito das taxas “necessárias” ao urbano: água, luz, IPTU etc.

Este ambientalismo e a “moradia digna” via o PMCMV, devem ser lidos como desdobramentos pertinentes à reestruturação da metrópole que penetram com extraordinário vigor o cotidiano dos moradores. E, de certa forma, eles revelam-se através do plano que o cotidiano assume perante a reprodução social moderna em suas virtudes contemporâneas. Como insiste Lefebvre, “ao cotidiano (...), responde e corresponde o moderno, conjunto dos signos pelos quais essa sociedade se significa, se justifica, e que faz parte da sua ideologia.” (1991: 30). E o nível crítico com o qual a reprodução social alcançou se ancora neste cotidiano necessariamente reposto, elemento que não se apresenta banal às estruturas basilares desta forma social. Da crise e do Estado Crítico, assim, não deriva a suspensão das determinações da sociedade moderna, e a cotidianidade se apresenta como um elo fundamental deste não revolucionamento social radical; de acordo com Lefebvre (1991: 39), “enquanto puderem viver o cotidiano, as antigas relações se reconstituem”.

Mas a reprodução de sujeitos monetários sem dinheiro não se limita a suas formas de inserção negativa no mundo do trabalho. Envolve inúmeros níveis e momentos pelos quais a abstração desta economia compõe de forma violenta o cotidiano dos moradores em questão frente à particularidade geográfica na qual se encontram. Mover os processos judiciais está associado a suas respectivas custas que, por conseguinte, implicam em dificuldades expressivas para a obtenção de dinheiro. Não raro, as centralidades de festas, envolvendo parte expressiva da VNE, eram condicionadas para a obtenção de recursos monetários para o pagamento inerentes aos processos judiciais. Ainda, diante de festas de maior abrangência, como a festa junina, alguns moradores faziam uso da centralidade criada para suas pequenas vendas, estratégia condizente com a crítica reprodução de parcela desta força de trabalho (MESSIAS, 2012). As amarradas ao mundo do dinheiro incluem todo aparato jurídico, aparato este que a VNE necessitou se articular para obter ganhos judiciais, ainda que provisórios, em favor de sua permanência. A lógica da reprodução da metrópole traz a questão jurídica e sua linguagem enquanto uma fantasmagoria a moradores que, a exemplo dos da VNE, devem a ela reportar – inclusive incorporando seus custos – em uma luta contra a expropriação, tensão que não se apresenta em seus devidos termos.

Por fim, são amplas as considerações de uma crise manifesta à reprodução da vida pertinente ao *Estado Crítico* destacado no início desta seção. O *Estado Crítico* apresenta-se diante dos limites engendrados pela sociedade moderna, e os situa em novos níveis, pois assim exigem as contradições profundas desdobradas desta forma social. O *Estado Crítico*, insiste Lefebvre (2009), envolve a penetração dos termos da crise em dimensões da prática social “encurraladas” entre o econômico e o político. Admite-se, assim, que as profundas formas de dominação inerentes ao capitalismo exigem um reconhecimento para além daquele do marxismo, centrado do ponto de vista do trabalho e circunscrito à luta de classes. A perspectiva da dominação abordada como um impulso inerente ao egoísmo individual (e/ou de classe), por muito teve como consequência uma luta concreta àqueles que dominam e extorquem¹⁷ (KURZ, 2017), não avançou na compreensão dos fundamentos reiterados do capitalismo. A contribuição de Henry Lefebvre aponta para uma crise que não se restringe ao acirramento da luta de classes, pois ela admite indiscriminados desdobramentos à vida social¹⁸.

O plano da urbanização de São Paulo que destacamos nesta pesquisa refere-se a essas formas de dominação que extrapola o nível da luta de classes. Por isso, em que pesem nosso posicionamento junto à VNE, ou a possíveis texturas que o CEAGESP implica às práticas sociais pela sua localização atual, o percurso aqui pretendeu por em relevo as determinações do capital territorializadas em São Paulo que implicam severas dificuldades em reconhecer um sujeito contra-hegemônico. Retornando as acepções de Marx, o

¹⁷ “Quanto mais o pensamento se consagra às relações em isolamento, à práxis e à agitação para fins sociais, tanto mais ele se torna subjetivo, tanto mais grosseiramente o reducionismo vulgar transfunde-se num mero cálculo de interesses (...) Desse modo, a redução rasteira da dominação a um cálculo utilitário requer uma redução rasteira da execução da dominação a um sujeito volitivo autárquico” (KURZ, 2017).

¹⁸ Por essa razão, Lefebvre chama atenção para a crise constituir-se, inclusive, em ideologia que obscurece sua abrangência efetiva. Neste sentido, ela própria se torna instrumental ao próprio Estado Crítico: “A ideologia da crise, cobrindo o estado crítico, explica este paradoxo: a crítica da sociedade, ou seja, do capitalismo e do socialismo, que deveria se colocar ao mesmo tempo contra as alienações que eles veiculam e contra a modernidade brutal, essa crítica enfraqueceu-se. O pensamento “radical” parece se isolar. As instituições se fortalecem. Quando os poderes estabelecidos declaram a crise, eles declaram a repressão e virtualmente a guerra àqueles que querem considerar essa crise como sintomática de uma dissolução mais vasta e mais profunda do que dizem os relatórios especializados. Em suma, a crise é utilizada, prática e ideologicamente, portanto politicamente. O que é necessário denunciar hoje não é somente a subestimação da crise, mas também e sobretudo, sua utilização para ocultar o estado crítico (LEFEBVRE, 2009: 146).”

posicionamento aqui foi de trazer em questão os fios invisíveis da segunda natureza inerente à sociabilidade moderna, natureza estabelecida perante a produção social de uma realidade que, análoga à primeira natureza, apresenta-se enquanto uma natureza que é aos homens “externa, alheia e subjetivamente não integrada” (KURZ, 2017). Assim, diante de nossos limites analíticos, não verificamos indícios de uma ruptura com a forma inconsciente de sociabilidade nas relações que desafiariam o movimento de transformação da metrópole de São Paulo, pois a codificação e o filtro estabelecidos reportam ainda à forma de inconsciência inerente ao mundo moderno¹⁹. O Estado Crítico, trazido modestamente em torno da VNE, expõe a força e a prática com que esta natureza se impõe e alguns de seus mecanismos que buscam estabelecer os elos desta realidade diante da decomposição social que lhe é própria.

¹⁹ Algumas questões trazidas pela VNE levantam possibilidades de algumas brechas a respeito desta inconsciência. Por exemplo, muitos moradores chegam a considerar que a situação do verde na metrópole é uma estratégia imobiliária, notadamente voltado ao usufruto dos detentores de altas rendas. Questionam, assim, os condomínios de alto padrão cravados em matas que não distam da VNE, em Taboão da Serra. A recusa para adesão ao PMCMV também nos parece não menos relevante, inclusive diante da insistência com que as virtudes do programa chegam aos moradores. No entanto, embora questões como estas revelem brechas momentâneas ao movimento geral, a nossa reflexão, até quando do momento da pesquisa apresentado nesta escrita, não as permite compreendê-las enquanto forças sociais novas, orgânicas, capazes de apresentar outra forma de sociabilidade, sob parâmetros conscientes.

Considerações Finais

Diante de tantas considerações que deixaram de compor este texto em sua versão final, dados os prazos formais e dificuldades inerentes à pesquisa, eis que surge a difícil tarefa de lançar apreciações a respeito desta trajetória de pesquisa e de formação. Quaisquer que sejam os apontamentos, eles não se fazem em definitivo, tampouco se encerram nestas páginas, pois o movimento formativo e de pesquisa as superaram imensamente.

Em nossa pesquisa de mestrado (MESSIAS, 2012), focamos o problema da reprodução crítica da força de trabalho através da Vila Nova Esperança. Em certa medida, o caminho da pesquisa e reflexão aqui apresentado traz elementos que procuram elevar as considerações anteriormente atingidas a novos patamares. Portanto, aqui também se configurou uma superação do percurso realizado previamente, pois vislumbrou a Vila Nova Esperança em um quadro mais amplo, complexo e necessário: aquele da reprodução do espaço da metrópole.

Para tanto, o resgate de Marx foi crucial e se colocou como o terreno inicial basilar para as reflexões da pesquisa. Também foi fundamental trazer a contribuição de autores que conferiram às descobertas de Marx um alcance analítico à luz da reprodução do capitalismo no século XX. Dentre estes, destaca-se Robert Kurz, a propósito da crise imanente do capital, e Henry Lefebvre, sobre a produção do espaço.

Diante do reconhecimento das contradições desdobradas do capital e de sua crise imanente, bem como da condição necessária da produção do espaço à reprodução social, foi possível traçar uma leitura a propósito do Território Urbano de São Paulo em suas transformações contemporânea mais essenciais. Tratava-se de compreendê-lo sob as determinações econômicas que o gestavam e atualizavam, entendidas não como estritas ou meros reflexos no território, mas na complexa reprodução social do capitalismo que tem a produção do espaço enquanto condição fundamental. Envolveu, assim, compreender a urbanização de São Paulo não circunscrita restritivamente à luta de classes, embora lhe seja um nível sempre pertinente e renovado, mas enquanto dimensão pela qual as abstrações mais essenciais da sociedade adquirem contornos e mediações através da reprodução da metrópole.

Há uma cartografia metropolitana dos investimentos urbanos que amplifica e aprofunda suas possibilidades frente às novas escalas promovidas pela reprodução do espaço. Realizá-la em seus pormenores não constituiu nosso objetivo, mas sim apontar que as determinações das transformações gerais deste território metropolitano de São Paulo podem ser iluminadas por uma circulação crescente da riqueza social através da produção de seu espaço. Inclusive, o nível desta circulação seria um mecanismo que busca uma adequação relativa à produção de valor sob um contexto de crise. Assim, uma hipermobilidade complexa, crescente e abrangente da riqueza, mobiliária e imobiliária, que se torna basilar às reestruturações pretendidas na metrópole de São Paulo, se viabiliza via investimentos de grande magnitude em capital fixo neste ambiente construído. Dadas sua relevância e sua condição de remodelar amplos lugares na escala metropolitana, o Rodoanel Mário Covas tende a se constituir em uma obra viária amarrada em grandes proporções a esta hipermobilidade sugerida pela atualização deste território urbano economizado.

Assim, sugerimos que os fundamentos trazidos pela atualização deste território urbano podem ser expostos e enriquecidos por momentos da metrópole que se associam enormemente aos novos patamares de circulação da riqueza sugerida pela implantação do Rodoanel Mário Covas. Por isso, enfatizou-se que os impasses relacionados à transferência do CEAGESP para um novo perímetro de São Paulo, nas medições do Rodoanel, revela-se nas novas condições geográficas no interior da metrópole que se gestam desde sua concepção, um pretense ajuste espacial visando fornecer as bases de uma crítica realização desta economia conjugada com a logística empresarial: seriam, assim, as condições tributárias de uma logística territorial atualizadas através da metrópole. Assim, a relatividade dos lugares reconduzida pela reprodução metrópole em curso abre oportunidades a novos ativos imobiliários e a transformações de centralidades, em constituição ou já estabelecidas. A problemática na qual se insere a situação geográfica do Entrepasto do CEAGEP envolve, assim, os novos termos que se anunciam da reprodução do espaço de São Paulo.

Neste ponto, procuramos expor que a associação dos discursos das infraestruturas obsoletas e pouco eficientes em um bairro de grande vigor imobiliário, como a Vila Leopoldina, com aqueles das novas condições criadas

pelo Rodoanel, mais pertinentes à concorrência empresarial, projetou a transferência do Entrepasto enquanto uma necessidade da metrópole. No limiar entre essa necessidade e sua efetividade, o projeto inviabilizado de criação da CIASP sob um novo formato em substituição à CEAGESP durante a década de 2000, abriu precedentes para deflagrar processos relacionados à expropriação de moradores, expostos aqui em relação à Vila Nova Esperança. Insistimos, assim, que a reestruturação de São Paulo exige novos patamares da metrópole suscetíveis à pressão expropriativa de moradores; tratou-se, pois, de apontar elementos de um movimento varredura de usos de moradores inerentes à expansão urbana contemporânea. O percurso aqui presente sugeriu, logo, que a hipermobilidade em processo da riqueza levada a cabo pela reprodução da metrópole deve necessariamente se constituir articulada a uma hipermobilidade dos moradores, ainda não bem discernida e estabelecida, mas certamente já anunciada.

Assim, os termos da crise inerente à reprodução social do capitalismo requerem que a reprodução do espaço da metrópole exacerbe a mobilidade social da riqueza e alavanque exponencialmente a mobilidade inerente ao morador da metrópole. Eis os processos que se revelam através dos momentos em trazidos em questão nesta pesquisa.

Em que pesem todas as pressões tanto para a transferência do CEAGESP quanto para a remoção dos moradores da Vila Nova Esperança, tais processos não finalizaram seus devidos desfechos sugeridos. Até o momento da redação deste texto, o impasse em relação ao CEAGESP ainda apresentava a expectativa de um plano efetivo da mudança das infraestruturas do entreposto por parte da prefeitura e do governo do estado de São Paulo. Quanto à VNE, seus moradores veem adquirindo certos ganhos jurídicos pontuais para a manutenção, ainda que temporária, de suas residências. No entanto, a insistência em relação à formação de uma ecovila e a busca de padrões urbanos sustentáveis, sinaliza que o movimento de varredura do espaço foi apenas suspenso momentaneamente e pode se estabelecer, em um prazo não discernível, sob as diretrizes da defesa do meio ambiente ou de outras prerrogativas. Também não é descartável, a depender de tramas político-jurídicas, a possibilidade de sua reurbanização e regularização, no contexto dos movimentos de luta por moradia social. Portanto, em relação a

ambos, o movimento de varredura não correspondeu a uma expropriação imediata devido a truncadas relações estabelecidas no âmago da metrópole. No entanto, não se pode deixar de pontuar e refletir a propósito desta força contida na reprodução da metrópole e o prenúncio de sua reestruturação. A esse respeito, Silva expõe com pertinência transformações relacionadas à reprodução da metrópole que são anunciadas no âmago da reprodução social, mas que, em determinado espaço-tempo, não encontram as condições políticas necessárias a sua efetividade. As operações urbanas, experiências que já se colocavam no horizonte deste antes de sua efetividade na reprodução do espaço urbano denotaria esta questão. Nas palavras do autor:

há um desnível constante entre a temporalidade da realização da economia política e os termos da própria política, operada no campo social. Em outras palavras, uma discussão que parecia tão viva e tão possivelmente realizável já àquele momento da publicação da Carta do Embu, em dezembro de 1976, inclusive com o apoio do Executivo do Poder Municipal de São Paulo e de outras capitais do Brasil quando da realização desse ciclo de seminários, pareceu não encontrar apoio o suficiente para vingar logo imediatamente. Não houve uma disciplina jurídica nacional quanto ao instituto do solo criado naqueles anos que se seguiram imediatamente. O tempo da economia política no Brasil daquele período ou, em escala mais local, da cidade de São Paulo daquele período, não requeria nenhuma forma de 'controle' ou 'limites ao 'direito dos proprietários. Ou seja, o que estava em jogo era a consolidação de um mercado imobiliário assentado sobre os restos da política nacional desenvolvimentista, industrialista e tecnocrática das décadas de 1950 a 1970. A crise fiscal do Estado brasileiro e as baixas taxas de crescimento econômico nacional ainda não haviam constituído plenamente o ambiente onde floresceu, cerca de dez anos depois, a política pública intitulada operação urbana (SILVA, 2013: 197).

Ainda que a varredura desses usos da metrópole se coloque enquanto uma necessidade objetiva da reprodução da metrópole nos termos contemporâneos, é preciso se ater à consideração de Silva a respeito do desnível entre a temporalidade da realização da economia política e os termos da própria política. Dessa maneira, a consolidação destas transformações da metrópole de São Paulo, exigidas no âmbito de sua reprodução, não se fará independente no decurso desta arena política, arena esta que, todavia, não

pode ser compreendida desarticulada à objetivações dos processos contidos na atualização do território urbano economizado.

Assim, quantos elementos contidos na metrópole contemporânea não se encontrariam no descompasso entre a ‘temporalidade da realização da economia política’ e da política propriamente? É possível, e até provável, que a hipermobilidade de riqueza e de moradores, no cerne da urbanização crítica, enquanto condição estrutural à reprodução social, se situe em inúmeros desníveis dessa ordem. E diante destes desníveis instauram-se processos no interior do cotidiano da metrópole capazes de revelar os conteúdos da reprodução de São Paulo.

No entanto, em que pese este descompasso, reconhecemos através do percurso aqui delineado que as determinações lógicas presentes na reprodução de São Paulo, mobilizando diferenças e recortes espaciais, são aquelas que dizem respeito às transformações da história do trabalho. Uma aproximação crítica com São Paulo contemporânea revelaria um movimento em que a mobilização de terras admite um patamar mais expressivo à reprodução metropolitana do que do trabalho propriamente. Poder-se-ia lançar o indicativo da periferia como estoque de terras? Talvez seja este o sentido contido na construção do anel viário metropolitano que mobiliza a propriedade em um novo patamar. Eis o sentido de uma relação nada acidental entre crise do trabalho e ociosidade do trabalho diante da particularidade da reprodução da metrópole paulistana, cuja modernização sinaliza outros termos que não aqueles da substancialização a partir da mobilização e exploração do trabalho.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. A reprodução da metrópole: O projeto Eixo Tamanduatehy. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, FFLCH/ USP, 2008.

ANELLI, Renato Luiz Sobral. Redes de Mobilidade e Urbanismo em São Paulo: das radiais/perimetrais do Plano de Avenidas à malha direcional PUB. Arqitextos, Mar/2007.

ALFREDO, Anselmo. A luta pela cidade na metrópole de São Paulo – Do projeto à construção da Avenida Água Espraiada. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. FFLCH/USP, 1999.

_____. Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço. São Paulo: Editora Annablume / FAPESP, 2013.

ALVES, Francisca Stella Fagá. Rodoanel Mário Covas – Via de Progresso. São Paulo: DBA, 2002.

ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano – Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970. Novos Estudos, 83, 2009.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia Fatal – A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ASSIS, José Carlos. A chave do tesouro – Anatomia dos escândalos financeiros: Brasil 1974-1983. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. A produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1982.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Ed. Liberdade, 3ª edição, 2002.

BOTELHO, Adriano. O urbano em fragmentos – A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Anablume, 2007.

BOTELHO, Maurílio Lima. Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária. Espaço e Economia, nº8, 2016.

_____. Desenvolvimento, espaço e crise estrutural. Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica, v. 1, p. 1-2, 2013.

BRAGA, Vanderlei; CASTILLO, Ricardo. Plano diretor de desenvolvimento dos transportes (PDDT-Vivo) e planejamento logístico de São Paulo. In: Revista de Geografia da UFC, vol. 5, nº10, 2006, p.15-30.

_____. O PDDT e a fluidez territorial no estado de São Paulo: o projeto dos Centros Logísticos Integrados. Dissertação de mestrado em Geografia. UNICAMP, 2007.

BUILDINGS INDUSTRIAL. Mercado de condomínios industriais deve dobrar nos próximos três anos. São Paulo, Ano 1, Edição 02, 1º Semestre 2013, p.18-22.

CALDEIRA, Tereza. Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 3ª edição, 2011.

CARDOSO, Adauto L.; MELLO, Irene de Q.; JAENISCH, Samuel T.. A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: AMORE, Caio S.; SHIMBO, Lucia; RUFINO, Maria Beatriz C. Minha Casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2015, p. 73-102.

CAIADO, A.S.C.; RIBEIRO, T.F.F.; AMORIM, R.L. Políticas Neoliberais e Reestruturação Produtiva. In: POCHMAN, M. (org). Reestruturação Produtiva. Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004, p. 63-146.

_____. A economia paulista nos anos 90. In: HOGAN, Daniel; CUNHA, José Marcos; BAENINGUER, Rosana; CARMO, Roberto Luiz. (Org). Migração e ambiente em São Paulo. 1ªed. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000, p.233-274.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A ditadura dos empreiteiros – As empresas nacionais da construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro. Tese de doutoramento em História. Niterói: UFF, 2012.

CARRASCO, André de Oliveira Torres. A arquitetura e o urbanismo da modernização retardatária. São Paulo: Anablume, 2014.

CASTELLS, Manuel. La urbanización dependiente en América Latina. In: CASTELLS, Manuel (Org). Imperialismo y urbanización en América Latina. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973, pg.7-23.

_____. A questão urbana. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

CIPOLLETTA, Juliana. Abastecimento e distribuição de alimentos na metrópole – CEAGESP, questão urbana. Trabalho Final de Graduação, FAU/USP, 2010.

CORAZZA, Gentil. Teoria econômica e Estado. (Quesnay e Keynes). Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. Nº11, maio/1986.

CASTILHO, Rodrigo. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. Revista da ANPEGE. V.3, p.33-43, 2007.

COSTA, Rene. Impactos sobre remanescentes de mata atlântica na zona oeste da Grande São Paulo : um estudo de caso da mata da Fazenda TIZO. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da USP, 2006.

COUTO, Luccas Ribeiro do. Capital, crise e produção do espaço: As determinações críticas da construção habitacional em São Paulo. Revista do Departamento de Geografia (USP), v. 29, p. 279-304, 2015.

DAMIANI, Amélia Luisa. Espaço e geografia: Observações de método. Elementos da obra de Henry Lefebvre e a Geografia. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. Tese de Livre Docência em Geografia Humana. FFLCH – USP, 2008.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

DERSA. Rodoanel Mario Covas.
<http://www.dersa.sp.gov.br/empreendimentos/rodoanel-mario-covas/>

ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a contribuição à crítica da economia política, de Karl Marx. In: Contribuição à crítica da economia política. Ed. Expressão Popular, 2ª edição, 4ª reimpressão, 2015, p. 275-287.

FIX, Mariana. Financeirização e Transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia, Unicamp, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Novos edifícios criam corredor ao longo do Rodoanel (25/10/2015). Disponível em <http://especial.folha.uol.com.br/2015/morar/osasco/2015/10/1697790-entorno-do-rodoanel-atrai-por-facil-acesso-a-capital-paulista.shtml>. Acesso em Jun/2017.

FOLHA DE SP. BNH favorece a Delfin em CR\$ 60 bilhões. 1982.

FOLHA DE SÃO PAULO. PM faz reintegração de comunidade Nelson Mandela, na Grande SP. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-ateiam-fogo-em-barracos-durante-reintegracao-de-posse-em-sp,1702643.>>. Acesso em Dez/2015.

FOLHA DE São PAULO. Favela com 7 mil barracos se forma às margens do Rodoanel. Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,favela-com-7-mil-barracos-se-forma-as-margens-do-rodoanel,1155638>. Acesso em DEZ/2015b

GEORGE, Pierre. Aspectos da vida social urbana. In: _____. Geografia Urbana. São Paulo: Ed.Difel, 1983, p.184-204.

GOMES, Sueli de Castro. O território de trabalho dos carregadores piauienses no Terminal da CEAGESP: modernização, mobilização e migração. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLC/USP, 2008.

HARA, Celso Minoru. Logística – Armazenagem, distribuição, trade marketing. Campinas: Ed. Alínea, 5ª edição, 2013.

HARVEY, Harvey. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2ª ed., 2006.

_____. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Editora Loyola, 21ª edição, 2011.

HASBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana Tramontani. O mito da desterritorialização econômica. GEOgraphia, Ano 6, nº12, 2004.

HIRATA, Ricardo. Qual a influência do Rodoanel no mercado de condomínios logísticos de alto padrão?. Disponível em: < <http://panorama.jll.com.br/qual>

influencia-do-rodoanel-no-mercado-de-condominios-logisticos-de-alto-padrao-2/>. Acesso em Dezembro/2017.

KOSICK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2ª edição, 1993.

KURZ, Robert. O colapso da modernização. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. Os últimos combates. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. Crise e Crítica – O limite interno do capitalismo e as fases do definhecimento do marxismo. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz409.htm> Acesso em Novembro/2016a.

_____. A substância do capital - O trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz203.htm>. Acesso em Dezembro/2016b.

_____. Dominação sem sujeito – Sobre a superação de uma crítica social redutora. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz86.htm>. Acesso em Julho/2017.

LANGENBUCH. Juergen Richard. A estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LABHAB. Impactos urbanísticos do trecho oeste do Rodoanel Mário Covas – Estudo preliminar. Faculdade de Arquitetura/USP, 2005.

LEFEBVRE, Henry. O pensamento marxista e a cidade. Lisboa: 1972.

_____. A reprodução das relações sociais de produção. Lisboa: 1973.

_____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

_____. A produção o espaço. Tradução do Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. Primeira versão, 2006.

_____. Da teoria das crises a teoria das catástrofes. Tradução de Anselmo Alfredo, Carolina Massuia de Paula e Thomas Ficarelli. GEOSUP – Espaço e Tempo, nº 25, p.138-152, 2009

LE MOS, Carlos A.C. Tijolo e cal, principalmente. In: Alvenaria Burguesa – Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Ed. Nobel, 1989, p.36-45.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole de desconcentrada. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M. L. Território: Globalização e fragmentação.. São Paulo: Ed.Hucitec, 1994, p.198-210.

_____. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo - A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. Anais do X Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, 2003.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Editora Global, 4ª Ed, 1987.

LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. São Paulo: Editora Nobel, 1988.

LOJKINE, Jean. O papel do Estado na urbanização capitalista. In: FORTE, Reginaldo. Marxismo e urbanismo capitalista. São Paulo: Livraria e editora ciências humanas Ltda, 1979, p.15-51.

LUKÁCS, História e Consciência de Classe – Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 2012.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARINI, Ruy. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILLE, João Pedro. Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011, 2ª edição, pg. 131-172.

MARTINS, Flavia Elaine Silva. A (re)produção da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2010.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Ed. Contexto, 1999, p.13-41.

MARX, Karl. O capital – Crítica à economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livros I e II e III.

_____. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2ª edição, 4ª reimpressão, 2015.

_____. Capítulo inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Editora Abril, 1982.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. Campinas: Editora UNESP, 2009.

MESSIAS, Fernando Firmino. Modernização periférica e crise do trabalho: considerações sobre a reprodução social a partir da periferia metropolitana de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2012.

MEYER, Regina Maria P.; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. São Paulo – Metrópole. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.

MILLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em 'o Capital'. Extraído do Boletim SEAF, nº 2, Belo Horizonte, 1982. Disponível em <http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html> Acesso em dezembro de 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo terá nova central de distribuição de alimentos. 22 de fevereiro de 2002.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Grupo armado ameaça moradores em visita da CDHU. 03 de maio de 2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Prosperitas vai investir R\$ 1,2 bilhão em imóveis. 26/08/2010. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,prosperitas-vai-investir-r-1-2-bilhao-em-imoveis-imp-,600477>. Acesso em Nov/2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo Prosperitas paga R\$ 2,2 bilhões por 30 imóveis do grupo Bracor. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fundo-prosperitas-paga-r-2-2-bilhoes-por-30-imoveis-do-grupo-bracor-imp-,669538>>. Acesso em NOV/2017.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista – O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

_____. Os direitos do anti-valor. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. O Estado e o Urbano no Brasil. Espaço e Debates, V.6, 1982, pg. 36-54.

PÁDUA, Rafael Faleiros de. Espaços de desindustrialização na urbanização contemporânea da metrópole. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. Crise Urbana. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 85-103.

PATO, Christy Ganzert. Economia Política do Desenvolvimento Sustentável. In: XVII Encontro Nacional de Economia Política, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política, 2012.

PENHA, Lucas Ferreira Rosa. Os centros logísticos e industriais aduaneiros e a integração territorial no estado de São Paulo. GEOUSP – Espaço e tempo, São Paulo, ed. Especial, 00.143-158, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado e subdesenvolvimento industrializado. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. Revista de História, vol.10, nº 21-22, 1955.

POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO, Eleutério F.S. Pós-Grande indústria e Renovação do Socialismo. Disponível em: <<https://eleuterioprado.wordpress.com/economia-politica/>>. Acesso em Dez/2016.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, Nestor Goulart. Dois séculos de Projetos no Estado de São Paulo – 1930-2000. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2010, Vol. III.

ROLNIK, Raquel. A guerra dos lugares – A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Ed.Boitempo, 2015.

SANTOS, Isabel Morim. Sistema Viário Estrutural de São Paulo e suas estratégias urbanísticas – Planos, Projetos e Intervenções, 1930 a 2002. Dissertação de mestrado/ FAU-USP, 2014.

SANTOS, Milton Santos; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Grupo editorial Record, 2011.

SANTOS, Milton Santos. Por uma economia política da cidade – O caso de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2ª edição, 1ª reimpressão, 2012.

_____. Metrôpole Corporativa Fragmentada. São Paulo, EDUSP, 2ª ed., 2009.

SCHIFFER, Sueli Ramos. São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional. In: O processo de urbanização no Brasil. DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. São Paulo: EDUSP, 2010, 2ª edição, p. 73-110.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. OS meandros dos rios nos meandros do poder – Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese de mestrado apresentado à FFCLH – USP, São Paulo, 1987.

_____. Da cidade à Metrôpole. Revista Geografares, nº 9, pg. 49-79, Jul/Dez 2011.

SILVA Junior, Roberto França da. Circulação e logística territorial: a instância do espaço e circulação corporativa. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Presidente Prudente, 2009.

SILVA, Marcio Rufino. A reprodução do urbano nas tramas da metrôpole: Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. FFLCH, USP, 2013.

SILVA, Marco Antônio Teixeira da. A metrôpole antitética: a relação capital-espaço e a expropriação do Pantanal da zona leste. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2015.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Geografia da Circulação, Transportes e Logística: construção epistemológica e perspectivas. In:_____. (org). Circulação, transportes e logística – Diferentes perspectivas. São Paulo: Outras expressões, 2011, p.21-68.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. In: Revista GEOUSP, nº 21, 2007, pg.15-31.

SINGER. Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: ed. Brasiliense/Edições CEBRAP, 1973a.

_____. Migraciones internas en América Latina: Consideraciones teóricas sobre su estudio. In: CASTELLS, Manuel (Org). Imperialismo y urbanización en América Latina. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973b, pg.27-54.

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Erminia (org). A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Ed.Alfa-Omega, 1982, p.21-36.

SOARES, Thais Aline; LANGNER, Marcelo. Análise sobre o planejamento e o não planejamento de ecovilas e comunidades sustentáveis. Revista de Arquitetura da IMED, v. 3, n.2, 2014, p. 118-125.

SOJA, Edward. Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOMEKH, Nadia; CAMPOS, Cândido Malta. (org). A Cidade que Não Pode Parar: Planos Urbanísticos de São Paulo no Século XX. São Paulo: Editora Mackenzie, 2008.

TONE, Beatriz Bezerra. São Paulo, século XX: valorização imobiliária e dissolução urbana. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FAU/USP, 2015.

VALOR ECONÔMICO. HSI retoma investimento no segmento de galpões. Disponível em < <http://www.valor.com.br/empresas/5169848/hsi-retoma-investimento-no-segmento-de-galpoes>>. Acesso em Dezembro/2017.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 15, p.119-126, 2004.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SCHIFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora EDUSP, 2010, 2ª ed, 169- 243.

VOLOCHKO, Danilo. Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. Crise Urbana. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 105-127.